

NOV 2024 | ISSN 2447-8679

THESIS

REVISTA DA ANPARQ

18

Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista Thésis o direito de primeira publicação do manuscrito, sem nenhum ônus financeiro.

Os artigos publicados na Revista Thésis estão licenciados sob a Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional que permite compartilhar e adaptar o trabalho, reconhecendo a autoria do texto, desde que seja compartilhado sob a mesma licença.

Projeto gráfico

NONE Design Gráfico Ltda. | Romero Pereira

Diagramação

Poliana Vasconcelos

Capa

Lídia Quiéto

ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2023/2024

Presidência

Miguel Antonio Buzzar | PPGAU IAU-USP

Secretaria executiva

Tomás Antonio Moreira | PPGAU IAU-USP

Tesouraria

Jonathas Magalhães Pereira da Silva | POSURB-ARQ PUC CAMPINAS

Diretoria

Rodrigo Espinha Baeta | PPG-AU/UFBA

Marcela Silvana Brandão | NPGAU-UFMG

Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego | PROARQ-FAU/UFRJ

Eneida Maria Souza Mendonça | Suplente | UFES

Conselho Fiscal

Ricardo Trevisan | PPG-FAU/UnB

Sergio Moacir Marques | PROPAR-UFRGS

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão | PPG/UFPA

Luis Renato Bezerra Pequeno | Suplente | PPGAUD-UFC

Coordenação Prêmio ANPARQ

Ana Gabriela Godinho Lima | PPGAU-UPM

James Miyamoto | PROURB - UFRJ

Marcio Cotrim Cunha | PPGAU - UFBA

Thésis, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br]. O endereço eletrônico para contato é thesis.anparq.org.br Copyright - 2024 ANPARQ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Thésis / vol.9, n.18 (2024) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2024.

v.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

Corpo editorial

Comissão editorial

A comissão editorial da revista *Thésis* é composta pelos seguintes docentes e pesquisadores aprovados pela ANPARQ para a editoria de quatro números no biênio 2023-2024:

James Miyamoto ORCID (FAU-UFRJ);
Lidia Quiéto Viana ORCID (PPGAU – UFBA);
Marcio Cotrim ORCID (PPGAU-UFBA);
Carolina Pescatori ORCID (FAU-UnB)

Conselho editorial

Akemi Ino | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil
Ana Carolina Bierrenbach | Universidade Federal da Bahia | Brasil
Ana Luiza Nobre | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil
Ana Rita Sá Carneiro | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil
Anália Amorim | Universidade de São Paulo | Brasil
Angélica Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
Anthony Vidler | Brown University | Estados Unidos da América
Carlos Eduardo Dias Comas | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Carlos Martins | Universidade de São Paulo – São Carlos | Brasil
Eneida Maria Souza Mendonça | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
Frederico de Holanda | Universidade de Brasília | Brasil
Gabriela Celani | Universidade Estadual de Campinas | Brasil
Gustavo Rocha Peixoto | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Jorge Moscato | Universidad de Buenos Aires | Argentina
Maisa Veloso | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
Maria Cristina Cabral | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Renato T. de Saboya | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil
Sophia Psarra | University College London | Reino Unido
Teresa Heitor | Instituto Superior Técnico | Portugal
Yasser Elsheshtawy | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

In memoriam

Fernando Alvarez Prozorovich | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha
Nelci Tinem | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Equipe editorial

Isis Pitanga de Souza | FAUFBA

Editorial	
Tempos de encontros, reencontros e novos caminhos	06
Ensaaios	
Fluxo Narrativo na Historiografia Arquitetônica: movimentação gráfica e cronológica de sete livros de panorâmicos da história da arquitetura do século XX <i>Tais Ossani, Ruth Verde Zein e Ana Esteban</i>	12
As Tintas e Cores do Imaginário: a abordagem de Gilberto Freyre do imaginário da casa <i>Daniel J. Mellado Paz</i>	38
As Teorias do Espaço e a Arquitetura Moderna: Escritos de Schindler e Moholy-Nagy <i>Márcio Cotrim Cunha e Mércia Parente Rocha</i>	58
Do direito à moradia ao direito à cidade: A complexa realidade cotidiana das moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden em Marabá (PA) <i>Maíra Cristo Daitx e Paula Neumann Novack</i>	72
Arquitetura e Estado: Hospital Getúlio Vargas como expressão do poder em Teresina <i>Camila Figueiredo e Ricardo Paiva</i>	88
Como seria uma cidade ecofeminista? <i>Luciana Amorim</i>	102
Um dedo na ferida. Um balanço [necessário] sobre a discussão de gênero no Brasil através dos eventos especializados em Arquitetura e Urbanismo, 1986-2023 <i>José Huapaya Espinoza, Laís S. Cerqueira e Ruhana S. Falcão</i>	120

Transtemporalidade crítica em três casas do Atelier Aires Mateus <i>Raul Penteadó Neto e Joubert José Lancha</i>	144
Crianças na Cidade: Uma Abordagem Freiriana para a Transformação do Espaço Urbano <i>Ana Luiza Aureliano Silva e Liza Maria Souza de Andrade</i>	158
Corpos na cidade: performatividade e aparecimento <i>Renata Braga Neves e Julieta Leite</i>	174
Arquivo	
Autenticidade, uma palavra de Françoise Choay <i>Elane Peixoto</i>	186
Recensão	
Por um jardim revolucionário <i>Carolina Pescatori</i>	196
Passagens	
Passagens Portuguesas <i>Raul Penteadó Neto</i>	204

Tempos de encontros, reencontros e novos caminhos

Entre os dias 19 e 25 de outubro, finalmente, depois de seis anos, pudemos nos encontrar no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ8 / 2024) no Rio de Janeiro. Foi um belo momento de confraternização, inovação, trocas de conhecimentos e debates. Durante três dias, o Edifício Jorge Machado Moreira, que abriga a FAU-UFRJ, abriu suas portas para a cultura, a educação, a democracia e a amizade.

Que venha logo o próximo encontro, agora na charmosa Minas Gerais! Que chegue logo também o Prêmio ANPARQ 2026!

A revista *Thésis* traz algumas novidades!

Chegam os novos colegas, a professora Ana Cláudia Cardoso (UFPA) e o professor Rodrigo Schreen (UFBA), para compor o time de editores junto com a professora Carolina Pescatori (UnB) e o professor James Miyamoto (UFRJ). Sejam muito bem-vindos! Agradecimentos infinitos à competência e à perseverança de nossos amigos, professora Lidia Quieto e professor Marcio Cotrim, e um até breve! A *Thésis* cresceu, se fortaleceu e, hoje, brilha mais intensamente graças a eles. A equipe atual espera corresponder às expectativas e levar a revista a patamares cada vez mais altos.

Outra novidade é que, a partir de agora, a revista passará a operar em fluxo contínuo, onde cada artigo é publicado assim que seu processo editorial finaliza, o que diminui o tempo de tramitação e deixa a *Thésis* muito mais dinâmica e atualizada. Além disso, a *Thésis* alcançou um importante reconhecimento, tendo sido indexada no Catálogo Latindex 2.0, confirman-

do os bons resultados dos últimos anos. O corpo de editores se compromete a continuar buscando novos indexadores importantes para ampliar o público leitor da revista e confirmar sua excelência acadêmica e editorial.

O primeiro número do ano 2025 será baseado em chamada específica, com publicações previstas para até o início do segundo semestre. Aliás, por falar nisso, a Thésis propõe uma **NOVA CHAMADA** para sua edição de número 19: **“Mudanças climáticas no planeta: perspectivas para construir e habitar”** e convida pesquisadores a desenvolverem propostas sobre o estado da arte do tema. Os artigos serão recebidos em português, inglês e espanhol, através da página da revista Thésis, **até o dia 03 de março de 2025.**

A segunda publicação, edição número 20, será de tema livre e começará a ser publicada em julho de 2025.

Para a revista número 18, a Thésis publicou 9 artigos. Na sessão **Ensaio**, o artigo **“Fluxo Narrativo na Historiografia Arquitetônica: movimentação gráfica e cronológica de sete livros de panorâmicos da história da arquitetura do século XX”**, de autoria de Tais Ossani, Ruth Verde Zein e Ana Esteban Maluenda, apresenta uma reflexão a respeito da movimentação do tempo cronológico em sete narrativas canônicas sobre a história da arquitetura publicadas no século XX, tendo como recorte a presença dessa bibliografia em uma amostra de acervos digitais das bibliotecas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de universidades brasileiras. Daniel J. Mellado Paz, em **“As tintas e cores do Imaginário”**, desenvolve o imaginário em torno da casa, tema central da obra do escritor e cientista social Gilberto, em suas lendas, superstições, agouros e assombrações. O imaginário da obra freyreana é estudado através de três instâncias: a primeira envolve a profilaxia para proteção da casa e da família; a segunda se refere ao abrigo de parentes invisíveis, como os santos e os mortos, e a presença de assombrações; e por fim, a terceira que traz a ecologia fantástica, que envolve os significados conferidos à fauna e à flora e os augúrios que essas trazem. Em **“As Teorias do Espaço e a Arquitetura Moderna: Escritos de Schindler e Moholy-Nagy”**, Mércia Parente Rocha e Marcio Cotrim Cunha revelam alguns dos fundamentos teóricos do espaço da Arquitetura Moderna, ao cotejar as teorias espaciais do escultor Adolf Hildebrand e do historiador da arte August Schmarsow, publicadas em 1893, com os ensaios seminiais do artista László Moholy-Nagy e do arquiteto

Rudolph Schindler. No artigo **“Arquitetura e Estado: Hospital Getúlio Vargas como expressão do poder em Teresina”**, Camila Figueiredo e Ricardo Paiva esmiuçam a relação entre a conjuntura política e a concepção de obras públicas significativas na história da arquitetura piauiense e brasileira na primeira metade do século XX, através da análise de uma obra emblemática do período, o Hospital Getúlio Vargas (1941). Luciana Amorim, no artigo **“Como seria uma cidade ecofeminista?”**, questiona as relações hierárquicas impostas às mulheres e à natureza, no contexto da sociedade patriarcal. A autora, ao propor uma reflexão sobre cidade, gênero e meio ambiente, utiliza como caso-referência o “Plano Popular das Vargens”, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Ao afirmar que a discussão sobre gênero no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil é relativamente nova, José Huapaya Espinoza, Laís Cerqueira e Ruhana Falcão, no artigo **“Um dedo na ferida. Um balanço [necessário] sobre a discussão de gênero no Brasil através dos eventos especializados em Arquitetura e Urbanismo, 1986-2023”**, analisam a presença do tema em três grandes eventos do país: os Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), realizados desde 1986; os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) criados em 1990; e os Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), organizados desde 2010. Assim, buscam responder como a questão de gênero é discutida, com o reconhecimento de que há duas abordagens mais recorrentes: o enfoque histórico e a relação do gênero com o urbanismo. Maíra Cristo Daitx e Paula Neumann Novack, no artigo **“Do direito à moradia ao direito à cidade: a complexa realidade cotidiana das moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden em Marabá (PA)”**, debatem sobre a importância da inclusão dos grupos minorizados nas propostas de intervenção e ordenamento do espaço urbano. Desta forma, objetivam fortalecer o olhar em relação às desigualdades de gênero dentro das relações socioespaciais. Analisam, assim, os impactos do PMCMV no cotidiano das mulheres residentes no conjunto habitacional Jardim do Éden (Marabá/PA), de forma a compreender como o acesso à moradia contribuiu positiva ou negativamente para a efetivação de outros direitos como independência financeira, segurança de posse, liberdade para o trabalho e acesso à educação. Ana Luiza Aureliano Silva e Liza Maria Souza de Andrade no artigo **“Crianças na cidade: uma abordagem Freiriana para a Transformação do Espaço Urbano”** trazem a reflexão so-

bre o espaço urbano com viés político e educativo, em que a participação ativa das crianças nas discussões urbanas, oferece um caminho promissor para a construção de territórios educadores e inclusivos. Desta forma, é possível enxergar ferramentas que colaboram para a superação do analfabetismo urbanístico e para a promoção de uma cidadania ativa. Em "**Corpos na cidade: arte e performatividade**", Renata B. Neves e Julieta Leite alinham os campos do espaço urbano e da arte. De acordo com as autoras, a consciência sobre o corpo, estimulada pelas ações artísticas, oferece liberdade às vivências e permite o surgimento de modos inusitados de usar e pensar a cidade. Assim, ocorre a valorização do questionamento das normas pré-estabelecidas que invisibilizam corpos sociais, frequentemente desconsiderados do espaço urbano e do direito à cidade.

Na sessão **Arquivo**, Elane Ribeiro Peixoto apresenta a tradução do verbete "*Authenticité*", publicado na 4ª edição do *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement* [Dicionário de urbanismo e planejamento], obra que Françoise Choay dirigiu em parceria com Pierre Merlin, publicada pela Presses Universitaires de France (PUF, 1988;2005; 2015). Além da tradução, Elane apresenta um belo e potente ensaio sobre as especificidades e desafios de traduzir François Choay, colocando em questão a profundidade e a qualidade das traduções mecanizadas das inteligências artificiais, cada vez mais utilizadas.

Na sessão **Passagens**, Raul Penteado Neto, em **Passagens Portuguesas**, presta delicada e justa homenagem ao icônico arquiteto Álvaro Siza Vieira através de uma coleção de imagens de projetos de sua autoria.

Agradecemos a solidariedade, o profissionalismo e a atenção de todas e todos que nos acompanham!

Um excelente 2025, com muita saúde e alegria!

Boas leituras!

THESIS

Ensaaios

Fluxo Narrativo na Historiografia Arquitetônica: movimentação gráfica e cronológica de sete livros de panorâmicos da história da arquitetura do século XX

Tais Ossani, Ruth Verde Zein e Ana Esteban

OSSANI, Taís C.; ZEIN, Ruth V.; ESTEBAN MALUENDA, Ana M. Fluxo Narrativo na Historiografia Arquitetônica: movimentação gráfica e cronológica de sete livros de panorâmicos da história da arquitetura do século XX. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 379, out 2024

data de submissão: 19/04/2023
data de aceite: 30/01/2024

Taís C. OSSANI é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora da Universidade Cruzeiro do Sul; tais.c.ossani@gmail.com

Ruth V. ZEIN é Pós-Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie; rvzein@gmail.com

Ana M. ESTEBAN MALUENDA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Diretora do Departamento de Composição Arquitetônica e Coordenadora do programa de Doutorado da Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid; ana.esteban.maluenda@upm.es

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão a respeito da movimentação do tempo cronológico em sete narrativas canônicas sobre o século XX da arquitetura. Nele são estudados elementos teóricos sobre a construção textual dos fatos do passado, organizados estruturalmente em uma publicação bibliográfica. E a partir desses livros, como objeto de pesquisa e amostra de estudo, são coletados dados cronológicos na elaboração de gráficos comparativos, de modo a perceber a movimentação desses fatos na construção da narrativa histórica.

Palavras-chave: narrativa, arquitetura, cronologia, gráficos.

Abstract

This article presents a reflection on the movement of chronological time in seven canonical narratives about the twentieth century of architecture. In it, theoretical elements are studied about the textual construction of the facts of the past, structurally organized in a bibliographical publication. And from these books, as a research object and study sample, chronological data are collected in the elaboration of comparative graphs, in order to perceive the movement of these facts in the construction of the historical narrative.

Keywords: narrative, architecture, chronology, graphics.

Resumen

Este artículo presenta una reflexión sobre el movimiento del tiempo cronológico en siete relatos canónicos sobre el siglo XX de la arquitectura. En él se estudian elementos teóricos sobre la construcción textual de los hechos del pasado, organizados estructuralmente en una publicación bibliográfica. Y a partir de estos libros, como objeto de investigación y muestra de estudio, se recogen datos cronológicos en la elaboración de gráficos comparativos, con el fin de percibir el movimiento de estos hechos en la construcción del relato histórico.

Palabras-clave: narrativa, arquitectura, cronología, gráfica.

Introdução

O passado, como objeto da escrita histórica, é representado textualmente no formato de narrativa, na qual os acontecimentos são organizados a partir de elementos comuns da compreensão humana. Essa narrativa é baseada em evidências reais do passado, mas essas nunca são suficientes para se compor um relato completo. A subjetividade necessariamente permeia a escrita histórica, uma vez que ela é escrita por um ou mais sujeitos, também eles entes históricos e circunstanciados.

A realidade dos acontecimentos no tempo passado existe como fatos datados, que já não são totalmente apreensíveis na vivência do tempo presente. Assim, é só a partir do sujeito-narrador, situado em cada novo presente, que uma narrativa, ou interpretação, sobre uma certa temática, passa a ser possível. Tampouco são todos os acontecimentos que entram em uma narrativa: para se configurar de maneira consistente, alguns fatos são escolhidos, recortados e editados. Uma narrativa é composta através de fatos, selecionados pelo narrador, a partir da consideração presente das realidades do passado. A ordem em que esses fatos são expostos em cada texto é também uma escolha: em princípio, haveria infinitas maneiras de encadear um relato. Uma narrativa não necessariamente apresenta algum tipo de “conexão verídica”: ela é sempre um modo possível de interpretação, adotado pelos sujeitos que organizam o texto, preferencialmente a partir de um exame cuidadoso e interessado desses fatos.

Este artigo trata de alguns dos elementos teóricos inerentes à construção das tramas das narrativas históricas acerca da arquitetura moderna, tendo como base as discussões realizadas em uma pesquisa mais ampla². Apresenta e ilustra, através de gráficos, a movimentação cronológica constante em uma seleção de narrativas históricas, que foram escolhidas entre aquelas de maior difusão e prestígio no meio acadêmico do ensino de arquitetura. O objetivo deste artigo é contribuir para a superação das compreensões superficiais sobre a disciplina da história da arquitetura, frequentemente entendida, no meio acadêmico e profissional dos arquitetos e estudantes de arquitetura, como a simples apresentação de um conteúdo completo e “revelado” –ou seja, fixo, definido e não passível de crítica ou reconsideração. Seu foco é a análise de como a “continuidade temporal”, construída na trama na maioria dessas narrativas históricas “canônicas”³, é disponibilizada conformando uma ordem

² A pesquisa mais ampla refere-se à tese de doutorado: Ossani, Tais. Elementos Historiográficos Estruturantes: o sujeito que posiciona e os balizadores numéricos que movimentam sete narrativas da história da arquitetura. 2022. Tese (Doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Realizada sob a orientação da professora Dra. Ruth Verde Zein e Coorientação da professora Dra. Ana Esteban Maluenda com período de mobilidade acadêmica na Universidade Politécnica de Madrid (bolsa Capes-Print nº processo: 88887.583996/2020-00 do Programa CAPES-PRINT).

³ Sobre o termo, consultar também o artigo: ZEIN, R. V. O vazio significativo do cânon. *V!RUS*, São Carlos, n. 20, 2020 e as demais pesquisas do grupo de trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie “AMBAL” liderado pela professora doutora Ruth Verde Zein, como a publicação: ZEIN, Ruth Verde (Org.). *Revisões historiográficas. Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Books, 2021.

sequencial aparentemente simples, mas de fato bem mais complexa do que sua percepção imediata indica. E como, por outro lado, essa estrutura habitual desses relatos poderia, ou deveria, ser questionada e, eventualmente, revisada.

1. Sobre as narrativas

A construção da trama narrativa (White, 2011, p. 35) possibilita inúmeras entradas de conteúdos, selecionados e posicionados de acordo com a intenção do sujeito-autor. Essa aparente amplitude conformativa esbarra nos limites do método narrativo, como estratégia retórica pela qual a experiência humana se molda, apresentando-se por meio de uma ordenação sequencial, construindo um significado, passível de ser compreendido por outros. De alguma forma, a narrativa limita o modo como o conteúdo é organizado, pois utiliza-se da sua própria estrutura linguística, de relato sequencial e coordenado que esta permite e define (Stone, 1979, p.4).

Grande parte das histórias da arquitetura em uso atualmente foram construídas a partir de uma sequência temporal-cronológica empregada como estratégia linguística necessária na construção de uma leitura sobre o passado. De modo recorrente, seja nas grandes narrativas, seja nas micro-histórias, ou nas narrativas que visam incluir conteúdos previamente omitidos, interpreta-se o passado através de uma conformação delimitada por uma ordem específica e praticamente unívoca e linear de acontecimentos⁴.

A utilização desse recurso de linearidade temporal não se restringe apenas à operação em que a narrativa introduz, mas atribui também uma condição crível ao seu discurso. No caso das narrativas sobre a arquitetura, inclusive sobre a arquitetura moderna, os autores tendem a incluir os objetos arquitetônicos como um "fato em si" e menos como uma seleção que se guia por uma interpretação circunstanciada. Ademais, tanto no ato de documentar o conhecimento sobre o passado, como na definição da estruturação narrativa, os sujeitos-autores vão construir seus argumentos a partir da sua condição privilegiada do tempo presente, reconstruindo os fatos do passado já sabendo do desenrolar dos eventos, conformando um processo de validação "ao revés" ao usar essa clarividência para construir provas ou argumentos retroativos, de maneira a estabelecer a credibilidade da importância, desde sempre e até o momento presente, dos fatos selecionados.

⁴ Essa afirmação pode ser interpretada nas publicações de Le Goff (1997), sobre a definição do conceito de história associada à aparência de uma "coisa viva", à qual é possível reportar-se, sempre e quando necessário e também, na demonstração da hipótese presente na tese de doutorado de Ossani (2022).

Um texto escrito possui algumas convenções, enquanto estrutura linguística, como apresenta Saussure (2012, p. 137); as quais não são leis ou regras, mas características percebidas como comuns da língua, enquanto uma instituição social. A diacronia é uma dessas características. A linguística diacrônica apresenta-se pelas relações que unem termos sucessivos que substituem uns aos outros no tempo (Saussure, 2012, p. 142); nessa sequência, os termos não coexistem, mas aparecem um depois do outro. O que pode gerar a possibilidade de uma resultante comum interpretativa, associada à percepção dessa sequência de acontecimentos sobre o passado, organizados em sucessão e associados ao recurso cronológico, identificando e se posicionando como referência de continuidade.

A ordem com que são dispostos os eventos incluídos na narrativa não é aleatória, os autores realizam pequenos arranjos causais, ao longo das páginas e dos capítulos, que vão atribuindo significados às questões em debate. Esse posicionamento está frequentemente ligado à própria condição da narrativa estar exposta em um livro, considerando-o aqui como um objeto concreto, com um modo específico de uso: um conjunto de páginas que se apresenta segundo uma sequência, a serem lidas a partir da capa, em direção ao conteúdo central, até as conclusões, considerações finais, bibliografia etc. Convencionalmente, a estrutura narrativa do conteúdo histórico tende a acompanhar essa conformação sequencial, distribuindo o conteúdo do início do livro em direção ao seu final. Sugerindo um começo sobre o assunto nas páginas iniciais, em geral, tratado por meio dos elementos linguísticos dos antecedentes e das origens da temática a ser abordada. Em sequência, no meio da publicação, o conteúdo vai conformando o *corpus* da temática, através da reiteração de momentos exemplares e momentos de ruptura, alternadamente. Ao final, nas últimas páginas, a narrativa pondera os resultados dessa construção textual, considerado possíveis momentos exemplares e/ou de ruptura, considerando a estrutura narrativa prévia e as temáticas mais próximas ao momento presente em qual os sujeitos-autores escrevem o livro.

O encadeamento dos fatos na escrita narrativa em geral se apresenta permeado pela inserção de orações de causalidade, a partir da elucidação de parcialidades. Por outro lado, essas parcialidades também podem ser vistas a partir da totalidade, entendendo esses grupos fragmentados de sentenças “de causalidade”, dispersas nas páginas do livro, na organização

mais ampla do conteúdo proposto pelos narradores. As relações causais assim construídas, ao longo do conteúdo narrativo, são circunstanciais: nelas comparamos decisões editoriais, questões envolvendo a memória e conhecimento disponível; e se apresentam por meio de recursos linguísticos expressos pela acumulação, repetição e rupturas (Bruner, 1991, p. 18), conformando validações de relatos e/ou autores anteriores, ou propondo uma construção cultural parcial ou mais ou menos inovadora.

Essas conexões relacionais sucessivas, vão além de palavras do vocabulário da língua portuguesa que indicam sequencialidade, como: após, depois, antes, consequência dentre outras. Deparam-se também com o fator cronológico, comentado anteriormente, que é tanto um aliado como um limitador da construção da narrativa histórica, ao configurar um possível gancho de associação à verificabilidade dos fatos apresentados. A possibilidade de uma narrativa de desenhos múltiplos, aberta a diversas inclusões e conformações conectivas, esbarra na condição crível representada pelos balizadores cronológicos. A sucessão dos eventos, no tempo cronológico, proporciona certa percepção de sequencialidade, em geral ascendente, relativizando o valor cronológico e sua progressão. Sua lógica sugere um posicionamento e uma atribuição de significado nos eventos em sequência, dispostos no início (origem), no meio e ao final (consequência) dos livros, em uma ação que simbolicamente sugere uma construção mental caminhando do passado em direção ao futuro. A cronologia, como convenção linguística da escrita ocidental e do desenho, realiza um cômputo supostamente linear do tempo, normalmente crescente, enfatizando essa possibilidade⁵.

No caso das histórias da arquitetura é também de relevância uma outra camada. As obras de arquiteturas, como objetos concretos e de longa duração (Braudel, 1958, Waisman, 2013), são retratadas nas narrativas históricas seja textualmente, seja por imagens. Essa inserção ocorre quase sempre por meio de um registro pontual, que assume uma posição no texto, cuja associação cronológica geralmente se dá a partir da data inicial da construção/inauguração dessa obra de arquitetura. Desse modo, sua aparição no relato a aproxima mais da representação de um fato ou documento, acontecido, escrito, datado e encerrado, do que de um objeto arquitetônico que, embora tenha uma origem, persiste no tempo, e, portanto, se modifica em si mesmo e/ou nas possíveis interpretações que pode sugerir aos seus usuários e observadores. Se a particularidade da arquitetura como sendo con-

⁵ Sobre a temporalidade na escrita histórica ocidental verificar, em complemento, o artigo de Barros (2005) e as costuras realizadas sobre os dizeres de Veyne (1982) sobre a divisão tradicional espaço e tempo.

formada por objetos reais e de longa duração no tempo e no espaço, passíveis de transformações ao longo do tempo cronológico, fosse de fato considerada, os modos de sua inserção na narrativa poderiam ativar uma reflexão crítica. E, possivelmente, outras maneiras de estruturar as futuras histórias da arquitetura.

Os gráficos gerados pela pesquisa, a partir dos livros de história da arquitetura selecionados, demonstra de maneira visual, clara e imediatamente apreensível como ocorre a movimentação do tempo cronológico atrelado ao desenrolar da temática central de cada narrativa, através de ações parciais conectivas que se adequam à percepção de verossimilhança. De fato, no tempo narrativo nunca há apenas uma "linha do tempo", em constante ascendência. O exame mais cuidadoso e minucioso das estruturas das narrativas revela diferentes movimentações, idas e vindas, retomadas e retrocessos, como parte fundamental e necessária na construção da percepção da narrativa histórica; e do que, na superfície e em aparência, pode vir a ser aceito como verdadeiro, ou plausível, ou verossímil. Para realizar esse estudo tomou-se em consideração os "balizadores numéricos"⁶, como são utilizados e como se apresentam na construção argumentativa das partes que compõem a estrutura narrativa. Assim, através de uma relação diacrônica construída pela sua contagem, foi possível revelar as movimentações (idas e vindas) que ligam diversos pontos do tempo cronológico, aparentemente apenas ascendente, mas de fato, sempre comparando de maneira muito mais complexa do que as aparências imediatas levam a crer.

⁶ Os balizadores numéricos são eventos incluídos na narrativa associados a um valor numérico. Esse valor se apresenta na contagem de "anos", a exemplo de 1949.

2. Aplicando em uma amostra

As narrativas dos livros de história da arquitetura publicadas no século XX, tendo como recorte geográfico a presença dessa bibliografia nos acervos digitais das bibliotecas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de uma amostra de universidades brasileiras, foi o objeto da pesquisa que originou este estudo. Para essa escolha optou-se por selecionar os livros mais consultados, considerando as bases de dados das bibliotecas dos cursos de arquitetura do Brasil. Tendo em vista o elevado número atual de escolas de arquitetura no país⁷, era necessário definir uma amostragem mais reduzida, mas ainda assim, suficientemente significativa. Optou-se por eleger uma universidade pública em cada estado brasileiro, e uma no Distrito Federal, totalizando 27 Instituições de Ensino Superior (IES), o que permitia configurar uma certa amplitude geográfica como baliza dessa pesquisa.

⁷ Segundo portal e-MEC (2022) são mais de 800 cursos de arquitetura e urbanismo no país, considerando universidades/faculdades públicas e privadas com cursos presenciais.

A verificação sobre quais livros de história da arquitetura eram mais consultados deu-se via os repositórios digitais das respectivas bibliotecas, sendo ativada por meio da busca com palavras-chave. Foram feitas algumas investigações preliminares até se optar pelos seguintes 8 termos: "história da arquitetura", "panorama da arquitetura", "arquitetura século XX", "arquitetura moderna", "arquitetura contemporânea", "arquitetura latino-americana", "arquitetura mundial/global" e "arquitetura brasileira/Brasil". Essas palavras-chave foram pesquisadas em português, inglês e espanhol, as três línguas mais comuns nos acervos das bibliotecas de arquitetura no Brasil.

A partir dessa busca foram coletados no total (valor bruto) 905 títulos de livros; após triagem e verificação das repetições resultaram 118 títulos. Checando aqueles com maior ocorrência foram sendo realizadas novas triagens. Tendo em vista a proposta de realizar um estudo razoavelmente aprofundado, com a produção de vários gráficos, para estudar a movimentação do tempo cronológico na narrativa de cada livro, optou-se por restringir esse campo, neste primeiro momento da pesquisa, a apenas sete livros. Os livros de maior ocorrência nos repositórios digitais da seleção de universidades públicas brasileiras são: "Arquitetura Contemporânea no Brasil" de Yves Bruand, "Arquiteturas no Brasil, 1900-1990" de Hugo Segawa, "Origens da Arquitetura Moderna e do Design" de Nikolaus Pevsner, "Os Pioneiros do Desenho Moderno. De William Morris a Walter Gropius" também de Nikolaus Pevsner, "História da Arquitetura Moderna" de Leonardo Benevolo, "Quadro da Arquitetura no Brasil" de Nestor Goulart Reis Filho e "História Crítica da Arquitetura Moderna" de Kenneth Frampton.

A pesquisa analisou diversos aspectos das narrativas de cada um desses livros. Neste artigo será analisado apenas um desses fatores: a movimentação dos balizadores numéricos. Esta se configurou a partir da coleta dos "anos" (datas) presentes tanto no texto como nas legendas das imagens incluídas. Foram elaborados gráficos que permitiram visualizar o desenho do fluxo cronológico de cada narrativa, em cada um dos livros considerados. Os dados numéricos foram estão expostos em um plano bidimensional cartesiano, no qual o valor do eixo Y (ordenadas) apresentam a referência dos anos encontrados e no eixo X (abcissas), indica a quantidade de eventos coletados (imagem 01). A linha resultante demonstra a variação dos balizadores numéricos ao longo da narrativa (do começo ao fim).

Em detalhe, os gráficos variam em relação à dois fatores: no primeiro fator, foram coletados os "anos" presentes no texto, na ordem em que aparecem no livro. Como a análise foca na percepção da movimentação do tempo cronológico e não do conteúdo, não será apresentado o fato ao qual o ano se refere, apenas o dado numérico. Já no segundo fator foram considerados os "anos" referenciados nos títulos das "imagens" incluídas publicação, de modo a perceber como estão posicionadas na narrativa e sua relação com o tempo cronológico.

Os balizadores numéricos (anos) foram compilados usando a publicação completa dos livros selecionados e não apenas por segmentado nos capítulos. Desse modo, é possível compará-los e identificá-los como desenhos que representam a movimentação do tempo narrativo completa nos sete livros. Nos gráficos as movimentações de idas e vindas dos balizadores sinalizam também as relações de conteúdo e, possivelmente, indicam questões de verossimilhança e limites com a verificabilidade.

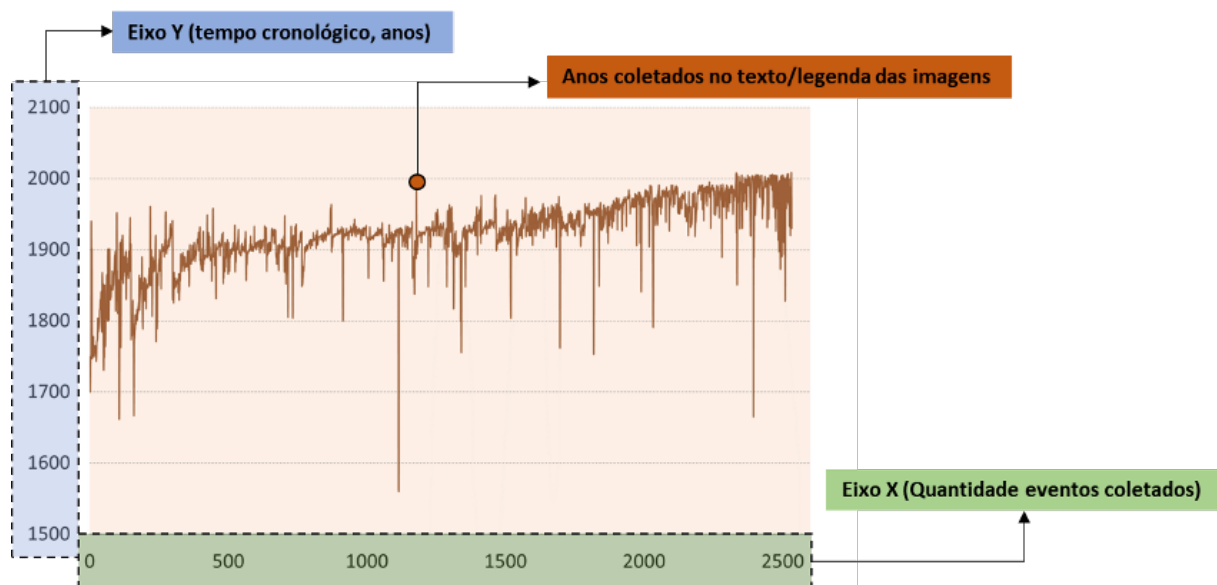


Imagem 1
Gráfico explicativo
Fonte: Realizado por Ossani (2022)

3. Gráficos Narrativos - primeiro fator: ano x texto

O primeiro gráfico (imagem 02 e 03) foi construído para cada uma das sete narrativas, mas apresentado em conjunto, numa síntese comparativa, cada cor refere-se a um respectivo autor. O eixo Y (vertical/ordeadas) indica o tempo cronológico (dos anos 1500

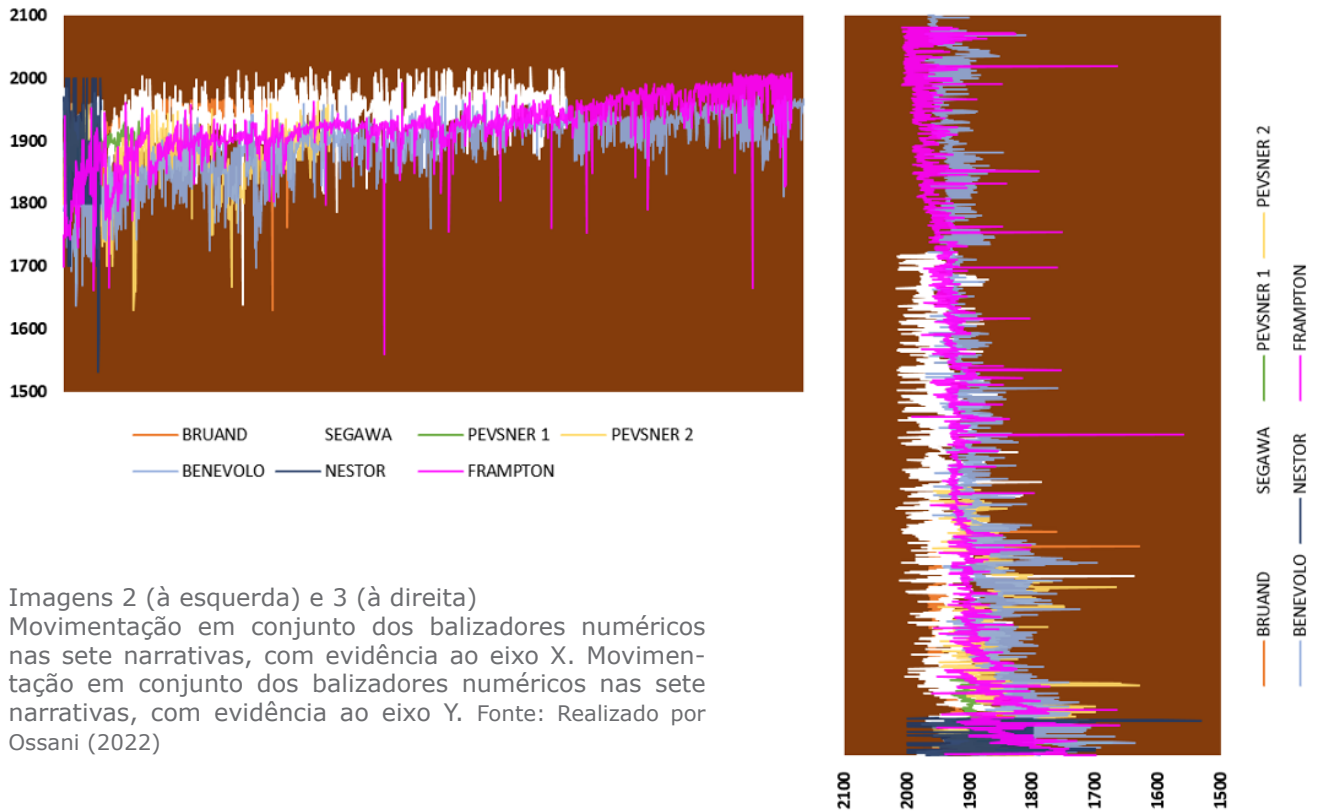
a 2100) e o eixo X (horizontal/abcissas) a quantidade de vezes (do valor 0 e até o valor de 2.500) que a informação/evento aparece na narrativa.

Na análise comparativa (imagens 02 e 03), da sobreposição dos desenhos da movimentação do tempo cronológico de cada uma das sete narrativas, há em primeiro plano a percepção da quantidade de eventos incluídos no texto em associação à unidade cronológica (anos)⁸. As narrativas de Frampton (linha cor rosa) e Benevolo (linha cor azul claro) são mais extensas, pois são livros com maior quantidade de páginas; mas é possível perceber a narrativa de Segawa (linha cor branca), que apesar de um menor número de páginas, apresenta destaque em relação à quantidade de eventos incluídos que se associam a unidades cronológicas. Já em algumas narrativas percebe-se que a referência aos “anos”, ou balizadores numéricos, é um recurso comparativamente menos utilizado. É o caso do livro de Bruand, que em comparação com o livro de Segawa, mesmo ambos abordando temáticas e tendo dimensões físicas similares, e apesar da diferença do número de páginas – o livro de Bruand possui quase o dobro de páginas da narrativa de Segawa – o livro de Segawa apresenta quatro vezes mais balizadores numéricos por página que Bruand.

Quando coletados individualmente, mas dispostos todos em uma mesma folha (imagens 04 e 05), é possível visualizar e comparar como cada narrativa se comporta no plano cartesiano em relação aos eixos Y e X, ou seja, seu deslocamento no tempo cronológico e a quantidade de eventos incluídos associados à balizadores numéricos. Foi destacado em vermelho os séculos mais tratados em cada narrativa: Bruand e Segawa no século XX; Pevsner (1968) e Pevsner (1936) século XIX; Nestor Goulart Reis Filho entre dois séculos XIX e XX. Benevolo e Frampton se dividem: Benevolo apresenta um grupo de balizadores numéricos iniciais no século XVIII e avança na mesma ordem da narrativa se dividindo em século XIX e XX; Frampton é semelhante, com menor intensidade de inclusão de balizadores numéricos no início do século XIX e maior quantidade no século XX.

Os balizadores numéricos também ajudam a demonstrar a existência de uma movimentação cronológica significativa ao longo do texto. Essa movimentação numa conformação narrativa, apesar de contínua, não apresenta um cômputo simples do passado em direção ao futuro, e tão pouco conforma uma movimentação linear-homogênea. Os desenhos que representam os esquemas históricos como uma linha do tempo reta

⁸ As narrativas escritas pelos sujeitos-autores nem sempre associam o acontecimento incluído a um registro temporal-cronológico, o que faz parte do que Stone (1978) aborda como característica imaginativa da história, permitindo uma maior fluidez a narrativa sobre o passado, mas que também faz com que não seja sempre possível a verificação da realidade da argumentação causal apresentada. Uma vez que, o recurso do registro de um documento marcado pela associação temporal, faz com que as relações apresentadas se tornem mais verificáveis.



Imagens 2 (à esquerda) e 3 (à direita)
Movimentação em conjunto dos balizadores numéricos nas sete narrativas, com evidência ao eixo X. Movimentação em conjunto dos balizadores numéricos nas sete narrativas, com evidência ao eixo Y. Fonte: Realizado por Ossani (2022)

e simples – como frequentemente se vê em estudos históricos – simplificam talvez demasiadamente a complexidade da estruturação dessas narrativas.

A consideração do valor numérico “ano”, no tempo cronológico das narrativas estudadas, apresenta graficamente no plano cartesiano um ritmo variável nos eixos Y e X. No eixo Y essa variação se apresenta em fragmentos de retas ora crescentes, ora decrescentes, numa lógica específica de cada narrativa, sem que se perceba, de imediato, uma lógica aparente comum. No eixo X ocorre uma distância na identificação dos “anos” relativos aos “eventos reais” no texto. A variação crescente ou decrescente dos segmentos de retas se dá a partir da correlação construída na narrativa pelo sujeito-autor sobre os eventos incluídos.

Um exemplo da narrativa de Segawa (1998, p. 105) demonstra essa movimentação no gráfico: “Portinari colaborou com os arquitetos brasileiros nos painéis do Edifício do Ministério da Educação e Saúde (1945) e no edifício-sede da ONU em Nova York (1957)”. Esses deslocamentos no tempo cronológico podem ocorrer tanto na construção de uma oração causal, numa proposta reflexiva de comparação mental. Como na própria sequência da narrativa, na passagem de um parágrafo para o outro ou na construção de dois frag-

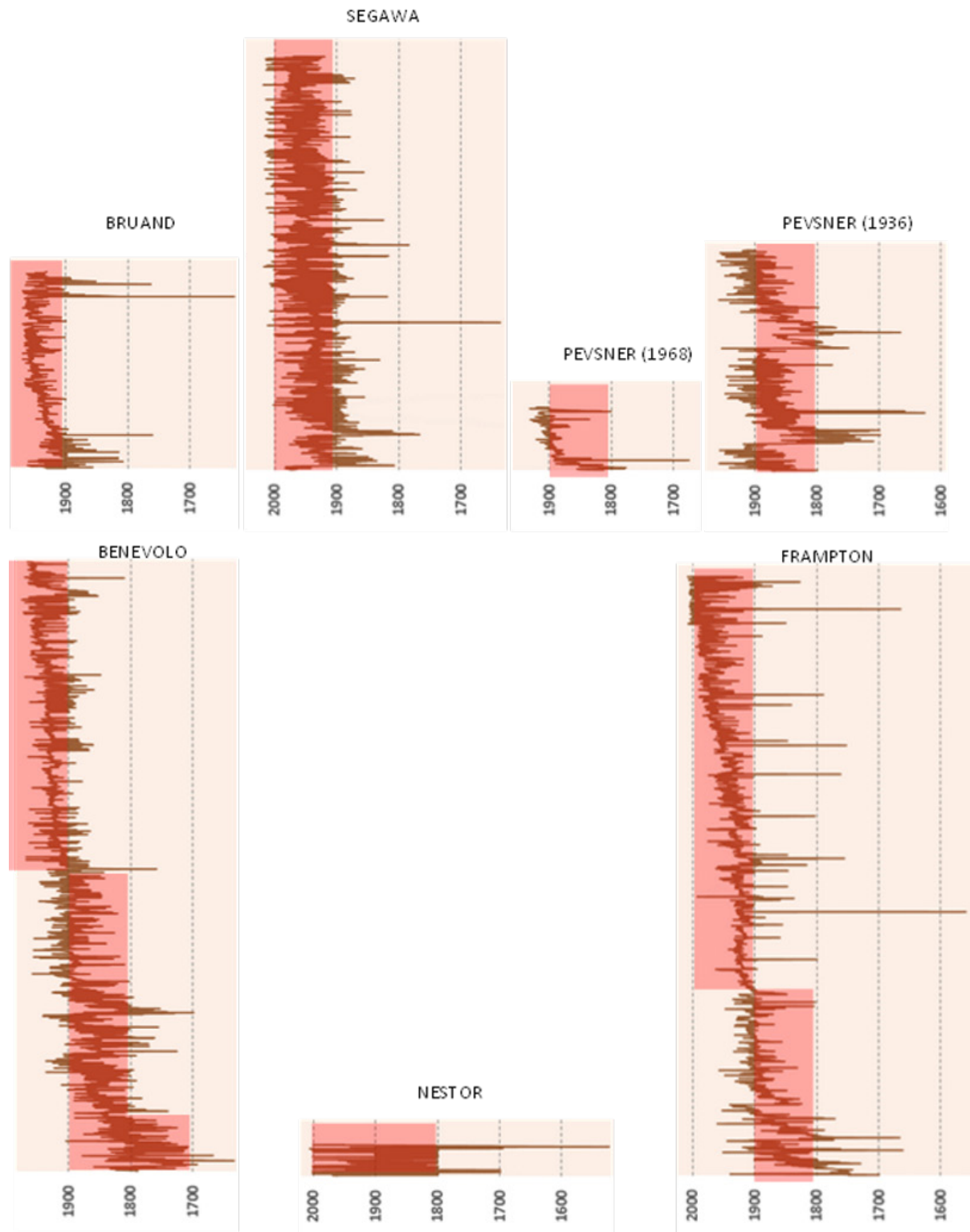


Imagem 4
Movimentação dos balizadores numéricos nas sete narrativas, com evidência ao eixo Y
Fonte: Realizado por Ossani (2022)

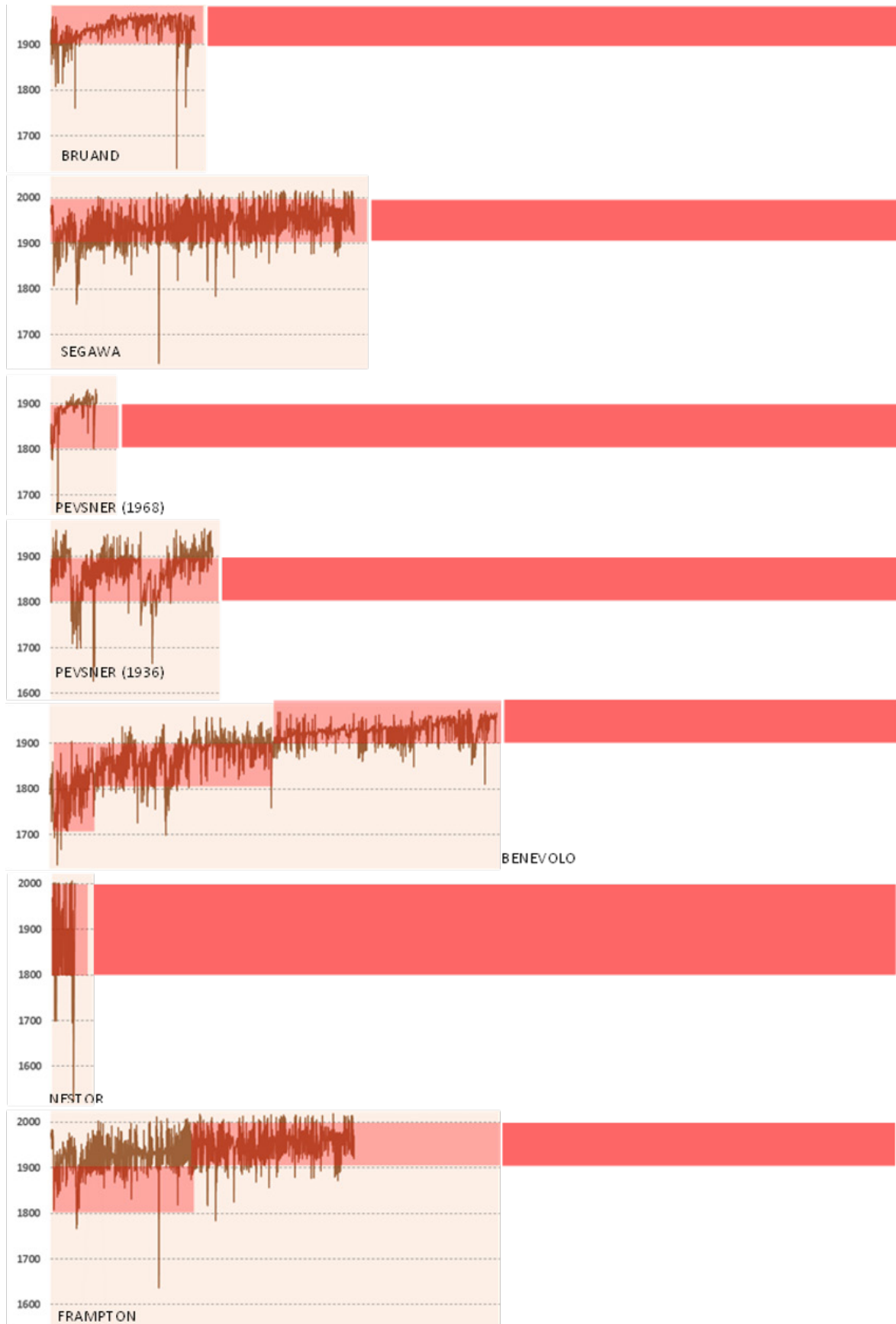


Imagem 5
Movimentação dos balizadores numéricos nas sete narrativas, com evidência ao eixo X
Fonte: Realizado por Ossani (2022)

mentos de oração. Um exemplo dessa transição seriam o primeiro e o segundo parágrafo do capítulo dois (Art Nouveau) da narrativa de Pevsner (1968):

O termo *Art Nouveau* vem da loja de S. Bing, aberta em Paris em fins de **1895**, e o termo alemão correspondente, *Jugendstil*, de um jornal que surgiu em **1896**. Mas o estilo é anterior. Existe a suposição tradicional de que já tenha surgido, plenamente maduro, na casa de Victor Horta, na rua Paul-Emile Janson nº 6, em Bruxelas, projetada em **1892** e construída em **1893**. Mas ela marca apenas a passagem do estilo (...).

As origens da *Art Nouveau* estão no período **1883-1888**. Arthur H. Mackmurdo, um rico e jovem arquiteto e designer, escreveu em **1883** um livro sobre igrejas (...) (Pevsner, 2001, p.43).

Essas correlações ocorrem ao longo de todas as sete narrativas, com temáticas variadas, envolvendo entre outros casos, eventos políticos e econômicos, trajetórias biográficas, comparativos projetuais. Sinalizam o deslocamento do tempo cronológico na narrativa a partir da inserção, quase a "conta gotas", do respectivo balizador numérico (ano). Essas relações são possivelmente construídas pelo instrumento da aproximação mental do passado à realidade presente, sendo similares às estruturas do discurso humano vocalizado. Apesar dessas narrativas operarem mais pela verossimilhança que pela verificabilidade (Bruner, 1991), a inserção dos balizadores numéricos, ainda que usados de maneira pouco frequente, auxilia sua validação.

4. Gráficos Narrativos - segundo fator: ano x imagem

Grande parte das narrativas sobre o passado da arquitetura inclui imagens nas suas publicações. Também é assim nos sete livros selecionados: todos apresentam imagens intercaladas com o texto escrito. O objeto arquitetura, inserido nas narrativas, possui diversos rostos. Além do objeto identificado no próprio texto, a narrativa se vale das imagens intercaladas, representadas por meio de fotografias de objetos projetados, construídos, existentes e demolidos, e de desenhos em variadas escalas. Isso garante certa complexidade e multiplicidade, em contraponto com a ideia de uma narrativa histórica que apresentasse um objeto arquitetônico por uma definição única.

As figuras intercaladas com o texto são em geral numeradas, representando a ordem de uma listagem evidenciando um título, sendo frequentemente associadas a um balizador numérico, normalmente composto de um único valor ou um período numérico

representado por anos e, em alguns casos, séculos (imagem 06). Esse elemento foi adotado como um segundo fator de análise.

Para avaliar a movimentação dos balizadores numéricos, identificados nas legendas das imagens de arquitetura, incluídas nas sete narrativas selecionadas, utilizou-se o mesmo método descrito anteriormente. Foram coletados os dados e gerados os gráficos, a partir da sequencialidade da posição dos valores na narrativa. Para cada narrativa foi gerado um gráfico; aqui apresenta-se em uma única imagem o resultado da justaposição de todos.

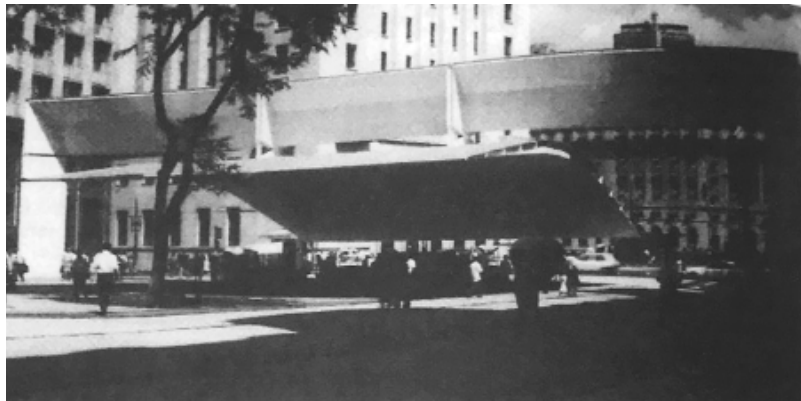
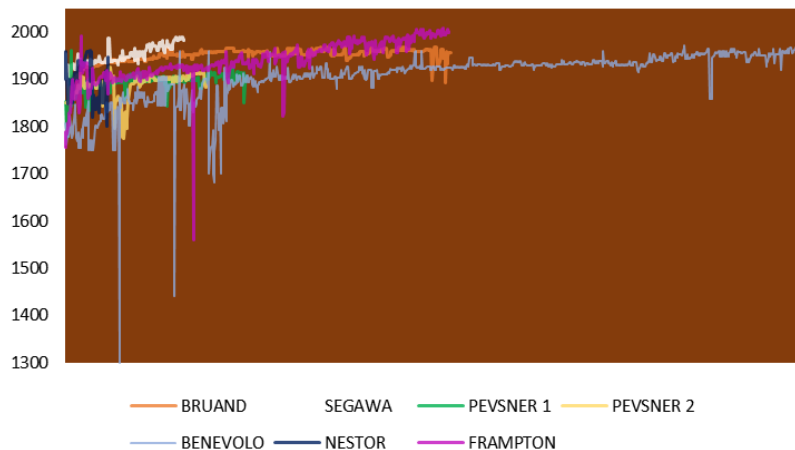


Imagem 6
Imagem do pórtico da Praça do Patriarca de Paulo Mendes da Rocha, associada ao ano 2002. Fonte: Frampton (2015, p.472)

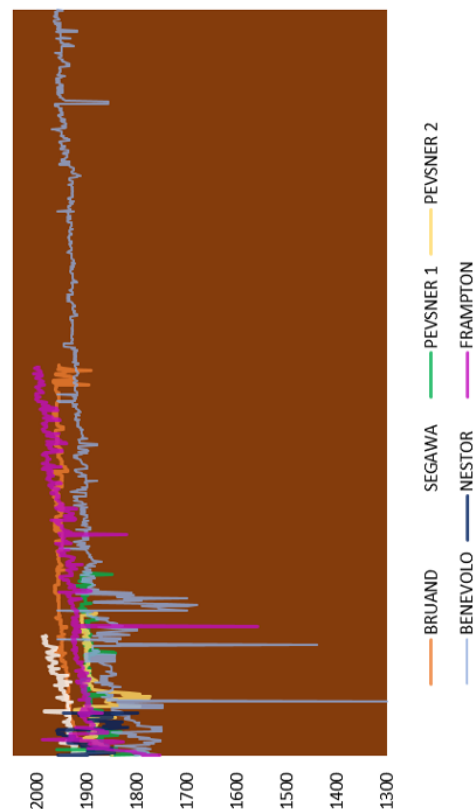
No gráfico a seguir (imagem 07 e 08), o eixo X (horizontal/abscissas) apresenta a quantidade de balizadores (do valor 0 até o valor 1000) e o eixo Y (vertical/ordenadas) a variação desses pontos em relação à ordem cronológica do tempo (do ano de 1300 e até o ano de 2100), a escala numérica é a mesma. A escala do eixo X está fragmentada por valores a cada 200 eventos e no eixo Y está fragmentada por valores a cada 100 anos.

Considerando os balizadores numéricos “anos” associados ao título das imagens, é possível perceber nos gráficos um desenho semelhante ao dos gráficos anteriores, relativos aos balizadores numéricos textuais. Ou seja, em ambos os casos, a arquitetura inserida numa narrativa sobre o passado também se comporta como um evento com uma data de origem, e não necessariamente como um objeto que pode possuir ampla existência extensa no tempo, ou seja, uma longa duração (Braudel, 1958).

Nos gráficos a seguir (imagens 09 e 10) é possível perceber, a partir da representação sequencial des-



Imagens 7 (à esquerda) e 8 (à direita)
Movimentação em conjunto dos balizadores numéricos associados ao título das imagens das sete narrativas com evidência no eixo X. Movimentação em conjunto dos balizadores numéricos associados ao título das imagens das sete narrativas com evidência no eixo Y.
Fonte: Realizado por Ossani (2022)



ses dados, uma menor variação de idas e vindas no tempo cronológico, quando comparados com o gráfico do primeiro fator. A variação no eixo Y possui menor amplitude e, em alguns casos – como na narrativa de Bruand – estão praticamente referenciados ao contexto de um único século XIX-XX. Nos casos estudados, as correlações causais traçadas não seguem tantas movimentações, quando se consideram apenas as imagens da arquitetura incluídas nos livros.

Essa reflexão leva a outra inferência possível. O desenho visivelmente ritmado, de menor movimentação, e apesar da quantidade de imagens ser menor que os dados numéricos oferecidos ao longo do texto, parece reforçar a percepção de uma linha sequencial temporal em avanço crescente. Entretanto, essa percepção ascendente não é constante, nem se comporta de maneira a sempre seguir uma direção única, iniciando no menor valor numérico de ano coletado e seguindo em avanço constante ao último ponto coletado, levando ao maior valor numérico de ano. O fluxo do tempo cronológico em cada narrativa é inconstante, e não gera gráficos simples de desenhos iguais.

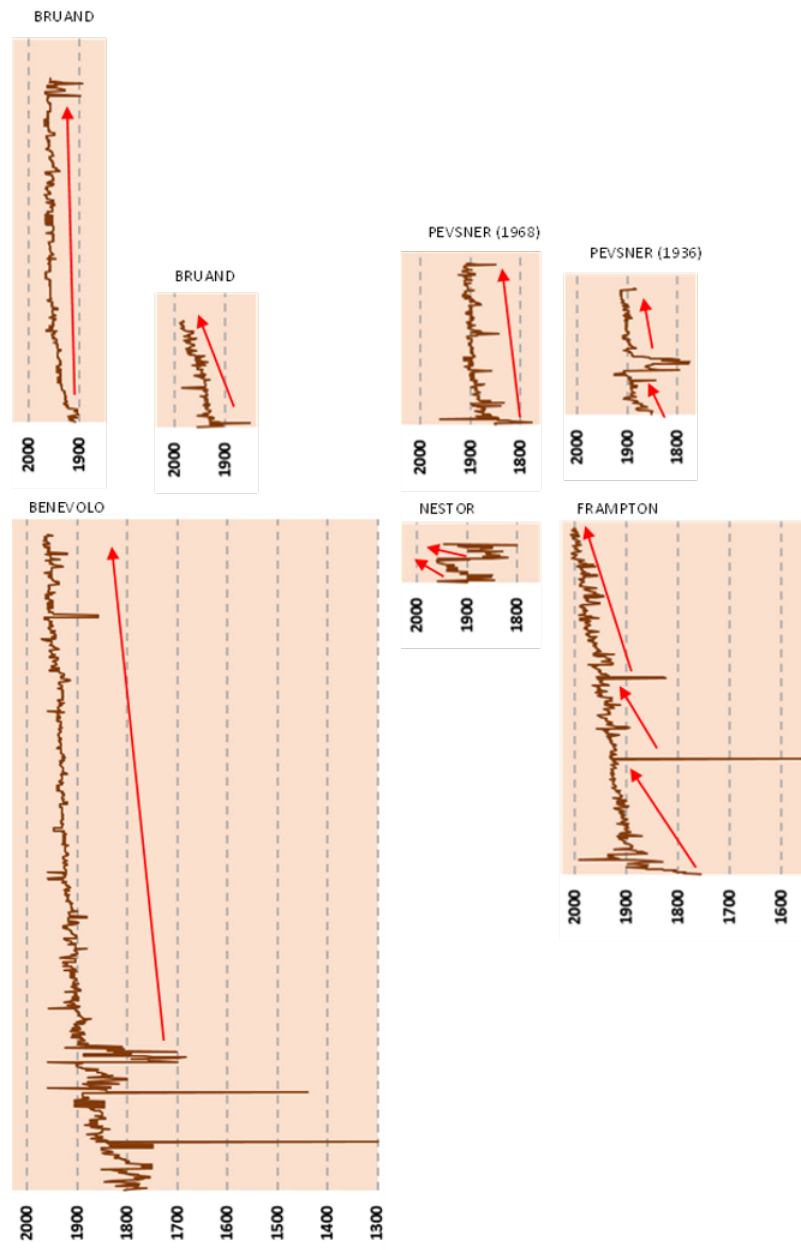


Imagem 9
Movimentação dos balizadores numéricos associados ao título das imagens com evidência no eixo Y. Fonte: Realizado por Ossani (2022)

O sujeito-autor, trabalhando a partir de seu amplo arcabouço de relações, organiza a ação de construção da narrativa, variada, mas com aparente movimento de fluxo progressivo. Esse movimento, supostamente ascendente (embora os gráficos revelem sua complexidade), pode estar relacionado à ideia de uma "linha do tempo" hipotética e crescente, que convencionalmente organizaria a narrativa histórica, como recurso linguístico, definindo os tempos em passado, presente e futuro, na relação do cômputo do tempo cronológico, que também se apresenta como crescente.

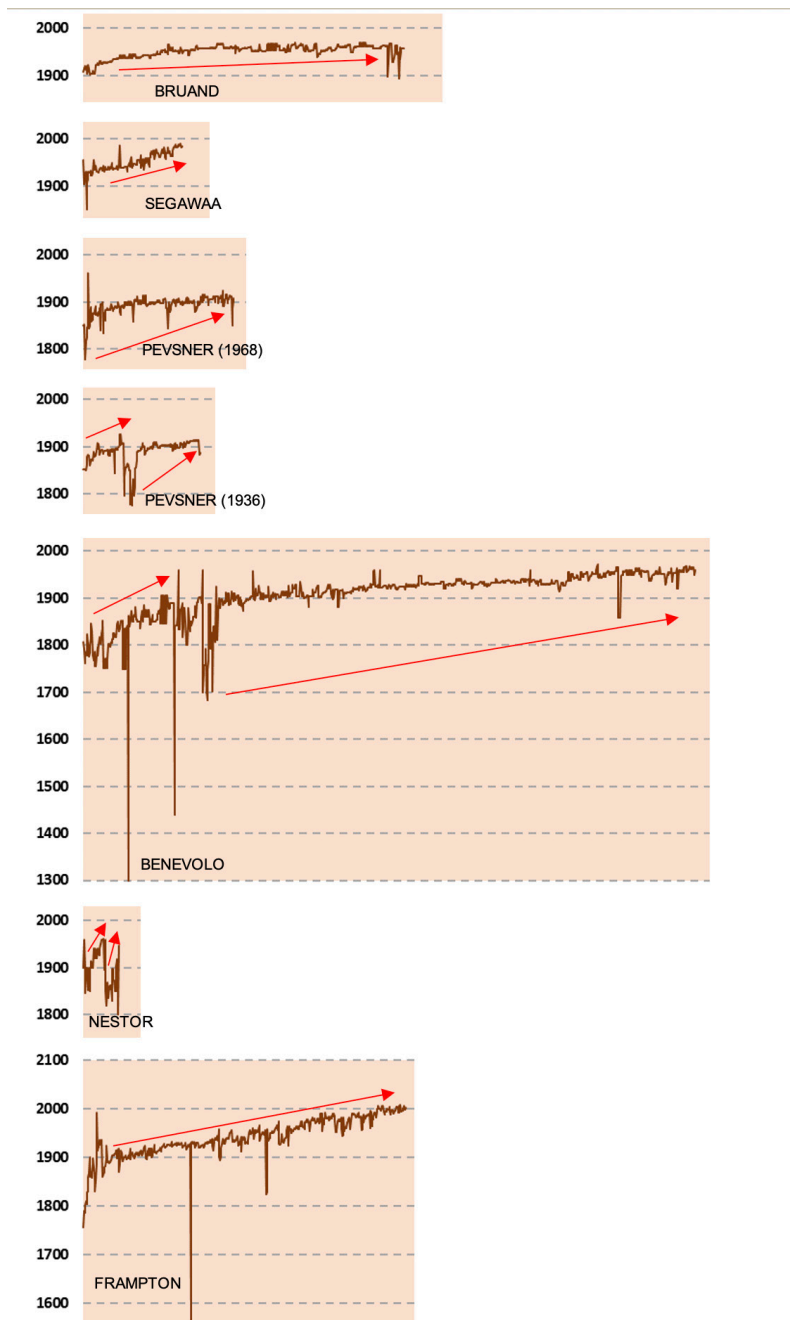


Imagem 10
Movimentação dos balizadores numéricos associados ao título das imagens com evidência no eixo X. Fonte: Realizado por Ossani (2022)

5. Cruzando os gráficos

Cruzando os balizadores numéricos dos eventos presentes no texto e os balizadores numéricos presentes nos títulos das imagens em novos gráficos foi possível confrontar como a movimentação do tempo cronológico se dá nesses dois momentos – texto e imagem (Imagem 11). Configurou-se a reunião de balizadores numéricos diversos, que estão em um arcabouço comum, e podem significar diversos eventos associados ao recurso do registro cronológico.

Os balizadores numéricos, como elementos estruturantes dentro da narrativa sobre o passado da arquitetura, apresentam-se em maior quantidade e movimentações no texto do que nos títulos das imagens de arquiteturas incluídas nos sete livros. Os balizadores no texto possuem maior movimentação, ou seja, constroem relações mais numerosas e de maior amplitude que os balizadores associados às legendas das imagens.

Vale ressaltar que, em muitas vezes, são introduzidos na narrativa balizadores que não estão diretamente associados ao objeto-arquitetura, mas conformam contextualizações oportunas. Para cada objeto-arquitetura incluído na narrativa há normalmente apenas um balizador numérico, ou um período numérico associado. O mesmo ocorre a partir de um evento político, cultural ou econômico, como nos seguintes exemplos: a Semana de Arte Moderna de 1922, a aprovação da Lei Chapelier em 1791 e o edifício da Shell em Haia, do arquiteto J. J. P. Oud, associado no título da imagem ao ano de 1938. Acontecimento contextual político ou cultural representado da mesma maneira na narrativa que o objeto arquitetônico, porém, quando observados na realidade específica de cada um, possuem durações de existências e transformações bem distintas.

Também, a constatação de um certo fluxo temporal em avanço é perceptível e, parcialmente confirmada pelos balizadores numéricos nos títulos das imagens. Nas narrativas de Bruand, Segawa, Benevolo e Frampton essa percepção aparece mais visível, enquanto nas de Pevsner (1936) e Reis Filho aparece em apenas alguns trechos. Já na narrativa de Pevsner (1968) existe quase uma simbiose entre os dois balizadores numéricos.

Quando vistos a partir dos títulos das imagens de arquiteturas incluídas nas narrativas, os balizadores numéricos se comportam de maneira semelhante àqueles balizadores que estão pontualmente distribuídos no texto. Essa inserção segue assim o modelo de associação a um único valor numérico, normalmente referente a anos, ou a partir de um período com dois valores, também em "anos"; e em alguns poucos momentos esses valores são associados a séculos.

Mesmo existindo essa associação entre balizador numérico e imagem de arquitetura não é possível saber com exatidão o que isso representa em relação ao objeto. Ao contrário de um documento escrito em determinado ano ou de um evento político que ocorreu em outro determinado ano, o objeto arquitetu-

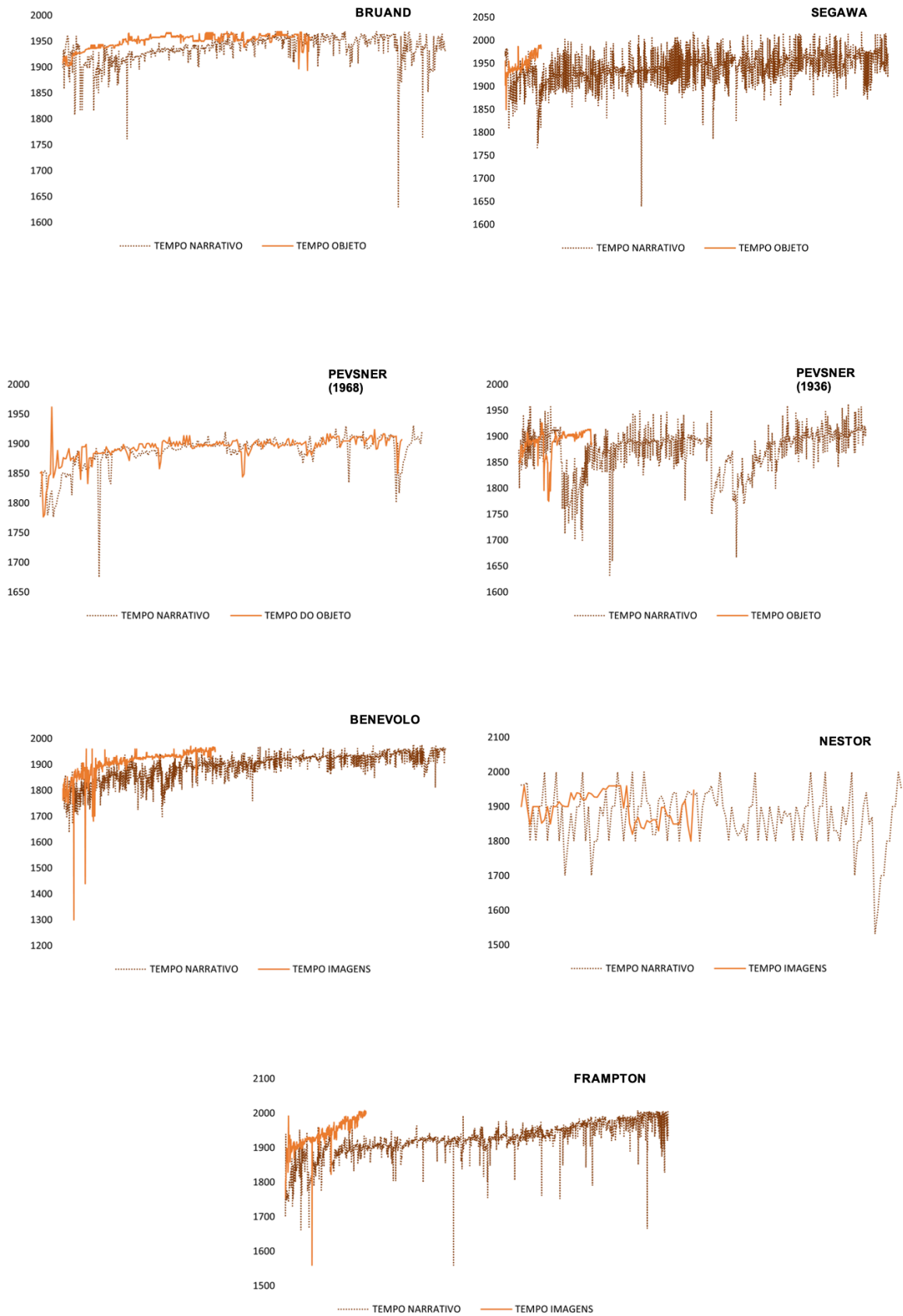


Imagem 11
Movimentação dos balizadores numéricos no texto e na imagem nas sete narrativas.
Fonte: Realizado por Ossani (2022)

ra possui diversas temporalidades associadas a ele, uma vez que possui extensão no tempo cronológico, tanto antes como projeto, como após ser construído (e, eventualmente, quando já tenha sido demolido ou drasticamente transformado). Ao ser tratada também como um acontecimento geral, com apenas um registro pontual cronológico, normalmente originário, as obras de arquitetura podem de maneira equivocada serem representadas.

Além disso, grande parte das narrativas históricas gerais, com foco em eventos políticos, econômicos e sociais, num sentido mais amplo, vão se apresentando em progressão, no cômputo do tempo cronológico. Como visto na amostragem os objetos arquitetura não são totalmente possíveis de serem demonstradas desta maneira, pois apesar de frequentemente associadas as suas origens, as relações causais que permeiam as narrativas arquitetônicas tendem a retornar com a mesma obra ou o mesmo arquiteto/a em outros momentos do texto, propondo relações de influências, o que acaba, na realidade dos fatos apresentando uma visão dissonante do objeto arquitetônico em sua realidade construída. Sem a possibilidade de associação a outros marcos cronológicos ao longo de sua existência e transformação.

6. Algumas Inferências

A mesma obra de arquitetura raramente retorna à narrativa a partir de outro balizador numérico cronológico, além daquele que a relaciona ao contexto inicial. Sua reinserção na narrativa, entretanto, pode ocorrer a partir da construção de uma oração relacional com outras obras; e nesse caso, é usado como referência o mesmo balizador numérico indicado como de sua origem, fixando aquele objeto no tempo passado. Como se, no período entre sua origem e um possível momento posterior, quando é reintroduzida na narrativa, aquele objeto não tivesse se modificado. Esse entendimento cria uma dissonância entre a realidade do objeto e sua reinserção na narrativa, pois em muitos casos essa imagem originária pode ser diferente da realidade posterior, seja do momento em que volta a ser invocado, seja do momento em que a narrativa foi escrita. Um dos exemplos é sobre o edifício Esther no livro de Segawa (1998, p.85-86) que é introduzido e argumentado no texto por meio do final dos anos 1930, a partir de sua impactante inauguração, mas o livro apresenta uma imagem do edifício (figura 47, p.86) com Álvaro Vital Brazil a frente dele de 1985, no qual o edifício já representava outra situação contextual, que não é mencionada.

Outro exemplo, encontra-se no livro de Segawa (2018, p.194) no subitem “Reintroduzindo a vitalidade”, dentro do capítulo 9 “Desarticulação e Rearticulação? (1980-1990)”. O autor comenta:

Em fins de 1979, um grupo de jovens arquitetos de Minas Gerais iniciava a publicação da revista Pampulha. O título era uma óbvia referência ao principal marco do modernismo arquitetônico brasileiro em terras mineiras – conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer em 1939. (Segawa, 1998, p.194).

Em vista do momento cronológico no qual a narrativa se encontra (1980-1990), o resgate do argumento do marco modernista do conjunto da Pampulha, para justificar o nome da revista, não considera as transformações do próprio objeto, que na realidade, como grande parte das obras arquitetônicas passou por momentos não tão gloriosos. Não se discute neste artigo se Pampulha foi ou não um marco, mas a retórica usada por Segawa (1998) parece apresentar um destaque maior a visão do objeto na sua origem ou no viés tipológico, como marco do modernismo brasileiro, do que a própria condição do objeto em si. O que corrobora essa visão está no fato de que Segawa não traz, neste trecho, nenhuma outra temporalidade associada ao objeto desde sua origem, em 1939 até 1980-90, preferindo preservar a imagem do objeto como marco histórico. Segundo Mendonça (2013, p.23):

O edifício do Cassino, um dos que compõe o conjunto arquitetônico da Pampulha, foi inaugurado em 1943 e abrigou sua função original até 1946 quando, por decreto-lei, o então presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu jogos de azar no Brasil (...). De 1947 a 1957 o edifício permaneceu praticamente abandonado, quando após ser destinado a prefeitura de Belo Horizonte foi criado no local o Museu de Arte de Belo Horizonte. (Mendonça, 2013, p.23-24).

Ao longo da narrativa, que caminha por um fluxo cronológico, o objeto arquitetura também pode se transformar ou a própria imagem titulada a partir do ano de sua origem, pode não corresponder ao ano apresentado, ser uma imagem posterior a sua criação, representando apenas uma ilustração no texto e não um argumento.

Se objeto arquitetura, pudesse ser incluído considerando sua extensão física no tempo e no espaço e, não só como aquilo que aconteceu, possivelmente haveria um número maior de balizadores numéricos associados a esse objeto. Dando conta das transformações necessárias à sua existência no tempo cronológico, podendo inclusive seguir para além do término do próprio livro. Consequentemente, a narrativa poderia

traçar uma maior complexidade de relações entre as arquiteturas e outros acontecimentos políticos, econômicos etc., deixando a narrativa panorâmica secular ser tratada ainda mais na superfície. Talvez, assim fosse necessário incluir menos obras de arquitetura, já que cada uma seria vista a partir de mais momentos contextuais, no fluxo finito da narrativa. Por outro lado, a inclusão de arquiteturas relacionadas apenas a um único período cronológico dá margem à inclusão de mais arquiteturas, ainda que resulte em um problema de outra ordem: o de olhá-las apenas a partir das suas origens.

A inclusão do objeto arquitetura como evento pontual e finito no tempo, também induz que a sua tratativa, ao longo da narrativa, receba a mesma conformação de um evento político, econômico etc. a partir de uma contextualização breve e relacional a sua criação. Entretanto, se visto a partir da ótica do próprio objeto, certamente haveria uma demanda descritiva específica – ou seja, a inclusão do objeto arquitetura a partir das suas próprias complexidades, suas transformações espaciais, de implantação, forma, materialidade, entre outras variáveis. Nesse caso, seria necessária uma análise descritiva mais densa, suspendendo provisoriamente a associação cronológica na narrativa; mas que pudesse, ao mesmo tempo, ainda ser vista a partir da ótica contextual.

A possibilidade de suspensão do balizador cronológico é algo quase incompatível, pois é uma das partes que compõe a estruturação das narrativas sobre o passado humano, que o reconhece como referência para compreensão do conhecimento múltiplo e complexo. Desse modo, talvez, as histórias da arquitetura presentes nos livros, como documentação escrita sobre o passado, esteja mais relacionada ao objetivo da construção de uma história de eventos, tendo a arquitetura como recorte temático. Contrariamente, ou alternativamente, seria possível criar um outro possível objetivo no conhecimento sobre as arquiteturas na história: na apreensão de elementos relativos ao objeto em si, sua relação projetual, além dos acontecimentos contextuais que podem vir a se relacionar com ela ao longo de vários outros períodos de existência.

Considerações Finais

O elemento estruturante balizadores numéricos parecem ser empregados subjetivamente, como um instrumento administrado pelo sujeito-autor na construção da narrativa. Os balizadores numéricos condicionam certa percepção crível da escrita na terceira pessoa,

dando destaque aos fatos e não a uma suposta opinião superficial; mas nem sempre os fatos estão acompanhados desse fator de verificabilidade. Em grande parte das narrativas, na sua ação de posicionamento, o sujeito-autor constrói e desenha sua retórica a partir das convenções relacionais humanas, operando na percepção superficial da história como fato verídico e unívoco e não da história como uma interpretação editada sobre o passado.

No modo narrativo, que organiza e relaciona os eventos selecionados do passado, alguns balizadores numéricos se fazem presentes. Numa compreensão mais ampla e generalista sobre a temática central da publicação, há uma percepção condicionada pela sequencialidade da narrativa, como representação textual do passado, pautada na convenção de que está estruturada minimamente em três partes: início, meio e fim. Nessa estrutura os balizadores numéricos servem como identificadores da verificabilidade do acontecimento ou argumento apresentado, no emaranhado de possibilidades lógicas de construir considerações sobre o passado. Ao mesmo tempo, atuam como índices de referência, limitando as demais construções relacionais realizadas pelo sujeito-autor, pois tornam inevitável uma comparação de sequencialidade.

Na ordem narrativa as lógicas construídas pelo sujeito-autor indicam outras possíveis relações, que são percebidas, ou não, pelo interlocutor. Os gráficos gerados a partir da coleta dos balizadores numéricos, presentes no texto dos livros selecionados, ajudam a entender essas relações subjacentes. A partir dessas representações visuais é possível demonstrar que o fluxo cronológico das narrativas possui movimentações que alternam períodos de ascendência e períodos de descendência temporal, sem aparente lógica ou ritmo constante. Desse modo, a convenção que estrutura o livro em início, meio e fim (ou em origens, corpo e resultante da temática histórica central), não apresenta uma continuidade simples e crescente na apresentação dos fatos. O fator evolucionar, correlacionado ao avanço desses fatos no tempo, não ocorre necessariamente de forma linear; e esse caso, o termo evolução estaria mais próximo de um entendimento como "movimentação", e não uma constante de aprimoramento ou melhoramento.

Na amostra estudada, os fatos selecionados e presentes nessas narrativas históricas não são incluídos numa linha do tempo cronológica e ascendente constante, e sim apresentam desenhos complexos, que resultam da representação dos posicionamentos

indicados pelo sujeito-autor, avançando e se retraindo na linha cronológica. Os discursos supostamente “evolucionais” da arquitetura, dentre os presentes na análise estão Bruand e Reis filho, ao longo da história, colocando o termo “evolução” como uma progressão ao aprimoramento, que caminha do passado para o futuro, ou de uma cronológica anterior em direção à posterior, de fato, não existe, pois, essa suposta “evolução” não ocorre numa via única direcional cronológica, mas está ligada a diversas conexões que vão sendo construídas ao longo de cada capítulo. Ou seja, a movimentação cronológica dos balizadores numéricos numa linha contínua, mas em movimento de multiplicidade direcional, representa o desenho do conteúdo específico proposto por cada sujeito-autor.

Ao considerar as imagens intercaladas com o texto e os títulos dessas imagens, nas quais existe a identificação de outro balizador numérico, foi possível perceber que o posicionamento das arquiteturas, como imagens, se aproxima mais da visão convencional que estrutura a narrativa como início, meio e fim, em associação a uma linha crescente e imaginária do tempo cronológico. Na coleta sequencial e processamento desses dados numéricos, os gráficos resultantes mostraram que existem movimentações ritmadas, como nas representações gráficas dos balizadores numéricos no texto, e que esse movimento dita certo direcionamento ascendente.

Na sequência de uma linha imaginária do tempo sobre o século XX, cada arquitetura é normalmente representada por uma imagem, posicionada a partir de um único “cronos”, frequentemente o originário. Assim, ao longo de toda essa linha temporal, essas imagens são inseridas como eventos gerais (a exemplo dos políticos e econômicos), ocupando apenas uma posição. Isso leva à percepção de que, nesse caso, a inclusão do objeto na sequência de eventos é mais importante do que a compreensão sobre do objeto em si mesmo.

Como uma ilustração estática no tempo, através dos gráficos, a arquitetura como temática específica apresenta-se a partir da hipótese gerada pelo narrador, que a posiciona na narrativa à semelhança de um evento histórico geral, e não completamente como um objeto arquitetônico – pois ela se mostra fixada, a partir do balizador numérico de origem que a fez ser incluída, o que a condiciona a apresentar-se sob um único aporte contextual e uma única imagem de representação.

Finalmente, os estudos aqui apresentados podem apoiar a possibilidade de outras maneiras de organizar

as narrativas; por exemplo, onde cada objeto/arquitetura pudesse ocupar, nesse tempo cronológico definido pela sequência do texto, tantas outras posições quantas necessárias, transformando-se e estabelecendo a cada momento outras relações contextuais.

Referências

- ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português, *Ler História* [online], 69 | 2016. Disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2496>. Acesso em 03 nov. 2021.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Tradução Jonathan Menezes et. al. Londrina: EDUEL, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. *História e Pós-Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- _____. Retrodição – Um problema para a construção do tempo histórico. *Ler História*, 65, 2013, 129-155.
- _____. *Teoria da História*. A Escola dos Annales e a Nova História. Volume V. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. Os usos da temporalidade na escrita histórica. *SAECULUM. Revista de História*. Volume 13. João Pessoa, jul./ dez. 2005.
- BONTA, Juan Pablo. *American Architects and Texts: American Architects & Texts*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences sociales: La longue durée. In: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 13 année, N. 4, 1958. pp. 725-753. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781. Acesso em 25 de maio de 2020.
- BRUNER, Jerome. The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*. Vol. 18, No. 1, pp. 1-21, outono, 1991. Disponível em: https://www.sas.upenn.edu/~cavitch/pdf-library/Bruner_Narrative.pdf. Acesso em 23 dezembro de 2021
- CARRARD, Philippe. *History and Narrative: An Overview: Plenary*. Narrative Matters 2014: Narrative Knowing/Récit et Savoir, Sylvie Patron et Brian Schiff, Jun 2014, Paris, 2014. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01240979/document>. Acesso em 25 de maio de 2020.
- CASEY, John. Review: Histories of the Immediate Present: Inventing Architectural Modernism by Anthony Vidler. *Journal of the Society of Architectural Historians*. June 2010, 69, pp. 286–288. <https://doi.org/10.1525/jsah.2010.69.2.286>. Acesso: 20 de julho de 2020.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus, D.L. 1997
- COLLINGWOOD, Robin George. *The idea of history*. Londres: Endeavour Compass, 2015.
- GARDINER, Eileen e MUSTO, Ronald G. *The Digital Humanities: A Primer for Students and Scholars*. New York: Cambridge University Press, 2015.

GENETTE, Gérard. Boundaries of narrative. *New Literary History*. Vol. 8, No. 1, outono 1976, pp. 1-13. Acesso em 23 dezembro de 2021. Disponível em: <http://users.clas.ufl.edu/burt/PROUST2021INCOMPLETENOVEL/BoundariesofNarrativeG%C3%A9rardGenette.pdf>. Acesso em 23 dezembro de 2021

IGGERS, George G. *Historiography in Twentieth Century*. Middletown, Wesleyan University Press, 1997.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Tradução Mario Vilela. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MENDONÇA, F.M. *Arte e Arquitetura – diálogo possível: um estudo de caso sobre o Museu de Arte da Pampulha*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

RAGO, Margareth et.al. *Narrar o Passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2014.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo III*. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. *Past & Present*. Oxford University Press, nº. 85, 1979, pp. 3-24.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Knei-pp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franco Neto. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2014.

_____. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 1990.

_____. *La ficción de la narrativa. Sobre historia, literatura y teoría 1957-2007*. Traducción de María Julia De Ruschi. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.

_____. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*. Vol. 7, No. 1, pp. 5-27, outono, 1980. Acesso em 23 dezembro de 2021. Disponível em: <https://digitalrhetoricandnetworkedcomposition.web.unc.edu/wp-content/uploads/sites/11343/2016/01/white-value-of-narrativity.pdf>

As Tintas e Cores do Imaginário: a abordagem de Gilberto Freyre do imaginário da casa

Daniel J. Mellado Paz

PAZ, Daniel J. Mellado. As Tintas e Cores do Imaginário: a abordagem de Gilberto Freyre do imaginário da casa. *Tbésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 469, out 2024

data de submissão: 18/02/2024
data de aceite: 13/05/2024

Daniel J. Mellado PAZ é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; professor da FAUFBA; danielmelladopaz@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta a abordagem do escritor e cientista social Gilberto Freyre (1900-1987) a respeito do imaginário em torno da casa, tema central em sua obra. O imaginário, dimensão essencial da existência humana, na obra freyreana é estudada a partir de três instâncias. A primeira, dos recursos empregados para proteção da casa e da família: a profilaxia, os rituais, o papel da fauna e da flora, os talismãs e recursos mágicos, assim como os santos. A outra instância é a da família ampliada para abrigar parentes invisíveis, como os santos e os mortos, e a presença de assombrações. Por último, do que chamamos de ecologia fantástica, que envolve os significados conferidos à flora e fauna, os augúrios que estes traziam e aquelas criaturas sobrenaturais dos pesadelos.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; imaginário; casa; casa brasileira

Abstract

The paper presents the approach of writer and social scientist Gilberto Freyre (1900-1987) on the imaginary around the house, a central theme in his work. The imaginary, an essential dimension of human existence, in Freyre's work is studied from three instances. The first concerns the resources used to protect the home and family: prophylaxis, rituals, the role of fauna and flora, talismans and magical resources, as well as the saints. The other instance is that of the family extended to shelter invisible relatives, such as saints and the dead, and the presence of ghosts. Finally, what we call fantastic ecology, which involves the meanings given to flora and fauna, the omens they brought and those supernatural creatures from nightmares.

Keywords: Gilberto Freyre; imaginary; house; brazilian house

Resumen

El artículo presenta el enfoque del escritor y científico social Gilberto Freyre (1900-1987) acerca del imaginario en torno a la casa, tema central en su obra. Lo imaginario, dimensión esencial de la existencia humana, en la obra de Freyre es estudiado desde tres instancias. La primera se refiere a los recursos empleados para proteger el hogar y la familia: profilaxis, rituales, el papel de la fauna y la flora, talismanes y recursos mágicos, así como los santos. La otra instancia es el de la familia extendida para albergar a parientes invisibles, como los santos y los muertos, y la presencia de fantasmas. Finalmente, lo que llamamos de ecología fantástica, que involucra los significados que se les da a la flora y la fauna, los presagios que traían y aquellas criaturas sobrenaturales de las pesadillas.

Palabras-clave: Gilberto Freyre; imaginario; casa; casa brasileña

Introdução

O recorrente apelo a Gaston Bachelard, à sua *Poética do Espaço*, indica em boa medida uma carência sentida pelos pesquisadores da Arquitetura por reflexões sobre o espaço construído, em busca de algo que penetre não apenas no interior das casas, mas na sua intimidade. Nas longas horas da infância, na riqueza do cotidiano, as camadas de sentimento decantadas em cada cômodo da casa, em cada móvel, e na espessura das memórias.² A questão está em encontrar um instrumental que permita essa espeleologia simbólica e sentimental. A obra de Bachelard é de 1957. Mas antes disso nós, brasileiros, já tínhamos Gilberto Freyre.

² O título, tradução fiel do original (*La Poétique de l'Espace*), é enganoso: não desenvolve uma poética do espaço. De entrada, concentra-se no que Bachelard (2005) considera serem imagens primordiais e fecundas, que apenas a poesia pode revelar, e que alimentam a imaginação sonhadora. Há uma poética geral da casa, do abrigo, de certos móveis e de certas partes da moradia, e daí salta para imagens associadas – o ninho, a concha –, como expressões naturais e arcaicas do abrigo e refúgio, e de uma relação escalar – a miniatura e a imensidão. A tentativa de empregar Bachelard não raro soa mais como uma obra de engenharia intelectual do que a aplicação de conceitos promissores.

³ Esse termo empregava, a partir dos irmãos Edmond e Jules Goncourt, para o que se chama no Brasil hoje de “história da vida privada” derivado do projeto de Philippe Ariès (1914-1984).

⁴ Assim como no extenso conjunto da literatura consultada. Muito foi publicado sobre Gilberto Freyre na revista *Ciência & Trópico*, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco. O tema do imaginário é uma lacuna significativa. No entanto, não faz sentido citar ausências.

O escritor (como gostava de definir-se), intelectual e cientista social pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) procurou em sua obra, entre outras coisas, delinear do Brasil a sua *história íntima*.³ E parte dessa história das alcovas, das sensibilidades, do cotidiano, seria uma “história secreta”, a alma mesma de um povo, que transparece por todos os lados sem ser de modo algum quantificável. Nela, e na história cultural que elabora, está a dimensão do *imaginário*.

Maria Lúcia Pallares-Burke e Peter Burke (2009), em seu valioso trabalho sobre a história cultural e a sociologia de Freyre, por exemplo, deixaram escapar esse aspecto.⁴ O imaginário – lendas, superstições, agouros, pequenos rituais – faz parte da própria cultura a ser estudada. Pode ainda ser tratado como porta aberta para outros aspectos da sociedade, inclusive para algo ainda mais profundo: “a história que esse povo sente ser para ele mais real que a real; mais verdadeira que a que vem contada nos livros apenas lógicos, racionais, objetivos” (Freyre, 2010a, p.327). O imaginário aparece a todo momento na obra freyreana, em vários níveis que o escritor não busca distinguir e que precisamos demarcar

Um desses níveis está na semiótica social, na comunicação do *status* dos estratos da sociedade, o real e o aspiracional. Como ocorria às taças de ouro e na prataria – nas baixelas, pratos e talheres, nas bridas e estribos dos cavalos, e nos cabos das facas de ponta (Freyre, 1941) – no Brasil Colônia. No Brasil Império, a arrumação, tipo e matéria-prima dos móveis nos sobrados comunicavam as hierarquias sociais (Freyre, 2004; 2013b), como adereços como chapéus de sol, guarda-chuvas e bengalas, conotando autoridade em sua matéria e forma (Freyre, 2004). Ou como os ócu-

los nas populações nativas da Guiné e Angola, ostentados com orgulho (Freyre, 2020a).

Chamava de *transobjetos* toda uma série de artefatos “quase místicos”, que se destacavam dos demais por ganharem outros significados. Como o relógio de parede, que se paralisava no instante da morte do dono da casa nas lendas familiares. Processo similar se repetiria com álbuns de retrato e móveis como sofás e cadeiras, tornando-se objetos de antiquário que “não deixam de guardar, como frascos de perfumes vazios, as fontes de velhos odores” (Freyre, 1979c, p.21). Merecera sua especial atenção o piano (Freyre, 1987), e, em outro momento, a cama dos noivos (Freyre, 1979a).

Um outro tópico da história secreta está nas lendas, tão poeticamente expressas em toponímias, algo que desde cedo lhe chamara a atenção. Já em 1924, diante da mudança de nome das ruas e lugares de Recife, Gilberto Freyre se indignara com o apoio do Instituto Arqueológico de Pernambuco para renomear a área conhecida como *Encanta-Moça* para Santos Dumont, pois, sendo uma falsificação histórica, nada teria a dizer. A visão histórica do Instituto era tristemente estreita: limitava-se aos fatos. Seria como ignorar a lenda de Dom Sebastião, o Encoberto, ou a origem mítica de Roma, falsidades históricas fundamentais para Portugal e Roma Antiga, respectivamente. A história fabulosa de algum lugar tinha um “não-sei-quê de subterraneamente verdadeiro, e às vezes tão fundas que no seu sentido íntimo [...] são as superstições e os mitos que animam a História” (Freyre, 1964b, p.17).

O estudo da obra de Gilberto Freyre neste caso traz camadas que se mesclam. O que nos interessa aqui são os aspectos mais gerais, metodológicos, e os itens e temas que observa de modo constante e sistemático ao longo das décadas. No entanto, estes se orientam em função das teses que sustenta. E, ademais, o período que estuda. Apesar de ser extenso – do Brasil Colônia ao começo da República – muito corre o risco de perder atualidade nos dias de hoje. Por último, a miríade de exemplos que dispõe. Vamos incorrer nos dois últimos estratos – o quadro geral do país e os exemplos – a título de ilustração. E, no tocante ao imaginário, as possibilidades de interpretação que abre.

1. A Proteção da Casa

Para Freyre, o protagonismo do processo formador do Brasil coube não à Coroa ou à Cruz, mas às famílias,

ou, à Família, conduzindo a amálgama cultural, a hibridização. Na casa, na Casa Brasileira teria ocorrido a mescla mais íntima – material, cultural, genética – que formou o país. Das vidas humanas nas alcovas, das espécies vegetais e animais nos quintais, dos alimentos nas cozinhas, e nas próprias transformações materiais e tipológicas da moradia. No seu entender a casa era um complexo social, manifesto em vários elementos da vida, e era um tema em si mesmo, de constante investigação.⁵

⁵ Não era um jogo de cena. De fato, gostava de visitar casas, das maiores às mais simples, e ainda recorria ao seu desenho. No Algarve, praticou desenhar a lápis as tão pitorescas chaminés, “mas era tal a variedade delas que abandonei a ideia de procurar descobrir predominâncias de gosto ou de motivos entre tantas diferenças de fantasia ou de aventura artística” (Freyre, 2010a, p.178). E na África, em viagem de Luanda a Dundo, sempre que passavam por um vilarejo, pedia aos companheiros para lhe darem um tempo, e assim ele conseguia “desenhar a lápis palhoças, mucambos, às vezes figuras de homens, penteados de mulher” (Freyre, 2010a, p.393).

Essa casa via-se cercada por ameaças. O abrigo é tanto para entes reais – ladrões e moleques – como para os imaginários – miasmas, demônios, mau olhado, as “malícias do ar”, como citou. Fazia parte do invólucro protetor da casa, além dos muros, todos aqueles recursos que Freyre chamava de *profilaxia*, e que mereciam sua atenção. Os recursos profiláticos eram dos mais diversos tipos: rituais, talismãs, formas de animismo e o catolicismo popular, em alguns momentos, de feição mais instrumental. Bons augúrios ou maus presságios eram comunicados pelas coisas mais diversas.

Temos rituais de entrada ou que estabeleciam os limites da casa, o domínio da família contra os poderes adversos. Por exemplo, entrar com o pé direito (Freyre, 2004), ou a fogueira no quintal ou defronte da casa a resguardar-lhe contra o diabo na noite de São João (Freyre, 1942).

Vinham a fauna e flora em defesa mágica da casa. Afora os animais de verdade, havia os protetores inanimados. Leões e dragões de pedra ou louça (Figura 1), contra os espíritos maus, o que creditava ser um traço indiano transplantado ao Brasil (Freyre, 2010b). Como talismãs, certas partes de animais protegiam contra o mau olhado – mariscos, búzios, dentes de jacaré e de cobra – e para trazer sorte, ferraduras de cavalo e chifres de boi (Freyre, 1951). Para o mesmo fim, vira na Índia plantas em jarros ou umbrais de jardim, em casas nobres e em simples cabanas (Freyre, 2010b); em hermas nos pátios internos, ou ainda o revestimento do chão com uma camada de esterco de boi (Freyre, 1962). Entre os muçulmanos indianos, o emprego do manjeriço (Freyre, 2010a). No Brasil, contra o mau olhado serviam a arruda ou o pinhão roxo plantados no quintal (Freyre, 1942). Plantas também sinalizavam a presença do malefício do “olho de seca-pimenta” – como a pimenta ou a rosa –, como o canário em uma mina de carvão (Freyre, 2004).



Figura 1

Leões petrificados protegendo a entrada de uma casa, provavelmente um sobrado. Ilustração de Luís Jardim, para o *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*

Fonte: Freyre, 1942

Plantavam-se também espécies olorosas – angélica, bogari, canela – para limparem a casa. Na época, o perfume era mais que um bom odor, mas um poder purificante, que combatia e vencida os miasmas nocivos, neutralizando seu cheiro e também sua força maléfica.⁶ Estavam presentes nas festas, no luto e no culto aos santos, como a perpétua, a saudade, a sempre-viva, cujos nomes poéticos elogiava, indicando essa atmosfera vaporosa de sonho. Os odores denunciavam as fases da família: cheiro de canela vindo da casa era “casamento, batizado, o filho doutor que chegava da Europa ou da Corte. Cheiro de alfazema era menino novo. Cheiro de incenso, missa na capela ou defunto” (Freyre, 2004, p.320).

Os recursos mágicos avançavam para formas populares e instrumentais do catolicismo. Palavras em papéis postos nas portas, paredes e grandes móveis, que fechavam a casa contra ladrões, enfermidades e outros malefícios (Freyre, 1979c). No Rio Grande do Sul encontraria as “pombinhas”, acabamento nas quinas dos telhados que, evocando um pombo pousado, remetia ao Espírito Santo (Freyre, 1971). Pois para fins profiláticos estavam nas casas os santos católicos e “figuras de xangô” (Freyre, 1967a). Casas-grandes e sobrados patriarcais eram protegidos pelos santos, e São

⁶ A crença nos perfumes como um poder benfazejo que destrói ou expulsa os miasmas, nocivos e nauseabundos, é bem explicado por Alain Corbin (1987). Em nada da literatura pesquisada de Freyre ele parece aludir a essa profunda diferença entre os atributos e mesmo natureza dos odores. Mas Corbin aprofunda uma intuição pioneira – ao menos no Brasil – de Freyre: a historicidade dos sentidos. Que é melhor desenvolvida no seu *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*, de 1939 (Freyre, 1997).

Jorge, com seu cavalo, era um guardião e hipóstase celeste da condição senhorial da aristocracia (Freyre, 2004). Invocavam-se os santos “nos seus instantes mais pungentes de dor; nos transe mais agudos das suas batalhas; nos seus naufrágios; nas suas doenças; nas suas angústias” (Freyre, 1978, p.134). Mas estariam ligados essencialmente ao conjugado casa/família em seus apelos.

Os santos eram solicitados nos afazeres domésticos: São Bento era invocado para a proteção dos doces contra as formigas, praga secular de cuja ferocidade nos olvidamos. Contra esses inimigos, mais o mofo, o cupim e a traça, papéis com orações, como a Jesus, Maria e José ou a São Brás postos na porta do guarda-comida. E nos sobrados, mal-iluminados, cheios de frestas no assoalho, sempre se perdia um dedal, uma medalha, uma chave, cuja recuperação ficava a cargo de Santa Engrácia e São Longuinho, superados em poder milagroso apenas por Santo Antônio (Freyre, 2004; 2006a). Se os santos colaboravam na casa, eram invocados em cada etapa da ida biológica e social da família: o namoro, o casamento, a reprodução, a criação dos filhos.

Os santos mais importantes seriam aqueles aos quais a imaginação popular atribuiu “milagrosa intervenção em aproximar os sexos, em fecundar as mulheres, em proteger a maternidade” (Freyre, 2006a, p.326), como São João, Santo Antônio e São Pedro, casamenteiros. Recorria-se a São Gonçalo do Amarante para casar as mulheres mais velhas ou revogar a esterilidade. Cada etapa requeria ajuda, como o parto – algo eminentemente doméstico em tempos idos –, com o auxílio da parteira da família, para o qual se recorria às denominações de Nossa Senhora a esse momento relacionadas – do Parto, do Bom Sucesso, do Ó, da Conceição (concepção), das Dores. A proteção das crianças, até pela alta mortalidade infantil de outros tempos, era algo importante. Não raro uma profilaxia ancestral disfarçava-se de devoção católica ou ornamento, na forma de adereços pendurados ao pescoço da criança (Freyre, 2006a). A casa e seus elementos eram parte de círculos mágicos, a resguardar as famílias em sua integridade e continuidade. Até nos barcos encontrava tais recursos protetivos, incluindo contra os monstros que viviam no fundo dos rios e do mar. Com cores ligados aos santos de devoção, como nas barcaças pernambucanas (Freyre, 1968), e, no São Francisco, as gigantescas carrancas, inspiradas em animais – papagaios, onças, tigres, como apontara em texto de 1949 (Freyre, 1979c).

Do ponto de vista metodológico nem a cor lhe escapava, e acreditava haver encontrado essa constante, uma cor que passeava pelas coisas, e anunciava uma verdade sociológica. Pois era pelo viés da profilaxia que sondava o uso recorrente do vermelho vivo, do *encarnado*, pelo Brasil, feliz confluência de todas as vertentes que formaram o país (Freyre, 2006a). Repe-tiam-se os círculos mágicos: estava o vermelho vivo nas vestes da mulher brasileira, de Norte a Sul, com especial presença no Norte e Nordeste, e nas demais camadas. Em Portugal, por influência moura, também a cor tinha uma “mística” própria, e pintava-se de vermelho os barcos, as alminhas, os ex-votos, os arreios das bestas de cargas e as fitas em torno dos animais, mesmo as telhas das casas tinham virtudes mágicas por sua cor avermelhada, como dizia a quadra: “As telhas do teu telhado/ São vermelhas, têm virtude./ assei por elas doente./ Logo me deram saúde” (Freyre, 2006a, p.172).

Os ex-votos são mote constante da investigação freyreana, além do óbvio colorido do que era “a grande arte popular do Brasil colonial” (Freyre, 2011, s/p): esculturas de madeira, barro ou cera, de partes do corpo oferecidos em paga pela cura de alguma doença. Eram objetos que revelam os apreços por outros objetos, concreções dos vínculos simbólicos pela magia simpática. Para nosso interesse, era comum os ex-votos demonstrarem pedidos de intervenção divina (a São Severino, a Santa Quitéria, entre outros) na obtenção da casa própria, uma “quase mística”, pagos “sob a forma de miniaturas de casas em miniaturas de massa, de barro ou de madeira” (Freyre, 1979c, p.15).⁷

Para uma religião popular bastante material em seus contornos, a feitiçaria era um prolongamento natural, outra forma de domesticar as forças sutis da natureza. Sentido pela sociedade como poder efetivo, foi razão de prestígio, mesmo quando seu praticante era um escravo. Como lado obscuro daqueles ex-votos estavam os bonecos de cera ou de pano, simulacros que serviam para a magia simpática.

Os feitiços, incluindo transações com os poderes do mal, também se inclinavam para o sexo e a reprodução. Os recursos mágicos vieram da Europa, mas rapidamente se fundiram aqueles africanos, principalmente na proteção da mulher grávida e da criança “ameaçada por tantos males – febres, câimbra de sangue, mordedura de cobra, espinhela caída, mau-olhado” (Freyre, 2006a, p.405). Além de ervas, de efeito real como a maconha, ou em boa medida imaginário,

⁷ A intuição freyreana tem sido aprofundada por Artur Rozestraten, com pesquisa sobre o tema, e que publicou, com Daniele Queiroz, Gabriel Negri e Karina Leitão, livro sobre o tema: *Portadores: imaginário e arquitetura*. São Paulo: Editora São Paulo/ USP PRCEU/ FAU USP/ CNPq/ Annablume, 2015.

como o café que, junto com outras substâncias, muitas de extração corporal, eram veículo para poções do amor. Também para o resguardo dos recém-nascidos vinha o feitiço, em uma fusão entre a higiene corporal e a espiritual, contra o mau-olhado, malefícios e espíritos perversos. Freyre lembra a presença da mulher africana no cuidado das crianças das sinhás: a ama do menino, a negra velha (Freyre, 2006a), como do homem africano, os curandeiros que atuavam no século XIX, alguns verdadeiros babalorixás. Eram consultados pelas famílias para o emprego de suas ervas, artifícios e sortilégios – tema do romance *O Feiticeiro*, de Xavier Marques, de 1922, ambientado no período da Abolição, mas realidade como no caso do “preto Manoel”, na Pernambuco oitocentista (Freyre, 2004).

Os remédios populares caseiros e as ervas dos curandeiros tinham igual importância, como as simpatias familiares e os talismãs. Em Recife anotara alguns desses remédios caseiros, muitos com matéria-prima obtida no próprio quintal (Freyre, 1942). Dentro de um repertório que incluía o apelo aos santos e às forças sutis da natureza, com amuletos como figas de osso ou “pedras santas” (Freyre, 2013c). Independente da classe social. A diferença hoje profunda entre a superstição e a ciência, a magia e a técnica da Medicina, é atual; nem sempre fora sentida assim.

Mas aqui não se encerra ainda a presença do invisível.

2. Os Parentes Invisíveis

Para Freyre, a história do Brasil seria a de famílias ampliadas, que a tudo abarcavam e consideravam sua extensão. Como os escravos e outros agregados: “[n] a figura da mãe-preta. Da mucama quase pessoa de casa. Do malungo quase membro da família” (FREYRE, 1951, p.180). Família que ainda exercia alguma força gravitacional no meio urbano, com figuras como o médico de família e a parteira de família. Esse prolongamento da unidade familiar poderia ter sua contraparte intangível. A começar pelos santos.

Era “[i]mpossível conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre o devoto e o santo” (Freyre, 2006a, p.302). Os santos se tornavam presenças físicas através dos ícones, pela qual eram agraciados ou coagidos, quase pessoas de carne e osso com as quais se relacionar, praticamente gente da família (Freyre, 1978). As santas em suas imagens eram enfeitadas de jóias e sua roupa, cuidada. Nos acalantos, São José e Sant’Anna eram solicitados a ninar as crianças, tratados como “irmãos

mais moços de Jesus” (Freyre, 2006a, p.38). Porém, havia outra presença intangível, e ostensiva, na vida familiar: os mortos.

Freyre planejara uma tetralogia: concluindo *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, um quarto livro que retornaria à díade, polar e complementar, de construções tornadas símbolos: *Jazigos e Covas Rasas*: “um estudo das relações entre vivos e mortos, dos modos de sepultamento e dos esforços de eternização da família da casa patriarcal” (Freyre, 2004, p.24). Infelizmente não realizado, podemos conjecturar alguns dos elementos que nele forçosamente estariam presentes, e espalharam-se por outros livros seus.

Em primeiro momento da formação brasileira, os mortos estavam no lar. Nascia-se em casa, morria-se em casa. Nas últimas horas, a família chamava o padre (FREYRE, 2013c). Indício poderoso da importância da família patriarcal naquele Brasil de outrora era ter o corpo do morto “dentro” de casa, “junto dos vivos. Os avós junto dos netos. Os mortos como quase uma espécie de santos ancestrais. Inspiradores dos vivos. Orientadores dos vivos” (Freyre, 1979c, p.14).

Em um outro momento, o enterro nas igrejas, reorganizando a economia espiritual, criou uma profunda relação das famílias com tais templos, levados em longas procissões, muitas noturnas, em meio a tochas e ladainhas, ocasião para demonstração da importância e riqueza da família (Freyre, 1942; 2013c).

A externalização do lugar dos mortos, na forma de um equipamento urbano próprio, era correlato ao rearranjo de outras funções, antes sediadas na casa e albergadas pelas famílias ampliadas.⁸ Com a mudança para os cemitérios durante o Oitocentos, não sem protestos⁹, novos caminhos de interpretação se abriam. O morto era sustentado em uma “vida social”, como apontou repetidas vezes Luigi Pirandello, pela memória dos vivos.

Se não estava mais na mesma casa familiar, a nova casa dos mortos era um êmulo da dos vivos, e “de todas as formas de ocupação humana do espaço, a que representa maior esforço no sentido de permanência ou sobrevivência da família” (Freyre, 2004, p.45), que repetia e até aperfeiçoava a simbologia das casas-grandes e sobrados, na arquitetura e escultura. Eram defendidos – pois também os túmulos eram ameaçados – por figuras de dragões e leões, anjos e santos, dentre outros, e guarnecidos com as palmeiras-im-

⁸ No Brasil, a casa-grande cumpria várias funções: foi “fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos” (Freyre, 2006a, p.36), e ainda igreja, colégio, botica e hospital, oficina, convento de moças e harém (Freyre, 2004; 2006a). Ou seja, a história do Brasil era a da especialização, e espacialização, de funções, diminuindo mais e mais as funções sociais da Família. Abrir mão dos restos mortais dos ancestrais era parte de um processo mais amplo.

⁹ A obra de João José Reis (1991) de certa maneira aprofunda esse *insight* freyreano: dos rituais fúnebres, de seu caráter muito particular, da economia espiritual e material, e de como a hierarquia social seguia para o além-vida, expresso no piso das igrejas, nos carneiros adjacentes, e depois nos cemitérios. Pesquisa que Freyre, por inclinação, jamais executaria de tal maneira, mais metódica.

periais “a marca ou o anúncio de habitação ou casa nobre, com pretensões a eterna ou imortal; e também a marca dos cemitérios ilustres ou dos túmulos monumentais” (Freyre, 2004, p.45).

Os cemitérios passaram por suas mudanças e tinham sua semiótica. Por exemplo, no uso de ostensivos portões de ferro, material que se estendia também para outros elementos fúnebres, como cruzes (Freyre, 1988). E a voga do neoclassicismo, no Brasil Império, que se afetou as fachadas dos sobrados urbanos, alcançou também as capelas particulares e as sepulturas (Freyre, 2011). Porém se a imortalidade era uma pretensão do sujeito a falecer, não parecia um projeto compartilhado pelos seus descendentes, mesmo os mais imediatos. Freyre lamentava o abandono dos túmulos em Olinda: “[o] zêlo dos vivos pelos restos dos mortos não vai, entre nós, além de duas ou três gerações” (Freyre, 1968, p.98). Talvez um subproduto dessa distância física ou da dissolução da unidade sociológica da família.

De toda forma, não era acidente Freyre buscar os cemitérios por onde viajava. Visitou os túmulos de Alcobça (Freyre, 2010a) e, em Goa, os jazigos dos Meneses Bragança e o túmulo de São Francisco Xavier, construção suntuosa que era objeto de culto (Freyre, 1962). Pelo seu interesse pelos cemitérios lhe indica-



Figura 2
Foto de Gilberto Freyre em um dos cemitérios de Moçamedes, Angola. Fonte: Freyre, 1959

ram os de Moçâmedes, em Angola (Figura 2), tema de um pequeno livro (Freyre, 1959).¹⁰

Por sua vez, a partida do parente se fazia sentir no luto nas casas, com seus sinais exteriores, comunicando publicamente o sentimento da família, panos pretos revestindo a fachada por sete dias, “[a] casa de luto juntamente com seus moradores vivos do morador desaparecido” (Freyre, 1979c, p.14).

Se desaparecia como carne, persistia em outra forma de existência, como espectro e recordação. Esses espíritos tutelares faziam parte da hierarquia na família expandida, que saía do mundo material e penetrava no além-vida, nos mortos e nos santos; “conservavam-se seus retratos no santuário, entre as imagens dos santos, com direito à mesma luz votiva de lâmparina de azeite e às mesmas flores devotas” (Freyre, 2006a, p.38). Era uma das razões da atenção que Freyre conferia aos retratos. Ao falar do francês Ducasble, retratista da moda no Recife, aponta que raro era o recifense que não tivesse um retrato de sua autoria (Freyre, 1942). Com o morto no cemitério, permanecia sua imagem, a presença do nune familiar, dos antepassados como membros quase ativos das famílias.

O lado soturno da presença dos mortos eram as assombrações. As casas-grandes tinham os seus fantasmas, que se faziam notar por “visagens e ruídos”, que seguiam um padrão recorrente, tal como o expresso na casa-grande do Megaípe: barulhos de louça na sala de jantar, risos na sala de visita, o roçar do vestido de mulher, choro de meninos, luzes que acendiam e se apagavam, pois “os mal-assombrados costumam reproduzir as alegrias, os sofrimentos, os gestos mais característicos da vida nas casas-grandes” (Freyre, 2006a, p.41), observação rica em possibilidades. Não apenas as lendas indicam uma persistência da memória das gerações passadas na herdade, como eram ecos da própria vida vivida dentro da casa. O processo se repetia nas casas senhoriais urbanas, pelo Brasil afora: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, “[o] sobrado grande raramente envelhecia sem criar fama de mal-assombrado” (Freyre, 2004, p.346). Os eventos trágicos congelavam as vidas passadas num eterno retorno, e marcavam a ferro a memória do evento e do lugar para os vivos na região: “[o]s fantasmas, a tradição diz se agarrarem a certas casas” (Freyre, 1979c, p.22). O seu reverso eram os hotéis. Ao contrário das moradias, dos castelos e conventos, onde o envelhecimento concedia nobreza, aos hotéis brindava só decrepitude. Anotava que “uma das tris-

¹⁰ Eram dois: um católico, cheio de túmulos de brasileiros e seus descendentes, e outro, dos mais pobres, onde mesclavam-se com liberdade símbolos cristãos com africanos. Recordavam-lhe a arte popular brasileira no traço e nas cores.

tezas dos hotéis velhos seja esta: não retêm fantasmas” (Freyre, 2010a, p.24). Os hotéis não sabiam envelhecer.

A morte e as doenças eram espectros que permaneciam rondando as casas, jogando-as no limbo das amaldiçoadas. A casa onde morrera alguém doente – de bexiga, tuberculose, cólera – ficava como que malditas, e a própria família mudava-se, em busca de nova casa, novos bairros, novos ares (Freyre, 2013b). Uma série de rituais de purificação das casas infectadas confundia-se com a Medicina oficial, como rebocar as paredes, pintar as madeiras, queimar as fechaduras, a mobília, roupas e outros utensílios, em casa de tuberculoso falecido.

3. A Ecologia Fantástica

Gilberto Freyre empregava o termo “ecologia” em sentido muito particular, relacionando a casa com a região, com as espécies naturais e antropizadas, mas também com as forças invisíveis, sentidas como reais. E nos vínculos simbólicos que existiam entre as partes da realidade, conectando o homem e o mundo natural.¹¹

¹¹ Quem fez empreendimento análogo, de compreender a relação do homem com o mundo natural na Inglaterra em um período de alguns séculos, foi Keith Thomas (2010), em seu *Man and the Natural World: Changing Attitudes in England, 1500–1800*, de 1983, onde também explorou vínculos revelados pelo uso das palavras, por ditos populares e outros testemunhos orais. Mas a obra de Freyre, em especial *Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (1937), tem meio século de precedência.

Os animais estavam por todos os lados, partes funcionais das moradias que estudara, em especial no mundo rural. Na casa moravam papagaios, araras, galos de campina e canários de briga, com cachorros, vigias e companheiros da caçada, e os gatos, no combate à praga dos ratos. Freyre considerava ainda os inimigos do lar, até os menores, tais como o carrapato assolando o gado, e, atormentando aos humanos, os mosquitos, vetores da malária e outras doenças, verdadeiro contra-ataque da Mata, símbolo da natureza informe, selvagem e hostil (Freyre, 1951). Os sobrados e as chácaras, como unidades produtivas, apresentavam um ecossistema domesticado, com vacas de leite e cabras, galinhas e perus, entre outros (Figuras 3 e 4). No seu interior mantiveram-se as gaiolas de pássaros canoros, presentes também nas casas térreas e murembos, como os gatos, importantes na “defesa das roupas e da comida, contra os catitas, os gabirus, os camundongos, as baratas – inimigos internos do sobrado” (Freyre, 2004, p.344).

Mas os animais estavam carregados de sentido. A distância social entre os senhores de engenho e a legião de trabalhadores, livres e escravos, na monocultura açucareira, se expressava nos grandes animais de tal sistema, o cavalo e o boi. O primeiro adquiriu ares aristocráticos junto ao senhor de engenho, ao segun-

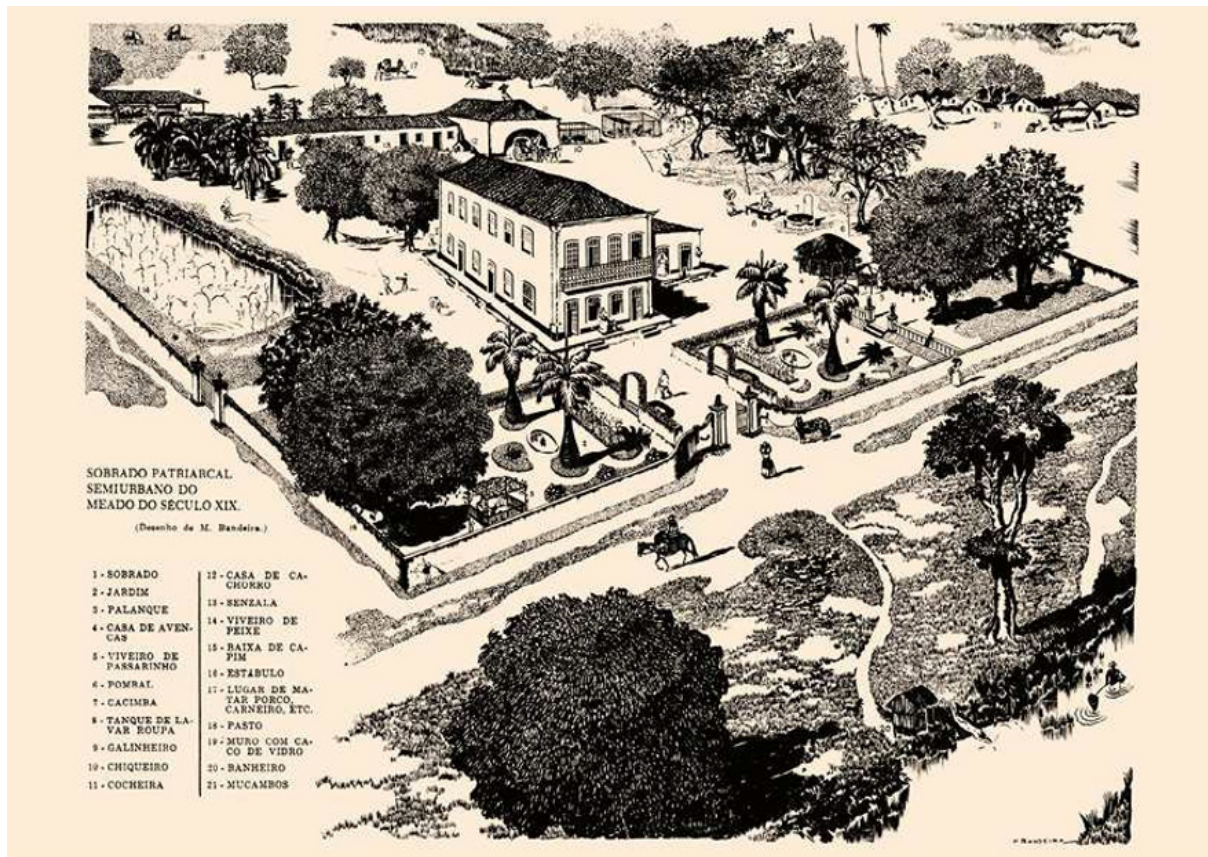


Figura 3

Sobrado semiurbano do meado do século XIX, ilustração a bico-de-pena de Manuel Bandeira. Não tem as características de apinhamento dos sobrados urbanos propriamente ditos, e possui as características da “casa de sítio”, como Freyre denomina, usando termo mais corrente em Pernambuco, que no Rio de Janeiro chamavam-se “chácaras”. Aqui se pode ver todo o “ecossistema”, desde os jardins para deleite, passando pelas seções produtivas (como o viveiro), até partes mais propriamente funcionais, como as estrebarias. Fonte: Freyre, 2004

do coube relacionar-se com o trabalhador, em um rico complexo de relações, expresso até em festejos populares como o bumba-meu-boi (Freyre, 1951). A semiótica social também comparecia nas cidades. O cão de raça era típico dos sobrados; os vira-latas, dos mucambos. Como a vaca de leite, em contraste com a cabra. Como o cavalo e a mula (Freyre, 2004).

No estudo integrado dos animais, havia aqueles que se tornavam parte da família ampliada: “macacos tomando a bênção aos moleques do mesmo modo que estes aos negros velhos e os negros velhos aos senhores brancos. A hierarquia das casas-grandes estendendo-se aos papagaios e aos macacos” (Freyre, 2006a, p.43).

E se a flora e a fauna, viva ou morta, real ou figurada, podia ser adotada para fins protetivos, também tinham irradiações para a família e sua casa. Certas plantas eram especialmente agourentas: a hera na

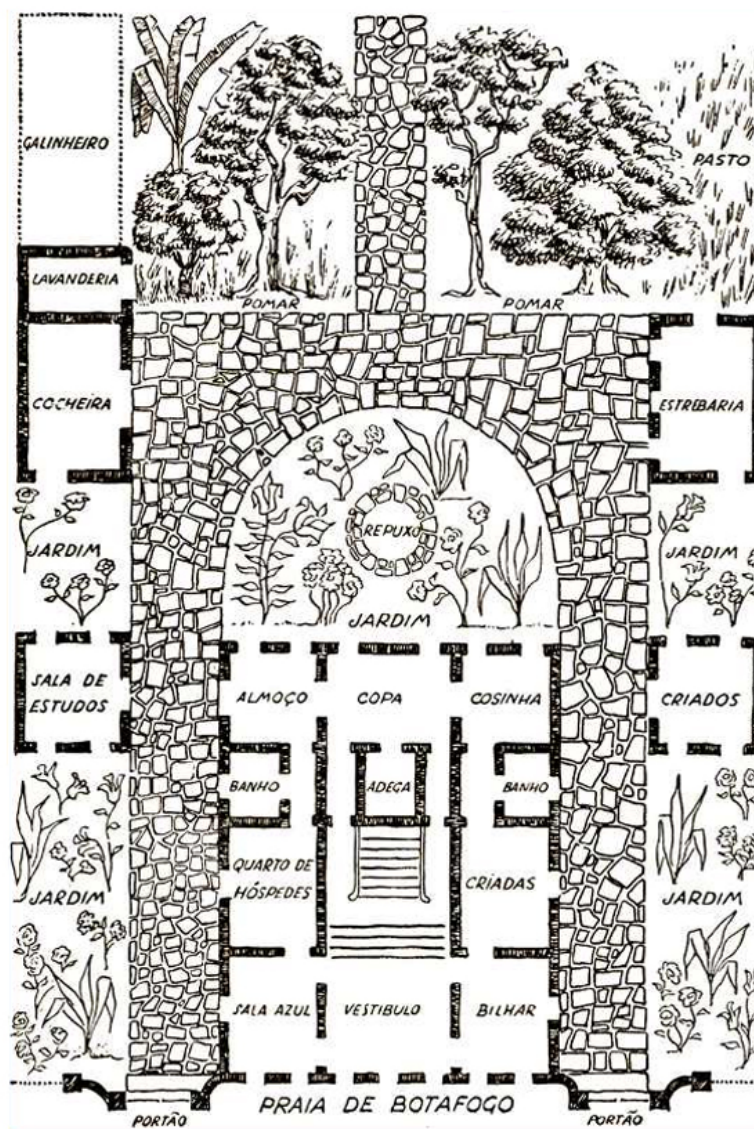


Figura 4
Sobrado urbano, residência do barão de Itambi, na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro, em 1850. Desenho de Lula Cardoso Ayres. Pelo lote, o sobrado e suas dependências estão mais adensadas, mas ainda se vê com clareza as partes que lhe orbitam, com seus locais para a flora, a fauna e as pessoas que atendem à casa. Fonte: Freyre, 2004

parede ou o pinheiro caso atingisse a altura da casa, em uma clara correspondência com o imóvel interpretado como a família e sua sobrevivência (Freyre, 2004). Isso se estendia aos animais: do gato preto rondando a casa, do besouro mangangá em volta do lampião ou candeeiro, entre outros (Freyre, 1979c). Certos pássaros anunciavam a morte de alguém da casa, como a coruja, caso pousasse no beiral do telhado, ou ainda o acauã e o anum, sentado nas árvores vizinhas. Entrando durante a aurora, traziam desgraças a alma-de-gato, o beija-flor, o jacamim (Freyre, 2004). Eram agouro insetos como gafanhotos e formigas voadoras, e desconfiava-se do sapo cururu ou da

borboleta preta que ousasse entrar na casa. Por outro lado, eram portadores de boa sorte, da felicidade, esperança ou aranha que entrassem no domínio familiar (Freyre, 1942).¹²

Mas a presença dos animais nas anedotas, canções, poesia, histórias, seria essencialmente dos animais alóctones (Freyre, 1951). Os animais da terra eram “bicho-do-mato”, relacionando-se ao complexo social em torno do *bicho*, termo de enorme elasticidade que denominava uma vasta coleção de seres reais e o informe dos imaginários: “[o] bicho era qualquer animal capaz de fazer medo ao menino e receio ou repugnância a gente grande” (Freyre, 1979b, p.235). O bicho está nas brenhas da floresta, nas frinchas da casa, como dentro do corpo, tal como o bicho-de-pé ou a lombriga. Dentro do reino noturno dos pesadelos, o “menino brasileiro do que tem medo não é tanto de nenhum bicho em particular, como do bicho em geral, um bicho que não se sabe bem qual seja” (Freyre, 2006a, p.199), cuja manifestação mais clara era o “bicho-papão”. Aqui entramos no reino amorfo e sombrio dos pesadelos.

Para escrever uma história sem documentos Freyre foi no que julgava ser as forças culturais formativas do Brasil. O mundo dos indígenas estava animado por forças malévolas ao homem. Nos rituais as máscaras imitavam animais demoníacos, e as danças, seus gestos, como de animais eram as vozes imitadas nos cantos. Os africanos enriqueceram os medos: o bicho Carrapatu, o Quibungo, o negro do surrão. Que se somavam àqueles trazidos pelos portugueses: do lobisomem, da cuca, o homem-das-sete-dentaduras e as almas penadas.

As criaturas recorrentes e análogas ao bicho-papão, como a cabra-cabriola, para Freyre seriam uma forma de controle social, de incutir a obediência aos mais velhos e à ordem da comunidade através do medo, propósito moral e pedagógico e de organização social (Freyre, 2006a). Se os mitos de tais seres desapareceram ou se fundiram com outros, teria ainda restado, em especial nos meninos, uma atitude totêmica e animista com as plantas e animais. Parte desse folclore estaria mesmo a relação próxima com os animais – compadrio, amor e mesmo união bestial, presente entre os meninos do interior. Interação entre o homem e a natureza, a Casa e a Mata. Mas o “menino brasileiro do que tem medo não é tanto de nenhum bicho em particular, como do bicho em geral, um bicho que não se sabe bem qual seja” (Freyre, 2006a, p.199), parte daquele complexo.

¹² Na verdade, no caso da esperança, havia uma sutileza da cor, que tudo mudava: se a boca era preta, era evidente agouro; se vermelho, o “encarnado”, era felicidade, o que confirmaria aquela intuição de Freyre.

Reconhecia uma forma de pedagogia nessa fantasia macabra. Se a criança caminhasse pela rua depois de horas arriscava encontrar essas criaturas, como alertavam os pais. O menino podia ter seu fígado devorado pelos papa-figo. Ser sequestrado pelos negros do surrão. A casa era mais segura, e mesmo ali havia perigo. Se a criança não lavasse o rosto, vinham lambuzar-lhe a face. Toda uma fauna fantástica sustentada pelas amas-de-leite e negras velhas, a castigar os meninos malcriados. Pois a casa se definia não apenas pelo que tinha, mas pelo que filtrava, e por ser um pedaço de ordem e segurança em um mundo caótico e perigoso.

Apesar daquelas criaturas terríveis poderem subitamente penetrar nas casas, o interior doméstico e seus medos parecem não ter constituído material rico o suficiente para o estudo de Freyre. Citava Arthur Ramos a falar do medo primal do quarto escuro (Freyre, 1971), povoado de não sei quais criaturas, multiplicadas pela imaginação do menino. E nada mais. Pois lá fora estavam os monstros.

Na zona rural, a Casa se opunha à Mata; na cidade, à Rua. Nesse extenso reino exterior, rondavam as criaturas, os bichos. Presentes por todos os lados, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão. Ora, tais seres assolavam por um *continuum* coerido pelo desconhecido e pelo escuro – nas águas, nas matas, nas sombras das ruas. E as ruas estavam repletas de sombras. A iluminação antiga era ruim, dentro e fora de casa. A vinda gradual de formas melhores de iluminação afugentou os fantasmas: os lampiões a azeite, depois os candeeiros a querosene, a álcool, a gás, depois a elétrica. Exorcizados, se esconderam “nos ermos, nos cemitérios, nas ruínas, nos restos de igrejas, de conventos, de fortalezas, nos casarões abandonados, nas estradas tão sombreadas de arvoredo” (Freyre, 2000, p.44). Ouvia-se um choro triste de menino (talvez a origem do nome da região do Recife chamada Chora-Menino) nos silêncios escuros da noite; decerto era a cabra cabriola ao ataque... ou, na verdade, o choro de um menino doente ou de um sapo. Porém não se devia “reduzir a história natural a história do Recife” (Freyre, 2000, p.37).

Conclusão

Gilberto Freyre continuamente defende o estudo do ser humano em sua integridade, incluindo os mistérios, os mitos, o inconsciente, a mística, endossando Meyrick Booth em citação que transcreve: “o mundo do emocional, subconsciente e irracional, do místico

e espiritual [...] é essencial para a continuidade da existência da raça humana” (Freyre, 1995, p.60 – tradução nossa).

O escritor se insurgia contra os que julgavam as superstições um atraso a ser eliminado. Defendeu já em 1921: a superstição não era um empobrecimento da vida. Ao contrário, a enriquecia, pois “alongando místicamente o sentido de certas coisas e de certos bichos e de certas experiências, faz do mundo do supersticioso um mundo maior que o da pessoa de espírito ‘livre’” (Freyre, 2006b, p.150). Ao contrário do materialista, mero hóspede neste planeta, para o supersticioso o mundo não era algo indiferente. Tudo tem sabor e se torna pessoal. O mundo vivido se amplia para além do entorno imediato, pois tudo se conecta, desde o menor dos insetos até as configurações astrais.

Ademais, as superstições brindavam à Natureza algo dos seus melhores encantos: “a Natureza sem mãe-d’água nas lagoas e sem carapatu [sic] no mato é uma coisa verdadeiramente insípida. São as superstições, as credices, as histórias que a poetizam” (Freyre, 1964a, p.48). Para além da concretude material dos fatos e dos entes, existe o que o homem interpreta como tal, incluindo o fantástico, o invisível e ainda o transcendente. A lenda se escorre a entrar na realidade e a fecundá-la.

Essa seria uma inclinação do brasileiro – é preciso situar a obra de Freyre no seu objeto e objetivo, que é o Brasil –, essencialmente um místico. Por todos os lados estavam os vestígios dos antigos tabus indígenas, do fetichismo e totemismo africano, e novas vertentes como o da astrologia: “na sua dieta, na vida íntima, na arte doméstica, na atitude para com as doenças, os mortos, as crianças recém-nascidas, as plantas, os animais, os minerais, os astros etc” (FREYRE, 2006a, p.172). O catolicismo popular tivera, e saciara, aquela inclinação para o sensual, o corpóreo, o colorido, pelos esplendores de ouro e prata, pela beleza da liturgia tradicional, “a simbologia viva, dramática, às vezes trágica da Igreja – quimeras, águias, monstros, serpentes, folhas de louro, cardos” (Freyre, 2013a, s/p). Com o avanço da racionalização da Igreja Católica no século XIX, e por esse pendor místico persistir, os brasileiros se teriam voltado a alternativas “para saciar sua sêde de mistério e de rito noutras fontes. Nas festas de Iemanjá e nos xangôs; nos astrólogos; nas ‘buenas dichas’; nos spiritismos mais misteriosos” (Freyre, 1967b, p.35). Longe de ser erradicado, o “alongamento místico” permanecia, apenas sob outras formas.

O princípio que o torna poderoso é a maneira como o brasileiro se projeta nas coisas, expande seus vínculos, e cria relações “familiares” com outros seres, animados e inanimados, pois “pende a espiritualizar suas relações com a natureza, com plantas, com águas, com animais, e não apenas com pessoas” (Freyre, 1988, p.400). Por isso que, em um dos seus últimos trabalhos, no final dos anos 1980,, Freyre detectara que os ex-votos, sismógrafos dos afetos populares, denunciavam a mecanização da vida humana – pedidos para recuperar motores, moendas, tratores – assim como a humanização do mecânico, pois o promesseiro o incorporava a máquina à sua família, tratando os instrumentos e as novas máquinas como irmãos, parceiros no trabalho e merecedores do carinho fraternal, revelado ainda nos nomes que davam às máquinas, “como se o ferro fosse gente” (Freyre, 1988, p.400).

Dentro dessa abordagem, o aqui e o agora são densos: o agora, repleto dos dias passados e o aqui, vasto, conectado com o resto do universo. Se o mistério é uma ânsia que persiste, e se as correspondências entre os seres que coexistem (animados e inanimados, reais e imaginários) é algo que ainda orienta a vida humana, a lupa freyreana ainda é fecunda. Menos pelas conclusões específicas, e mais pelo método delineado e empregado.

O “alongamento” das coisas, seres, pessoas, será diferente, e outros os vasos comunicantes entre setores da realidade à primeira vista distantes. De modo “quase místico” e inteiramente poético. O interior da casa ainda será um espelho e uma janela a ser estudada, em uma linguagem, ao mesmo tempo secreta e evidente, apenas à espera de alguém que lhe consiga ler.

Referências

CORBIN, Alain. *El Perfume o el Miasma: el olfato y lo imaginario social*. Siglos XVIII y XIX. Mexico: FCE, 1987.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FREYRE, Gilberto. *A Natureza e as Superstições* (1925). In: FREYRE, Gilberto. *Retalhos de Jornais Velhos*. 2ª edição, revista, e muito aumentada de Artigos de Jornal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1964a.

FREYRE, Gilberto. *A propósito da filosofia social e suas relações com a sociologia histórica*. In: FREYRE, Gilberto. *Novas Conferências em Busca de Leitores*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife / Editora Universitária - UFPE, 1995. [Palestra ministrada em 1943].

FREYRE, Gilberto. A propósito de camas de noivos. FREYRE, Gilberto. *Pessoas, Coisas e Animais*. Edição especial para MPM Propaganda. São Paulo: Círculo do Livro S/A., 1979a. [Publicado originalmente no dia 1º de novembro de 1953 no *Diário de Pernambuco*].

FREYRE, Gilberto. A propósito do sobrado brasileiro de origem açoriana: sua relação com outros sobrados de residência. In: FREYRE, Gilberto. *A Casa Brasileira*. Tentativa de síntese de três diferentes abordagens já realizadas pelo autor, de um assunto complexo: a antropológica, a histórica, a sociológica. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. [Publicado pela primeira vez em 1939]

FREYRE, Gilberto. Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1941.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. 5ed. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2000.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. São Paulo: É Realizações, 2010a.

FREYRE, Gilberto. Bichos reais e imaginários. In: FREYRE, Gilberto. *Pessoas, Coisas e Animais*. Edição especial para MPM Propaganda. São Paulo: Círculo do Livro S/A., 1979b. [Publicado originalmente em 27 de junho de 1942 no *Diário de Pernambuco*].

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ed. rev. São Paulo: Global, 2006a.

FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical. In: FREYRE, Gilberto. *Perfis de Euclides e Outros Perfis*. 1 ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2013a.

FREYRE, Gilberto. *Em Torno de Alguns Túmulos Afro-Cristãos: Moçâmedes*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda./ Livraria Progresso Editora, 1959.

FREYRE, Gilberto. "Encanta-Môça" (1924). In: FREYRE, Gilberto. *Retalhos de Jornais Velhos*. 2ª edição, revista, e muito aumentada de Artigos de Jornal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1964b.

FREYRE, Gilberto. *Ferro e Civilização no Brasil*. Recife: Fundação Gilberto Freyre/ Rio de Janeiro: Record, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. 2ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1942. [Publicado originalmente em 1934.]

FREYRE, Gilberto. *Homem, Cultura e Trópico*. Recife: Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962.

FREYRE, Gilberto. Homens, casas, animais e barcos do São Francisco. In: FREYRE, Gilberto. *Pessoas, Coisas e Animais*. Edição especial para MPM Propaganda. São Paulo: Círculo do Livro S/A., 1979c. [Publicado originalmente em 30 de outubro de 1949 no suplemento literário do *Diário de Notícias*.]

FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil. 2.ed. rev. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Imprensa Universitária, 1967a.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Livraria José Olympio, 1951.

FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Bra-Deutsch Ltda., 1987. [Publicado originalmente em 1971.]

FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. 3ed. rev. São Paulo: Global Editora, 2011. [Primeiro publicado como *Brazil, an Interpretation* em 1945, depois como *New World in Tropics*, ampliada em 4 capítulos e introdução].

FREYRE, Gilberto. O ânimo folclórico no comportamento e na cultura do brasileiro, inclusive na literatura. In: FREYRE, Gilberto. *Alhos e Bugalhos*. Ensaios sobre temas contraditórios: de Joyce à Cachaça; de José Lins do Rego ao Cartão-Postal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. São Paulo: É Realizações, 2010b.

FREYRE, Gilberto. O Velho Félix. In: FREYRE, Gilberto. *Perfis de Euclides e Outros Perfis*. 1 ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2013b.

FREYRE, Gilberto. *Oh de Casa!* Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979c.

FREYRE, Gilberto. *O Recife, Sim! O Recife, Não!* São Paulo: Arquimedes Edições, 1967b.

FREYRE, Gilberto. *Olinda*. 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira. 4ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. [Primeira edição de 1939.]

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930. 2 ed. rev. São Paulo: Global Editora, 2006b.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil dos Meados do Século XIX*. São Paulo: Global, 2013c. [Originalmente escrita em 1922].

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

As Teorias do Espaço e a Arquitetura Moderna: Escritos de Schindler e Moholy-Nagy

Mércia Parente Rocha e Márcio Cotrim Cunha

ROCHA, Mércia Parente; COTRIM CUNHA, Márcio. As Teorias do Espaço e a Arquitetura Moderna: Escritos de Schindler e Moholy-Nagy. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 472, out 2024

data de submissão: 28/02/2024
data de aceite: 29/04/2024

Mércia Parente ROCHA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora do Centro Universitário UNIFACISA; merciaparente@gmail.com.

Márcio COTRIM CUNHA é Doutor pela pela ETSAB - Universitat Politècnica de Catalunya; professor do PPG-UFBA; marciocotrim@gmail.com.

Resumo

Este artigo pretende revelar alguns dos fundamentos teóricos do espaço da Arquitetura Moderna, ao cotejar as teorias espaciais de Adolf Hildebrand e August Schmarsow com os ensaios seminais do artista László Moholy-Nagy e do arquiteto Rudolph Schindler.

Palavras-chave: Moholy-Nagy, Michael Schindler, Espaço, Arquitetura Moderna.

Abstract

This article aims to reveal some of the theoretical foundations of space in Modern Architecture, by comparing the spatial theories of Adolf Hildebrand and August Schmarsow with the seminal essays by artist Moholy-Nagy and architect Schindler.

Keywords: Moholy-Nagy, Michael Schindler, Space, Modern Architecture.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo revelar algunos de los fundamentos teóricos del espacio en la Arquitectura Moderna, comparando las teorías espaciales de Adolf Hildebrand y August Schmarsow con los ensayos fundamentales del Moholy-Nagy y el Schindler.

Palabras-clave: Moholy-Nagy, Michael Schindler, Espacio, Arquitectura Moderna.

Este artigo, apresenta algumas das reflexões e possíveis contribuições resultantes da tese de doutoramento, Vestígios e Nexos da Noção de Espaço Moderno: Teoria da Visibilidade Pura e Arquitetura Moderna, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação da UFPB.

A pesquisa tem como objetivo o exame dos fundamentos teóricos da profunda transformação espacial promovida pela Arquitetura Moderna nas primeiras décadas do século XX, e parte do pressuposto de que esses fundamentos, ao menos parcialmente, estão amparados nas teorias espaciais do século XIX, derivadas da vertente estética alemã da Visibilidade Pura.

Essas teorias, publicadas em 1893, foram elaboradas pelo escultor Adolf Hildebrand (1847-1921) e pelo historiador da arte August Schmarsow (1853-1936), a

² Na pesquisa foi utilizada a tradução para o inglês de tais ensaios, com introdução e tradução realizadas por Harry Francis Mallgrave e Eleftherios Ikonou. Os dados de publicação dos textos originais em alemão são encontrados, após cada tradução, nas notas da obra: MALLGRAVE, Harry Francis; IKONOU, Eleftherios. *Empathy, Form and Space: Problems of German Aesthetics 1873-1893*. Santa Mônica: Getty Center for the History of Art and Humanities, 1994.

partir das obras: *A Ideia de Espaço e sua Expressão na Aparência* (The Idea of Space and its Expression in the Appearance) e *A essência da Criação Arquitetônica* (The Essence of Architectural Creation), respectivamente (MALLGRAVE; IKONOU, 1994).²

Considerando a hipótese de que os vestígios dessas teorias poderiam ser identificados nos escritos sobre o espaço da Arquitetura Moderna, elaborados por alguns dos protagonistas do Movimento Moderno, foram selecionados os ensaios seminais, publicados nas primeiras décadas do século XX, pelo arquiteto austríaco Rudolph Michael Schindler (1887-1953) e pelo artista húngaro László Moholy-Nagy (1895-1946). Essas obras, por sua vez, foram escolhidas não apenas por constituírem importantes inserções teóricas sobre o tema, como também pela proximidade de seus autores com o contexto artístico alemão.

Neste artigo, em específico, serão abordados dois dos escritos apresentados na tese: a tradução para o inglês do manifesto de 1912 de Schindler, *Arquitetura Moderna: um programa* (Moderne Architektur: ein programm), publicado em 1934, sob o título *Arquitetura Espacial* (Space Architecture); bem como, a tradução do alemão para o inglês, da obra de 1928 de Moholy-Nagy, *Do Material à Arquitetura* (Von Material zu Architektur), publicada em 1930 sob o título *A Nova Visão* (The New Vision)³. (SCHINDLER, In: MARCH; SHEINE, 1995; MOHOLY-NAGY, 1947).

³ Na tese foi utilizada a quarta revisão da edição de 1928, acrescida do resumo sobre o artista: MOHOLY-NAGY, László. *The New Vision and Abstract of an Artistic*. Tradução: Daphne M. Hoffman, Nova York, Wittenborn, Schultz, Inc., 1947.

A partir do entendimento de que o espaço, como categoria de análise, possui um papel, se não central, mas, importante em diversos campos do conhecimento, e que o pensamento humano de um determinado contexto cultural e histórico, resulta das relações dialéticas que se estabelecem a partir desses variados âmbitos, forjando, por sua vez, uma ideia hegemônica que passa a influenciar a percepção da sociedade como um todo, realizou-se também na tese, o esforço de compreender, historicamente, as transformações pelas quais o conceito de espaço passou, para além do campo específico da arquitetura.

Esse empreendimento pretendeu perceber, com mais clareza, as possíveis reverberações desse pensamento hegemônico espacial, observando as relações entre arquitetura, cosmologia e filosofia, desde o século XV, momento em que, segundo Argan, se instaura a primeira grande fase de representação espacial na arquitetura, ao século XX, quando já na sua segunda fase de determinação espacial, surge a *Arquitetura Moderna* (ARGAN, 1973).

A breve revisão do processo de transformação do pensamento espacial ocidental nesse período, buscou compreender com mais profundidade, algumas das ideias sobre as quais se desenvolverá também a nova concepção de espaço arquitetônico no século XIX, dando origem às suas primeiras teorias espaciais, não para aprofundar esse exame em campos exógenos ou para estabelecer uma relação direta entre distintos âmbitos, mas como forma de perceber possíveis nexos, ou mesmo, o espírito que animou a época.

Em síntese, observou-se que a fase cosmológica moderna, definida, segundo Abbagnano, como aquela compreendida entre o século XV e a primeira década do século XX, instaurada a partir do desenvolvimento científico do sistema heliocêntrico, desde os trabalhos de matemáticos, físicos e astrônomos, como: Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642) e, em especial, Isaac Newton (1643-1727), consolida um novo paradigma científico, responsável pela organização mental de espaço e tempo da sociedade moderna ocidental, até pelo menos as primeiras décadas do século XX (ABBAGNANO, 2000).

De acordo com Szamosi, nessa cosmologia científica, o mundo era formado por objetos permanentes, que se moviam no espaço e no tempo, obedecendo às leis da gravidade e inércia. Nela, não apenas o espaço e o tempo eram absolutos, mas o movimento também. No entanto, enquanto o espaço era inalterável e estático, contendo em si todas as coisas, o tempo era fluente, dinâmico e mensurável, caminhando sempre em direção ao futuro. Assim, as dimensões espaço e tempo foram entendidas a partir da cosmologia moderna, como entidades infinitas, contínuas, absolutas, distintas e independentes entre si, ou de qualquer coisa que existisse no mundo (SZAMOZI, 1988).

Corroborando com Szamosi, Argan afirma que essa fase cosmológica será aquela, na qual se passa de uma concepção ptolomeica, onde se aceita o conceito de mundo revelado através da suprema autoridade espiritual da Igreja, para uma corpenicana, que busca descobrir a realidade no desenvolvimento da experiência individual, onde se rechaça o espaço objetivo a priori, e se busca descobrir a realidade a partir da própria experiência (ARGAN, 1973).

Essa também será a estrutura mental de espaço e tempo, na qual se desenvolverá o pensamento espacial do século XVII até as primeiras décadas do XX, não apenas no campo das artes e da arquitetura, mas

também nas demais áreas de conhecimento afins ao tema. No âmbito da arquitetura, o espaço deixa de ser compreendido como uma realidade metafísica, e passa a ser entendido como um requisito inerente à vida humana. Trata-se, conforme Argan, da passagem da fase de representação para a de determinação espacial, ou seja, de uma arte sistemática, cujos valores são estabelecidos a priori, para uma concepção metodológica, na qual a realidade é compreendida através do desenvolvimento da experiência individual. O arquiteto renuncia ao entendimento de que está representando um espaço dado, através de formas ou tipos espaciais pré-estabelecidos e revelados pelos arquitetos da Antiguidade Clássica, passando à compreensão de que o valor espacial é determinado a partir da sua própria criação da forma arquitetônica (ARGAN, 1973).

Também no campo filosófico ocorre uma passagem similar, de uma concepção sistemática para uma metodológica, quando serão desenvolvidas entre os séculos XVII e XVIII, segundo Argan, duas correntes de pensamento, o racionalismo de Immanuel Kant (1724-1804) e o empirismo de John Locke (1632-1704), que deram sustento ao movimento iluminista moderno, estendendo a razão como guia e crítica a todas as áreas do conhecimento humano (ARGAN, 2008).

Esse pensamento exercerá forte influência sobre o debate artístico que ocorrerá em meados do século XVIII e XIX, especialmente em solo Alemão, quando o clássico e o romântico são teorizados e a filosofia da arte, a Estética, se desenvolve a partir do filósofo Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), substituindo as tratadísticas anteriores da arquitetura, afirmando a autonomia da arte, e promovendo a mudança de paradigma artístico (ARGAN, 2008).

A Estética encontrará amplo desenvolvimento, não apenas a partir de Immanuel Kant, mas também de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), conformando duas abordagens distintas, as correntes formalista e idealista, respectivamente, constituindo-se nas principais referências para o desenvolvimento do pensamento artístico do século XIX (ABBAGNANO, 2000).

Na arquitetura, por sua vez, o debate, nesse momento, estará vinculado à busca por uma nova expressão artística, em oposição aos revivalismos da época, e, assim como nas artes plásticas, se iniciará em torno das questões da forma, para em seguida deslocar-se para o espaço, guiado através da trilha aberta pelo formalismo kantiano e idealismo hegeliano.

Desse modo, surge na Alemanha duas vertentes teóricas vinculadas a esse debate artístico, passando a estabelecer caminhos ora discordantes, ora congruentes. A primeira, idealista, desenvolvida a partir do arqueólogo Karl Bötticher (1806-1889), mas, especialmente, do arquiteto e crítico de arte Gottfried Semper (1803-1879), de onde surgirá a noção de recinto espacial, conformando o entendimento de espaço arquitetônico de grande parte dos arquitetos proto-modernos do início do século XX, dentre eles Adolf Loos (1870-1933). (FORTY, 2012; PAYET, 2000).

A segunda, a formalista Teoria da Visibilidade Pura, consolidada como a escola dominante do período, e desenvolvida a partir da noção de que a forma e o espaço equivalem a construções mentais, correspondendo mais à uma propriedade, com as quais organizamos os objetos da percepção, do que, propriamente, uma realidade exterior; construindo seus fundamentos a partir dos padrões de visualidade em desenvolvimento na filosofia, na fisiologia e na psicologia; mas também na capacidade expressiva da arte, na "forma pura" em si mesma e não nos seus aspectos representacionais (MALLGRAVE; IKONOMOU, 1994).

Essa abordagem formalista, foi enriquecida a partir dos filósofos e literatos românticos, August Wilhelm Schlegel (1767-1845), Friedrich Schiller (1759-1805) e Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), a partir das pesquisas derivadas, especialmente, da biologia, alicerçado no entendimento de que o prazer estético deriva da capacidade humana de reconhecer nas obras de arte, as sensações vividas pelos sujeitos, através de seus corpos. Esse entendimento dará origem ao conceito de empatia desenvolvido pelo filósofo dessa vertente da Visibilidade Pura, Robert Vischer (1847-1933), tornando-se fundamental para o desenvolvimento das teorias espaciais da arquitetura de Hildebrand e, em especial, de Schmarsow, quando a empatia, antes relacionada à forma, será deslocada para o espaço (VISCHER In: MALLGRAVE; IKONOMOU, 1994; FORTY, 2012).

Outro conceito da vertente formalista, anterior às teorias espaciais, mas igualmente fundamental ao seu desenvolvimento, foi aquele denominado visibilidade pura, criado pelo teórico e crítico de arte Conrad Fiedler (1841- 1895), que, também como a noção de empatia, alcançará uma nova abordagem a partir da concepção espacial de Hildebrand e Schmarsow (FIEDLER, In: MALLGRAVE; IKONOMOU, 1994).

De qualquer modo, é importante informar que a Teoria da Visibilidade Pura, absorveu, de acordo com Mallgrave e Ikonomou, um importante aporte intelectual da vertente idealista de Semper, que se encontra claramente manifesto em alguns dos ensaios dos teóricos formalistas analisados, evidenciando que, apesar das divergências, há convergências significativas, conformando um caminho híbrido, onde estão fundamentadas as novas teorias espaciais, que, no entendimento da tese, reverberaram ao menos até as primeiras décadas do século XX. No entanto é importante reafirmar que, apesar de tais cruzamentos teóricos, a noção de recinto espacial, derivada de Semper, estará definitivamente superada a partir de Hildebrand e, fundamentalmente, de Schmarsow (MALLGRAVE; IKONOMOU, 1994).

Enfim, uma vez sintetizados os precedentes teóricos a partir dos quais as teorias espaciais puderam ser conformadas, como maneira de não se perder de vista o horizonte de pensamento humano que corrobora para o surgimento desse entendimento espacial, cabe a partir de então, explicitar os principais preceitos das teorias de Hildebrand e Schmarsow, para, em seguida, cotejá-los com o exame realizado nos escritos de Schindler e Moholy-Nagy, e informar algumas das principais conclusões a que a tese chega.

Para Hildebrand, que tinha com sua teoria o propósito de desenvolver parâmetros lógicos para orientar a produção artística, apoiado nos conhecimentos da fisiologia e da psicologia da percepção e, portanto, nos conceitos de visibilidade e de empatia, a noção de espaço desenvolve-se, conforme resume Forty, “como meio de falar sobre movimento, em termos da experiência corporal cinética do sujeito”, cuja expressão deveria constituir a preocupação principal das obras de arte (FORTY, 2012, tradução nossa).

A partir desse entendimento, e dos preceitos da teoria de Hildebrand, elencados na tese, aqueles considerados mais significativos para o propósito deste artigo são: 1. O atributo essencial do espaço é a continuidade; 2. O espaço como continuum corresponde a uma extensão tridimensional, mas também à atividade cinestésica da nossa imaginação; 3. O espaço, ao mesmo tempo que conecta as formas e as define como volumes individuais, sem perder a unidade do todo, é também definido por elas; 4. A principal preocupação da arte é evocar a ideia de espaço contínuo, através da criação de uma estrutura cinestésica, que ao organizar as formas ou objetos individuais, sugiram um volume espacial total, em consonância com

nossa ideia mental de espaço; 5. A arquitetura é o exemplo direto dessa criação artística, na medida que o movimento, nesse caso, não é mera sugestão, mas a própria experiência do sujeito ao caminhar; 6. Para a arquitetura, a forma é espaço.

Por sua vez, no que se refere à obra de Schmarsow, que tinha como objetivo defender uma nova abordagem historiográfica para a arquitetura, como crítica e alternativa à produção revivalista da época, o espaço, assim como descreve Forty, “forneceu uma resposta para a pergunta sobre o que nas obras de arquitetura estimulava a percepção estética”. Schmarsow irá revelar, a partir da sua nova metodologia, denominada explicação genética, que cria, fundamentalmente, vinculada ao conceito de empatia, a estrutura perceptiva que atua na relação entre sujeito e espaço arquitetônico (FORTY, 2012, tradução nossa).

Assim, os principais preceitos da teoria de Schmarsow, podem ser sumarizados como: 1. O espaço é o elemento atemporal da arquitetura; 2. A expressividade espacial da arquitetura deriva da noção intuída de espaço tridimensional, desenvolvida pelo sujeito, em decorrência da experiência sensorial vivenciada por todo o seu corpo; 3. A parte da psiquê na qual se desenvolve a imaginação espacial é análoga àquela onde se origina o pensamento matemático, e, embora os processos sejam inseparáveis, são também distintos: a primeira em abstração e a segunda transformando intuição em formas tangíveis; 4. A partir de tais processos, a imaginação espacial desenvolve um sistema ordenador, constituindo o aparato a partir do qual o mundo passa a ser enxergado, revelando a tendência natural das criações humanas para o traçado e as formas regulares; 5. Todas as criações espaciais decorrem da existência dessa noção intuída de espaço e são organizadas, instintivamente, a partir dos meridianos do próprio corpo do sujeito; 6. A coordenada dominante desse sistema axial, será aquela correspondente ao corpo ereto, ou seja, ao eixo vertical, que não opera fisicamente, mas, idealmente, como a projeção ou manifestação do sujeito; 7. Mesmo que o eixo vertical se estenda sem limites, a configuração do espaço não deixará de existir, já que sua delimitação é estabelecida pelos fechamentos laterais em entorno do sujeito; 8. A expressividade espacial é determinada pelo movimento real do sujeito, pela direção livre do corpo para frente e auxiliado pela visão, a partir do qual, relações dimensionais são definidas, especialmente, a ideia de extensão ou de profundidade es-

pacial; 9. A criação espacial da arquitetura se estende ao espaço exterior das edificações, nas mais diversas construções humanas.

Após confrontar os preceitos acima elencados, com o exame dos dois escritos de Schindler e Moholy-Nagy, mencionados neste artigo, foi possível perceber a reverberação de alguns desses fundamentos nas noções espaciais de ambos, que, mesmo derivadas de experiências individuais distintas, são de certa maneira congruentes. Algumas dessas confluências serão sucintamente indicadas a seguir.

Uma primeira aproximação, refere-se à própria perspectiva de “desmaterialização” da arquitetura, que se apresenta nessas teorias do século XIX, quando os aspectos espaciais assumem preponderância sobre a forma e a matéria. Essa concepção, não apenas é reafirmada por Schindler e Moholy-Nagy, mas também ganha uma nova dimensão em ambos.

Para Schindler, a própria razão do seu manifesto, está na defesa daquilo que considera o novo “meio” da arquitetura, o espaço. Ou seja, na ideia da arquitetura a partir do entendimento de que suas qualidades essenciais, devem residir, fundamentalmente, na questão espacial e não nos seus aspectos formais ou materiais, à qual deveriam submeter-se. Essa ênfase dada por Schindler ao espaço, vai conduzir não apenas o escrito em questão, mas todo o esforço teórico e prático do arquiteto durante sua vida profissional.

Por outro lado, o aspecto da “desmaterialização” da arquitetura em Moholy-Nagy, ganhará novos contornos operacionais, a partir das possibilidades da luz exploradas pelo artista no teatro, quando ao manipular esse recurso, percebeu que limites espaciais podem ser alterados ou mesmo criados, unicamente através desse elemento. Para o artista, as próximas gerações, poderiam alcançar uma radical “desmaterialização” da arquitetura, através do desenvolvimento de novas tecnologias construtivas, “quando a arquitetura de vidro e ar comprimido se desenvolver” (MOHOLY-NAGY, 1947, p.64, tradução nossa).

Para além desse tema, o entendimento de Schindler e Moholy-Nagy do espaço como um continuum, remete também a um preceito fundamental de ambas teorias espaciais. No caso de Moholy-Nagy, em especial, a criação espacial resultaria de um “recorte” desse espaço, que é compreendido como contínuo e ilimitado. Assim, a tarefa do arquiteto estaria na organização de formas, que, mesmo fragmentadas, estabelecessem

relações apoiadas em “leis” ou ideias cinestésicas do espaço, de maneira a criar conexões e evocar a ideia de espaço total e contínuo, lembrando, claramente, a maneira como Hildebrand, na sua teoria, se refere à criação artística (Figura 01).

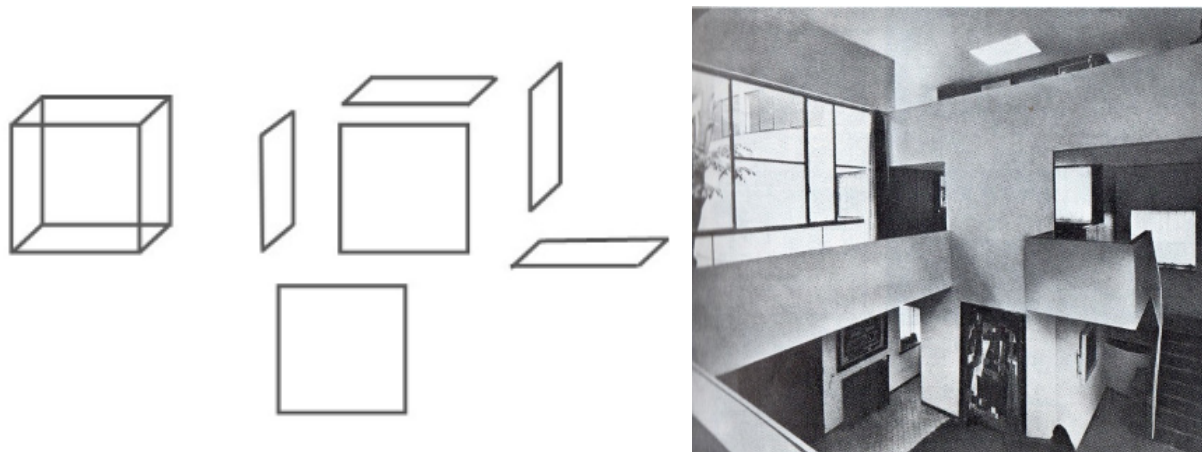


Figura 1
Diagrama de Moholy-Nagy das relações de volume e espaço (MOHOLY-NAGY, 1947, p.58, redesenho nosso) e imagem das relações espaciais da Casa La Roche em Paris, obra de Le Corbusier de 1923
Fonte: BOESIGER, Willy. *Le Corbusier*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1985, p.34

Também é importante reafirmar, o fato de que tais propriedades espaciais revelam uma consonância com o pensamento cosmológico moderno do período, ou seja, do espaço como uma entidade contínua e infinita, contendo em si todas as coisas, como comentado anteriormente. Essa relação entre ambas dimensões, inclusive, já havia sido reportada por Schmarsow, quando afirma, na sua obra, que a trajetória do espaço arquitetônico é parte integrante da história das cosmovisões, pensamento com o qual também corrobora Moholy-Nagy.

Essa perspectiva do espaço como uma extensão tridimensional contínua e ilimitada, é ainda reforçada, tanto em Moholy-Nagy, quanto em Schindler, através da defesa da livre articulação espacial, em oposição à noção de recinto espacial ou de “caixa”, integrando não só os espaços interiores, mas também estes com os exteriores.

Por sua vez, a noção de empatia desenvolvida nas teorias de Hildebrand e Schmarsow, é outro aspecto também presente nas obras de Schindler e de Moholy-Nagy. Há em ambos o entendimento de que a cons-

ciência espacial é uma experiência humana, resultante de uma sensibilidade biológica e do seu desenvolvimento fisiológico, que, passa a ser experimentada como uma extensão do próprio corpo do sujeito, através não apenas da visão, mas também a partir de todos os sentidos humanos em ação e em movimento.

Especialmente em Schindler, essa expressividade espacial da arquitetura, alcançada através da presença do próprio sujeito e desenvolvida em decorrência de toda a experiência sensorial que corporalmente viveu, estará, inevitavelmente, imbuída da cultura de onde é originário. Mostrando-se, nesse ponto, muito devedor do racionalismo orgânico de Frank Lloyd Wright (1867-1959), com quem trabalhou de 1917 à 1923. Por sua vez, essa abordagem de Wright, de acordo com Forty, deriva da noção de forma orgânica ou forma viva, recuperada pelo arquiteto Louis Sullivan (1856-1924), dos formalistas românticos, citados acima (FORTY, 2012).

Os preceitos espaciais decorrentes dessa tradição teórica, que adquiriu um potente entendimento espacial em Wright, também são perceptíveis nas obras residenciais de autoria de Schindler produzidas desde 1921, como no caso da Kings Road, construída em Hollywood, nos Estados Unidos. Nela, estão presen-



Figura 2
Imagem interna da Casa Kings Road.
Fonte: Disponível em: < <http://architecture-history.org/> > Acesso em: 25.jan.2023.

tes aspectos como: continuidade espacial, integração entre o interior e um exterior específico, e resulta de uma criação espacial derivada da escala humana e da busca por se tornar uma extensão de um sujeito determinado (Figura 02).

Na obra de Moholy-Nagy, por sua vez, a noção de empatia de Schmarsow é percebida, especialmente, quando o artista descreve as três abordagens espaciais, que considera relevantes para a Arquitetura Moderna, exemplificando-as a partir de seus expoentes :

1. Cada lado perfurado; flutuando horizontalmente (Wright);
2. Do mesmo modo, aberto na direção vertical; a interpenetração ocorre não apenas lateralmente, mas também para cima e para baixo, por exemplo: a ponte de um navio, a obra de Gropius, Corbusier, Oud, Mies van der Rohe e os jovens arquitetos;
3. A planta baixa superior é diferente da inferior; células espaciais estão suspensas no teto (MOHOLY-NAGY, 1947, p.62, tradução nossa).

Na descrição que faz dessas abordagens, sobretudo na maneira como se refere às direções espaciais, Moholy-Nagy, parece reverberar a noção de criação espacial de Schmarsow, “desde dentro”, animada pelo próprio corpo do sujeito como seu eixo central, que opera não fisicamente, mas idealmente como sua representação, tornando-se a razão final da organização do espaço.

Para exemplificar tais abordagens, o artista cita, no caso da primeira, a obra da Casa Robie de Wright, e para a segunda, além de se reportar novamente à obra já citada da Casa La Roche de Corbusier, complementa-a com uma imagem da fachada da Bauhaus em Dessau, de Walter Gropius, evidenciando a integração interior-exterior presente nos vários pavimentos, possibilitada pelas vedações em grandes panos de vidro. Também ao finalizarem seus escritos, Schindler e Moholy-Nagy, estabelecem aproximações com as teorias espaciais de Hildebrand e Schmarsow.

Moholy-Nagy afirma que a arquitetura não deve ser compreendida “como um recinto fixo, como um arranjo inalterável de cômodos, mas como um componente orgânico do viver, como uma criação no domínio da experiência espacial”. Assim, para o artista, a realização completa da arquitetura apenas ocorreria quando houvesse a compreensão de que uma de suas funções mais importantes é a ordenação humana no espaço, tornando-o articulado. E assim como Schmarsow, Moholy-Nagy enfatiza a concepção da arquite-

tura como a arte da criação espacial, onde o homem emprega sua imaginação, estendendo suas organizações espaciais a todas as construções humanas, sem, contudo, opor-se ao espaço contínuo e ilimitado (MOHOLY-NAGY, 1947, p.60, tradução nossa).

Corroborando com Moholy-Nagy, Schindler, por sua vez, ao concluir seu manifesto, afirma que a tarefa da Arquitetura Moderna consiste em criar “formas espaciais”, a partir desse novo meio, – o espaço – expressivamente tão rico e ilimitado quanto quaisquer outros existentes na arte, como o som, a cor e as massas. Para o arquiteto, as experiências desenvolvidas através de suas obras deveriam, necessariamente, buscar “desenvolver uma nova linguagem, um vocabulário e uma sintaxe do espaço” (SCHINDLER, In: MARCH; SHEINE, 1995, p.55, tradução nossa).

Assim, é possível concluir que, ao analisar as obras de Schindler e Moholy-Nagy, há importantes indícios de que o ideário espacial da Arquitetura Moderna, no que se refere aos seus aspectos teóricos, encontra parte de seus fundamentos nas teorias espaciais do século XIX, como uma deriva da vertente formalista da Visibilidade Pura.

Também é importante mencionar que os caminhos teóricos trilhados por Schindler e Moholy-Nagy, por mais que encontrem congruências, também podem ser identificados a partir de suas aproximações com duas correntes racionalistas distintas. Schindler, muito claramente vincula-se ao racionalismo orgânico, ou seja, ao viés formalista animado pela perspectiva romântica, que se estende desde a noção de forma viva de Goethe, à metodologia genética de Schmarsow, e que, no arquiteto, se explicita a partir da sua defesa por uma arquitetura, que, definida em função da escala humana, tome a natureza como pressuposto, integrando-se à mesma.

Por outro lado, a condução teórica de Moholy-Nagy, parece também encontrar vínculos com a corrente do racionalismo formal de Corbusier ou mesmo com aquela vinculada ao neoplasticismo, do qual participou como artista, mas não permaneceu. Ambos racionalismos buscam assentar-se em uma perspectiva universal, a partir de bases científicas, derivadas da matemática e da geometria. Neles, a arquitetura e a natureza são tratadas de maneira equivalente, onde a natureza não se configura como um pressuposto, como para os racionalistas orgânicos.

É, portanto, possível identificar vestígios e nexos das teorias espaciais do século XIX nas bases teóricas que informam a profunda transformação espacial promovida pela Arquitetura Moderna. Porém, certamente não se pode reduzir a sua complexidade produtiva à uma única fonte fornecedora de seus fundamentos. Uma vasta análise dos escritos realizados por outros protagonistas do Movimento Moderno se faria necessária. E, para além desta ampla cobertura analítica, a própria produção da Arquitetura Moderna, no embate das diversas questões que a envolvem, também construiu princípios teóricos. Revelando-se assim, um traço próprio das vanguardas do Movimento Moderno, traço esse que funda o seu caráter singular: a circularidade entre criação e teorização. Nesta estrutura circular que se estabelece entre obra e teoria, evidencia-se que não há uma relação servil da primeira em relação a segunda. Assim, dialética em sua estrutura produtiva, parte da inédita teoria da espacialidade criada pela Arquitetura Moderna, também pode ser fruto da sua própria experimentação prática.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *El concepto del espacio desde el Barroco a nuestros días*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1973.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

FIEDLER, Conrad. *Observations on the Nature and History of Architecture*. In: MALLGRAVE, Harry Francis; IKONOMOU, Eleftherios. *Empathy, Form and Space: Problems of German Aesthetics 1873-1893*. Santa Mônica: Getty Center for the History of Art and Humanities, 1994.

FORTY, Adrian. *Words and Buildings: a Vocabulary of Modern Architecture*. New York, Thames & Hudson, 2012.

MALLGRAVE, Harry Francis; IKONOMOU, Eleftherios. *Empathy, Form and Space: Problems of German Aesthetics 1873-1893*. Santa Mônica: Getty Center for the History of Art and Humanities, 1994.

MOHOLY-NAGY, László. *The New Vision and Abstract of an Artistic*. Tradução: Daphne M. Hoffman, Nova York, Wittenborn, Schultz, Inc., 1947

PAYET, Pere Hereu. *Teoria de l'arquitectura: l'ordre i l'ornament*. Barcelona, UPC, 2000.

SCHINDLER, Rudolph Michael. *Space Architecture, 1937*. In: MARCH, Lionel; SHEINE, Judith (ed.). *R.M SCHINDLER: Composition and Construction*. Londres, Academy Editions; Ernst & Sohn, 1995.

SZAMOZI, Géza. *Tempo & Espaço: as dimensões gêmeas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

VISCHER, Robert. *On the Optical Sense of Form: A Contribution to Aesthetics*. In: MALLGRAVE, Harry Francis; IKONOMOU, Eleftherios. *Empathy, Form and Space: Problems of German Aesthetics 1873-1893*. Santa Mônica: Getty Center for the History of Art and Humanities, 1994.

Do direito à moradia ao direito à cidade: A complexa realidade cotidiana das moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden em Marabá (PA)

Maíra Cristo Daitx e Paula Neumann Novack

CRISTO DAITX, Maíra; NEUMANN NOVACK, Paula. Do direito à moradia ao direito à cidade: A complexa realidade cotidiana das moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden em Marabá (PA). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 507, out 2024

data de submissão: 31/03/2024
data de aceite: 15/08/2024

Maíra CRISTO DAITX é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; pós-doutoranda na FCT-UNESP-Presidente Prudente; mairadaitx@gmail.com

Paula NEUMANN NOVACK é Doutora em Geografia; pós-doutoranda na FCT-UNESP-Presidente Prudente; paulanovack@gmail.com

Resumo

O direito à habitação é essencial para uma vida digna, porém, garantir a moradia não assegura automaticamente o direito à cidade. Este estudo analisa os efeitos da priorização feminina no acesso ao "Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Faixa 1" na vida das mulheres que habitam os conjuntos habitacionais, destacando mudanças em suas rotinas e relações com a cidade. O trabalho objetiva cruzar a bibliografia sobre a perspectiva de gênero aplicada à concepção espacial e o discurso de moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden em Marabá (PA), destacando as falhas do programa em considerar o acesso à moradia como acesso à casa própria, e não dentro das lutas pelo direito à cidade. Por meio da análise das informações obtidas pela realização de um grupo focal, observou-se que, embora o acesso à moradia tenha impactos positivos na vida de suas moradoras, ele prejudicou outras práticas cotidianas das mulheres, como as de cuidados familiares, exercício de trabalho e acesso à educação. Conclui-se que, no recorte analisado, o PMCMV restringiu o direito à moradia à segurança de posse, ignorando categorias urbanas qualitativas como a localização e o acesso à infraestrutura pública adequada. Ademais, o programa, ao priorizar as mulheres no acesso a este benefício, lança novos desafios para as políticas habitacionais e sociais que visam diminuir a desigualdade de gênero no Brasil, uma vez que seu recorte populacional prioritário possui demandas infraestruturais específicas para além da habitação, e que devem ser atendidas simultaneamente à entrega das moradias.

Palavras-chave: estudos urbanos sob perspectiva de gênero, direito à habitação, direito à cidade, práticas socioespaciais, Programa "Minha Casa, Minha Vida".

Abstract

The right to housing is essential for a dignified life, however, guaranteeing housing does not automatically ensure the right to the city. This study analyzes the effects of female prioritization in access to the "Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Faixa 1" in the lives of women who live in a PMCMV housing complex, highlighting changes in their routines and relationships with the city. The work aims to cross-reference the bibliography on the gender perspective applied to the spatial conception and the discourse of the residents of "Jardim do Éden" housing complex in Marabá (PA), highlighting the program's failures in considering access to housing as access to private property, and not within the struggles for the right to the city. Through the analysis of the information obtained through a focus group, one observes that, although the access to housing has positive impacts on the

lives of its residents, it also harms other daily practices of women, such as family care, work and access to education. We conclude that, regarding our empirical cutout, the example produced by the PMCMV restricted the right to housing to the security of possession, ignoring qualitative urban categories such as location and access to adequate public infrastructure. Furthermore, the program, by prioritizing women in access to this partial benefit, poses new challenges for housing and social policies that seek to reduce gender inequality in Brazil, since its prior target group has specific infrastructural demands in addition to the house itself, which must be provided simultaneously with the occupation of the buildings.

Keywords: *urban studies from a gender perspective, right to housing, right to the city, socio-spatial practices, "Minha Casa, Minha Vida" Program*

Resumen

El derecho a la vivienda es esencial para una vida digna, sin embargo, garantizar la vivienda no asegura automáticamente el derecho a la ciudad. Este estudio analiza los efectos de la priorización femenina en el acceso al "Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Faixa 1" en la vida de las mujeres que habitan los conjuntos habitacionales, destacando cambios en sus rutinas y relaciones con la ciudad. El trabajo tiene como objetivo cruzar la bibliografía sobre la perspectiva de género aplicada a la concepción espacial y el discurso de las residentes del conjunto habitacional Jardim do Éden en Marabá (PA), destacando las fallas del programa en considerar el acceso a la vivienda como acceso a la casa propia, y no dentro de las luchas por el derecho a la ciudad. A través del análisis de la información obtenida mediante la realización de un grupo focal, se observó que, aunque el acceso a la vivienda tiene impactos positivos en la vida de sus residentes, perjudica otras prácticas cotidianas de las mujeres, como los cuidados familiares, el ejercicio laboral y el acceso a la educación. Se concluye que, en el recorte analizado, el PMCMV restringió el derecho a la vivienda a la seguridad de la posesión, ignorando categorías urbanas cualitativas como la ubicación y el acceso a la infraestructura pública adecuada. Además, el programa, al priorizar a las mujeres en el acceso a este beneficio, plantea nuevos desafíos para las políticas habitacionales y sociales que buscan reducir la desigualdad de género en Brasil, ya que su recorte poblacional prioritario tiene demandas infraestructurales específicas además de la vivienda, que deben ser proporcionadas simultáneamente a la entrega de las construcciones.

Palabras-clave: *estudios urbanos con perspectiva de género, derecho a la vivienda, derecho a la ciudad, prácticas socioespaciales, Programa "Minha Casa, Minha Vida".*

Introdução

O direito à habitação é um dos pilares fundamentais para a garantia de uma vida digna. No entanto, o acesso à moradia muitas vezes não se traduz automaticamente em um pleno direito à cidade. Para termos cidades mais equitativas, é crucial que as políticas públicas que interferem diretamente no espaço reconheçam a complexidade das cidades, incluindo suas desigualdades históricas e as diversas forças de interesse que atuam sobre elas. Nesta disputa, fortalece-se a presença de movimentos de luta pelo direito à cidade, que evidenciam como o planejamento urbano e o projeto urbanístico também são formas de controle social

e político, e que tais práticas não são neutras, podendo ser direcionadas a atender os interesses de grupos hegemônicos ou, em oposição, grupos minorizados.

Os estudos urbanos a partir de uma perspectiva de gênero compõem uma das frentes de luta pela inclusão dos grupos minorizados nas propostas de intervenção e ordenamento do espaço urbano, fortalecendo a importância de olharmos para as desigualdades de gênero dentro das relações socioespaciais, e que interferem na liberdade de circulação, no acesso à moradia digna, trabalhos qualificados, educação de qualidade, segurança, entre outros.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), no Brasil, seguindo as diretrizes do SNHIS (criado em 2005)², deu continuidade à proposta de priorizar o acesso à moradia de interesse social para mulheres de baixa renda, reconhecendo a “casa própria” como um potencial redutor da desigualdade de gênero a longo prazo. No entanto, este programa não contemplou ações integradas que objetivassem reduzir as desigualdades enfrentadas na escala urbana, e sua execução, por vezes, introduziu ou agravou outros problemas sociais enfrentados pelas mulheres. Este estudo examina os impactos do PMCMV na vida cotidiana das mulheres residentes do conjunto habitacional Jardim do Éden (Marabá/PA), destacando as mudanças em suas rotinas e suas novas relações com o bairro e a cidade. Seu objetivo é compreender como o acesso à moradia por meio do programa contribuiu positivamente ou negativamente para a efetivação de outros direitos destas mulheres, como os de independência financeira, segurança de posse, liberdade para o trabalho e acesso à educação.

Considerando a importância de dar voz às sujeitas que realizam suas práticas cotidianas neste espaço, serão trazidos trechos de conversas realizadas em um grupo focal³, visando não só fortalecer o discurso cidadão e feminino, em suas concordâncias e discordâncias, mas também complementar o debate técnico-científico-acadêmico, ao incluir aspectos do cotidiano e da pequena escala na problematização sobre a cidade, dando destaque às práticas historicamente diferenciadas pelo gênero – dos cuidados com a família e do tempo reprodutivo –, e seu impacto em outras dimensões da vida cotidiana das mulheres⁴, como o acesso ao emprego e à educação.

² Ver Artigos 4º e 23. Lei nº 11.124/2005, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2005.

³ O grupo focal foi realizado em 2023 pela equipe do projeto temático FragUrb (Processo FAPESP 18/07701-8), do qual as autoras fazem parte. O grupo focal ocorreu na escola de educação infantil do bairro Jardim do Éden, contando com a participação de 12 mulheres. Todas eram mães jovens e adultas de crianças pequenas que frequentam a escola, não houve a participação de mulheres idosas. A maioria delas era beneficiária do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, ou seja, também era proprietária do imóvel onde residiam. A conversa durou cerca de 2 horas. As autoras agradecem o trabalho executado pelos colegas da equipe, que participaram da execução do grupo focal e realizaram sua transcrição, e agradecem o financiamento da FAPESP para a execução de seus planos de trabalho: “Cidades médias, centro e centralidade e suas implicações na lógica socioespacial fragmentária em diferentes formações socioespaciais: Chapecó, Dourados, Ituiutaba, Mossoró e Marabá” (Processo 22/01519-9) e “Práticas espaciais e cotidiano a partir da periferia urbana” (Processo 23/09397-2). Reiteramos que “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

⁴ É importante salientar que, na análise das práticas cotidianas das mulheres participantes do grupo focal, as questões raciais não foram abordadas. Isso ocorreu porque o projeto temático, desde o início, não tinha como objetivo investigar as dimensões de gênero e raça. O grupo focal foi composto exclusivamente por mulheres, pois elas eram o foco principal do Programa Minha Casa Minha Vida, objeto de análise do referido projeto.

Direito à cidade sob uma perspectiva de gênero

Para conceber um modelo de cidade ideal que considere a diversidade de seus habitantes, é importante revisitar o conceito de direito à cidade proposto por Lefebvre (2001, p.134), que é compreendido como o “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”. O autor argumenta que para garantir integralmente o direito à cidade, abrangendo tanto as condições materiais quanto as imateriais, é imprescindível uma transformação no sistema de produção capitalista. Esse sistema não apenas molda o espaço urbano, mas também se reproduz dentro dele seguindo as diretrizes da lógica de ampliação da reprodução do capital, as quais se fortalecem dentro da criação de diferenciações subjetivas, forças motrizes para a constante circulação do capital (GALETTI e DRUMOND, 2020; LEFEBVRE, 2001). Neste sentido, Harvey (2019) atualiza o conceito para nosso contexto contemporâneo, dando diretrizes para a efetivação deste direito, no qual a “cidade” deve deixar de ser somente um *objeto* almejado, para se transformar em um *meio* para o combate às desigualdades, ou seja, como um espaço de luta anticapitalista, um espaço de resistência e um espaço de ação política.

O direito à cidade, sob uma perspectiva de gênero, vem ganhando espaço de debate nas últimas décadas, ao unir aspectos da luta por igualdade de direitos (terceira onda feminista⁵) e da busca por direitos femininos de decisão sobre seus próprios corpos (quarta onda), com a luta pelo acesso à moradia, pela liberdade de circulação e pela justiça socioespacial (COL·LECTIU PUNT 6, 2019), reconhecendo o caráter diferencial das experiências, necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres no exercício da cidadania. Esse enfoque busca incluir e promover a questão de gênero nos processos de planejamento e gestão das cidades (BRANDÃO, 2019), tanto como ferramenta educativa, como de mudança social.

O modo hegemônico de produção do espaço, capitalista e dominado por homens, intensifica e reproduz diferenças socioespaciais, frequentemente refletindo e amplificando as desigualdades de gênero presentes na sociedade (MASSEY, 1979; KERN 2021). A dificuldade de acesso a direitos humanos básicos, encontrada pelas mulheres em seu dia-a-dia, contribui para a presença maior dos índices de “pobreza” na população feminina, refletindo dinâmicas sociais históricas que

⁵ As ondas feministas mostram a organização das mulheres de diversas maneiras e em diferentes períodos. Essas ondas são momentos de intensa mobilização e avanços, refletindo as demandas e contextos específicos de cada época. Cada onda é caracterizada por um movimento militante e/ou acadêmico, em que as questões femininas ganham destaque no debate público, e sua identificação ocorre pela combinação dos ideais defendidos e o contexto histórico em que se manifestam (ZIRBEL, 2021).

as colocaram (e as mantêm) em situação de desvantagem na luta por seu desenvolvimento político, econômico e social (VEGA, 2019).

O dualismo público-privado, influenciado pela divisão sexual do trabalho, segmentou o espaço em esferas masculinas e femininas, atribuindo espaços, funções e valores culturais específicos às categorias de homem e mulher. Os homens foram designados às tarefas produtivas na esfera pública, relacionadas ao trabalho remunerado, enquanto às mulheres foram atribuídas as tarefas reprodutivas não-remuneradas da esfera doméstica (VALDIVIA, 2018; MURILLO, 1996; CARRASCO, BORDERÍAS e TORNOS, 2011; VEGA, 2019; FEDERICI, 2019). Essa divisão sustenta, até hoje, uma dominação masculina do espaço urbano, que estabelece uma oposição entre a cidade (espaço da vida pública, masculino) e o lar – que compreende a casa e seu entorno – (espaço da vida privada, feminino) (VEGA, 2019). Essa divisão não é natural, mas sim uma construção social (MASSEY, 2013), pois o espaço urbano é um espaço de poder, que reflete e perpetua as desigualdades de gênero. A valorização do espaço público em detrimento do privado marginalizou, por sua vez, as contribuições das mulheres à reprodução da vida social, reforçando o espaço como categoria de controle social.

Desde o século passado, a percepção destas condições desiguais em relação ao espaço levou arquitetos, urbanistas e planejadores a adotarem a perspectiva de gênero em suas práticas profissionais. O “urbanismo feminista”, no entanto, busca ir politicamente mais longe, ao incorporar a luta pelos direitos das mulheres e dar destaque às desigualdades de gênero na (re) produção da cidade, e questionar as estruturas capitalistas e patriarcais que influenciaram a configuração das cidades historicamente. Neste campo de atuação, busca-se realizar mudanças não só no espaço, mas também nos valores sociais e simbólicos subjacentes às disciplinas do planejamento, pensamento e construção do espaço urbano. Sua abordagem também se estende às pequenas escalas de apropriação espacial, reconhecendo as diferenças entre os corpos individuais e sociais, os espaços significativos para cada um, seus ritmos de vida e práticas cotidianas. Evita estigmatizar, discriminar ou hierarquizar os espaços, buscando torná-los adequados para a “sustentabilidade da vida”, levando em conta a percepção subjetiva do espaço em vez do atendimento a padrões pré-estabelecidos de “desenvolvimento” (COL·LECTIU PUNT 6, 2019).

Considerando a importância de transformar as dinâmicas sociais que historicamente dividiram os gêneros em funções e posições distintas, propostas de urbanismo feminista vêm tratando, no cerne de seus projetos, as relações de dependência e necessidade de cuidados que alguns grupos possuem, e incluem a implementação de espaços comunitários e compartilhados, para que a responsabilidade deste trabalho seja dividida de forma mais justa (seja com o Estado, ou com outros membros da sociedade) (COL·LECTIU PUNT 6, 2019; KERN, 2021; OLIVEIRA, 2021; VALDIVIA, 2018). Esta nova divisão de tarefas poderia permitir que a mulher retomasse parte da sua autonomia e do controle sobre o uso de seu tempo, dando a ela o poder de decisão sobre o exercício de outras práticas que não estejam restritas ao mundo reprodutivo, como os seus próprios estudos, carreira profissional e atuação política – o que torna esta proposta ainda mais importante quando executada em contextos socioespaciais de maior vulnerabilidade, pois opera, também, como um minimizador das desigualdades socioeconômicas de gênero –, bem como aquelas dedicadas ao descanso, ao lazer, ou à manifestação da espiritualidade (OLIVEIRA, 2021; VALDIVIA, 2018; CORDEIRO & ASSIS, 2020).

Apesar disso, como o espaço em si não é o único responsável pela reprodução destes padrões de divisão sexual do trabalho, reconhece-se que, atuar na escala urbana considerando uma perspectiva de gênero inclui não só alterações nos padrões de desenho e estruturação das cidades, mas também a inclusão política das mulheres nas instituições públicas e governamentais, para que elas participem, ativamente e com autonomia, na elaboração e execução de propostas que sejam executáveis em todas as escalas da vida urbana, integrando a transformação do ambiente construído a outras políticas, como as de acesso à educação, ao trabalho, à saúde. Uma forma de reivindicar o direito à cidade a partir de sua *construção*.

O direito à moradia e a titularidade feminina no Programa “Minha Casa, Minha Vida”

Na luta pelo direito à cidade, a questão habitacional é fundamental, pois a casa não apenas proporciona segurança às mulheres (contra despejos, desastres naturais e violência), mas também porque nela ocorre a reprodução da vida e o exercício de suas tarefas cotidianas. O acesso independente à moradia, sem depender do casamento ou competir com homens por

titularidade, empodera as mulheres e facilita o acesso a outros direitos negados historicamente, como trabalho e educação. No entanto, dados da ONU mostram que as mulheres são as mais vulneráveis no acesso à moradia digna, sendo minoria na titularidade imobiliária, um ponto central das políticas habitacionais globais atualmente (COL·LECTIU PUNT 6, 2019; LAB·CIDADE, 2012).

A ênfase na promoção do acesso à habitação através da propriedade imobiliária reflete uma tendência global, de atendimento aos interesses mercadológicos, imobiliários e financeiros, operando em diálogo com o Estado (ROLNIK, 2017). Embora o acesso à casa própria possa proporcionar maior segurança em comparação com outras formas de habitação, como o aluguel, ele não garante necessariamente uma melhoria na qualidade de vida. Quando destinada à população de baixa renda, a produção da habitação acaba ocupando as áreas urbanas menos valorizadas pelo mercado, promovendo a exclusão socioespacial de alguns grupos e ruptura de boas relações locacionais com a cidade. A presença de forças contra-hegemônicas que façam frente a este processo excludente é crucial para garantir a equidade nas políticas públicas de habitação que têm esta modalidade como central.

O acesso à habitação de qualidade requer não só um *custo acessível*⁶, a posse legal da terra e condições mínimas de habitabilidade. Para se firmar como direito e meio de redução das desigualdades socioespaciais e socioeconômicas, é importante que a moradia também esteja em áreas bem localizadas, com infraestrutura e serviços adequados e adaptadas à realidade social dos grupos que as habitam.

O programa habitacional público brasileiro lançado em 2009, "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), priorizou mulheres como beneficiárias das moradias subsidiadas pelo Estado (Faixa 1, destinado a famílias de até três salários mínimos), tanto por pressão política de grupos minorizados quanto para cumprir compromissos de igualdade de gênero em tratados internacionais. Seu objetivo era "reduzir o déficit habitacional" da população de baixa renda, dando preferência para as mulheres, na disputa pela ajuda pública para efetivação de seus direitos – ambos, conjuntamente, possibilitariam reduzir as desigualdades socioespaciais relativas à moradia, incluindo uma redução das desigualdades de gênero dentro do quesito habitacional.

No entanto, após uma década de execução, o PMCMV ainda não foi capaz de reduzir a demanda por habi-

⁶ Ressalta-se, aqui, a importância que a ONU dá, em um de seus "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", ao "custo acessível". A moradia (bem como a mobilidade) não é entendida como um direito que poderia não perpassar relações de troca financeira ou monetária, em outros sistemas econômicos além do modelo capitalista hegemônico.

⁷ Para mais informações ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018>

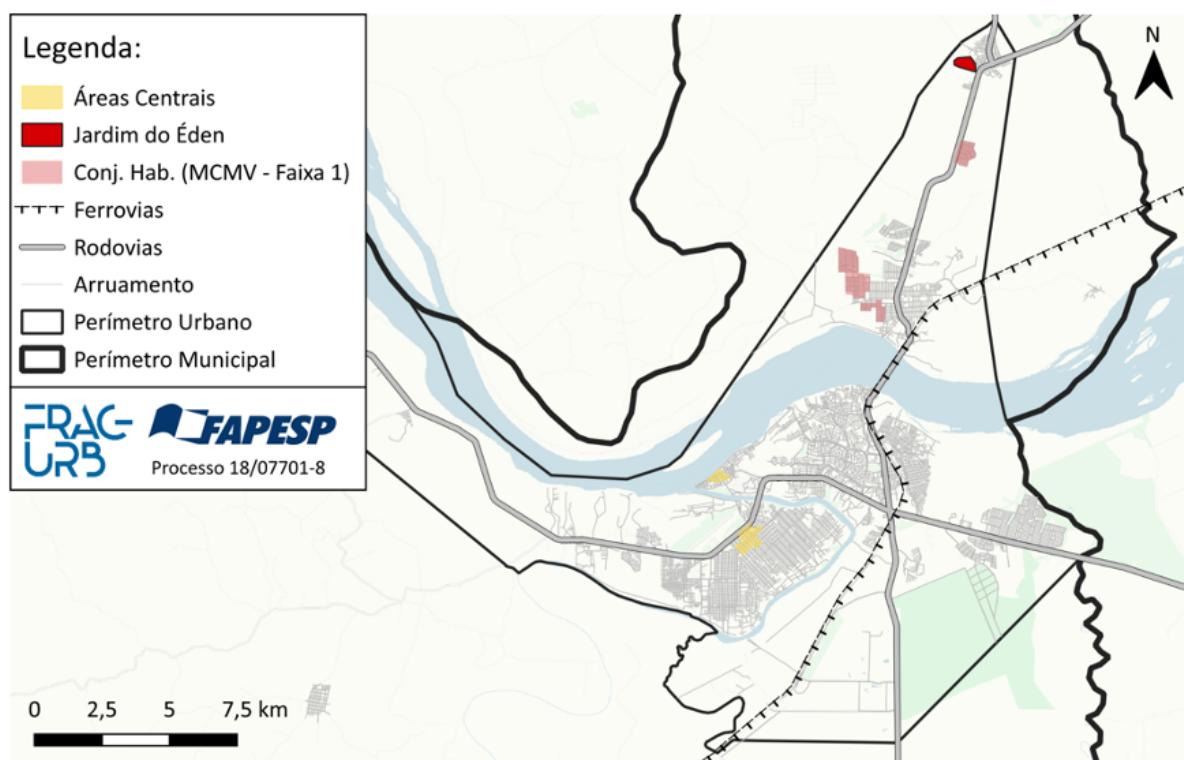
tação entre os mais vulneráveis, conforme revelado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE⁷, que mostra um aumento na vulnerabilidade habitacional de 9% para 15% entre 2008 e 2018. Entre as razões para este fenômeno poderiam ser apontadas: a baixa qualidade e localização inadequada dos conjuntos habitacionais; a incapacidade de atender a toda a demanda deste recorte socioeconômico, devido à sua susceptibilidade ao interesse dos mercados imobiliários e da construção civil; e o aumento dos preços de aluguéis e imóveis, reflexos da maior disputa pela compra de terras e interesse especulativo imobiliário (AMORE, SHIMBO E RUFINO, 2015; CARDOSO E LAGO, 2015; MARTINS, 2016).

O Jardim do Éden (Marabá-PA), conjunto habitacional escolhido para a análise, é um exemplo elucidativo de um território criado dentro do âmbito do PMCMV-Faixa 1 e que carrega os resultados das falhas estruturais deste programa, excluindo socioespacialmente as mulheres-beneficiárias, dando em troca a “segurança” da propriedade imobiliária residencial. Por meio de relatos de suas práticas socioespaciais, objetiva-se compreender como estas falhas afetaram negativamente a vida cotidiana das mulheres que habitam este território, como as dificuldades que encontram para acessar outros direitos, contrapondo-se estas experiências à perspectiva positiva de obtenção de privacidade e segurança de posse.

A complexa realidade das práticas cotidianas das mulheres moradoras do conjunto habitacional Jardim do Éden, em Marabá-PA

O Jardim do Éden é um conjunto habitacional horizontal inaugurado em 2015, situado no Núcleo Morada Nova, em Marabá (PA), composto por 973 domicílios e que abriga cerca de 2800 moradores. Está a cerca de 20 km das áreas centrais da cidade, acessível por uma rodovia federal que cruza o Rio Tocantins. No entanto, a ponte utilizada pelos moradores não oferece acessos seguros para pedestres e ciclistas, levando a uma dependência significativa de transporte público para as atividades diárias dos residentes dos núcleos urbanos mais pobres ao norte do rio.

A área urbanizada do conjunto inclui uma creche, entregue em 2022 (sete anos após a conclusão das casas), além de uma academia ao ar livre, uma horta comunitária, um mercado público e alguns comércios locais. Os serviços públicos de educação e saúde são



Cartografia: Maíra Cristo Daitx e Paula Neumann Novack, 2024.
Dados: IBGE, DMIT, Carto, Trabalho de Campo - FragUrb.
*Dados do MCMV até 2020.

Figura 1
Localização dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1, em Marabá-PA. Em destaque, o Residencial Jardim do Éden
Fonte: Autoria própria (2024)

atendidos pelos equipamentos existentes no assentamento consolidado do Núcleo, a uma distância de 1 a 2 km do conjunto.

Tomando como referência a discussão de gênero sobre o espaço, observamos que a luta por equipamentos públicos de cuidado infantil é uma categoria histórica do movimento feminista⁸. Dentro dos projetos do MCMV, a construção sincrônica deste equipamento à entrega das unidades habitacionais é fundamental para que as mulheres possam conciliar a maternidade, os estudos e o trabalho (COL·LECTIU PUNT 6, 2019), ingressando na força de trabalho com níveis de escolaridade e de salários mais altos, o que auxiliaria no combate à pobreza feminina (FMCSV, 2020; CAMPOS, 2019).

No entanto, observamos que há uma lacuna entre as necessidades das mulheres beneficiárias do programa e a infraestrutura pública disponível nos conjuntos habitacionais na ocasião de seus lançamentos. Apesar de receberem as casas, os equipamentos de cuidado infantil acabam sendo instalados anos depois, resul-

⁸ A presença ou não dos filhos em uma creche é um indicador significativo no nível de desenvolvimento econômico das mulheres, pois possibilitam a elas mais condições de acederem ao trabalho remunerado e a avançarem em seus níveis educacionais. Segundo os dados do Censo de 2010, cerca de 64% das mulheres brasileiras com filhos de 0 a 3 anos em creche são empregadas (com carteira assinada), enquanto que somente 41,2% das mulheres com filhos na mesma idade, mas fora de creches, se encontram na mesma posição (FMCSV, 2020).

tando em um descompasso entre o ritmo de vida das mulheres e o das obras públicas.

Outro agravante das dificuldades para o exercício dos cuidados familiares, compreende a perda das redes de apoio familiar e de vizinhança, que ocorre devido ao distanciamento espacial gerado pela mudança de bairro⁹. Os relatos das moradoras destacam os impactos negativos dessa falta de infraestrutura adequada, não apenas em suas vidas familiares, mas também em suas práticas trabalhistas fora do bairro.

⁹ Segundo SOUZA & LEITE (2017), cerca de 59% da população do Jardim do Éden morava anteriormente em outro Núcleo urbano ou na área rural do município.

Marlene: A Taís abordou uma questão de não pensar, às vezes, você trabalhar. No meu caso, para eu sair do emprego, foi porque eu não tinha uma rede de apoio com a minha filha. Na época eu tinha só uma [filha] e a minha mãe não morava aqui. [...] Então, para mim, a maior dificuldade, e que [foi a razão pela qual] eu tive que parar de trabalhar, foi não ter essa rede de apoio. A gente não tem uma creche integral onde a gente possa deixar o filho da gente de cinco/seis anos, para poder ir trabalhar... Eu acho que para algumas [mulheres] daqui isso também é muito relativo. Ela [Taís] falou também que tinha um emprego bom, mas teve que sair por causa dos filhos.

Taís: No meu caso, quando eu saí do meu serviço, eu tinha plano de saúde, eu tinha vale alimentação bom, eu tinha um emprego bom, mas [tinha] a questão de arrumar uma pessoa para ficar com meus filhos, [e que eu] não encontrava. Quando eu encontrei, deu atrito, deu conflito.

(Voz não identificada): Tem que ser uma pessoa de confiança para ficar com criança.

Taís: Meu filho adoeceu e eu tinha que ficar saindo do emprego, pegar atestado... então foi uma série [de fatores]. Eu preferi sair por isso, mas se tivesse [creche em] tempo integral me ajudaria bastante. Em São Félix¹⁰ tem, mas...¹¹

¹⁰ O Núcleo São Félix fica a 10km do Residencial Jardim do Éden.

¹¹ Todos os trechos aqui citados foram extraídos do grupo focal realizado pela equipe do projeto FragUrb, em 2023, no Jardim do Éden, Marabá-PA.

A falta de creche em tempo integral cria dificuldades significativas para as mulheres trabalhadoras, especialmente devido às suas condições periféricas, que incluem o distanciamento, o isolamento e precariedade do transporte público. O tempo gasto para se deslocar e trabalhar excede o tempo disponível na creche, levando muitas a considerar a contratação de babás, o que implica em um cálculo constante entre os ganhos financeiros e os custos associados. Além disso, a segregação de gênero no mercado de trabalho, com ocupações precárias e irregulares como atendentes, empregadas domésticas e diaristas, as coloca em desvantagem, especialmente porque os empregos mais bem remunerados geralmente estão localizados em áreas mais distantes e de difícil acesso, exacerbando os desafios logísticos, financeiros e mentais enfrentados diariamente pelas moradoras.

Mediadora: O que vocês têm a falar sobre a distância e a dificuldade no transporte?

Bernardete: Nossa, tem vezes que a gente passa duas horas na parada de ônibus.

Matilde: Pega um ônibus lotado.

Suelen: Principalmente dia de sábado e domingo.

Taís: Reduz.

Elisa: No feriado também.

Mediadora: Ninguém vai elogiar o transporte?

Todas: Não!

F: Não tem nem como!

Elisa: Quando quebra no meio do caminho é aquele transtorno todinho.

Joelma: [...] Eu tenho horário para chegar e cumprir meu trabalho. Se eu tivesse a certeza, na parada, que esse ônibus ia passar, [seria melhor...] mas não temos isso.

Taís: [...] [Quando vamos procurar emprego], as pessoas já veem a ponte como algo que vive dando problema. Eu trabalhei durante muitos anos lá no centro, e eu tinha que sair da minha casa às 08h para entrar às 10h, no shopping. Como era muito difícil a questão do transporte, pra eu não chamar atenção no trabalho e chegar no horário, eu tinha que sair com muita antecedência. Essa questão do transporte [no Jardim do Éden] influencia muito, em várias áreas...

-

Mediadora: É mais difícil para as mulheres do que para os homens [morar] aqui?

Todas: Sim.

Taís: A maioria dos homens aqui é pedreiro e carpinteiro [e aqui] tem muita obra civil. Então não falta serviço para eles. Graças a Deus.

Suelen: A respeito do trabalho doméstico em casa de família aqui é muito desvalorizado, porque lá em Marabá [Núcleo Velha Marabá], se você trabalhar duas vezes na semana, você ganha oitocentos reais e aqui não. Então, se você for trabalhar para o lado de lá, compensa, mesmo você pagando [alguém para cuidar dos filhos.] [...] E aqui não, aqui em Morada Nova é muito complicado. Eu já trabalhei muito aqui em casa de família, e quando eu fui pra Velha Marabá, trabalhei muito em casa de família lá também, já olhei muita criança também e, muitas vezes, tem pessoas que não reconhecem o trabalho de quem tá trabalhando na casa. Então, é um pouco complicado. Por isso que muitas vezes não compensa a gente sair da casa da gente pra ir trabalhar na casa da outra pessoa, porque muitas vezes a gente vai deixar o filho da gente em casa, e muitas vezes a gente vai até faltar com a criança, dar amor, carinho, atenção e aquela

quantia que a gente vai receber, talvez não vai suprir a necessidade.

Edileusa: [No trabalho formal,] se você trabalhar 30 dias, você recebe um salário. Você trabalha trinta dias numa casa de família, eles querem dar 500 reais, 600....

A comparação com a oferta de trabalhos “masculinos” na região onde moram atualmente, em relação aos “femininos” demonstra que elas têm consciência de que há uma diferenciação nas oportunidades de emprego devido à sua condição de gênero e que o rendimento de sua força trabalhista é desigual e desvantajoso no atual local de moradia, que paga menos e explora mais o trabalho de cuidados e manutenção do lar. O resultado da mudança de local de residência, observado neste recorte empírico, demonstra que o acesso à moradia acaba por fazer com que estas mulheres abandonem seus empregos, muitas vezes optando por restringir seu trabalho ao cuidado com os filhos, tornando-se dependentes de auxílios sociais, como o Bolsa Família, ou dos maridos, quando possuem. Isto traz à tona uma problemática latente que destina o benefício da casa própria as mulheres, sem garantir a elas estabilidade financeira, pois as relações de trabalho estão diretamente relacionadas à forma como a cidade é estruturada, e a localização dos empreendimentos irá afetar, inadvertidamente, outros direitos adquiridos como o de independência financeira e possibilidade de permanecer no mercado de trabalho.

Apesar dessas dificuldades, algumas mulheres ainda consideram-se satisfeitas com a situação atual de moradia. A comparação com situações anteriores de habitação, a segurança de posse e as poucas qualidades do bairro despontam como pontos positivos no balanço pela decisão de aceder ao benefício e manter a sua residência no bairro.

Mediadora: O que tem de melhor em morar aqui no Jardim do Éden?

Bernardete: Todas aqui podem falar da distância, né, que daqui pra Marabá é uma viagem... Eu costumo dizer que é uma viagem! Quarenta e cinco minutos!

Edileusa: Não, quarenta e cinco minutos é no ônibus, mas a gente fica uma hora a mais lá parada esperando [risos].

Bernardete: Para quem precisa de ônibus é bem dispendioso, mas a tranquilidade deste lugar compensa!

F: Verdade!

Bernardete: Eu, sinceramente, não consigo reclamar! Porque a minha filha bebezinha pode brincar de

bicicleta no meio da rua [...], a minha moça de dezesseis anos pode andar tranquilamente e eu não me preocupo! Quando a minha casa não tinha muro, tinha coisa que ficava do lado de fora e ninguém pegava! [...] Eu cheguei a esquecer roupa em varal, quando não tinha muro na minha casa, e amanhecia tudo lá do mesmo jeitinho!

Suelen: Eu fui viajar pra Itupiranga, passei foi uma semana e minha porta da cozinha ficou só encostada [risos]. E uma vez veio o vento e bateu a porta da sala e a chave ficou do lado de fora. Não era murado nem nada, mas quando eu acordei, no outro dia, e olhei, tava tudo dentro de casa, graças a Deus! [risos] Aqui é ótimo pra morar!

Bernardete: Então, gente, essa tranquilidade toda... A dificuldade que a gente tem, como água [o abastecimento de água no bairro é precário, devido à distância da estação central] e distância, isso não é nada!

Suelen: Verdade...

Elisa: É o lar da gente, né?! Só de você ter o seu lar, seu próprio lar...

F: É..

Bernardete: Sua privacidade, né?!

Suelen: Eu morei nove anos e pouco dentro da casa da minha sogra e depois em um kitnetezinho feito no fundo do terreno dela... Então, eu não tenho nada o que falar. Agradeço muito a Deus.

Por outro lado, o desajuste desta opção habitacional aos desejos de acesso à cultura, educação e empregos demonstram que o acesso à habitação do PMCMV é somente uma etapa das vidas de outras moradoras, que estão em busca de ascensão socioeconômica e inclusão socioespacial.

Mediadora: Diante dos aspectos positivos e negativos que vocês expuseram, valeu a pena ter mudado para o Jardim do Éden?

Várias: Sim.

Marta: Às vezes, dependendo do que você vai ganhar, não compensa. Porque tem que pagar transporte, pagar uma pessoa para ficar olhando sua casa, seu filho [quando vai trabalhar].

F: A minha vizinha paga aluguel do outro lado [do rio] e está satisfeita. A casa dela está lá, [, mas, ela mantém a casa do sorteio no Jardim do Éden]. É relativo.

Mediadora: Então, vocês querem continuar morando aqui no Jardim do Éden?

Várias: Sim.

Bernardete: Eu não tenho pretensão de sair daqui.

Joelma: Não quero continuar morando aqui. [...] Quando eu me formar, eu penso em levar meus filhos

para outro lugar – não melhor, porque aqui é muito bom –, mas mais próximo das coisas, onde tenham mais oportunidade de educação e de interação [...] com outras crianças da idade deles, que tenham a mentalidade deles. [...] É buscar uma forma de se viver melhor. Não que aqui seja ruim, não estou cuspidando no prato que eu como, de forma alguma. Cresci aqui, mas eu quero algo realmente melhor.

Taís: Tenho vontade de mudar para algo melhor, mas por enquanto estou aqui.

Joelma: Eu vou ficando por aqui também, por enquanto, mas quando houver oportunidade...

Mediadora: Então vocês acham que [agora] pesa mais ter a casa, permanecer aqui?

F: Sim.

As diferentes perspectivas das mulheres evidenciam a heterogeneidade da população feminina nos conjuntos habitacionais analisados. Algumas relatam experiências negativas após a mudança, enquanto outras destacam melhorias na qualidade de vida. Bernadete, Suelen e Elisa consideram o Jardim do Éden uma melhoria em relação aos seus locais anteriores de moradia, citando a tranquilidade, o ganho de privacidade e a possibilidade de ampliação da casa como aspectos positivos do conjunto onde habitam. Joelma, embora trabalhe na creche do bairro (o que a coloca em uma posição vantajosa na prática do habitar), demonstra um comportamento típico de gênero, ao priorizar a qualidade de vida de seus filhos. Marta, que expressou em sua apresentação o desejo de buscar educação superior, considera se mudar do local para poder ter um melhor acesso a este direito. Já Taís, criada no Núcleo Morada Nova, acredita que para progredir em sua vida pessoal precisa buscar moradia fora do conjunto para trabalhar com mais conforto e dignidade.

Essa heterogeneidade dos perfis femininos que habitam os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida deve ser considerada na elaboração das modificações do programa, que hoje se encontra em uma nova fase de execução. A expansão do entendimento do direito à moradia como parte do direito à cidade deve ser observado de forma estrutural para que as novas propostas sejam mais integrativas e que garantam o acesso a múltiplos direitos cidadãos às mulheres que, futuramente, acederão a este benefício.

Considerações finais

No Conjunto Habitacional Jardim do Éden, em Marabá, as mulheres enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso ao emprego e à cidade. Barrei-

ras estruturais, como longas distâncias para acessar áreas com mais oportunidades de emprego, limitam sua independência profissional, especialmente porque os trabalhos que conseguem acessar costumam ser precarizados, com longas jornadas de trabalho e salários baixos. A dependência do apoio público governamental para a divisão das tarefas de cuidados se torna ainda mais significativa devido à quebra das redes de apoio que o acesso à casa própria também trouxe.

Destacamos, então, a necessidade de políticas públicas integrativas mais abrangentes para que o acesso à moradia condicione, também, a diminuição dos índices de pobreza e exclusão feminina, considerando-se que as práticas das mulheres não se restringem estritamente ao espaço doméstico, e seu direito à cidade deve contemplar a possibilidade de deslocamento e liberdade de acesso a outros territórios urbanos.

Perspectivas como a de “cidades cuidadoras” e “cidades solidárias” também podem contribuir para a criação de propostas urbanísticas que priorizem as relações humanas, os vínculos afetivos e a escala comunitária (COLLECTIU PUNT 6, 2019; KERN, 2021). Reconhece-se que uma cidade justa não pode ser alcançada apenas por medidas econômicas e atendimento de índices quantitativos, mas deve incorporar dimensões humanas e sociais para que todas as percepções de cidade e de habitats qualificados sejam incluídas nas propostas de transformação da cidade.

Referências

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. *Minha casa... e a cidade. Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRANDÃO, A. C. B. *Gênero, Governança e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

CAMPOS, M. de L. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: Uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). *Salvador: Prelúdios*, v. 8, n. 8, p. 35–60, 2019.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. Avaliação do programa minha casa minha vida na região metropolitana do rio de janeiro: impactos urbanos e sociais. *Relatório final da pesquisa referente à chamada pública MCTI/CNPq/MCIDADES no11/2012*. Linha Temática, 2015.

CARRASCO, C., BORDERÍAS, C. e TORNS., T. Introducción. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, C., BORDERÍAS, C. e TORNS, T. (eds.). *El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas*. Madrid: Catarata, 2011.

COLLECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial i Distribuïdora, 2019.

CORDEIRO, V. A.; ASSIS, R. J. de. Planejamento e gestão urbana para os 99%: uma aproximação entre as teorias feministas e o campo do urbanismo. *Revista Casa da Geografia de Sobral*. Sobral/CE, v. 22, n. 2, p. 202-218, ago. 2020.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FMCSV. Ampliar a oferta de creche para crianças de 0 a 3 anos. *Recomendações políticas de atendimento à primeira infância*. 2020. Disponível em:

<<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/recomendacoes/ampliar-oferta-creche-criancas-0-3-anos>>

GALETTI, C. C. H.; DRUMOND, N. Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista. Curitiba: *Revista Vernáculo*, n. 45, p. 109-137, 2020.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KERN, L. *Cidade feminista: A luta por espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LABCIDADE. *Cartilha: Como fazer valer o direito das mulheres?*, São Paulo: Labcidade FAU/USP, 2012.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MASSEY, D. ¿En qué sentido hablamos de problema regional?. In: Albet, A., Benach, N. (org). Doreen Massey. *Un sentido global de lugar*. Barcelona: Icaria Espacios Críticos, 2012. MASSEY, D. *Space, place and gender*. [s.l.] John Wiley & Sons, 2013.

MARTINS, K. S. A. *Programa Minha Casa Minha Vida: uma avaliação das contribuições do programa para a redução do déficit habitacional no Brasil (2008-2012)*. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas. São Luis: 2016.

OLIVEIRA, K. de. Cidades Cuidadoras: A participação das mulheres na construção de um urbanismo contra hegemônico. Córdoba, Argentina: *Revista Vivienda y Ciudad*, 2021.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SOUZA, Marcos Vinicius; LEITE, Myrelly. Desigualdades Socioespaciais e o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA): análise dos conjuntos habitacionais Jardim do Éden e Tiradentes. *BG Journal. Brazilian Geographic Journal - Geosciences and Humanities Research Medium*, Ituiutaba: UFU, v. 8, n. 2, jul./dez. 2017, p. 45-62.

VALDIVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. Sevilla: *Habitat Y Sociedad*, n. 11, p. 65-84, 2018.

VEGA, A. P. Pobreza feminina: desvendando suas raízes. Irati: *Revista TEL: Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 10, n. 2, p. 177-200, jul.-dez./2019.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021.

Arquitetura e Estado: Hospital Getúlio Vargas como expressão do poder em Teresina

Camila Figueiredo e Ricardo Paiva

FIGUEIREDO, Camila; PAIVA, Ricardo. Arquitetura e Estado: Hospital Getúlio Vargas como expressão do poder em Teresina. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 513, out 2024

data de submissão: 24/04/2024
data de aceite: 10/09/2024

Camila FIGUEIREDO é Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Ceará; figueiredocamila97@gmail.com.

Ricardo PAIVA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PPGAU+U - UFC; ricardopaiva@ufc.br.

Resumo

No Brasil, a emergência do Estado Novo na primeira metade do século XX repercutiu na modernização de várias sedes políticas de estados do país, inclusive em Teresina, capital do Piauí diante da centralização política e ações de unificação nacional. Nesse cenário, o objetivo do artigo é analisar uma das obras mais emblemáticas do período, o Hospital Getúlio Vargas (1941), como uma expressão dessa busca pela modernidade articulada à legitimação do poder do Estado Nacional e o poder local. A metodologia se baseia em pesquisas bibliográficas e tem como alicerce para a análise fontes primárias e secundárias de desenhos e fotografias, suportes que viabilizaram o redesenho e a modelagem em 3D da obra. Portanto, o trabalho reforça a relação entre a conjuntura política e a concepção de obras públicas significativas na história da arquitetura piauiense e brasileira na primeira metade do século XX, que constituem acervos relevantes do patrimônio cultural edificado a serem continuamente documentados e conservados.

Palavras-chave: Hospital Getúlio Vargas, Estado, modernidade.

Abstract

In Brazil, the emergence of the Estado Novo in the first half of the 20th century had repercussions on the modernization of several political headquarters in the country's states, including Teresina, capital of Piauí, in the face of political centralization and national unification actions. In this scenario, the objective of the article is to analyze one of the most emblematic works of the period, the Hospital Getúlio Vargas (1941), as an expression of this search for modernity linked to the legitimization of the power of the National State. The methodology is based on bibliographical research and is based on the analysis of primary and secondary sources of drawings and photographs, supports that made the redesign and 3D modeling of the work possible. Therefore, the work reinforces the relationship between the political situation and the design of significant public works in the history of Piauí and Brazilian architecture in the first half of the 20th century, which constitute relevant collections of built cultural heritage to be continually documented and conserved.

Keywords: Getulio Vargas Hospital, State, modernity.

Resumen

En Brasil, el surgimiento del Estado Novo en la primera mitad del siglo XX repercutió en la modernización de varias sedes políticas en los estados del país, incluida Teresina, capital de Piauí, frente a acciones de centralización política y unificación nacional. En este escenario, el objetivo del artículo es analizar una de las obras más emblemáticas del período, el Hospital Getúlio Vargas (1941), como expresión de esa búsqueda de modernidad vinculada a la legitimación del poder del Estado Nacional. La metodología se basa en la investigación bibliográfica y se basa en el análisis de fuentes primarias y secundarias de dibujos y fotografías, soportes que

posibilitaron el rediseño y modelado 3D de la obra. Por lo tanto, el trabajo refuerza la relación entre la situación política y el diseño de obras públicas significativas en la historia de Piauí y de la arquitectura brasileña en la primera mitad del siglo XX, que constituyen colecciones relevantes de patrimonio cultural construido para ser continuamente documentadas y conservadas.

Palabras-clave: Hospital Getulio Vargas, Estado, modernidad.

Introdução

A gênese da modernidade arquitetônica no Brasil se relaciona dialeticamente com as transformações econômicas, políticas e simbólicas verificadas a partir da década de 1930, com o advento do Estado Novo. Nesse contexto, distintas manifestações dessa modernidade expressaram rupturas com a cultura arquitetônica historicista, na medida em que foram absorvendo princípios espaciais, funcionais, técnicos e estéticos emergentes, que se propagaram de maneiras distintas pelo território brasileiro, em ritmos que estiveram ligados especialmente às particularidades de cada lugar.

Em Teresina, capital do Piauí, a assimilação de valores da modernidade se deu, como em muitos outros lugares, por meio de uma “modernidade pragmática” (Segawa, 2010), produção que assimilava inovações tecnológicas e de linguagem, mas não se alinhava aos princípios eruditos do modernismo arquitetônico, constituindo um acervo considerável do qual se destaca o Hospital Getúlio Vargas – HGV (1950). Trata-se de uma obra com grande carga simbólica por materializar a relação entre a arquitetura e o Estado, além de representar um exemplar significativo da atuação dos engenheiros na capital, como Cícero Ferraz de Sousa Martins (1909 – 1988), ficando a cargo dele a adaptação de alguns desenhos desse projeto, vindos do Rio de Janeiro, às condições locais. O hospital é considerado por muitos como o bem edificado de maior repercussão política e arquitetônica na primeira metade do século XX em Teresina, e, nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra em questão como expressão da legitimação de várias instâncias políticas do Estado, articulando aspectos relacionados à sua produção, contexto e significado, além de sua preservação como patrimônio edificado.

Para tanto, a metodologia utilizada se baseia em pesquisas bibliográficas e na coleta de dados e fontes primárias, dentre os quais se destacam desenhos e fotografias, viabilizando o redesenho do projeto por meio da modelagem 3D. Quanto ao material disponí-

vel para o estudo, as pesquisas em acervos particulares resultaram na obtenção da atual planta baixa do pavimento térreo, assim como de suas fachadas. Essas peças gráficas permitiram que, através da análise da espessura das paredes, consideravelmente mais espessas que as demais, associadas à observação de fotografias que datam da época da inauguração, fosse possível traçar o contorno do que seria o projeto original que permanece em grande parte na configuração atual.

Em síntese, o trabalho constrói um percurso que parte de reflexões a respeito das primeiras manifestações da modernidade arquitetônica desenvolvida em Teresina na primeira metade do século XX, dentre as quais está o Hospital Getúlio Vargas, destacando como essa produção se insere na ideologia da construção e da não unificação do Estado Nacional, até finalmente empreender a análise da obra. Portanto, compreendendo a arquitetura como uma produção inevitavelmente contextualizada, é importante refletir sobre como a ideia de modernidade arquitetônica, não necessariamente erudita, foi assimilada de forma singular na capital piauiense, especialmente sob reflexo da conjuntura política do Estado Novo, a partir de obras de grande impacto como o Hospital Getúlio Vargas. O estudo reforça também a necessidade da contínua documentação dessa arquitetura de grande valor histórico e patrimonial, passível de descaracterização e desaparecimento.

A relação de poder entre o Estado e a arquitetura.

Segundo Guerra (2005), a relação umbilical que se desenvolveu no Brasil na segunda metade do século XX entre a arquitetura moderna e a ação estatal tem origem ainda na década de 1930, a partir do Governo de Getúlio Vargas, que impôs às oligarquias regionais um estado forte e onipresente. Isso se deu a partir da figura de um ditador rígido e populista, que imprimia sua hegemonia sobre os mais diversos campos da sociedade, como economia, arte e arquitetura. Nesse sentido, a arquitetura esteve intimamente atrelada aos interesses muitas vezes antidemocráticos desse regime, contando com a atuação de profissionais com conhecimentos técnicos necessários para a materialização desse ideário proposto, como os engenheiros.

Dessa forma, o Estado se situava como agente central na concepção dessa nova expressão da arquitetura de caráter público, sendo ela um mecanismo de construção e reafirmação da identidade nacional. Tratava-se

de um mecanismo comum em países da América Latina, carregando a incumbência de negar um passado que ainda deixava rastros de atraso em uma sociedade que ansiava por modernidade. A inserção no mundo capitalista, urbano e industrial era tida como necessária para a formação desse Estado Nacional forte e para a redenção dessa herança colonial (Gorelik, 2005).

Todo esse contexto foi produzido como consequência de uma dinamização econômica e ampliação do domínio estatal, que expandiu massivamente as encomendas públicas demandadas pela implantação das já citadas políticas de modernização varguistas. O incremento dado à esfera arquitetônica brasileira estava atrelado, portanto, ao novo perfil do Estado Nacional. Isso se deu dotando o país de que envolveram investimentos em transportes, educação, saúde, habitação, edifícios para a administração pública, dentre outros (Trajano Filho, 2018).

Em Teresina, um dos mecanismos de externar a modernização era o embelezamento, e este se dava através da arborização nos espaços livres, especialmente seguindo um alinhamento que simbolizasse ideais pragmáticos de ordem e progresso, enquanto a arquitetura e urbanismo também se valiam dessa mesma prerrogativa a partir de formas simples e geométricas nos traçados, como na praça Pedro II, e empregando o estilo Art Déco em prédios como Arquivo Público do Piauí (1941), Hospital Getúlio Vargas (1941), Cine Rex (1939) e conclusão do Liceu Piauiense (1936), além da construção da ponte de madeira sobre o rio Poti. Nesse sentido, Schramm (2015, p. 9) afirma que: "Dentre outras correntes que irrigavam, na década de 1930, o campo arquitetônico, o Art Déco foi, em larga medida, de uso predominante nos edifícios públicos construídos no período, no contexto da reorganização da burocracia do Estado Nacional". Defende-se, nesse cenário, o Hospital Getúlio Vargas como maior símbolo construído dessa modernização, por contribuir para a consolidação de Teresina como um grande centro médico regional (Santos Neto, 2002).

A "modernidade pragmática" em Teresina no século XX e o contexto sóciopolítico.

Quando se trata de modernidade arquitetônica, uma associação imediata é comumente feita aos preceitos defendidos pelo Movimento Moderno, difundidos entre as décadas de 1930 e 1950 no Brasil, inclusive no Nordeste. No estado do Piauí, o modernismo erudito só se consolidou na segunda metade do Século XX.

Entretanto, verifica-se ainda na primeira metade do referido século em Teresina, por meio de uma “modernidade pragmática” (Segawa, 2010), a ruptura com o historicismo e as transformações espaciais, funcionais, técnicas e estéticas na produção da arquitetura. Para Paiva (2008, p.11):

a “Modernidade Pragmática (1922-1943)” se desenvolve “à margem do modernismo engajado”. A modernidade desta vertente da arquitetura não se sustentava em nenhum pressuposto teórico ou conteúdo programático específicos, pelo contrário, se valia de influências múltiplas e contraditórias – o repertório clássico de composição decorativa associado ao uso de materiais modernos – que se manifestavam de forma diversa nas tendências art déco, nos exemplares de influências perretianas e no “monumental clássico” de matriz fascista.

Nesse momento de expressões distintas da modernidade arquitetônica, Hugo Segawa (2010) destaca o conceito de “Modernidade Pragmática”, no qual se percebe a coexistência de múltiplas referências, assim como inúmeras tentativas de produzir algo que fosse pertinente ao novo ideário, como é possível identificar a partir da estética com traços art déco e protomodernistas. Em Teresina, esse momento se deu especialmente a partir de 1935, com o início do governo de Leônidas Melo, desenvolvendo-se como uma expressão das ações e políticas centralizadoras de caráter econômico, político, mas também simbólico empreendido pelo Estado Novo, que emergia e exigia certas formulações estéticas, inclusive na esfera arquitetônica, que traduzia a influência dessa forma de poder.

Com esse contexto emergente, Teresina, através da gestão do engenheiro Luís Pires como prefeito, e o Piauí como um todo, buscavam estar alinhados às suas políticas, interessadas em construir a ideia de Brasil, assim como o simbolismo com o qual se identificaria a nação. Era necessário que o país se visse refletido na figura de seus governantes, e, assim como Getúlio Vargas representaria o Brasil, a ideia era que o interventor Leônidas de Castro Melo personificasse a imagem do Piauí (Santos Neto, 2002). Leônidas Melo esteve no poder de 1935 a 1937 como governador e interventor, ocorrendo através dele a materialização, em Teresina, da imagem “padronizada” que Vargas buscava construir em todo o país. Seu papel como interventor foi marcado por um grande volume de obras concluídas e iniciadas, muitas delas viárias, compreendendo o automóvel como um símbolo da modernidade, colocando-o como uma de suas prioridades nas decisões relacionadas às transformações da capital (Gutemberg, 2017). Associado a isso, o código

de posturas de 1939 aparecia como uma ferramenta impulsionadora das transformações da época, preconizando considerações sobre a forma como deveria se fazer arquitetura (Moreira, 2016). De modo geral, foi um momento transformador para a arquitetura e para a cidade, no qual Teresina recebeu uma série de intervenções, além de obras arquitetônicas de grande singularidade, capazes de traduzir a simbologia dessa modernidade pretendida, como é o caso do Hospital Getúlio Vargas (Figura 1).



Figura 1
Hospital Getúlio Vargas com dois pavimentos atualmente
Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí, 2023

Hospital Getúlio Vargas: a obra da nova modernidade

No dia 14 de julho de 1937 foi sancionada a Lei de nº 148 na qual era autorizada a construção do Hospital Getúlio Vargas. A obra foi estimada em quatro mil contos de réis e tinha sua inauguração prevista para junho de 1939, posteriormente adiada para novembro de 1940, até que finalmente foi concretizada em 3 de maio de 1941, com o efetivo funcionamento apenas cinco meses depois. O hospital foi continuamente julgado como “elefante branco” pela elite que se firmava como implacável crítica do projeto. Era considerado



Figura 2
Hospital Getúlio Vargas com dois pavimentos (década de 1940) e depois da reforma com três pavimentos. Fonte: Therezina do Passado, 2022

uma construção suntuosa para atender os ricos e não os mais necessitados, enquanto os gastos elevados, superiores ao previsto, fizeram de Leônidas Melo alvo de acusações relativas à improbidade administrativa (Ramos, 2003) (Figura 02).

Em relação à análise da modernidade expressa na instituição, é importante destacar que o objetivo é compreender a sua proposta inicial ainda na época de sua execução por Cícero Ferraz, o que foi dificultado por não se ter acesso ao projeto original e, em função das múltiplas reformas, especialmente acréscimos, pelos quais a construção passou nas últimas décadas. Foram muitas as modificações a fim de se adaptar às demandas atuais, consolidando-se como o principal hospital da capital, o único apto a realizar procedimentos de alta complexidade (Figura 03).

No projeto do Hospital Getúlio Vargas é possível destacar relevantes considerações a respeito do contexto no qual foi inserido. Localiza-se na Avenida Frei Serafim, na época chamada de Avenida Getúlio Vargas² e o terreno escolhido se situava em uma região não mui-

² O nome da Avenida, inicialmente denominada de Getúlio Vargas, assim como o nome do hospital I (a princípio Hospital do Estado e posteriormente Getúlio Vargas) são indicações de como o poder do Estado nacional forte e simbólico.

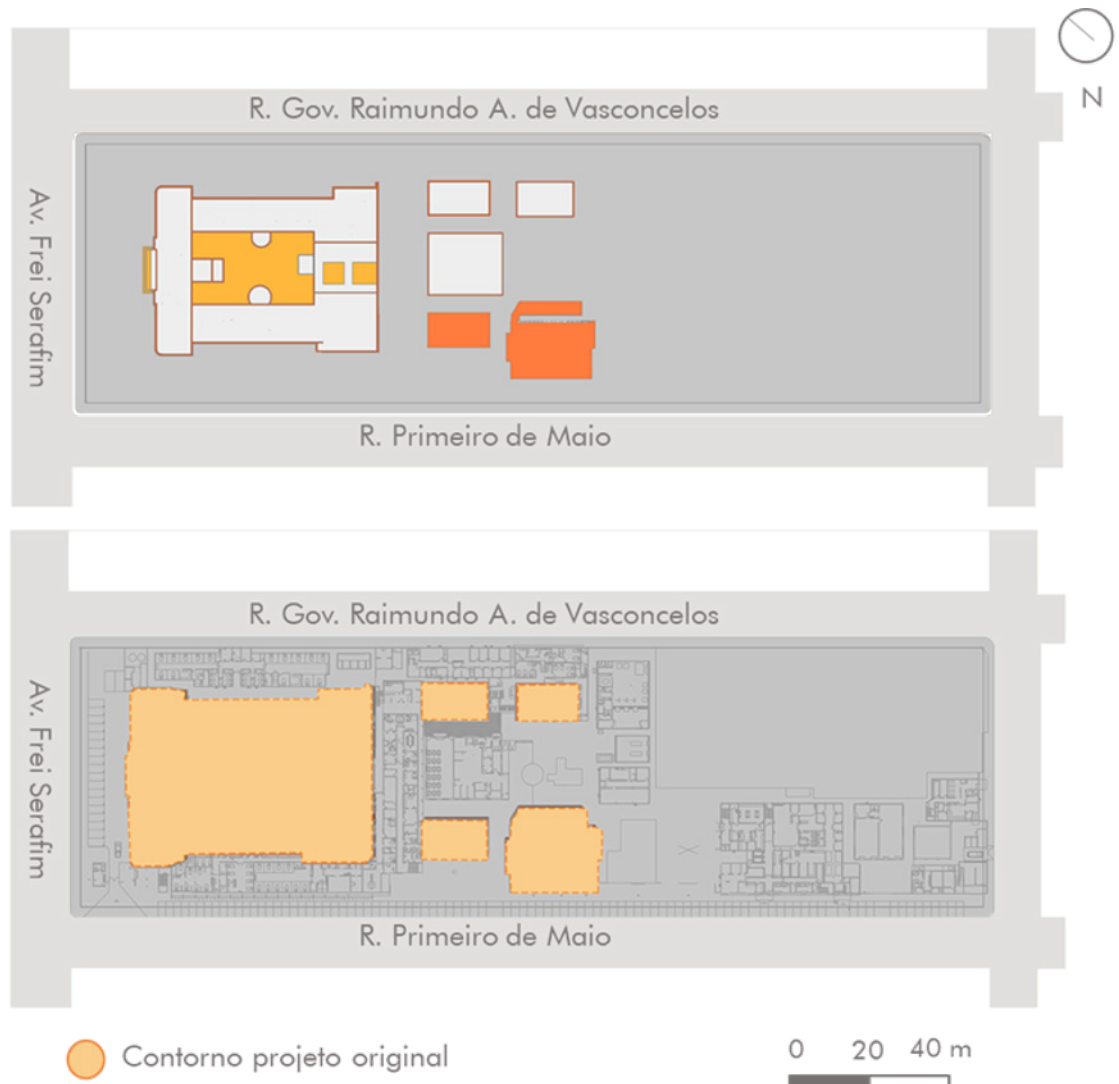


Figura 3
Contorno do projeto original do HGV na planta atual.
Fonte: Acervo pessoal de Marcos Soarsan (Redesenhado pela autora)

to desenvolvida à época, à margem da cidade, onde anteriormente existia uma vacaria (Matos, 2017). Por representar uma construção de grande porte em meio a um entorno pouco edificado, ao hospital era atribuída uma monumentalidade bem aceita pelos propósitos modernizadores, assim como pela política getulista em vigor.

A avenida Frei Serafim representou, entre as décadas de 1930 e 1940, uma intervenção de grande protagonismo nas transformações da cidade. É notória a repercussão que o HGV teve no incremento de transformações pela qual passou esse logradouro na primeira metade do século XX, especialmente por se tratar de uma das primeiras e principais construções a se situar em uma área ainda pouco povoada, estimulando o es-

tabelecimento de empreendimentos e residências em suas proximidades.

Já em relação ao programa arquitetônico da obra em estudo, o Hospital Getúlio Vargas apresenta atualmente três pavimentos, dos quais dois foram entregues por Cícero Ferraz logo na inauguração. O terceiro, no entanto, só foi executado anos depois, apesar de já ter sido previsto pelo engenheiro desde o início, o que o fez deixar o prédio em condições adequadas para essa futura expansão, segundo relatos de seu filho, Augusto Martins, em entrevista concedida no ano de 2021. Quanto à sua arquitetura, o estudo do projeto foi baseado na comparação entre a planta baixa atual e fotografias antigas, tendo como um dos pontos de análise a espessura das paredes, delimitando o que seria o perímetro inicial do projeto. Nesse sentido, a edificação chama atenção pelo pátio interno que foi concebido no centro do corpo principal, conferindo possibilidades de ventilação no edifício e representando um “respiro” para os diversos ambientes do extenso programa (Figura 04) (Figueiredo, 2023).



Figura 4
Setorização do Hospital Getúlio Vargas (prédio principal)

Fonte: Produzido pelos autores com base no acervo pessoal de Marcos Soarsan, 2022

Em relação à setorização (Figura 04), é importante destacar que, mesmo os ambientes da atual configuração não sendo exatamente iguais aos que estiveram foram idealizados na proposta inicial, a lógica dos setores ainda é perceptível, e será analisada a seguir. Nesse sentido, partindo dos desenhos que foram acessados, é possível perceber que a parte frontal do edifício abriga um setor de maior contato com o público e de acesso menos restrito, contando com hall de entrada, recepção, sala de espera e até mesmo um dos auditórios, assim como salas de nutricionista e de medicamentos, dentre alguns outros que seguem esse mesmo critério.

Por estar mais próxima à entrada, representa também uma área de controle para o fluxo de pessoas nos ambientes mais internos, visto que alguns locais do hospital devem priorizar o acesso restrito. A planta é dividida em duas alas pela presença do pátio central, sendo o lado direito (leste) um setor contínuo que chega até o fundo do volume principal, abrangendo atividades mais resguardadas, apesar de não apresentarem restrições tão rígidas. Qual o sujeito desse verbo Sedium um grande número de salas de enfermaria, sendo elas consideravelmente amplas e acompanhadas de banheiro e sala de apoio, além de postos de enfermagem para administrar as demandas do setor.

Já no lado esquerdo, localiza-se um setor marcado por atividades de cunho mais restrito, voltadas para a dinâmica dos procedimentos cirúrgicos. É possível notar a presença de salas de cirurgia, de recuperação e de preparo de anestésicos, por exemplo, além de ser identificado nele um certo isolamento e acesso independente, o que, em função da natureza das tarefas, se faz essencial. Nesse mesmo lado, um pouco mais ao fundo, é possível perceber um outro setor sendo delineado, este mais voltado para a prática de exames, como o raio x, sendo notório, inclusive, um trabalho específico nas vedações dos ambientes ali localizados.

Ainda nesse trecho final da edificação, ao centro, foi idealizado um jardim de dimensões consideráveis, o que contribui para a criação de um ambiente mais agradável em um contexto hospitalar naturalmente adverso. Por fim, ainda nesse corpo principal, chama a atenção alguns espaços construídos que ocum o pátio central, sendo dois deles com um peculiar formato circular, atualmente utilizados como centro cirúrgico e sala de reuniões, enquanto os demais cumprem a função de circulação vertical, contendo escadas e ele-

vadores, além das demais que estão espalhadas em pontos estratégicos da planta.

É possível perceber, portanto, a modernidade presente no programa com base na setorização e preocupação em evitar conflitos entre as diferentes atividades. No entanto, embora exista uma setorização e zoneamento mais racional dos usos e funções, a forma simétrica e o apelo à tipologia do pátio de origem histórica prevalecem.

Quanto ao projeto e execução, é suposto que as plantas tenham vindo do Rio de Janeiro, ficando a cargo de Cícero as demais decisões projetuais, como por exemplo a implantação e adequação ao programa. Tratava-se de uma edificação com a estrutura em concreto armado e as vedações em tijolo, representando um importante marco na construção civil piauiense ao utilizar métodos construtivos não tão comuns no estado até então (Martins, 2021).

Por fim, é possível identificar que o Hospital Getúlio Vargas tinha como objetivo transparecer, através de sua concepção formal, a modernidade exigida na época, especialmente através da ordem e a abolição de ornamentos, diferenciando-se do viés historicista adotado nas obras institucionais construídas até então. Esteticamente, explorou formas puras e geométricas, ângulos e linhas retas através de frisos que se reportavam à linguagem do Art Decó, sobre o qual Cícero Ferraz demonstrou grande domínio formal e técnico quanto à execução, o que expressava seu conhecimento também na esfera arquitetônica (Figura 05).

Considerações finais

O argumento apresentado nesse estudo traz uma abordagem que explora a concepção de modernidade no campo da arquitetura a partir da associação entre essa produção e a dinâmica de poder que envolveu o período do Estado Novo no país. A compreensão da temática tem início com uma discussão sobre essa relação entre o poder do Estado e a produção arquitetônica da época, além do abordar o conceito de “modernidade pragmática” que estava impresso nessas obras, até que se direciona para o contexto piauiense, situando o quadro político econômico da capital Teresina em meados da década de 1930. Aborda, portanto, a forma como as autoridades locais, especialmente o interventor Leônidas Melo, se empenharam em construir a imagem de modernidade que reafirmasse o simbolismo desse poder sobre a sociedade, seja por intervenções urbanas ou grandes obras de arquitetura.

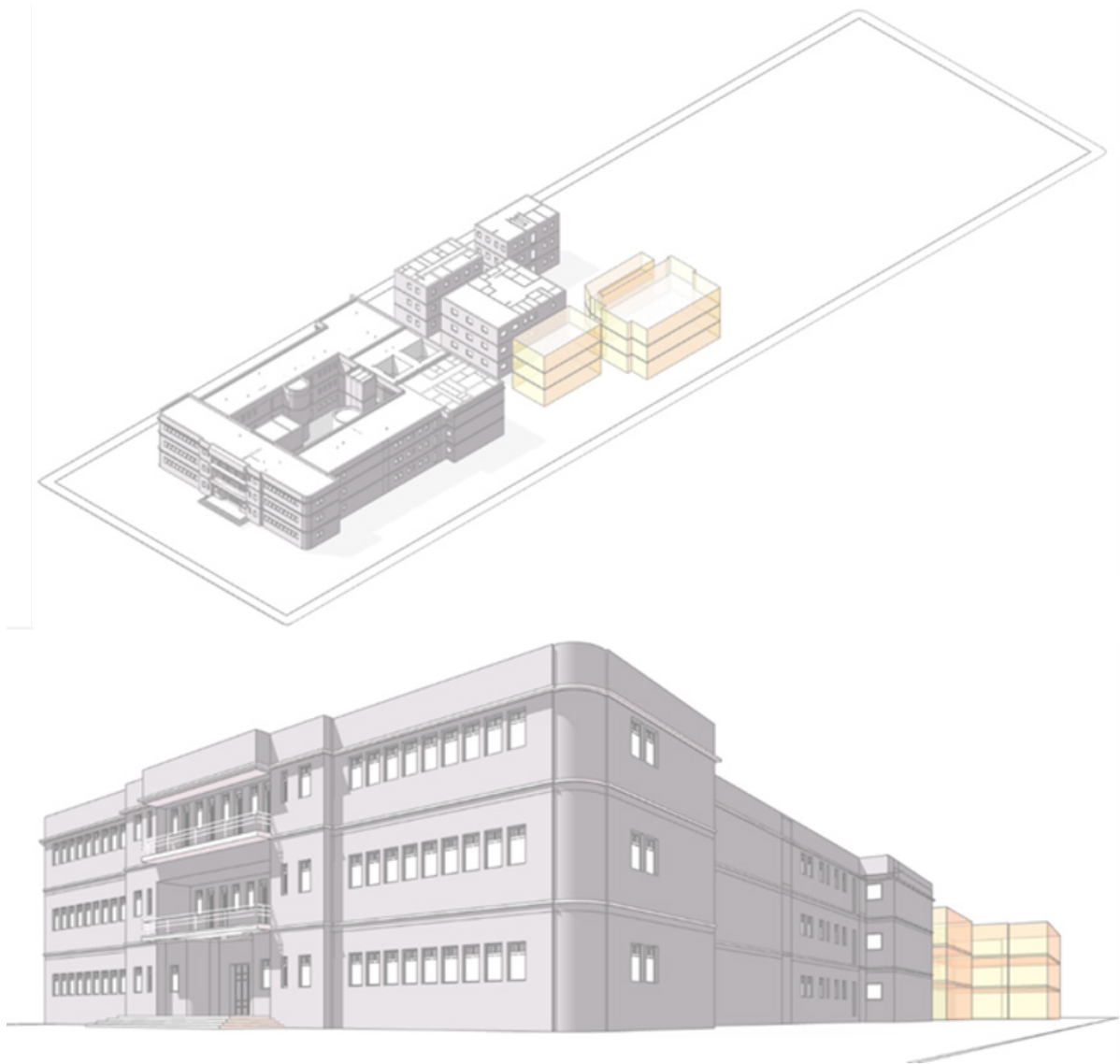


Figura 5
Volume prismático do Hospital Getúlio Vargas
Fonte: Modelado pelos autores, 2023

As análises se encaminham para o estudo de uma das edificações de grande destaque do período, o Hospital Getúlio Vargas, projetado pelo engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins, que traduz essa atmosfera de modernidade em construção, além da carga simbólica inerente a uma obra de grande valor econômico e político. Nesse momento, destaca-se as particularidades projetuais do hospital, enfatizando questões como sua relação com o entorno da Avenida Frei Serafim, além da racionalidade de sua setorização, mesmo o programa estando inserido em um volume rígido e prismático no qual a forma não representa um resultado claro da função.

O estudo em questão também ressalta a importância de Cícero Ferraz, e dos demais profissionais de enge-

nharia, em função de seu reconhecido papel de intervir e remodelar a cidade, atribuindo aos centros urbanos uma nova imagem a partir da materialidade de suas obras e da carga simbólica que elas carregavam, firmando-se como importante agente produtor da modernidade. A estética adotada, os sistemas construtivos, e a adequação às premissas impostas pelo patrocínio do Estado fizeram de suas obras exemplos ainda remanescentes de como a política reverberou nas mais diversas áreas da sociedade.

Portanto, este trabalho, que compõe uma pesquisa mais ampla, estimula reflexões sobre o quão expressivas são as produções que emergiram na capital durante a primeira metade do século XX, mesmo que não privilegiadas por grande parte dos estudos acerca da arquitetura teresinense. Isso porque, mesmo não estando firmadas dentro de um movimento erudito, constituem um notável documento histórico e materializam importantes passagens e transformações econômicas e políticas do estado e do país, reafirmando seu valor enquanto patrimônio histórico que deve ser continuamente valorizado e preservado.

Referências

- FIGUEIREDO, Camila Soares de. *Arquitetura, cidade e modernidade: a obra do engenheiro Cícero Ferraz em Teresina, Piauí (1930-1950)*. 2023. 184 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2023.
- GORELIK, Adrián. 2005. "A produção da 'cidade latino-americana'". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 17(1):111-133.
- GUERRA, Abilio. *Arquitetura e Estado no Brasil*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 064.00, Vitruvius, set. 2005. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/420>> .
- GUTEMBERG, Paulo. *Guilherme Müller e a Invenção Visual de Teresina*. Teresina: Nova Aliança, 2017.
- MARTINS, Augusto. *Cícero Ferraz de Souza Martins*. Rio de Janeiro, 20. jan. 2021. Entrevista concedida a Camila Soares de Figueiredo.
- MATOS, Matias Augusto de Oliveira. *Avenida Frei Serafim: Lembranças de um tempo que não acaba*. Teresina: W LAGE - Alínea Publicações Editora, 2017.
- MOREIRA, Amanda Cavalcante. *Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- PAIVA, Ricardo Alexandre. *A Escrita da História da Arquitetura Moderna Brasileira: um palimpsesto*. In: *Seminário Latino-americano Arquitetura e Documentação*, 2008, Belo Ho-

rizonte. Anais Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2008.

RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas: Contexto Histórico-Político-Econômico-Socio-Cultural, 1500-2000*. Teresina: editora do autor, 2003.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca. *Teresina 150 anos*. Teresina: Jornal O Dia, 2002.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Arquitetura do Estado Nacional: o estilo Art Déco e o edifício da Estação Ferroviária Central do Brasil*. 2015. 236f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

SEGAWA, Hugo Massaki. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2010.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Arquiteturas e Estado no Brasil de Vargas (1930-1945)*. *Registros*, São Paulo, Vol. 14, n. 2, p. (71-87), jul., 2018.

Como seria uma cidade ecofeminista?

Luciana Amorim

AMORIM, Luciana. Como seria uma cidade ecofeminista?. *Tbésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 481, out 2024

data de submissão: 05/03/2024

data de aceite: 26/09/2024

Luciana AMORIM é Doutora em Urbanismo;
amorim.lu@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre cidade, gênero e meio ambiente, a partir do caso-referência do "Plano Popular das Vargens". O planejamento insurgente proposto no Plano se voltou para a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em território ambientalmente sensível, caracterizada pelos Campos de Sernambetiba e pelo Parque Estadual da Pedra Branca. Sua elaboração é fruto da manifestação de um grupo plural, com o protagonismo de mulheres do bairro de Vargem Grande. Para tanto, foi tomado como aporte teórico a corrente de pensamento do ecofeminismo e a ética do cuidado. Dessa forma, a investigação permitiu expandir as relações de gênero no campo do urbanismo, no bojo de questões ambientais, associadas a lógicas não hegemônicas de produção da cidade. A investigação permitiu observar nas diretrizes propostas no Plano Popular das Vargens, ações de cuidado na cidade priorizando grupos vulneráveis humanos e não humanos.

Palavras-chave: cidade, ecofeminismo, ética do cuidado, Plano Popular das Vargens.

Abstract

The present article aims to bring a reflection on city, gender, and environment, based on the reference case of the "Plano Popular das Vargens". This insurgent planning was focused on the West Zone of Rio de Janeiro, in an environmentally sensitive portion of the territory, characterized by the Sernambetiba Fields and the Pedra Branca State Park. Its elaboration is the result of the manifestation of a plural group, with the protagonism of women from the Vargem Grande neighborhood. For this purpose, ecofeminist and ethics of care were taken as theoretical support. Thus, the investigation allowed for the expansion of gender relations in the field of urbanism, within the scope of environmental issues, associated with non-hegemonic logics of city production. The investigation brought, based on the analysis of the guidelines proposed in the plan, care actions in the city, prioritizing vulnerable human and non-human groups.

Keywords: city, ecofeminism, ethics of care, Plano Popular das Vargens.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la ciudad, el género y el medio ambiente, a partir del caso de referencia del "Plano Popular das Vargens". El plan insurgente propuesto se centró en la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro, en una porción del territorio ambientalmente sensible, caracterizada por los Campos de Sernambetiba y el Parque Estatal de la Pedra Branca. Su elaboración es resultado de la manifestación de un grupo plural, con el protagonismo de las mujeres del barrio de Vargem Grande. Se tomó como aporte teórico el pensamiento actual del ecofeminismo y de la ética del cuidado. De esta manera, la investigación permitió ampliar las relaciones de género en el campo del urbanismo, en medio de cuestiones ambientales, asociadas a lógicas no hegemónicas de producción de ciudad. La investigación permitió observar, en los lineamientos propuestos en el "Plano Popular das

Vargens”, acciones de cuidado en la ciudad, priorizando grupos vulnerables humanos y no humanos.

Palabras-clave: ciudad, ecofeminismo, ética del cuidado, Plano Popular das Vargens.

Introdução

¹ O presente artigo constitui de parte da reflexão elaborada na tese de doutorado da autora, intitulada “Plano Popular das Vargens: ação emancipatória sobre o espaço urbano”, defendida em dezembro de 2023 e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com orientação da Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi. A tese foi desenvolvida com o fomento das agências CAPES e CNPQ.

² O caso-referência, conforme Cavallazzi (1993), trata-se de um caso considerado como suporte fático que cristaliza a hipótese, um “exemplo significativo dentro de uma realidade maior”, permitindo articular os casos concretos com as reflexões conceituais.

³ Esta pergunta que serve de título ao presente artigo é uma alusão ao artigo “What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work.”, escrito por Dolores Hayden e publicado no Journal of Women in Culture and Society em 1980.

⁴ Cf. GEDDES, Patrick. Cities in evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of civics. London, Williams, 1915.

⁵ Cf. MUMFORD, Lewis. The culture of cities. Open Road Media, 2016.

⁶ Cf. MCHARG, Ian L. Design with nature. New York: American Museum of Natural History, 1969.

⁷ Cf. SPIRN, Anne Whiston. Jardim de granito: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EdUSP, 2001.

⁸ Cf. HOUGH, Michael. City form and natural process: towards a new urban vernacular. 1984.

O presente artigo¹ tem como objetivo contextualizar uma reflexão sobre cidade, gênero e meio ambiente, a partir do caso-referência² do Plano Popular das Vargens, através da seguinte pergunta: como seria a cidade ecofeminista?³ Em outras palavras, a proposta é lançar luz sobre as relações hierárquicas impostas às mulheres e à natureza, dentro da sociedade patriarcal; ao mesmo tempo em que se pretende apresentar as contribuições para a manutenção da vida em um contexto em que mulheres e natureza são preconizadas nas decisões sobre a cidade.

Inicialmente, é preciso trazer uma problematização com relação ao termo “meio ambiente”. Segundo Randolph e Bessa (1993), o conceito de meio ambiente sofreu mutações ao longo da história. Teria partido do conceito de ambiente e organismo da física mecânica, levando a uma abordagem da biologia entre organismos vivos e seu meio ambiente externo. Com o tempo, foi sendo apropriado e revisto, à medida que foi extrapolando para outros campos do conhecimento como a ecologia, a geografia, entre outros.

Nossa abordagem tem como pressuposto o entendimento do meio ambiente, como resultado de “uma relação de organismos (vivos e não vivos) inseparavelmente inter-relacionados e interagindo entre si, constituindo-se numa totalidade” (Randolph; Bessa, 1993). O meio ambiente é também compreendido dentro de um “processo de construção social da realidade” (ibidem). Nesse sentido, não haveria, por exemplo, dicotomia entre meio natural e meio construído.

Os campos da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e do Planejamento têm significativas reflexões sobre as interações entre o meio natural e o meio construído. Patrick Geddes⁴, Lewis Mumford⁵, Ian McHarg⁶, Anne W. Spirn⁷ e Michael Hough⁸, ao longo da primeira metade do século XX, discutiram amplamente sobre essas integrações, a partir dos seus diferentes olhares e, de certa forma, se complementando, trazendo uma importante contribuição sobre as questões ambientais e a cidade.

Por outro lado, a virada do século XX para o século XXI trouxe importantes indagações sobre a questão ambiental no mundo, a partir de desastres ambientais e do seu questionamento através da sociedade de risco⁹. Na década de 1990, o debate foi pautado no largo emprego do termo desenvolvimento sustentável¹⁰ e, mais recentemente, enfrentamos debates sobre a emergência climática¹¹.

A consequência desse aprofundamento nos temas ambientais foi apontado por Topalov (1997) como uma mudança paradigmática dada pela "reorganização da linguagem científico política de uma visão tecnocêntrica para uma visão ecocêntrica". Tal apreensão tomou ao longo dos anos uma larga abrangência, sendo explorada politicamente, economicamente, além de filosoficamente.

O presente artigo tem como foco a dimensão ética da problemática contida nas questões ambientais e na cidade. Será objeto da reflexão proposta o ecofeminismo juntamente com a ética do cuidado na cidade. No entanto, é preciso, novamente, partir de um ponto inicial, em que se resgata o pensamento filosófico por trás das inquietações com relação ao meio ambiente e as consequências relativas à sua não proteção, ao seu deterioro e aos seus desastres.

Vale enfatizar, do ponto de vista do debate contemporâneo e fora do circuito da produção de conhecimento hegemônico europeu, a ideia de natureza por Nêgo Bispo e por Ailton Krenak. Nêgo Bispo afirma no artigo 'Somos da terra', que "a terra não nos pertence, nós é que pertencíamos à terra". Assim como Ailton Krenak, em 'Ideias para o fim do mundo', afirma que a ideia de humanidade, dada pelo pensamento colonial, nos foi imposta nos deixando alienados "desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem uma coisa que não seja natureza."

A natureza então passa a ser compreendida conforme Lenoble (2002) como uma ideia e uma construção social que muda de sentido a cada época e de acordo com a concepção de cada grupo social.

Se voltarmos ainda para as discussões do final do século XX, temos uma significativa reflexão realizada pelo filósofo Guattari. Sua contribuição trata sobre o conteúdo ético e político que a sociedade deveria encarar, a partir dos avanços científicos ao lado de desastres ambientais; além dos conflitos de ordem di-

⁹ Cf. Beck, Ulrich. Risk society: Towards a new modernity. Vol. 17. sage, 1992.

¹⁰ Referente ao Relatório Brundtland de 1987.

¹¹ Para Falk (2009), uma questão ambiental foi se desenvolvendo ao longo do tempo permeada pelo fluxo de apreensões e conteúdos distintos, resultando em mudanças de enfoques conforme dois ciclos, denominados o primeiro e o segundo ciclo da emergência ecológica (cycle of ecological urgency). O primeiro momento estaria associado ao período da década de 1970 e 1990, quando o debate parte dos questionamentos sobre a capacidade produtiva e a escassez de recursos naturais, passando pela formação do termo desenvolvimento sustentável e sua disseminação através de conferências mundiais. Já o segundo ciclo, se daria a partir dos anos 2000, com o enfoque na mudança climática; sendo o ciclo que nos encontramos na atualidade.

cotômica como os de classe ou de gênero que se perpetuam na história da sociedade (GUATTARI, 2001).

Logo, no final do século XX, Guattari identificava que, no plano da subjetividade, o entendimento do indivíduo, para além de si, estaria se esvaindo, o que nos levaria a perder os “gestos de solidariedade humana” (GUATTARI, 2001). Devido a esse cenário, o autor se opôs a uma perspectiva unicamente tecnocrata e propôs uma outra abordagem, voltada para uma articulação ético política, a qual ele intitulou de ecosofia.

A ecosofia estaria pautada na articulação entre três eixos temáticos conceituais: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, configurando, cada uma, a ecologia ambiental, a ecologia social (socius) e a ecologia mental (psique). Seriam práticas distintas, dentro de uma disciplina comum.

Para a discussão pretendida neste artigo, é interessante tratar da dimensão mental da ecosofia. Seu intuito é evocar uma nova lógica para tratar do mundo que se punha pós guerra fria, baseada nos desprendimento dos paradigmas científicos, buscando na subjetividade a potencialidade para recompor as práticas sociais e individuais. Esta subjetividade estaria voltada para a solidariedade humana e não para o “[...] simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas” (GUATTARI, 2001).

Na virada do século XX para o século XXI, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, Eduardo Neira Alva (1997) vai trazer também uma importante reflexão sobre a questão ambiental. Alva se voltou para a realidade da América Latina, caracterizada pelo crescimento explosivo das suas metrópoles. Os efeitos da urbanização descontrolada neste território é tomado como causa da degradação dos elementos naturais, gerando inundações urbanas, da contaminação pela falta de tratamento dos resíduos sólidos, da contaminação dos rios pela carência de serviços públicos de drenagem da água pluvial e de tratamento do esgoto e da criação das ilhas de calor em função da contaminação atmosférica.

Alva (1997) se aproxima do pensamento de Guattari pois pretende ir além da resposta tecnológica, apontando para uma necessidade de “afirmação de uma ética social”. Também aposta em um novo paradigma social, mas para basear um “modelo ideal de espaço organizado que possa instigar as pessoas a lutar por novas formas de vida”. Nesse sentido, propõe a criação de um imaginário coletivo não dependente da

ciência, onde a questão ambiental é associada a processos democráticos como “a participação política, a disciplina cívica e a solidariedade social”.

É significativo resgatar o pensamento de Guattari e de Alva para questionar a sociedade hegemônica e extrair que, diante de uma crise ambiental, esses intelectuais recorrem a um senso de solidariedade mais apurado. No caso de Guattari, o filósofo observou uma deterioração “nos modos de vida humanos individuais e coletivos” levando a perder a noção de alteridade. Logo, em um cenário de não reconhecimento do outro, só restam relações superficiais, opressivas e não solidárias que se agravam em um cenário de desastres ambientais e de desaparecimentos das espécies.

Por outro lado, este artigo se propõe a explicitar o conteúdo do ecofeminismo como uma corrente de pensamento que, ao longo dos debates sobre meio ambiente, já apontava para valores e comportamentos impregnados desse desejo de olhar o outro, cuidar do outro e, assim, garantir uma perspectiva de futuro.

Este artigo também procura, a partir do ecofeminismo, contribuir para a reflexão e a ruptura com a visão predominante da natureza como “[...] apenas um ser vago e distante, sufocado pelas cidades, pelas ruas, pelas casas, e, sobretudo pela presença dos outros homens” (MERLEAU-PONTY, 2011).

Nesse sentido, o ecofeminismo está de acordo com a abordagem de integralidade, ao mesmo tempo que analisa a questão ambiental a partir das relações de poder que impõem a subordinação da mulher e que colocam a natureza dentro da ideia de “tudo aquilo que independe da existência ou do conhecimento da espécie humana” (DULEY, 2004); o que será aprofundado no decorrer do artigo.

O conteúdo trazido pelo ecofeminismo será identificado na cidade através de um exemplo prático e disruptor. Dessa forma, será apresentada a visão de cidade ecofeminista trazida pelo Plano Popular das Vargens. Os próximos itens tratarão da base teórica do ecofeminismo e da ética do cuidado e, por fim, o Plano Popular será aprofundado.

A cidade teria como princípio estabelecer relações equilibradas entre seus componentes

Trazer o ecofeminismo para analisar fenômenos urbanos é, na perspectiva de Montaner e Muxí (2021), tra-

çar novas coordenadas para a nova política traduzida como um compromisso político e social “para a vida no planeta, para a defesa de que as cidades sejam para seus habitantes e para a proteção dos direitos sociais conquistados com muito esforços e hoje ameaçados”.

Uma abordagem entre gênero e cidade, por sua vez, rompe com uma cidade pautada em estruturas sociais firmadas numa cultura hierárquica que, ao invés de aproximar os seus componentes e estabelecer relações mais equilibradas, estabelece a predominância da força de um domínio que explora, maltrata e desqualifica aqueles que são colocados em condição de inferioridade. Dessa forma, o gênero está pautado sob dois aspectos, sendo um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos como uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995)¹².

¹² Conforme a autora, as relações sociais baseadas nas diferenças de gênero se relacionam com 4 elementos: 1) representações simbólicas impostas culturalmente; 2) conceitos normativos - “doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa”; 3) concepção política - relacionado às instituições e à organização social; 4) identidade subjetiva.

A incorporação do ecofeminismo nos estudos das cidades trata da ruptura com um neutro universal, logo está fora da lógica de dominação e compreende o espaço urbano a partir de vários saberes e diversos modos de vida. De modo que a cidade é compreendida como uma construção social interseccionada por questões de classe, raça, gênero e orientação sexual (BERTH, 2023; CIOCOLETTO et al., 2019).

O termo ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez por Françoise d’Eaubonne, estudiosa das relações de subordinação das mulheres na sociedade patriarcal. Na década de 1970, suas apreensões giravam em torno do debate a respeito da superpopulação do mundo e a negação do direito das mulheres decidirem sobre os seus corpos. Em 1982, a autora publicou o livro *Le féminisme ou la mort*, no qual se atribui o primeiro emprego do termo.

A teoria ecofeminista é constituída por duas correntes principais (HERRERO, 2013; PULEO, 2017, 2008). Uma das correntes é definida como cultural ou essencialista. Esta corrente se volta para a defesa do papel fundamental da mulher sobre a perpetuação da vida, em virtude das suas características biológicas ou maternais, predispondo a um pacifismo e à preservação da natureza (PULEO, 2002).

Já a segunda corrente é intitulada ecofeminismo crítico e é a adotada neste estudo. O ecofeminismo crítico problematiza as relações de gênero, juntamente com as questões ambientais, a partir da crítica à sociedade patriarcal ocidental moderna capitalista (SHIVA, 1995; PULEO, 2011; HERRERO, 2014, 2019). A base

desta crítica se dá na apreensão de que, a lógica de produção e desenvolvimento do capitalismo, determinou à mulher e à natureza características e qualidades em posição de inferioridade em um contexto androcêntrico.

Em contrapartida, o pensamento ecofeminista compreende que o feminino construído socialmente¹³, ou seja, aquilo relacionado ou determinado como uma atribuição exclusiva à mulher, tem uma perspectiva específica, com um projeto ético e político, capaz de contribuir no estabelecimento de novos parâmetros para a vida em sociedade (PULEO, 2002; HERRERO, 2019).

O ecofeminismo é dotado de pluralidade, uma vez que é uma teoria que percorre vários campos¹⁴, além de estar vinculado a elementos discursivos de movimentos sociais (HERRERO, 2013, 2018; ROSENDO et al., 2019). Para Kheel (2019), o “ecofeminismo é tanto um campo teórico de estudo quanto um movimento social que surgiu em resposta à degradação crescente do mundo natural”¹⁵.

Quanto à natureza, o discurso ecofeminista questiona a visão cartesiana de que homem e natureza estão dissociados. Logo, o discurso ecofeminista ratifica a apreensão de natureza em completa fusão com a humanidade e se contrapõe ao sentido da natureza “[...] considerada meramente como a matéria prima sobre a qual operam as forças produtivas das diferentes sociedades para forjar seu espaço” (LEFEBVRE, 2013, tradução da autora).

Na condição de matéria prima para apenas operar as forças produtivas, a natureza é constituída também como mais um ente subalternizado na sociedade capitalista. A discussão proposta no ecofeminismo procura dar visibilidade para as questões de gênero e as ambientais a partir das consequências das relações de poder que atingem diretamente essas duas esferas. Procura-se, assim, gerar uma reflexão crítica sobre a realidade social, o que deve ser levado para as dinâmicas urbanas.

A cidade seria pautada por um projeto ético e político priorizando o cuidado para a manutenção da vida

O oposto à degradação ambiental, ou seja, a manutenção da vida é defendido no ecofeminismo a partir de práticas de cuidado. O cuidado é por sua vez, tomado a partir do seu conteúdo moral, através da ética

¹³ C.f. BEAUVOIR, S. DE. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

¹⁴ “Entende-se que o pensamento ecofeminista, a partir de suas diferentes abordagens, vozes, formas e localizações apresenta um potencial teórico para pensar criticamente as relações humanas com outros animais e com a natureza, bem como permite realizar um diagnóstico e propor saídas para o não-lugar ocupado pelas minorias políticas ainda assentadas em toda sorte de dominações e exclusões.” (ROSENDO et al., 2019)

¹⁵ “Embora o ecofeminismo tenha sido recebido com entusiasmo na década de 1970, posteriormente, teóricos pós-modernos criticaram esse campo, devido à percepção de que o ecofeminismo implica reivindicações essencialistas sobre a natureza das mulheres e dos homens. Apesar de a grande maioria das feministas que trabalha no campo ter dirigido suas críticas às visões de mundo culturalmente construídas, essa percepção continua a existir. Alguns teóricos têm também procurado se distanciar do termo ecofeminismo em razão da crença de que o termo sugere uma associação muito próxima entre mulheres e natureza. Alguns teóricos, por exemplo, preferem usar termos como feminismo ecológico ou feminismo e ambiente ou eco-feminismo, que coloca um espaço entre eco e feminismo. Sugiro que esse esforço para criar uma distância entre as categorias das mulheres e da natureza é uma forma de ecofeminismofobia [ecofemphobia].” (KHEEL, 2019)

do cuidado. Essa ética seria pautada por valores morais atribuídos socialmente às mulheres que servem de reflexão para como os seres humanos se relacionam entre si e com o meio ambiente.

¹⁶ As abordagens iniciais da ética do cuidado também partem da enfermagem e da filosofia e não só o cuidado como atributo feminino é desvalorizado, como também na academia o conhecimento da ética do cuidado é subestimado ou desconsiderado (MORROW, 2019).

A ética do cuidado remonta o pensamento de Carol Gilligan, psicóloga feminista e estudiosa das relações humanas através da concepção feminina¹⁶. Seus trabalhos iniciais, o artigo *In a Different Voice: Women's Conceptions of Self and of Morality*, de 1977, e seu livro *In a different voice*, de 1984, são fundamentais para a formulação do pensamento de que, enquanto seres humanos temos nossas vidas decorrentes e pautadas por nossas relações interpessoais.

No entanto, na sociedade é imposto às mulheres a atribuição de cultivar essas relações através de ações ligadas à empatia, ao cuidado e à responsabilidade para com o próximo. Segundo Gilligan, são ações e traços comportamentais que também podem estar presentes na conduta dos homens, mas são reprimidas, pois são tomadas como uma conduta inferior, uma vez que estão vinculadas a características e deveres das mulheres. A autora identificou essas atribuições como elementos de cunho moral e vinculados, primordialmente ao cuidado para com o outro.

O ecofeminismo assume, a partir de Gilligan, a característica dos seres humanos, como seres relacionais, e dependentes dessas interações de cuidado. Dessa forma, a interdependência entre humanos é um dado fundamental para esta teoria, uma vez que aprofunda esse caráter, chamando atenção de que existe também uma interdependência entre a humanidade e o meio ambiente, tornando o meio ambiente um sujeito necessário na dinâmica social e um objeto de cuidado (MORROW, 2019).

A característica inter-relacional dos seres humanos é discutida no ecofeminismo extrapolando as relações humanas tomadas inicialmente por Gilligan dentro dos seus estudos no campo da psicologia.

Quando nos vemos demandantes de cuidado, isso implica no fato de que somos interdependentes como espécies. A união entre gênero e meio ambiente, apresenta-se a partir de uma mudança de paradigma em que o cuidado entre humanos requer também o cuidado com o meio ambiente. Isso se traduz no benefício da proteção do meio ambiente possibilitando a proteção e existência da humanidade em si.

Isso parte do ponto de vista de que a humanidade também depende do meio ambiente para manter suas bases materiais e imateriais. São exemplos a obtenção de alimentos, assim como a obtenção da água, ou a capacidade de usufruir do meio ambiente, a partir da sua contemplação, gerando um bem estar, assim como outros aspectos.

Dessa forma, é constatada a necessidade de preservar e proteger o meio ambiente, uma vez que a humanidade dele também depende, sendo estabelecida uma relação de codependência. Nessa perspectiva, é posta uma compreensão de uma integralidade entre as relações entre entes humanos e não humanos, o que está em diálogo com a cosmovisão de Nêgo Bispo e Ailton Krenak levantadas na introdução.

A ética do cuidado preconiza a característica relacional da humanidade, devendo se estender às demais espécies, aos ecossistemas, aos ciclos naturais. Ela se aplica aqueles que não podem falar por si mesmos como crianças, hipervulneráveis e natureza, cabendo aos humanos serem os interlocutores desses grupos (MORROW, 2019). Diante desse raciocínio, a proteção da humanidade não basta em si só, devendo ser entendida à proteção da vida humana e não humana.

As relações de interdependência, estabelecidas entre os seres humanos e a relação de codependência estabelecida entre os seres humanos e não humanos, são pautadas na vulnerabilidade¹⁷ e não numa lógica hierárquica. A vulnerabilidade é, assim, um ponto crucial de atenção quando se trata da ética do cuidado, uma vez que determinados entes apresentam uma condição mais crítica, necessitando de um suporte mais imediato.

A racionalidade contida no ecofeminismo fundamentada na ética do cuidado coloca a interdependência e a codependência como aspectos chave para o reconhecimento de que as relações humanas e as relações entre seres humanos e o meio ambiente, estão fadadas a uma necessidade de colaboração. O cuidado seria a base para se estabelecer estas ações de colaboração entre os diversos entes humanos e não humanos, com a finalidade de reduzir os efeitos da condição de vulnerabilidade que alguns entes se encontram.

A cidade, à luz da ética do cuidado, se volta para os sujeitos de cuidados sejam eles humanos ou não humanos, a partir do estabelecimento de parâmetros de intervenção na cidade baseados nas práticas e nos valores de reciprocidade e apoio mútuo para a ma-

¹⁷ “A vulnerabilidade é uma noção relativa – está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo. [...] Nas definições mais correntes, a condição apontada está posta nos sujeitos sociais e não nos processos que os tornam vulneráveis. Uma alternativa politizadora seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual. Esta é a formulação do Movimento de justiça ambiental dos EUA: põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos” (ACSELRAD, 2006).

nutrição da vida. O cuidado, assim, é colocado como uma categoria ética, capaz de orientar os preceitos de intervenção na cidade.

No próximo item, o Popular das Vargens será apresentado como um exemplo prático em que é identificado o cuidado na cidade. As vozes femininas participantes da elaboração do Plano Popular possibilitaram a construção de um documento singular com relação à compreensão de problemáticas e virtudes do território, resguardando a biodiversidade, os demais elementos naturais e, ao mesmo tempo, propondo diretrizes para não tornar grupos hipervulneráveis.

A cidade seria orientada por ações de cuidado no espaço urbano

Para evidenciar uma abordagem do ecofeminismo e da ética do cuidado na cidade, o presente artigo traz neste item a análise do Plano Popular das Vargens¹⁸. O Plano foi proposto em novembro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, em paralelo e se contrapondo à tramitação do Projeto de Lei relativo ao Projeto de Estruturação Urbana das Vargens, o PEU das Vargens, ou PLC n. 140/2015¹⁹.

Trata-se de uma mobilização feminista, produtora de um planejamento insurgente em um território ambientalmente sensível, que passa por um longo processo de pressão do mercado imobiliário. Esta pressão é instrumentalizada pela atuação do Estado, com a interpretação flexível dos parâmetros urbanísticos, viabilizando o adensamento construtivo para fins do mercado imobiliário.

Como contraproposta, o Plano Popular das Vargens desenvolve um planejamento urbano a partir de diretrizes voltadas para o cuidado dos grupos vulneráveis no território. Assim, é proposta a manutenção de práticas ligadas à agroecologia; além da reivindicação da proteção da biodiversidade local, representados pelos Campos de Sernambetiba, as Vargens, e pelo Parque Estadual da Pedra Branca²⁰.

Primeiramente, é fundamental o reconhecimento do Plano Popular das Vargens como um planejamento de cunho feminista. O desenvolvimento do plano ocorreu dentro de um processo com a participação de um grupo diverso constituído pela população local, por técnicos de planejamento urbano, por acadêmicos e por apoiadores. No entanto, chama-se atenção para a participação das mulheres que são lideranças locais,

¹⁸ A análise do Plano Popular das Vargens aqui apresentada é uma parte da análise qualitativa dos dados empíricos realizada para a tese da autora. Além do conteúdo do Plano Popular, foram analisadas na tese as entrevistas com participantes e não participantes do Plano Popular. Para tanto, foram aplicados os métodos de análise temática (BAUER; GASKELL, 2019) e de análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016), além da utilização de software de análise qualitativa Atlas.ti para aplicação desses métodos.

¹⁹ Cf. AMORIM, L. O Plano Popular das Vargens: ação sobre o espaço urbano. In: CAVALLAZZI et al. Cidade Standard: Precarização e reconfigurações urbanas. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Proureb, 2020, v.1, p. 125-136.

²⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. Proposição de criação de Unidades de Conservação nas Vargens dos Campos de Sernambetiba. Rio de Janeiro: Subsecretaria de Meio Ambiente, Subgerência de Monitoramento da Biodiversidade (SCMA/SUBMA/CCA/GMFA/GMFA7), 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ds-tatic/10112/12386863/4333007/Estudo_Vargens_Compilado_01102018.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

além de representarem a maioria de participantes no processo de desenvolvimento do Plano Popular²¹.

O próprio documento do plano faz uma menção à mobilização como feminista, quando pontua que os eixos principais de articulação das lutas contidas nele são atravessados pelos direitos das mulheres (Articulação Plano Popular das Vargens, 2017). No Plano Popular, outros grupos vulneráveis são contemplados, como a população do Quilombo Cafundá Astrogilda, os maiores responsáveis pela produção agrícola local; além dos moradores de favelas (Ibidem). Em suma, o Plano Popular das Vargens é atravessado por questões de gênero, de raça e de classe.

A forte presença das mulheres, protagonizando os debates e a construção do Plano Popular das Vargens, ficou evidente nas falas colhidas nas entrevistas com participantes do Plano. Também foi observado que as mulheres seguem sendo uma referência no território, para além do desenvolvimento do Plano Popular. A citação a seguir expressa esse papel central identificado nas mulheres da região.

A Articulação Popular das Vargens ela já se coloca como uma articulação feminista. E as lideranças que estão na APP [Articulação Plano Popular das Vargens], são também lideranças que mobilizam o coletivo de mulheres da Zona Oeste. Então, elas fizeram muita questão que essa fosse uma temática prioritária e trouxeram essa fala do coletivo de mulheres e elas que estiveram à frente de grande parte do processo, na verdade, elas que fizeram uma mobilização, que tiveram a iniciativa de articulação. Então, é um coletivo feminista que trouxe essa questão e, em paralelo, elas realizaram uma série de reuniões do coletivo.²²

A presença de mulheres da linha de frente em movimentos é recorrente no “histórico das lutas locais contra a destruição do meio ambiente ao redor do mundo [...]” (COSTA, 2019)²³. No caso do Brasil, essas mobilizações “apontam para propostas éticas, epistemológicas e políticas atravessadas por debates ecofeministas, agroecológicos e descoloniais na construção de feminismos camponeses, quilombolas, indígenas, comunitários, periféricos e populares” (COSTA, 2019).

A mobilização nas Vargens desenvolveu um planejamento urbano de acordo com cinco princípios, resumindo as intenções e o entendimento dos moradores em relação ao bairro. No Plano Popular das Vargens é explicitado, assim, aquilo que deveria ser defendido para a manutenção do bem estar no bairro e para que não houvesse a descaracterização. Os princípios, desenvolvidos pelos próprios moradores, clamavam,

²¹ Informação oral, colhida a partir de entrevistas com participantes do desenvolvimento do Plano Popular das Vargens, realizadas em 2020 e 2021 para a pesquisa de doutorado da autora.

²² Fonte oral: ML - acadêmica e participante do Plano Popular das Vargens.

²³ São exemplos o Movimento Chipko na Índia, a resistência camponesa boliviana, conhecida como a guerra da água, a mobilização das mulheres em Altamira, no Brasil, contra a construção da barragem de Belo Monte e o Movimento Cinturão Verde das mulheres quenianas na África.

basicamente, pela defesa da participação popular no planejamento urbano, a defesa à moradia e a defesa da agrobiodiversidade (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

Havia uma reivindicação relativa à participação efetiva da população local na elaboração da alteração da legislação urbanística proposta no PEU de 2015, com a prevalência das demandas dos moradores. A defesa do direito à moradia remete à ameaça de remoção vividas no território pela população moradora de favelas e do quilombo. A agroecologia está vinculada às práticas de cultivo, conforme as dinâmicas já presentes no território, mas também está associada à proteção dos ecossistemas locais, bem como da defesa das Vargens e do Maciço da Pedra Branca.

As diretrizes do Plano Popular das Vargens ressaltam um alinhamento com o ecofeminismo ao colocar como prioridade a proteção de entes vulneráveis, sejam as famílias pobres e/ou os elementos naturais do território, a partir de um olhar voltado para a responsabilidade e para o cuidado com entes humanos e não humanos.

O conteúdo do Plano Popular evidencia a relação de ecod dependência no território e coloca, na prática, a agroecologia como um meio para equalizar essa relação. Para tanto, a mobilização reivindicou o que chamaram de direito à agrobiodiversidade²⁴. A demanda o fez alusão à diretriz Morar e Plantar, presente no Plano, com o intuito de explicitar a necessidade que determinados grupos têm de permanecer no território, pois é dali que é extraído parte dos bens para sua necessidade básica e para obter uma fonte de renda.

É dada ênfase às áreas alagadas, as Vargens em si, que devem ser conservadas para manter o seu papel de drenagem natural, dentro do sistema lagunar da Zona Oeste. O que também permitiria a preservação da fauna e da flora (suas espécies endêmicas²⁶ e as demais), a movimentação das aves migratórias (responsáveis pela dispersão de sementes) e o controle de insetos (para reprodução de animais vertebrados e invertebrados).

Ao priorizar a criação de uma Unidade de Conservação, a ecod dependência é reconhecida no Plano Popular das Vargens, pois apresenta a compreensão de que a manutenção dos elementos naturais propicia as melhores condições ambientais no território.

²⁴ Segundo Santilli (2009), agrobiodiversidade se refere às “[...] relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável”.

²⁵ A Unidade de Conservação dos Campos Alagados proposta pelo Plano Popular em 2017 se antecipou à proposta da prefeitura do Rio de Janeiro para Área de Preservação Ambiental (APA) do Sertão Carioca (instituída pelo Decreto nº 49.695 de 27 outubro de 2021) e para o Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) dos Campos de Sernambetiba (instituído pelo Decreto nº 50.413).

²⁶ Algumas espécies endêmicas já estão ameaçadas de extinção devido à degradação ambiental, tais como: borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), peixes-anuais (*Rivullidae*); rãzinha-de-alagado (*Chiasmocleis lacrimae* Peloso) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*). Cf. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 2018)

Vale salientar, que a ecod dependência identificada no Plano Popular das Vargens, remete ao seu conteúdo mais explícito. Ou seja, sobre a necessidade que a sociedade tem de se relacionar, de interagir e de proteger o meio ambiente. A própria existência do Parque Estadual da Pedra Branca na região já aponta para uma institucionalização dessa esfera relacional e de dependência pela qual a humanidade está sujeita.

Cabe também mencionar que o Plano Popular das Vargens é um contraponto à proposta de aumento da densidade construtiva e de ocupação das Vargens promovido institucionalmente. No PEU das Vargens pesa a visão da natureza como objeto. Logo, os empreendimentos possíveis de serem construídos teriam um caráter especial, pois teriam uma localização privilegiada, por estarem próximos ao Parque Estadual da Pedra Branca e do litoral, por possuírem ares bucólicos e por terem um certo isolamento com relação às demais centralidades da cidade.

A instituição de uma Unidade de Conservação, por um lado, não impediria que a área fosse tida como um cenário a ser explorado, reforçando a concepção da natureza como objeto, mas por outro, permitiriam que os ecossistemas e as lagoas mantivessem, minimamente, os seus ciclos.

A mobilização nas Vargens apresentou uma forte vinculação com a agroecologia²⁷, uma vez que a primeira demanda do coletivo de mulheres na elaboração do Plano Popular estava orientada para o direito à forma de habitar, ligada ao “direito aos quintais, o direito às hortas, o direito às roças”²⁸.

O cultivo de ervas, plantas frutíferas, raízes e até mesmo plantas ornamentais, está vivo nas dinâmicas de muitas mulheres desse território. A prática agroecológica, nesse caso, está relacionada no cultivo de plantas, podendo ser para subsistência, para saúde, para a espiritualidade ou como fonte de renda; destacando-se a presença das mulheres nessas atividades já praticadas no território²⁹.

A agroecologia foi associada como uma prática de reprodução da vida cotidiana. Pois, a defesa da moradia e de um meio de vida que se baseia no cultivo de plantas, são os principais pontos defendidos no Plano Popular.

Conforme Herrero (2013, 2018), a reprodução da vida cotidiana está relacionada às tarefas domésticas de cuidado. Na análise do Plano Popular, este ponto foi

²⁷ A concepção da agroecologia aqui tomada é a de práticas que conformam uma verdadeira “[...] constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002). Essas práticas agrícolas se opõem a práticas dominantes e depredadoras e se propõem a ser uma alternativa “orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a subsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais” (Ibidem).

²⁸ Fonte oral: ML - acadêmica e participante do Plano Popular das Vargens.

²⁹ Informação oral, colhida a partir de entrevistas com participantes do desenvolvimento do Plano Popular das Vargens, realizadas em 2020 e 2021 para a pesquisa de doutorado da autora.

tomado de maneira mais ampla, não se restringindo apenas às tarefas domésticas e se relacionando com a atividade específica da agroecologia que representa uma forma peculiar de habitar o território das Vargens.

A agroecologia, então, é posta como uma ação de cuidado em benefício dos entes da família ao promover uma vida mais saudável física, espiritual e financeiramente.

A agroecologia é explicitamente defendida no Plano Popular das Vargens, a partir, também, da diretriz Morar e Plantar. Resulta numa estratégia de sobrevivência, pois diante de ameaças dessa forma de habitar o território, voltada para a manutenção da vida, só resta a essas mulheres defender os meios que têm para não aumentar as suas vulnerabilidades.

O Plano Popular das Vargens espacializa a diretriz Morar e Plantar com a demarcação de uma zona de amortecimento para o Parque Estadual da Pedra Branca, cuja função é delimitar um “cinturão agroecológico, combinando a proteção da floresta com a produção ambientalmente sustentável” (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

Nesse sentido, a agroecologia defendida no plano é outra alternativa mais respeitosa com o meio ambiente, comparado com práticas extensivas. Seria uma forma de também proteger o Maciço da Pedra Branca e a própria zona de amortecimento, impedindo o avanço do desmatamento nessas áreas, a partir da presença dos agricultores.

Outro aspecto é que a agroecologia teria um papel fundamental para redução da vulnerabilidade, pois essa prática estaria voltada para aumentar o acesso a alimentos aos grupos pobres, atuando “[...] como forma de garantir segurança e soberania alimentar” (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

As propostas do Plano Popular das Vargens envolvendo a agroecologia ratificam o papel da agricultura desenvolvida no Maciço da Pedra Branca pela comunidade quilombola e vão além, ao compreender que no tecido urbano consolidado ainda há espaço para explorar formas de cultivo, como a destinação de terrenos vazios ou subutilizados para a produção de alimentos, plantação de árvores frutíferas nos espaços públicos, incentivo à disseminação dos quintais produtivos (recorrentes no bairro) e ao desenvolvimento

de práticas agroecológicas em favelas (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

A análise do Plano Popular das Vargens evidenciou que a mobilização tem uma profunda compreensão da ecodependência no território. Além disso, suas diretrizes e propostas dão um enfoque na promoção de ações de cuidado na cidade. São ações que tem o propósito de ditar quais as deliberações para proteger grupos vulneráveis. Dessa forma, de acordo com a realidade local, a ecodependência está articulada à agroecologia como uma prática local, ressaltando as potencialidades do território ao mesmo tempo que permite a manutenção da vida.

Considerações finais

Os debates sobre a proteção do meio ambiente e as incertezas sobre as condições de vida na segunda metade do século XX levaram Guattari, no campo da filosofia, e Alva, no campo da Arquitetura e Urbanismo, a chegar no mesmo ponto: seria preciso uma nova ética, a partir de uma nova solidariedade, para tornar mais equilibrada a relação entre humanidade e o meio ambiente.

No entanto, ao analisar a questão ambiental, a partir de uma perspectiva de gênero, é observado que esta ética já está presente na sociedade, através das tarefas de cuidado exercidas, fundamentalmente, por mulheres. Tarefas estas imbuídas de gestos de solidariedade.

Paralelamente, a reflexão entre cidade, gênero e meio ambiente, requer de fato que seja projetada a aplicação de um projeto ético e político, priorizando o cuidado para a manutenção da vida. O ecofeminismo observado no Plano Popular das Vargens evidencia a aplicação da ética do cuidado na prática, no desenvolvimento de um planejamento urbano insurgente.

O cuidado na cidade, através do Plano Popular das Vargens, é dado pelo planejamento pautado no estabelecimento de uma relação de responsabilidade para com o meio ambiente, defendendo a perpetuação da vida, ao mesmo tempo que propõe uma alternativa de transformação urbana.

Nesse sentido, as diretrizes propostas no Plano Popular indicam as ações de cuidado no bairro, tendo em vista a interdependência e a ecodependência. O que é sintetizado através da diretriz Morar e Plantar, pois nela está pautado o interesse dos participantes

da mobilização por garantir a permanência de grupos vulneráveis no território, mantendo sua moradia, juntamente com suas práticas agroecológicas. Ao mesmo tempo, fortalece a preservação no Parque Estadual do Maciço da Pedra Branca e promove o abastecimento e o acesso a alimentos com a espacialização do cinturão agroecológico proposto no Plano.

Através do exemplo das Vargens, vê-se a aplicação do ecofeminismo na cidade. Logo, uma cidade com bases no ecofeminismo tem como cerne o estabelecimento de ações de cuidado no espaço urbano. Em outras palavras, o cuidado orienta os preceitos de intervenção na cidade, se é estabelecido a partir de ações que têm como propósito promover o equilíbrio no meio ambiente e como máxima a compreensão da ecod dependência como primordial para intervir na cidade.

Referências

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 2006, Rio de Janeiro. Comunicação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.
- ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS. Plano Popular das Vargens. Articulação Plano Popular das Vargens, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/108231160-Articulacao-plano-popular-das-vargens.html>>
- ALVA, Eduardo Neira. Metrôpoles (In) sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- CAVALLAZZI, R. L. Plasticidade do plano contratual. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- COSTA, M. DA G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. Em: Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.
- BERTH, J. E se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões na cidade. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2023.
- BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CIOCOLETTO, A. et al. Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editorial, 2019.
- SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.
- DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 51(2), 2004. p. 15-26.

FALK, R. The second cycle of ecological urgency: an environmental. Em: Environmental Law and Justice in Context. [s.l.] Cambridge University Press, 2009. p. 39.

GILLIGAN, C. In a Different Voice: Women's Conceptions of Self and of Morality. Harvard Educational Review, v. 47, n. 4, p. 481-517, 1 dez. 1977.

GILLIGAN, C. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. [s.l.] Harvard University Press, 1993.

GILLIGAN, C. Joining the resistance. Cambridge: Polity Press, 2011.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papi-rus, 1990. 11. ed. 2001. ISBN 85-308-0106-7. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/guattari-as-tres-ecologias.pdf>. Acesso em: 29 de set de 2018.

Randolph, R.; Bessa, E.. O meio ambiente como forma específica de organização territorial: elementos para uma discussão conceitual. IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991. p.639-49.

HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. Revista de economía crítica, v. 16, p. 278-307, 2013.

HERRERO, Y. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política, p. 219-237, 2014.

HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para revertir la guerra contra la vida. Conferência apresentado em VIII Curso de introducción al arte contemporáneo, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zg2eEs5sIhI>>. Acesso em: 3 dez. 2019

HERRERO, Y. Lo personal es político: ecofeminismos en los territorios del Norte Global. Em: Por qué las mujeres salvarán el planeta. Barcelona: Rayo Verde Editorial, 2019. v. 9.

KHEEL, M. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. Em: Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2019.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LENOBLE, R. História da ideia de natureza. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. A natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. Feminizar a política (e seus agentes). Em: Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.

MORROW, K. The fragility of climate, human responsibility and finding the impetus to act decisively – investigating the potential of the ethics of care. Em: Research Handbook on Global Climate Constitutionalism. [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2019. p. 114-131.

PULEO, A. H. Feminismo y ecología: un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. El Ecologista, n. 31, 2002.

PULEO, A. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría, v. 0, n. 38, p. 39-59, 30 jun. 2008.

PULEO, A. H. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, 2011.

PULEO, A. *¿Qué es el ecofeminismo?* *Quaderns de la Mediterrània*, v. 25, p. 210–214, 2017.

PULEO, A. H. *Ecofeminismo: una alternativa a la globalization androantropocéntrica*. Em: *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

ROSENDO, D. et al. *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direito dos agricultores*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito)—Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20, 1995.

SHIVA, V. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*. Horas y Horas, Madrid, 1995.

TOPALOV, Christian. *Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade*. *Cadernos IPPUR* ano XI nos 1 e 2 jan dez 1997.

Um dedo na ferida. Um balanço [necessário] sobre a discussão de gênero no Brasil através dos eventos especializados em Arquitetura e Urbanismo, 1986-2023

José Carlos Huapaya Espinoza, Laís S. Cerqueira e Ruhana S. Falcão

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; CERQUEIRA, Laís S.; FALCÃO, Ruhana S.. Um dedo na ferida. Um balanço [necessário] sobre a discussão de gênero no Brasil através dos eventos especializados em Arquitetura e Urbanismo, 1986-2023. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 484, out 2024

data de submissão: 22/03/2024

data de aceite: 01/10/2024

José Carlos HUAPAYA ESPINOZA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; professor da Universidade Federal da Bahia; joseespinoza@ufba.br

Laís S. CERQUEIRA Doutoranda em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia; bolsista CAPES e membro do Laboratório da Arquitetura e do Urbanismo do século XX (LAB20) do PPGAU-UFBA; cerqueira.s.lais@gmail.com

Ruhana S. FALCÃO é Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; bolsista FAPESB e membro do Laboratório da Arquitetura e do Urbanismo do século XX (LAB20) do PPGAU-UFBA; ruhanafalcao@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal realizar um balanço sobre a presença da temática de gênero em três importantes e consolidados eventos realizados no Brasil, no período de 1986 a 2023: o ENANPUR, o SHCU e o ENANPARQ. Nesse contexto, algumas questões-chave nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, como: no caso desses eventos, como a questão de gênero vem sendo abordada? A partir de quando essa questão aparece? Qual o espaço que vem sendo dado a essa temática? Quais perspectivas são favorecidas ou discutidas? Para respondê-las, foram examinados todos os anais dos eventos mencionados, selecionando os trabalhos que tinham como centralidade a discussão de gênero, os quais nos ajudaram a definir categorias de análise específicas. A investigação realizada revelou que a discussão sobre gênero no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil é relativamente nova e não tem, provavelmente, mais do que cinco anos; ou seja, ela se torna mais consistente, recorrente e contundente a partir de 2020, quando iniciou a pandemia de COVID-19 que, paradoxalmente, impulsionou a realização de Encontros, Seminários, Conferências, Lives e Mesas Redondas virtuais. Com relação à análise dos eventos podemos afirmar que duas abordagens vêm sendo privilegiadas: o enfoque histórico e a relação do gênero com o urbanismo.

Palavras-chave: Eventos especializados, gênero, ENANPUR, SHCU, ENANPARQ.

Abstract

The main aim of this article is to take stock of the presence of gender issues at three important and consolidated events held in Brazil between 1986 and 2023: ENANPUR, SHCU and ENANPARQ. In this context, some key questions guided the development of this research, such as: in the case of these events, how has the issue of gender been addressed? When does this issue appear? What space has been given to this issue? Which perspectives are favored or discussed? In order to answer these questions, we examined all the proceedings of the events mentioned, selecting the papers that focused on the discussion of gender, which helped us to define specific categories of analysis. The investigation revealed that the discussion of gender in the field of architecture and urbanism in Brazil is relatively new and is probably no more than five years

old; in other words, it has become more consistent, recurrent and forceful since 2020, when the COVID-19 pandemic began which, paradoxically, boosted the holding of virtual Meetings, Seminars, Conferences, Lives and Round Tables. Regarding the analysis of the events, we can say that two approaches have been favored: the historical approach and the relationship between gender and urbanism.

Keywords: Specialized events, gender, ENANPUR, SHCU, ENANPARQ.

Resumen

El objetivo principal de este artículo es hacer un balance de la presencia de las cuestiones de género en tres importantes y consolidados eventos celebrados en Brasil entre 1986 y 2023: ENANPUR, SHCU y ENANPARQ. En este contexto, algunas preguntas clave guiaron el desarrollo de esta investigación, tales como: en el caso de estos eventos, ¿cómo se ha abordado la cuestión de género? ¿Cuándo aparece esta cuestión? ¿Qué espacio se le ha dado? ¿Qué perspectivas se han favorecido o debatido? Para responder a estas preguntas, examinamos todas las actas de los eventos mencionados, seleccionando las ponencias que se centraban en la discusión del género, lo que nos ayudó a definir categorías específicas de análisis. La investigación reveló que la discusión de género en el campo de la arquitectura y el urbanismo en Brasil es relativamente nueva y probablemente no tenga más de cinco años; es decir, se ha vuelto más consistente, recurrente y contundente a partir de 2020, cuando comenzó la pandemia del COVID-19, que paradójicamente impulsó la organización de Encuentros, Seminarios, Conferencias, Lives y Mesas Redondas virtuales. En cuanto al análisis de los eventos, podemos decir que se han favorecido dos enfoques: el histórico y la relación entre género y urbanismo.

Palabras-clave: Eventos especializados, género, ENANPUR, SHCU, ENANPARQ.

Introdução. Os eventos especializados em arquitetura e urbanismo no Brasil.

É possível afirmar que a discussão sobre gênero no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil é relativamente nova e não tem, provavelmente, mais do que cinco anos; ou seja, ela se torna mais consistente, recorrente e contundente a partir de 2020. Isto não quer dizer, no entanto, que essa temática não tenha sido abordada antes desse ano em outros eventos, mas o que pode ser observado é que os poucos casos encontrados são pontuais, pulverizados e não estavam ligados ou fundamentados, necessariamente, a um viés teórico. Trata-se de importantes contribuições que tensionam a historiografia a partir de um enfoque feminino, valorizando e trazendo à luz um conjunto significativo de arquitetas e urbanistas, de pensamentos e de obras que nos ajudam a repensar a própria formação do nosso campo.

Dentre alguns dos eventos que ocorreram até 2019, é possível citar o *Encontro Internacional Onde estão as mulheres arquitetas?* em São Paulo, em maio de

2017², o 13º Seminário Docomomo_Brasil e o *Colóquio Mulher, Cidade e Arquitetura*, ambos realizados em outubro de 2019, em Salvador. O primeiro foi resultado de uma série de provocações surgidas, naquele momento, a partir de dados divulgados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); um deles em particular chamou a atenção: qual o significado de 62% dos profissionais registrados serem mulheres?³ Com isto questionava-se sobre o protagonismo feminino diante de um panorama bastante contraditório e revelador. O segundo evento, dois anos depois, constituiu-se em uma primeira possibilidade de aproximar pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que vinham trabalhando sobre essa temática de forma isolada.⁴ Já o terceiro, vem se constituindo no mais importante evento especializado nesta temática após a realização de mais duas edições, a segunda realizada em março de 2021 (de forma virtual em Brasília em plena pandemia), e a terceira realizada em 2022, de forma presencial em Salvador.⁵

O início da pandemia de COVID-19 no Brasil em março de 2020 e as restrições de isolamento que se estenderam até 2021, paradoxalmente, não só impulsionaram o acontecimento virtual de Encontros, Seminários, Conferências, Lives, Mesas Redondas, etc.⁶ específicos; mas, fundamentalmente, permitiram a aproximação e discussão sobre gênero no campo da arquitetura e urbanismo não só articulando e fortalecendo redes de pesquisa nacionais, mas, também, aproximações com redes internacionais.

A partir desse contexto, algumas questões-chave nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, dentre elas: no caso de eventos consolidados da área, como a questão de gênero vem sendo abordada? A partir de quando essa questão aparece? Qual o espaço que vem sendo dado a essa temática? Quais perspectivas são favorecidas ou discutidas? Assim, este artigo coloca-se com o objetivo de responder esses questionamentos e realizar um balanço sobre a presença ou não dessa temática em três importantes e consolidados eventos da área realizados no Brasil: os *Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional* (ENANPUR) realizados desde 1986 com 20 edições; os *Seminários de História da Cidade e do Urbanismo* (SHCU) criados em 1990 com 17 edições; e os *Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (ENANPARQ) organizados desde 2010, com 7 edições⁷.

² Ao respeito desse Encontro ver: MATOS; SANTIAGO (2017).

³ Ao respeito ver: CAU/BR (2017).

⁴ No Seminário foi formada a sessão temática "As mulheres na arquitetura" com participação de pesquisadoras que haviam feito parte, anteriormente, no Encontro Internacional de 2017.

⁵ Nesta terceira edição o Encontro passou a denominar-se "Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura"

⁶ Esses eventos têm perfis diversos, tendo sido organizados por grupos de pesquisa, organizações profissionais etc.

⁷ Sabe-se que as possibilidades de campos de estudos são vastas incluindo revistas, livros, dissertações, teses e outros eventos importantes, mas entende-se que um artigo não dará conta de revisar todos os campos de estudos disponíveis em arquitetura e urbanismo, e que este produto é um exemplo de pesquisa que pode instigar e inspirar novas discussões, estudos e pesquisas sobre esta temática.

⁸ As últimas edições do SHCU e do ENANPARQ foram realizadas em 2022, ou seja, dentro do recorte temporal do ENANPUR.

⁹ Entende-se aqui por “Comunicações” os trabalhos submetidos para avaliação e que foram, posteriormente, organizados em sessões temáticas ou similares. Não leva-se em consideração Mesas Temáticas específicas que, no geral, se constituem em um conjunto de trabalhos previamente organizados e submetidos, pelo menos, por uma/um proponente. Ainda, chama a atenção de que alguns eventos tiveram trabalhos somente aprovados para publicação em anais, estes não foram considerados.

¹⁰ Essas categorias tiveram como base aquelas propostas por Huapaya Espinoza (2023, p. 171-172). A categoria “Outras” diz respeito a comunicações que versam sobre temas como arte, ensino e pedagogia, mercado de trabalho, espaço privado, violência, representação feminina, feminismo, ecologia, mobilidade, dentre outros temas mais específicos.

O recorte temporal estudado, então, corresponde a um total de 38 anos, levando em consideração o I e o XX ENANPUR realizados em 1986 e 2023, respectivamente⁸. Evidentemente, existem outros eventos como os Seminários Docomomo (nacional ou regionais) e os Seminários Urbanismo e Urbanistas no Brasil, só por citar alguns, que também são referenciais; no entanto, acreditamos que eles são bem mais específicos e nosso interesse, ao contrário, é apostar em eventos que permitam uma visão mais ampla do campo, além da possibilidade de interfaces com outras áreas de conhecimento.

A respeito da metodologia utilizada, esta levou em consideração a identificação, seleção e análise das comunicações⁹ publicadas nos anais dos três eventos selecionados. Diante do volume significativo destas, optamos por utilizar alguns critérios específicos como: a presença nos títulos, subtítulos e palavras-chave dos termos “mulher”, “gênero” ou “feminismo”. Os trabalhos que apresentaram algumas destas características foram colocados em tabelas e pastas específicas para serem identificados e avaliados até que ponto, e de que forma, a temática era ou não central. A partir desta seleção, foi possível definir cinco categorias de análise: “Enfoque Histórico”, “Gênero e Urbanismo”, “Gênero e Arquitetura”, “Gênero e Raça” e, “Outras”¹⁰ (ver Anexos). Essa decisão foi fundamental para entender e responder a alguns dos questionamentos acima apontados.

É importante, no entanto, apontar para alguns desafios e problemáticas enfrentadas, principalmente levando em consideração que cada um desses eventos possui perfis diversos e, conseqüentemente, temáticas e abordagens específicas. Porém, uma dificuldade veio à tona ao longo das análises: muitos desses eventos foram mudando suas lógicas internas e incorporando diferentes espaços de discussão, desde conferências, sessões temáticas, mesas temáticas, apresentação de pôsteres etc. Entende-se, por um lado, que isto responde ao crescimento do número de participantes; mas, por outro, à necessidade de criar espaços específicos de debate. Assim, optou-se por centrar na análise comunicações aprovadas e apresentadas; quer dizer, nos trabalhos que de fato tiveram espaço nos eventos já que se compreende que esta é uma forma de visibilização efetiva da temática que nos interessa neste artigo.

Outra questão que merece ser esclarecida é a forma como as comunicações aparecem nos Anais. Da mesma forma que no caso anterior, nas primeiras edições

do ENANPUR e do SHCU a “estrutura” delas não segue um modelo de *template*, bastante comum hoje. Pelo contrário, algumas poderiam ser consideradas somente como resumos, resumos expandidos ou em outros casos, o próprio texto.

Além disso, apesar do foco deste artigo não ser a análise de cada um dos trabalhos em sua totalidade, compreende-se a interseccionalidade como conceito importante no direcionamento de como as diversas questões sociais como raça, gênero, classe, nacionalidade, faixa etária, entre outras, se relacionam e interferem entre si na sociedade e nas experiências pessoais (COLLINS, BILGE, 2021). Desta forma, é possível observar que os textos selecionados, mesmo sem apresentar diretamente a palavra no título, vão abordar sobre estas relações no estudo da produção arquitetônica e urbana.

No total foram levantadas e analisadas 8.519 comunicações, no entanto, este número pode ter algumas variações uma vez que em alguns casos foram encontradas inconsistências no material base utilizado¹¹. De fato, e em especial nos eventos mais antigos, existem informações desconhecidas considerando os Anais (impressos e/ou digitais), Cadernos de Resumos e as Programações detalhadas. Isto, no entanto, não impactou de maneira significativa a análise como será visto mais adiante.

O pioneirismo pela interdisciplinaridade. A discussão do gênero nas 20 edições do ENANPUR.

O Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) é um evento organizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)¹² desde 1986¹³. O ENANPUR foi o pioneiro no que diz respeito à promoção e troca de experiências do trabalho científico no campo dos estudos urbanos e do planejamento urbano e regional no país, agregando estudantes de graduação, pós-graduação, professores e pesquisadores. Durante as 20 edições do evento, houve trabalhos que se dedicaram a refletir e avaliar o ENANPUR entendendo suas mudanças ao longo do tempo, assim como temáticas escolhidas para discussão¹⁴.

A principal forma de identificação dos trabalhos apresentados no ENANPUR foram os Anais, visto que os Cadernos de Resumos e as Programações detalhadas não foram apresentados em todos os eventos de

¹¹ Como já é sabido, imprevistos podem acontecer ao longo da realização dos eventos, na impressão da programação, etc. o que pode justificar essas divergências.

¹² A ANPUR é uma associação sem fins lucrativos que tem o objetivo de incentivar o ensino, a ciência e a pesquisa no campo do conhecimento dos estudos urbanos e regionais e do planejamento urbano e regional; divulgar e fomentar a troca de experiência de informações vinculadas a estas áreas do conhecimento e promover reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações (ANPUR, 2024).

¹³ O evento acontece a cada dois anos e, até o momento, foram realizados em: I ENANPUR (Nova Friburgo, 1986), II ENANPUR (Terresópolis, 1987), III ENANPUR (Águas de São Pedro, 1989), IV ENANPUR (Salvador, 1991), V ENANPUR (Belo Horizonte, 1993), VI ENANPUR (Brasília, 1995), VII ENANPUR (Recife, 1997), VIII ENANPUR (Porto Alegre, 1999), IX ENANPUR (Rio de Janeiro, 2001), X ENANPUR (Belo Horizonte, 2003), XI ENANPUR (Salvador, 2005), XII ENANPUR (Belém - PA, 2007), XIII ENANPUR (Florianópolis - SC, 2009), XIV ENANPUR (Rio de Janeiro - RJ, 2011), XV ENANPUR (Recife, 2013), XVI ENANPUR (Belo Horizonte, 2015), XVII ENANPUR (São Paulo, 2017), XVIII ENANPUR (Natal, 2019), XIX ENANPUR (Blumenau, 2022, virtual) e XX ENANPUR (Belém, 2023).

¹⁴ Dentre eles pode-se destacar o trabalho de Ana Fernandes e Marco Aurélio A. Filgueiras Gomes, intitulado “História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente” publicado na Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (a. 56, n. 2, de 2004). Também pode-se citar a comunicação de Christiane Fabíola Momm, Marcos Antônio Mattedi e Raphael Junhity Nakirimoto intitulada “A distribuição espacial dos eventos Enanpur e SIDR - UNISC e a comunicação científica na área do desenvolvimento regional” publicado no XVI ENANPUR (2015).

¹⁵ Alguns anais não apresentavam todas as informações pontuadas nas pesquisas e alguns eventos faziam a distinção entre trabalhos publicados e trabalhos apresentados, como no XVIII ENANPUR.

¹⁶ O XVIII ENANPUR foi que teve mais trabalhos apresentados, totalizando 874, já o III ENANPUR foi o que apresentou a menor quantidade de trabalhos, totalizando 54.

forma completa. Assim, o levantamento de trabalhos sobre gênero foi realizado a partir de informações como: título, resumo e palavras-chave¹⁵. Em todas as edições, foram analisados um total 5.184 comunicações¹⁶ e desse universo foram selecionados apenas 59 trabalhos que abordam a temática estudada, representando 1,1% do total (Gráfico 01). No que se refere à autoria destas comunicações, 96,6% foram escritas por mulheres, o que indica o protagonismo e engajamento feminino a respeito da temática.

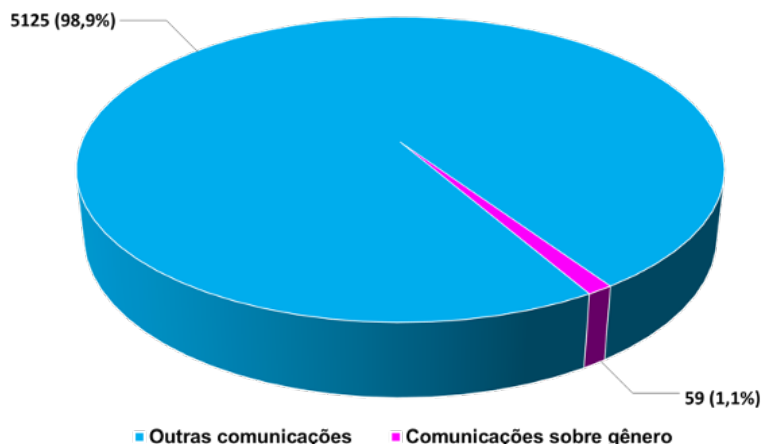


Gráfico 1
 Percentual de comunicações sobre gênero apresentadas em todas as edições dos ENANPUR. Fonte: Elaboração das autoras, 2024

¹⁷ A depender do ano em que os anais foram analisados, as sessões temáticas tiveram nomenclaturas distintas como Grupos de Trabalho, Subtema, Sessão, dentre outros.

¹⁸ A quantidade de sessões temáticas foi aumentando consideravelmente. No II ENANPUR foram encontradas oito sessões temáticas, enquanto no XX ENANPUR foram 14 sessões temáticas, sendo que tiveram eventos com mais de 15 sessões temáticas.

¹⁹ Isto aconteceu no XVIII ENANPUR, no qual o tema estava dentro da sessão temática 13 - "Abordagens Sobre a Cidade e o Urbano" no Subtema 12 "A Mulher na Cidade"; no XVII ENANPUR na sessão temática nove - "Novos Movimentos e Estratégias de Luta Urbana e Regional", no subtema três - "Feminismos, corpo e alteridade" e; no XVI ENANPUR dentro da sessão temática dez - "Emergências no campo dos estudos urbanos e regionais" no subtema quatro - "Subjetividade, gênero + cidade".

Em relação à divisão das comunicações nos eventos, pode-se perceber que desde o II ENANPUR, os trabalhos já eram divididos por sessões temáticas¹⁷, demonstrando quais assuntos estavam mais em discussão naquele momento histórico. Ao longo dos anos, novos temas foram sendo incorporados e as sessões temáticas foram mais detalhadas, apresentando subseções¹⁸. A primeira e única vez que o tema de gênero foi proposto como uma sessão temática, e não somente como uma subseção¹⁹, foi no XX ENANPUR (2023), a qual foi intitulada "Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade".

Dentre os trabalhos de gênero selecionados, vale a pena destacar duas comunicações que aparecem em dois momentos diferentes do ENANPUR, já que são dois trabalhos que fogem às temáticas pautadas pelos eventos da época e porque quebram uma sequência em que não há trabalhos apresentados relacionados à gênero. O primeiro em 1997, no VII ENANPUR intitulado "Desenvolvimento local a partir de uma perspectiva de gênero" de Moema de Rezende Vergara; e o segundo em 1999, no VIII ENANPUR intitulado "Histó-

ria Urbana na França e no Brasil: estudo comparativo e ensaio interpretativo das relações sociais de gênero no meio urbano” de Françoise Dominique Valéry.

Diante deste cenário, foi possível perceber que, apesar de o debate de gênero já ter aparecido no ENANPUR nesses dois anos, isso não significou que esta questão fosse pautada pelos pesquisadores desde essa época. Isto pode ser avaliado a partir do desaparecimento da temática nos três anos seguintes, e a pequena quantidade de trabalhos que foram apresentados nos dois anos subsequentes (apenas um trabalho em cada ano, em 2007 e 2009). Estas duas comunicações revelam também a interdisciplinaridade do evento, agregando pesquisadores, professores, interessados e estudantes de diversos campos do conhecimento distintos do urbanismo, como história, antropologia, geografia e sociologia.

Outro ponto é a questão da interseccionalidade que no Brasil, naquele momento histórico, não era tão discutida²⁰ como tal, mas que já apontava para a necessidade de entender que os debates sobre gênero estão associados às relações econômicas, políticas e culturais, social e historicamente constituídas. No que se refere à emergência da temática, é possível perceber que houve um aumento na quantidade de trabalhos a partir do XVI ENANPUR, mas o ponto de virada ocorreu apenas em suas duas últimas edições, nos anos de 2022 e 2023²¹ (Gráfico 2), o que pode revelar uma tendência de ampliação dessa abordagem na produção dos próximos anos²².

²⁰ Aponta-se o aparecimento do termo interseccionalidade para meados da década de 1980 e 1990 nos Estados Unidos, sendo a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, quem o cunhou (KYRILLOS, 2020). No Brasil, observa-se que Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já utilizavam a visão interseccional em suas reflexões, mas não com um termo específico (CASEMIRO, SILVA, 2021), conforme o texto de Lélia Gonzalez “Racismo e sexismo na cultura Brasileira”, que foi escrito em 1984.

²¹ A partir do XIV ENANPUR teve pelo menos dois trabalhos desta temática até o XVIII ENANPUR, que apresentou um salto quantitativo com o total de 15 comunicações. Nos anos subsequentes esse número foi para dez (XIX ENANPUR) e 16 comunicações (XX ENANPUR).

²² Importante perceber que dois de três casos em que houve um aumento significativo do número de trabalhos sobre gênero, a temática do evento remeteu a um olhar diferente e múltiplo sobre questões urbanas. Pode-se notar isso no tema do XX ENANPUR que foi “ANPUR 40 anos: novos tempos, novos desafios em um Brasil diverso” e no XVIII ENANPUR que foi “Tempos em/de transformação – utopias”. O XIX ENANPUR que teve como tema “Planejando o Urbano e o Regional – Organizando a Esperança” aconteceu de forma totalmente virtual, o que, por sua particularidade, pode ter gerado uma diminuição

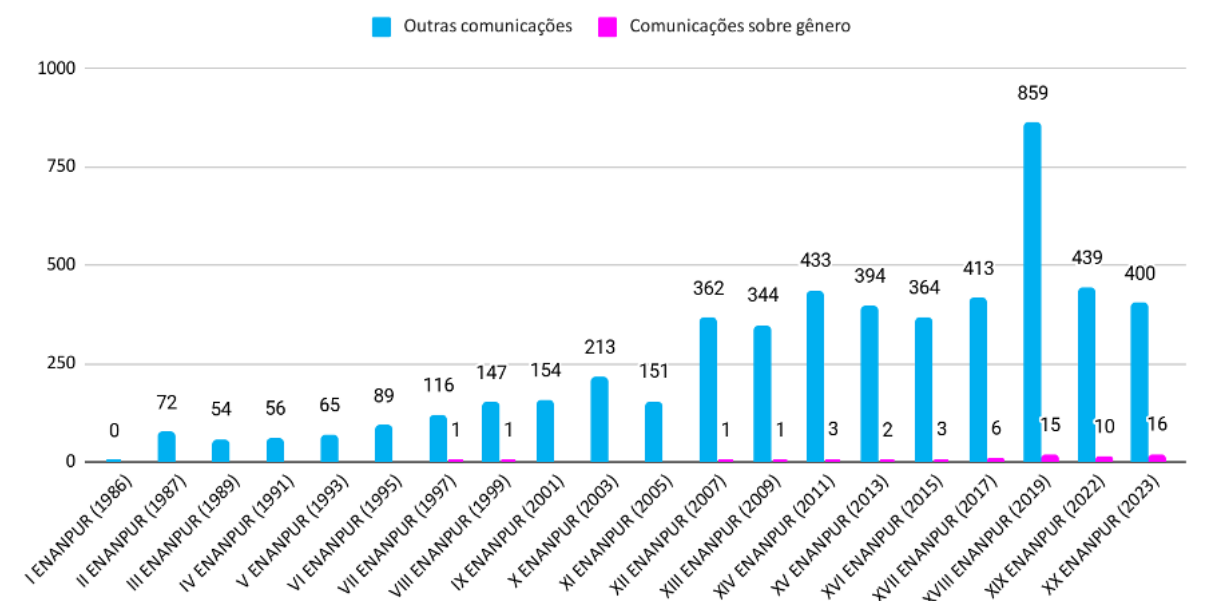


Gráfico 2
Comunicações sobre gênero apresentadas nas 20 edições do ENANPUR
Fonte: Elaboração das autoras, 2024

no número de comunicações da temática. Este fato aconteceu também no primeiro trabalho de gênero que apareceu no VII ENANPUR, em 1997, onde o tema foi "Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento".

²³ Ver todos os trabalhos selecionados no Apêndice 01.

No que diz respeito às categorias de análise, foi possível perceber que os trabalhos estão mais voltados ao entendimento da relação de "Gênero e Urbanismo", com mais da metade dos trabalhos apresentados (37 comunicações), seguido de "Enfoque Histórico" (dez), "Outras" (nove), "Gênero e Arquitetura" (dois) e "Gênero e Raça" (um)²³. Este panorama evidencia o foco que o evento tem em relação ao urbanismo e planejamento urbano. Dentro da categoria de "Gênero e Urbanismo", tem trabalhos relacionados à mobilidade, território, política, cidade, espaço urbano e habitação; exemplo disso foram a comunicação de Júlia Russi Zanon Daiane e Regina Lopes Sentoma "Mobilidade e vivência de mulheres na cidade de Presidente Prudente/SP: um estudo de caso por meio de percursos urbanos acompanhados" que pautou a questão da mobilidade pela perspectiva de gênero; e o trabalho de Andreza Rohem Gualberto e Silvana Cristina da Silva, "Cidade, gênero e classes sociais" no qual abordam o uso do território urbano na perspectiva das "empregadas domésticas".

Apesar da temática de gênero só começar a ter mais frequência a partir do XVII ENANPUR, em 2017, o evento apresentou uma quantidade significativa de trabalhos nos últimos anos (2019, 2022 e 2023), em comparação com os outros anos, demonstrando a necessidade crescente de abordagem sobre o tema, além de apontar o aumento da integração dos debates de gênero com as questões urbanas e o envolvimento desta temática com outros campos do conhecimento, o que agrega mais comunicações ao evento e, por isso, maior quantidade de trabalhos, fato comprovado pelo pioneirismo no aparecimento da temática no VII ENANPUR, em 1997, a partir do trabalho de uma historiadora.

O silêncio na história. Gênero nos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU).

Diversas pesquisadoras e pesquisadores²⁴ têm se debruçado em relatar, avaliar e balizar os SHCU²⁵ identificando, por exemplo - do ponto de vista estrutural e organizacional - temas-chave, aberturas e incorporação de novas temáticas e abordagens; mas, também - do ponto de vista da sua abrangência - a importância da incorporação de pesquisadores nacionais e estrangeiros de áreas afins tornando os debates mais ricos e diversificados. Isto torna os SHCU o principal evento especializado da área onde não só se discutem questões voltadas para a história da cidade e do urbanismo (como inicialmente proposto), mas também temáticas

²⁴ Por exemplo: Fernandes; Gomes (1998), Pinheiro; Gomes (2005), Gomes (2009), Feldman (2014) e Huapaya Espinoza (2023).

²⁵ O evento acontece a cada dois anos e, até o momento, foram realizados em: 1º SHCU (Salvador, 1990), 2º SHCU (Salvador, 1993), 3º SHCU (São Carlos, 1994), 4º SHCU (Rio de Janeiro, 1996), 5º SHCU (Campinas, 1998), 6º SHCU (Natal, 2000), 7º SHCU (Salvador, 2002), 8º SHCU (Niterói, 2004), 9º SHCU (São Paulo, 2006), 10º SHCU (Recife, 2008), 11º SHCU (Vitória, 2010), 12º SHCU (Porto Alegre, 2012), 13º SHCU (Brasília, 2014), 14º SHCU (São Carlos, 2016), 15º SHCU (Rio de Janeiro, 2018), 16º SHCU (Salvador, 2021 - virtual), 17º SHCU (Belo Horizonte, 2022).

contemporâneas. Os SHCU servem, assim, de termômetro do interesse por temas específicos em momentos temporais definidos e sua análise, no tempo, nos ajuda a definir um panorama sobre as pesquisas desenvolvidas no país no campo urbano.

Apesar disso, no que se refere à discussão sobre gênero se percebe, ainda, um grande vazio. Ao longo das 17 edições dos SHCU a presença de comunicações com a temática é ínfima. Os únicos oito trabalhos analisados nos permitem identificar três momentos mais ou menos definidos. O primeiro vai de 1990 até 2002 onde aparecem de forma pontual os primeiros trabalhos (quatro); o segundo se inicia em 2004 e se estende até 2018, caracterizado pelo grande silêncio onde não foram encontrados trabalhos e; finalmente, o terceiro momento vai de 2021 até 2022 onde nota-se de novo a presença de comunicações sobre a temática (quatro) (Gráfico 03). Apesar desses trabalhos serem

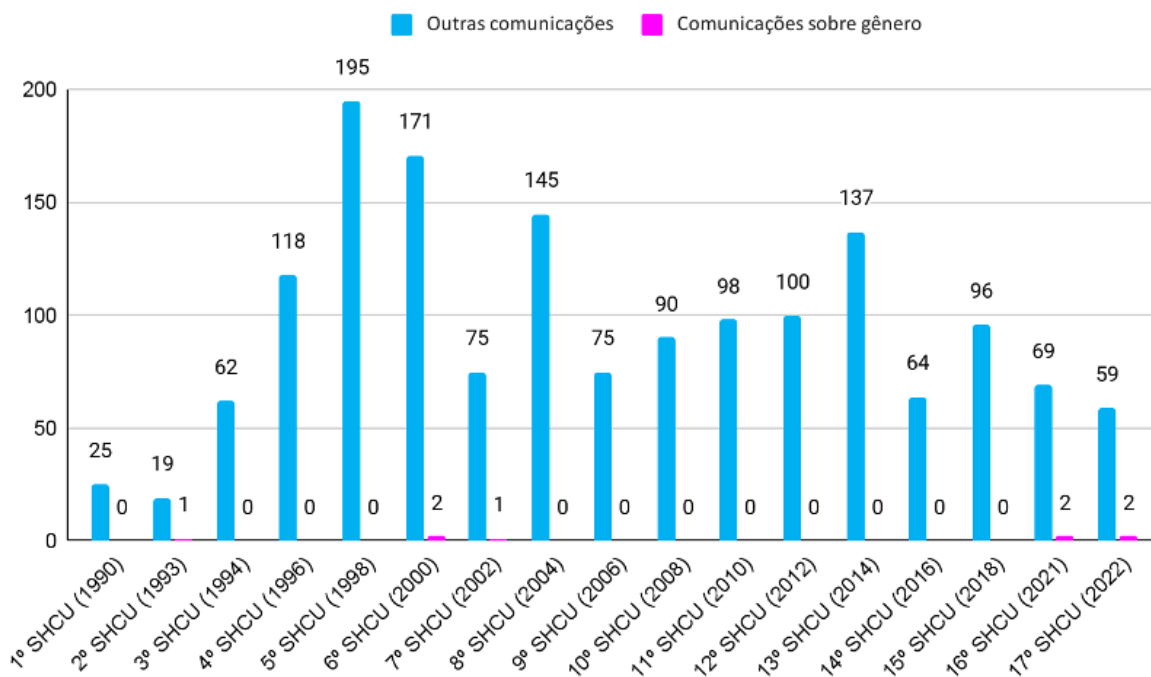


Gráfico 3
Comunicações sobre gênero apresentadas nas 17 edições dos SHCU
Fonte: Elaboração das autoras, 2024

minoria (0,4%) em relação ao conjunto de trabalhos apresentados, estes podem ser balizados como referenciais no sentido de seu pioneirismo (Gráfico 04).

Com relação às abordagens pode-se afirmar que grande parte das comunicações traz um enfoque histórico²⁶, como é possível perceber em “La Belle Époque” em Natal: vida cotidiana e práticas sociais na cidade de Natal na década de vinte, numa perspectiva de gê-

²⁶ É claro que os trabalhos apresentam em vários casos aproximação com outras categorias, no entanto, opta-se aqui por destacar aquela mais abrangente. Ver as informações detalhadas no Apêndice 02.

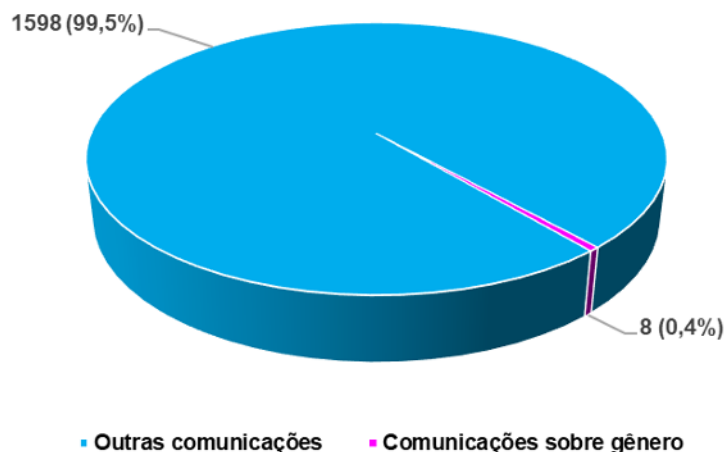


Gráfico 4
Percentual de comunicações sobre gênero apresentadas em todas as edições dos SHCU. Fonte: Elaboração das autoras, 2024

nero” de Françoise Dominique Valéry, “A mulher na cidade de Salvador 1915-1930” de Anete Regis Castro de Araújo e “Mulheres e imóveis urbanos na Vila Boa do século XIX: por outras narrativas de história da cidade” de Nádia Mendes de Moura. Na sequência chamam a atenção os trabalhos sobre gênero e raça “Espaços negros em Salvador no século XIX” de Ana de Lourdes Ribeiro da Costa e “Arquitet@s negr@s e a história: Georgia Brown, a metropolização de São Paulo e seus fantasmas” de Juan Casemiro e José Lira.

Os outros três trabalhos focam na discussão sobre gênero na interface com urbanismo, arquitetura e feminismo, respectivamente. São os seguintes: “Mulheres urbanas” de Wilcevanda de Oliveira Freitas, “A cidade é delas? Ampliando imaginários e perspectivas na prática e no ensino da arquitetura e urbanismo” de Diana Bogado, Carolina Peterli, Ana Caroline Penna e Alyssa Volpini e, “Da formação da casa brasileira e de espaços segregados à construção de narrativas e experiências feministas” de Flávia Nacif da Costa. Como pode ser observado, no caso dos SHCU a grande maioria das comunicações foram escritas por mulheres, o que corresponde a um total de 87,5% (7 trabalhos), sendo que somente foi encontrado um trabalho escrito por pesquisadores homens (12,5%). Ainda sobre esta última questão, chama a atenção o fato de que várias autoras eram graduandas ou estavam realizando cursos de pós-graduação, o que nos indica o estabelecimento de uma nova geração de pesquisadoras interessadas pela temática.

²⁷ Ver: Huapaya Espinoza (2023).

Como já afirmado em outro momento²⁷, apesar desse cenário desalentador, o que pode ser percebido é

que a questão do gênero vem mostrando nos SHCU uma tendência por se tornar mais ampla e diversificada a partir da incorporação de enfoques feministas e de raça, reafirmando as discussões interseccionais no campo.

Menos poderá ser mais? Expectativas e limitações das questões de gênero no ENANPARQ.

Quando se aproxima sobre a história do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), iniciado em 2010, percebe-se como a sua trajetória, a mais recente dentre os encontros estudados, foi delineada paralelamente à consolidação da profissão da Arquitetura e do Urbanismo nos moldes contemporâneos, com mais autonomia com relação às engenharias²⁸ e com uma, cada vez mais evidente, presença feminina no campo.

Ao longo desses quase catorze anos de existência, os sete ENANPARQ²⁹ foram responsáveis pelo incentivo de temáticas diversas e pela apresentação e publicação de 1.729 comunicações³⁰ (Gráfico 05), divididas em sessões temáticas, que demonstraram o principal foco de pesquisas acadêmicas entre arquitetos e urbanistas, suas diferentes abordagens e perspectivas, além do surgimento de questões emergentes que indicaram novos caminhos possíveis, novas perspectivas e revisões de caminhos já trilhados.

É nesse cenário que se observa a lenta ampliação da temática de gênero, apenas 1,7% do total de comunicações apresentadas em todo o encontro, de-

²⁸ Ano da criação da Lei que instituiu o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

²⁹ O evento acontece a cada dois anos e, até o momento, foram realizados em: I ENANPARQ (Rio de Janeiro, 2010), II ENANPARQ (Natal, 2012), III ENANPARQ (São Paulo, 2014), IV ENANPARQ (Porto Alegre, 2016), V ENANPARQ (Salvador, 2018), VI ENANPARQ (Brasília, 2021 - virtual), VII ENANPARQ (São Carlos, 2022 - virtual).

³⁰ Do I ENANPARQ, II ENANPARQ, III ENANPARQ e V ENANPARQ, foram analisados os anais; do IV ENANPARQ, os anais e programação do evento; do VI ENANPARQ os resumos; e do VII ENANPARQ o caderno de resumos e programação.

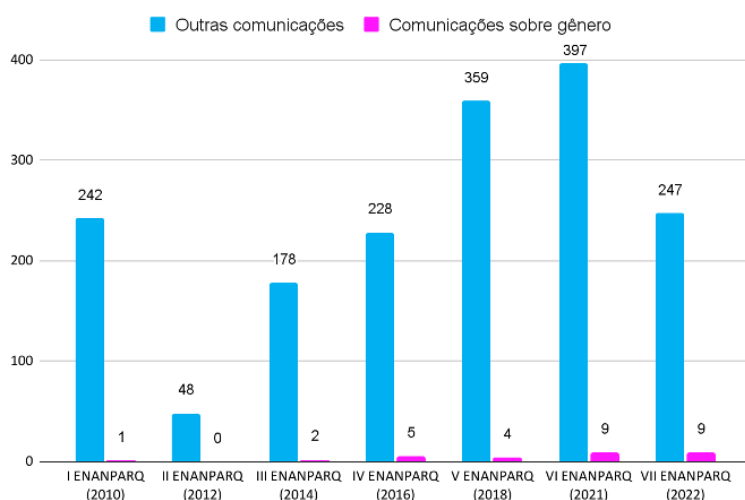


Gráfico 5
Comunicações sobre gênero apresentadas nas 7 edições do ENANPARQ. Fonte: Elaboração das autoras, 2024

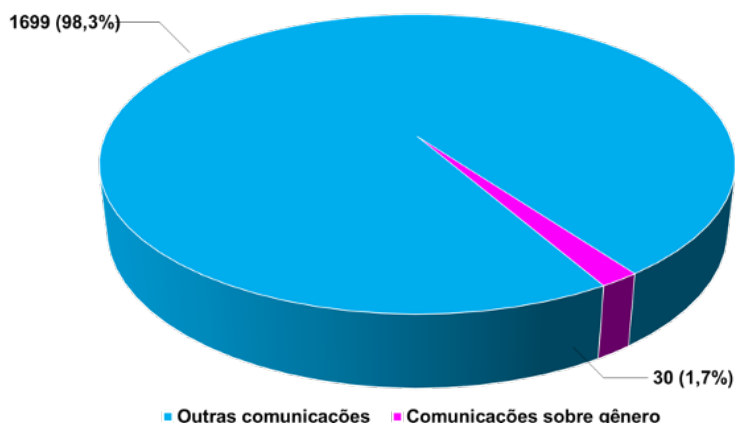


Gráfico 6
Percentual de comunicações sobre gênero apresentadas em todas as edições dos ENANPARQ. Fonte: Elaboração das autoras, 2024

³¹ Não foram selecionados para essa investigação, mas contribuíram com a temática de gênero: trabalhos dos simpósios temáticos; pôsteres; mesas temáticas; e os trabalhos das sessões temáticas que não foram selecionados para apresentação oral.

³² Alguns trabalhos nos deixaram em dúvida sobre sua inclusão, mas não foram selecionados pois verificamos que não focaram nas questões de gênero. São as comunicações do IV ENANPARQ, "Regina Silveira e os anos 1970: a encruzilhada da cultura de massa e do meio urbano no Brasil"; V ENANPARQ, o trabalho "Paisagismo e urbanismo: disciplinas femininas e feministas?"; VII ENANPARQ "O croqui de Lina Bo: em foco igreja Espírito Santo do Cerrado" e "Relações espaciais e raciais no passado e no presente: algumas reflexões".

³³ O trabalho foi intitulado "As transformações do espaço doméstico e a contribuição do trabalho feminino na modernização da sociedade brasileira".

³⁴ O II ENANPARQ tem a particularidade de ter sido o menor dos encontros com relação à quantidade de publicações realizadas, com apenas 48 trabalhos.

monstrando que embora seja possível perceber o seu crescimento ao longo do tempo³¹, e que ela pareça predominar em discussões informais, permanece mínima em estudos acadêmicos (Gráfico 06). As poucas comunicações encontradas têm sido galgadas por pioneiros pesquisadores e, principalmente, pesquisadoras, quase como se abrissem uma trilha em mata fechada, buscando construir um lugar, parafraseando Virgínia Woolf (2014, p. 98), "todo seu" para o assentamento e cultivo de ideias. Isto se torna claro quando se percebe que dos 30 trabalhos selecionados sobre gênero, 29 foram escritos por mulheres como primeira autora.

Neste sentido, e a fim de ilustrar o percurso da temática de gênero no ENANPARQ³², ressalta-se como pontos de inflexão os momentos marcantes que evidenciaram seus avanços, estagnações e retrocessos. No caso do I ENANPARQ, de um universo de 243 comunicações, foi apresentado apenas um trabalho sobre a temática, e a sua discussão centrou-se na análise das mudanças na arquitetura residencial ao longo do tempo, a partir do acesso das mulheres ao mercado de trabalho³³.

No II ENANPARQ não houve comunicações apresentadas sobre discussões de gênero³⁴. Já no III ENANPARQ destacou-se a primeira comunicação como denúncia da desigualdade de gênero, intitulada "Mulheres e o Prêmio Pritzker: estudos de caso", na qual foram analisadas as trajetórias de quatro mulheres premiadas ou colaboradoras do prêmio Pritzker e a forma com que a questão do gênero impactou em seus caminhos.

O IV ENANPARQ foi marcado por dois trabalhos com abordagens interseccionais que apresentaram, pela

primeira vez no encontro, discussões de gênero e raça³⁵. Importante destacar que os trabalhos usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins; Bilge, 2021) ao tratar desde uma perspectiva de gênero, raça e classe, mas não utilizaram o termo em seu conteúdo.

No V ENANPARQ apareceram trabalhos que escancararam a centralidade das questões de gênero através de conceitos como “discriminação de gênero”, “patriarcado” e “inclusão de gênero”³⁶. Iniciaram-se neste encontro, também, os trabalhos sobre “Gênero e Urbanismo”, a principal categoria abordada em todo o ENANPARQ como é possível ver adiante³⁷.

A partir deste ponto os trabalhos tornaram-se mais recorrentes. O VI e VII ENANPARQ incluíram nas apresentações de seus eixos temáticos as indicações para a abordagem da temática de gênero, delimitando o espaço para que as discussões ocorressem³⁸; além disso, contaram com a apresentação da maior quantidade de comunicações sobre o tema, considerando as edições anteriores (nove em cada um), totalizando 18 de um universo de 30 trabalhos selecionados em todo o ENANPARQ. É interessante que nestes dois últimos encontros se tenha falado mais sobre o tema que nas primeiras cinco edições, o que pode apontar para um avanço sobre a temática. Neste sentido, chama-se a atenção para o fato de que ambos foram encontros virtuais e ocorreram durante a pandemia de COVID-19, que impulsionou a ampliação da discussão dentro e fora da academia, como já mencionado.

Já em relação à temática abordada, os trabalhos analisados voltados para “Gênero e Urbanismo” envolveram principalmente discussões sobre planejamento e gestão urbana, imigração e luta política; enquanto “Gênero e Arquitetura” abordou as questões sobre as transformações da arquitetura residencial, o processo de projeto feito por mulheres e para mulheres e a discriminação de gênero no mercado de trabalho da arquitetura; a categoria “Enfoque Histórico” direcionou as suas discussões para a trajetória das profissionais arquitetas ou artistas e para a construção e representação da identidade feminina; em “Gênero e Raça” os trabalhos puseram em foco pautas raciais, ainda que tratando também sobre arquitetura, urbanismo ou a história de trajetórias femininas. Já em “Outras” identificou-se um único trabalho intitulado “Grafites pintados por mulheres no centro de São Paulo: Tarsila como inspiração” que abordou o trabalho artístico de grafite realizado por mulheres³⁹.

³⁵ Referimo-nos aos trabalhos intitulados “Percurso e deslocamentos urbanos de mulheres negras no pós-abolição em São Carlos-SP: entre o espaço público e o doméstico” e “O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira”.

³⁶ Os trabalhos intitulados “Discriminação de gênero em arquitetura: o campo profissional pela perspectiva da mulher arquiteta”, “Métodos de planejamento com perspectiva de gênero: análise de guias para cidades com inclusão de gênero” e “Ideologia e projeto: o patriarcado na cidade”.

³⁷ Quantidade de trabalhos por categoria: 12 em “Gênero e Urbanismo”; nove em “Enfoque Histórico”; cinco em “Gênero e Arquitetura”; três em “Gênero e Raça”; e um em “Outras”.

³⁸ No VI ENANPARQ, o eixo 1 “Projetos, políticas e práticas” e no VII ENANPARQ o eixo 3 “História, historiografia e crítica” indicavam abertura para as discussões, dentre elas gênero e raça.

³⁹ Alguns trabalhos apresentaram a possibilidade de serem escolhidos em mais de uma categoria, mas foram direcionados diante do que se entende ser predominante, com exceção de “Gênero e Raça”, em que todos os trabalhos que envolveram a temática, foram direcionados para ela (Apêndice 03).

Por todo o exposto, com relação às investigações apresentadas em um congresso mais contemporâneo, em um contexto de maiores avanços sociais, descobertas e aprofundamentos sobre a temática de gênero, havia a expectativa de encontrar mais discussões sobre essa questão. Esbarrar com essas limitações gerou indagações sobre a existência de eventuais barreiras e sobre as possibilidades de melhoria desse cenário.

Algumas reflexões finais

É possível constatar, após as análises dos eventos, que a temática de gênero estava sendo pouco discutida. Porém com a pandemia de COVID-19, a obrigatoriedade do confinamento colocou mulheres em risco e em rede, e os problemas da desigualdade de gênero se tornaram impossíveis de serem ignorados. A violência contra mulher, a vulnerabilidade feminina, as questões mais básicas de segurança e direito à vida, retornaram à pauta, com intensidade, ao passo em que outras questões sobre o tema foram sendo resgatadas. Não é possível confirmar que os impactos destas transformações, provocadas a partir da pandemia, já estejam refletidas nos seminários estudados, mas os números demonstram mudanças importantes no mesmo período, nos encontros virtuais, nas temáticas propostas e na quantidade de trabalhos encontrados.

A partir desse balanço temporal, afirma-se que tanto no ENANPUR, quanto no ENANPARQ a temática de gênero aparece em meados de 2017 e se intensifica a partir de 2019; isto, de fato, coincide com o que já foi apontado na introdução deste artigo. Já no SHCU, a quantidade de trabalhos ainda é muito incipiente, e quando comparado com o ENANPARQ, nota-se que a quantidade de comunicações sobre gênero é pouco significativa, sendo praticamente quatro vezes menor, mesmo os dois eventos tendo um número total de trabalhos gerais aproximado (Gráfico 07).

Pode-se perceber, com exceção do ENANPARQ, que os trabalhos apresentados respondem às temáticas de cada um dos eventos. No ENANPUR a categoria "Gênero e Urbanismo" foi a mais presente nas comunicações e, no SHCU a categoria "Enfoque Histórico" se destacou mais; já no ENANPARQ a categoria "Arquitetura e Gênero" foi a que menos apareceu. Por um lado, analisando os eventos de maneira geral, isto revela que os debates sobre arquitetura e gênero não estão sendo muito discutidos, nem mesmo nesse último evento, que é específico de arquitetura; por outro, comprova que a predominância da relação entre "mulher e cidade" tem sido mais evidenciada.



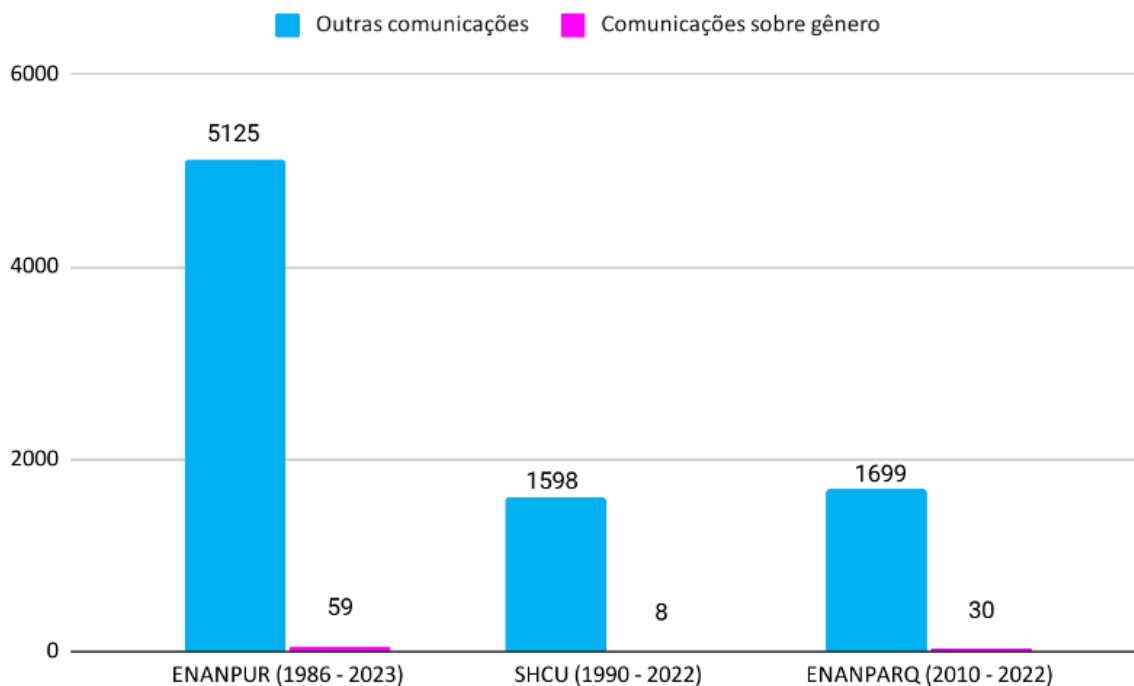


Gráfico 7
Comparativo entre as comunicações totais apresentadas em cada um dos eventos analisados. Fonte:
Elaboração das autoras, 2024

Algumas abordagens específicas começaram a ser vistas nas edições mais recentes dos eventos, como: disputa por território; encarceramento; violência doméstica e; visibilidade feminina. Assim como outras abordagens interseccionais, envolvendo questões de classe e raça, que merecem maior aprofundamento de investigação em trabalhos futuros.

Finalmente, vale a pena mencionar que as análises realizadas neste trabalho podem ser complementadas e ampliadas a partir de outros aspectos e/ou critérios. Sem dúvida, os resultados apontados aqui servem como uma autocrítica para a área da arquitetura e do urbanismo, seja no campo de formação ou profissional, entendendo-os como uma forma de colocar o dedo na ferida para reagir diante de um aparente desinteresse.

Referências

Anais do ENANPARQ (2010-2022)

Anais do ENANPUR (1986-2023)

Anais dos SHCU (1190-2022)

ANPUR. Sobre a Anpur. Disponível em: <<https://anpur.org.br/sobre-a-anpur/>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira; SILVA, Nathália Lipovetsky. Teorias interseccionais brasileiras: precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte*, v. 6, n. 2, p. 1–28, 2021. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.33357. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e33357>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CAU/BR. Especial 8 de março: mulheres são maioria no mercado da arquitetura e urbanismo. Publicado em: 08 mar. 2017. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/mulheres/>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FELDMAN, S. Os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo: consolidação de linhas de pesquisa e desafios (1990-2012). In: SOUZA, C. F. de (org.). *Ideias em circulação na construção das cidades*. Porto Alegre: Marca Visual/PROPUR/PROPAR, 2014, pp. 19-34.

FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. de F. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, N. (org.). *Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1998, pp. 13-28.

GOMES, M. A. A. de F. A construção do campo da história urbana no Brasil e a experiência dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo. In: PONTUAL, V.; LORETTO, R. P. (org.). *Cidade, território e urbanismo. Um campo conceitual em construção*. Recife: CECI, 2009, pp. 33-38.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C. Duas reflexões atuais sobre os 30 anos dos Seminários de História da Cidade e do urbanismo (1990-2021). In: JUNIOR, D. L. de A.; VELAME, F. M.; HUAPAYA ESPINOZA, J. C. (org.). *Cidade, Urbanismo, História. 30 anos de Seminários de História da Cidade e do Urbanismo. Tomo I*. Salvador: EDUFBA, 2023, pp. 156-189.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.

MATOS, P.; SANTIAGO, K. (org.). *Onde estão as mulheres arquitetas?*. São Paulo: Editora Monolito, 2017.

PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. de F. Retraçando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constituição de um campo de estudos. In: PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. de F. (org.). *A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2005, pp. 19-42.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Apêndice 01 - Relação de comunicações selecionadas sobre gênero no ENANPUR⁴⁰

ENANPUR	TÍTULO	AUTOR/ AUTORES	CATEGORIA
VII ENANPUR	Desenvolvimento local a partir de uma perspectiva de gênero.	Moema de Rezende Vergara	GÊNERO E URBANISMO
VIII ENANPUR	História urbana na França e no Brasil: estudo comparativo e ensaio interpretativo das relações sociais de gênero no meio urbano.	Françoise Dominique Valéry	ENFOQUE HISTÓRICO
XII ENANPUR	Saber, cultura e práticas ambientais: sociabilidades inscritas no cotidiano das mulheres da Ilha de Caratateua na fronteira com a cidade.	Maria das Graças da Silva	GÊNERO E URBANISMO
XIII - ENANPUR	Mulheres da APA Cantareira. Gênero, identidade e sustentabilidade na região Bragantina - SP.	Almerinda Antonia Barbosa Fadini, João Luiz Hoeffel, Aurora Naívean de Moraes e Castro, Anderson Matos Teixeira, Cerise Rocha de Jesus	GÊNERO E URBANISMO
XIV ENANPUR	Mulheres, territorialidades e conflitos: gênero na fronteira Cerrado/Amazônia.	Gleys Ially Ramos dos Santos, Alex Ratts	GÊNERO E URBANISMO
XIV ENANPUR	Espaços migratórios na fronteira: imigração boliviana e gênero.	Roberta Guimarães Peres, Rosana Baeninger	GÊNERO E URBANISMO
XIV ENANPUR	Do cárcere: uma discussão sobre a espacialidade cotidiana de mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa, Paraná.	Karina Eugenia Fioravante, Joseli Maria Silva	OUTRAS
XV ENANPUR	Urbanização e emancipação: a transformação do papel da mulher na imprensa feminina do Rio de Janeiro.	Clarice Rodrigues de Carvalho	ENFOQUE HISTÓRICO
XV ENANPUR	Práticas cotidianas e reprodução social.	Ana Izabel Moura de Carvalho	GÊNERO E URBANISMO
XVI ENANPUR	A Lei Maria da Penha como política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência.	Aline Nandi, Rosane Maria Kaspary, Dorneles Sita Fagundes, Raquel Maria Caetano	OUTRAS
XVI ENANPUR	Uma cidade indiferente: espaço genericado de resistência à cidade mercadoria.	Rossana Brandão Tavares	GÊNERO E URBANISMO

⁴⁰ O trabalho "Meu corpo, minhas redes: a marcha das vadias do Rio de Janeiro" de Leo Name e Júlia P. Zanetti não foi considerado para análise, pois, o texto utiliza o movimento feminista como exemplo para avaliar a relação entre esta manifestação e as novas tecnologias.

XVI ENANPUR	O exercício de atravessar a cidade pela narrativa de Carolina Maria de Jesus.	Gabriela Leandro Pereira	GÊNERO E RAÇA
XVII ENANPUR	As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia.	Ana Flávia Costa da Silva	GÊNERO E URBANISMO
XVII ENANPUR	Gênero e planejamento urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática.	Ágar Camila Mendes Saraiva	GÊNERO E URBANISMO
XVII ENANPUR	Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades.	Rossana Brandão Tavares	GÊNERO E URBANISMO
XVII ENANPUR	Urbanismo feminista.	Karen Ferreira, Gleyton Robson da Silva	GÊNERO E URBANISMO
XVII ENANPUR	Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate.	Natália Alves da Silva, Daniela Faria, Marília Pimenta	GÊNERO E URBANISMO
XVII ENANPUR	Insurgência feminina: a ética do cuidado e a luta contra a remoção.	Poliana Monteiro, Mariana Medeiros, Luiza Nasciut	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	A produção feminista do espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas.	Poliana Gonçalves Monteiro	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Estudos feministas sobre a questão urbana: abordagens e críticas.	Carolina Alvim de Oliveira Freitas	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Mulheres e bicicletas em São Paulo: reflexões sobre gênero, mobilidade ativa e desigualdades no uso do espaço urbano.	Marina Kohler Harkot	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Percursos femininos no espaço urbano: da teoria à prática das trajetórias cotidianas da mulher em Macapá – AP.	Chrys de Araújo Oliveira	ENFOQUE HISTÓRICO
XVIII ENANPUR	Cidade, gênero e infância.	Ana Gabriela Godinho Lima, Rodrigo Mindlin Loeb, Débora Sanches	OUTRAS
XVIII ENANPUR	O caminhar é para todas? Uma abordagem de mulheres latino-americanas sobre derivas e flâneries na contemporaneidade.	Adriana Gomes do Nascimento, Alice Saute Leitão, Ana Luiza Ribeiro Carvalho, Thais de Almeida Gonçalves	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Repensando a mobilidade urbana a partir da perspectiva de gênero.	Daniela Abritta Cota	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	A mobilidade nas cidades da metrópole: uma questão de gênero.	Lua Almeida Bittencourt Gonçalves, Mariana Braga Albuquerque	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Mulheres, direito e movimentos sociais: etnografia da advocacia feminista e antirracista no Brasil.	Andressa Lidicy Morais Lima	GÊNERO E URBANISMO

XVIII ENANPUR	"Transformação pra poder existir". Uma análise sobre a presença das mulheres a partir das pesquisas desenvolvidas nos PPG em planejamento urbano e regional no Brasil (2014-2018).	Rutileia Lima Almeida, Caroline Laíza Negherbon, Mariane Paduan Florsz, Leonardo Brandão	ENFOQUE HISTÓRICO
XVIII ENANPUR	Desenvolvimento regional e gênero: mapeamento da formação docente e da produção intelectual nos PPG em planejamento urbano e regional da Região Sul do Brasil.	Luciana Butzke, Ivo Marcos Theis, Caroline Laíza Negherbon, Vivian C Brito	ENFOQUE HISTÓRICO
XVIII ENANPUR	Pobreza multidimensional das mulheres chefes de família da Região Nordeste.	Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, Jandir Ferrera de Lima	OUTRAS
XVIII ENANPUR	Políticas territoriais e centralidade de gênero: Estudo sobre políticas públicas e empoderamento feminino entre pescadoras artesanais.	Victorya Elizabete Nipo, Winifred Knox	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Cidade, gênero e classes sociais.	Andreza Rohem Gualberto, Silvana Cristina da Silva	GÊNERO E URBANISMO
XVIII ENANPUR	Ensaio sobre o direito à moradia de interesse social em favor da mulher no sistema de políticas públicas de habitação: a Comunidade Novo Bairro.	Arleide Meylan	GÊNERO E ARQUITETURA
XIX ENANPUR	Gênero, Colonialidade e Direito à Cidade.	Germana Pires Coriolano, Eduardo Alberto Cuscé Nobre	GÊNERO E URBANISMO
XIX ENANPUR	Cidades inclusivas para as mulheres. O papel do Conselho de Arquitetura Urbanismo em pugnar pelo direito das mulheres à cidade.	Daniela Pareja Garcia Sarmento, Ana Laterza	ENFOQUE HISTÓRICO
XIX ENANPUR	Os limites para o Direito à Cidade das mulheres no Brasil: uma problematização da política urbana brasileira a partir das desigualdades de gênero.	Kamila Anne Carvalho da Silva, Elisa da Costa Siqueira	GÊNERO E URBANISMO
XIX ENANPUR	Seria Pouso Alegre uma cidade feminista? Ensaio para esperar em Pouso Alegre - Minas Gerais, a partir da perspectiva de gênero.	Maria Fernanda Sena Gusmão, Mariana Dominato Abrahão Cury	ENFOQUE HISTÓRICO
XIX ENANPUR	A utopia do direito à cidade: apropriação do espaço urbano pelas mulheres.	Soraya Nó, Cora Destefani de Sousa, Isadora Nascimento de Deus	GÊNERO E URBANISMO
XIX ENANPUR	A violência contra as mulheres e o direito à cidade.	Poliana Gonçalves Monteiro	OUTRAS
XIX ENANPUR	Mulheres e o direito à cidade: análise cartográfica e interseccional da rede de apoio às mulheres vítimas de violência em Porto Alegre/RS.	Kátia Ferreira de Oliveira, Geisa Bugs	GÊNERO E URBANISMO

XIX ENANPUR	Os impactos do programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes/RJ no cotidiano de mulheres empobrecidas chefes de família monoparental.	Gabriela Santos de Carvalho	GÊNERO E ARQUITETURA
XIX ENANPUR	Potencialização do uso da bicicleta por mulheres utilizando tecnologias em rede na cidade Senciente.	Natália Marques Carvalho, Clarissa Ribeiro Pereira de Almeida, Lara Sucupira Furtado	GÊNERO E URBANISMO
XIX ENANPUR	De Ocupação à Casa de Referência da Mulher: Tina Martins, em Belo Horizonte - MG e a práxis de enfrentamento interseccional pelo direito à cidade.	Laís Rolla Paula Mota, Daniela Abritta Cota	ENFOQUE HISTÓRICO
XX ENANPUR	Bordando o desenvolvimento: identidades regionais e de gênero em questão no território do Seridó, sertão potiguar.	Pedro Henrique Bezerra de Farias, Winifred Knox	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	O papel das mulheres e suas representações: Revista Brasília, 1957 a 1963.	Maribel Aliaga Fuentes, Ana Elisa Carnaúba, Byanca Bomtempo	ENFOQUE HISTÓRICO
XX ENANPUR	A contribuição da ecologia política feminista para o planejamento territorial: o debate da insegurança hídrica e gênero.	Veridiana Emilia Godoy, Vanessa Lucena Empinotti	OUTRAS
XX ENANPUR	Imigração, políticas e islamofobia de gênero no território Europeu.	Grazielle Betina Brandt, Bruno Mendelski de Souza, Mariana Dalalana Corbellini	OUTRAS
XX ENANPUR	Mobilidade e vivência de mulheres na cidade de Presidente Prudente/SP: Um estudo de caso por meio de percursos urbanos acompanhados.	Júlia Russi Zanon Daiane, Regina Lopes Sentoma	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Mobilidade urbana com perspectiva de gênero: estudo comparativo dos trajetos diários de homens e mulheres com alto nível socioeconômico e escolaridade em Curitiba.	Agnes Silva de Araújo, Phamela Alves Eloísa Parteka, Rafael Bosa Geisa, Tamara Bugs	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Mulher em cargos públicos na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: desafios para romper o teto de vidro.	Kamilla da Silva Duarte, Andrea Justino Ribeiro Mello, José André Villas Boas Mello	ENFOQUE HISTÓRICO
XX ENANPUR	Políticas de abordagem territorial e seus impactos na vida de mulheres: o caso do comitê dona Zizi no território do Mato Grande - RN.	Jeam Claude de Souza Gomes, Winifred Knox	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Se essa rua fosse nossa: diretrizes de projeto a partir de narrativas femininas para a rua Expedicionário Brasileiro em Arapiraca-AL.	Thatyane Pereira Melo da Silva, Alice de Almeida Barros	GÊNERO E URBANISMO

XX ENANPUR	Análise crítica de uma experiência de assessoria técnica (em edital) com mulheres.	Thaís Matos Moreno, Francisca Bruna Santiago Viana Cavalcante, Júlia Brito Mafaldo	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Cooperativismo, mulheres e desenvolvimento regional: relações possíveis?	Daniela Fonseca Da Silva, Anelise Graciele Rambo	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Cuidar é verbo coletivo: a relevância do trabalho de reprodução coletivo desempenhado cotidianamente pelas mulheres das Ocupações da Izidora.	Izabella Sathler Rodrigues Lourenço, Clarissa Vaz Rodrigues Gomes, Tiago Castelo Branco Lourenço, Thiffani Martineli	OUTRAS
XX ENANPUR	Território e feminismos na América Latina.	Marina Rago Moreira	GÊNERO E URBANISMO
XX ENANPUR	Violência contra mulheres: a realidade interseccional dos territórios cariocas (2018-2020).	Joice de Souza Soares Rocha Leão	OUTRAS
XX ENANPUR	Saúde das mulheres negras: resistências na vida cotidiana.	Jheyciele Naira dos Santos, Sérgio Moreno Redon	GÊNERO E RAÇA
XX ENANPUR	Das mulheres de luta ao plano popular para o futuro melhor.	Camila Savioli Silveira	GÊNERO E URBANISMO

Apêndice 02 - Relação de comunicações seleccionadas sobre gênero no SHCU

SHCU	TÍTULO	AUTOR/ AUTORES	CATEGORIA
2º SCHU	Espaços negros em Salvador no século XIX.	Ana de Lourdes Ribeiro da Costa	GÊNERO E RAÇA
6º SCHU	"La Belle Époque" em Natal: vida cotidiana e práticas sociais na cidade de Natal na década de vinte, numa perspectiva de gênero.	Françoise Dominique Valéry	ENFOQUE HISTÓRICO
6º SCHU	Mulheres urbanas.	Wilcevanda de Oliveira Freitas	GÊNERO E URBANISMO
7º SCHU	A mulher na cidade Salvador, 1915-1930.	Anete Regis Castro de Araújo	ENFOQUE HISTÓRICO
16º SCHU	A cidade é delas? Ampliando imaginários e perspectivas na prática e no ensino da arquitetura e urbanismo.	Diana Bogado, Carolina Peterli, Ana Caroline Penna, Alyssa Volpini	GÊNERO E ARQUITETURA
16º SCHU	Arquitet@s negr@s e a história: Georgia Brown, a metropolização de São Paulo e seus fantasmas.	Juan Casemiro, José Lira	GÊNERO E RAÇA
17º SCHU	Da formação da casa brasileira e de espaços segregados à construção de narrativas e experiências feministas.	Flávia Nacif da Costa	OUTRAS
17º SCHU	Mulheres e imóveis urbanos na Vila Boa do século XIX: por outras narrativas de história da cidade.	Nádia Mendes de Moura	ENFOQUE HISTÓRICO

Apêndice 03 - Relação de comunicações selecionadas sobre gênero no ENANPARQ⁴¹

ENANPARQ	TÍTULO	AUTOR/ AUTORES	CATEGORIA
I ENANPARQ	As transformações do espaço doméstico e a contribuição do trabalho feminino na modernização da sociedade brasileira.	Ana Paula Koury, Elaine Pereira da Silva	GÊNERO E ARQUITETURA
III ENANPARQ	A questão do gênero no processo de projeto em arquitetura e design.	Ana Gabriela Godinho Lima	GÊNERO E ARQUITETURA
III ENANPARQ	Mulheres e o Prêmio Pritzker: estudos de Caso.	Paula Donegá de Castro	ENFOQUE HISTÓRICO
IV ENANPARQ	Imaginário espacial e representações da "mulher moderna" nos periódicos brasileiros de moda e decoração (1960-1970).	Pamela Bostelmann, Marinês Ribeiro dos Santos	ENFOQUE HISTÓRICO
IV ENANPARQ	Percurso e deslocamentos urbanos de mulheres negras no pós-abolição em São Carlos - SP: entre o espaço público e o doméstico.	Joana D'Arc de Oliveira, Maria Angela Pereira de Castro, Silva Bortolucci	GÊNERO E RAÇA
IV ENANPARQ	Esposas: atuações em Arquitetura, Interiores e Design.	Andréa Gáti	ENFOQUE HISTÓRICO
IV ENANPARQ	A Casa moderna: modos de usar.	Silvana Rubino	GÊNERO E ARQUITETURA
IV ENANPARQ	O "quartinho de empregada" e seu lugar na morada brasileira.	Maíra Boratto Xavier Viana, Ricardo Trevisan	GÊNERO E RAÇA
V ENANPARQ	Discriminação de gênero em arquitetura: o campo profissional pela perspectiva da mulher arquiteta.	Karla do Carmo Caser	GÊNERO E ARQUITETURA
V ENANPARQ	Métodos de planejamento com perspectiva de gênero: análise de guias para cidades com inclusão de gênero	Giovanna Merli, Maria Eliza Alves Guerra	GÊNERO E URBANISMO
V ENANPARQ	Ideologia e projeto: o patriarcado na cidade	Giovanna Merli, Maria Eliza Alves Guerra	GÊNERO E URBANISMO
V ENANPARQ	Insurgências urbanas e femininas como práticas correlatas para resistência territorial	Carolina Guida Cardoso do Carmo	GÊNERO E URBANISMO
VI ENANPARQ	Arquitetura de Fronteir[a]: mulheres entre Brasil/Venezuela	Júlia Silva Coutinho, Ricardo Trevisan	GÊNERO E URBANISMO
VI ENANPARQ	Gênero e políticas da mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano.	Nathalie Prado	GÊNERO E URBANISMO

⁴¹ Importante destacar que no site oficial do evento, na parte destinada à apresentação dos resumos, a comunicação intitulada "Gênero, cidade e arquitetura: um olhar através da produção acadêmica da Universidade Federal da Bahia, 1980-2019" aparece com um único autor, mas o trabalho foi escrito por mais duas autoras. Isso indica que podem haver outras situações de divergências de informações desse tipo.

VI ENANPARQ	Marcas urbanas das mulheres residentes em conjuntos habitacionais degradados na cidade de Maceió/AL: o que dizem os Mapas Perceptivos?	Beatriz Palmeira Melo Simões, Verônica Robalinho Cavalcanti, Geraldo Majela Gaudêncio Faria	GÊNERO E URBANISMO
VI ENANPARQ	Arquitetura para mulheres em territórios vulneráveis.	Ana Gabriela Godinho Lima, Laura Paes Barretto Pardo	GÊNERO E ARQUITETURA
VI ENANPARQ	O lugar das arquitetas na arquitetura brasileira contemporânea.	Camila Guerreiro Reis	ENFOQUE HISTÓRICO
VI ENANPARQ	A mulher na paisagem excluída: uma disputa de poder?	Bárbara Boy Oliveira	GÊNERO E URBANISMO
VI ENANPARQ	Gênero, cidade e arquitetura: um olhar através da produção acadêmica da Universidade Federal da Bahia, 1980-2019.	José Carlos Huapaya Espinoza, Jaiane Damasceno Eloy, Laís Barbosa Nolasco	ENFOQUE HISTÓRICO
VI ENANPARQ	A transformação da mulher japonesa: Pao, a instalação-manifesto de Toyo Ito e Kazuyo Sejima.	Izabela Brettas Baptista	ENFOQUE HISTÓRICO
VI ENANPARQ	Memórias de mulheres em movimento: Eva, Creuza, Lourdes e os inícios do Paranoá - DF.	Leila Saads	ENFOQUE HISTÓRICO
VII ENANPARQ	A construção de comuns urbanos na Zona Leste de São Paulo.	Nathalia Oliva, Eneida Almeida	GÊNERO E URBANISMO
VII ENANPARQ	Mulheres e autogestão: o papel das mulheres na construção de territorialidades em ocupações de moradia.	Júlia Oliveira Rodrigues, Maria Carolina Maziviero	GÊNERO E URBANISMO
VII ENANPARQ	A questão do gênero e sua influência na arquitetura e na cidade.	Gisele Montalvão Freixo, Maria Clara Bastos Pires, Anna Beatriz Caldas Santana, Mateus Elias Mustafa Torres	GÊNERO E URBANISMO

VII ENANPARQ	Aa mulheres retratadas na revista Brasília.	Maribel Aliaga Fuentes, Ana Elisa Carnaúba, Amanda Oliveira, Byanca Bomtempo, Lorena Abreu	ENFOQUE HISTÓRICO
VII ENANPARQ	Teoria e método para uma pesquisa de história da arquitetura com perspectiva de gênero.	Vanessa Calazans da Rosa	ENFOQUE HISTÓRICO
VII ENANPARQ	Um olhar decolonial sobre a formação e expansão urbana do centro histórico de São Luís (MA): as perspectivas das mulheres negras.	Larissa Bianca Anchieta Grete Soares Pflueger	GÊNERO E RAÇA
VII ENANPARQ	Grafitos pintados por mulheres no centro de São Paulo: Tarsila como inspiração.	Larissa Verticchio Pichini, Eneida de Almeida	OUTRAS
VII ENANPARQ	Política urbana, pandemia da Covid-19 e recorte de gênero na América Latina e Caribe.	Daniela Braga Santos, Carolina Pescatori Candido da Silva, Pedro Henrique Máximo Pereira	GÊNERO E URBANISMO
VII ENANPARQ	Perspectivas de uma pesquisa extensionista a partir da reprodução social na área portuária do Rio de Janeiro.	Tayná Silva, Rossana Brandão Tavares	GÊNERO E URBANISMO

Transtemporalidade crítica em três casas do Atelier Aires Mateus

Raul Penteado Neto e Joubert José Lancha

PENTEADO NETO, Raul; LANCHA, Joubert José. Transtemporalidade crítica em três casas do Atelier Aires Mateus. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 518, nov 2024

data de submissão: 17/07/2024
data de aceite: 19/11/2024

Raul Penteado NETO é Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo; professor da FAU UNISAL; raultpenteado@gmail.com

Joubert José LANCHA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; professor do IAU USP; lanchajl@sc.usp.br

Resumo

Este ensaio especula sobre a *transtemporalidade* presente em três casas produzidas pelo atelier dos arquitetos portugueses Francisco (1964) e Manuel Aires Mateus (1963). Propõe e apresenta as múltiplas relações entre as diversas camadas de tempo existentes na *Casa em Campo de Ourique (2016-19)*, na *Casa no Barreiro (2012-22)* e na *Casa AL (2021-)*, esta última ainda em construção. Nos três casos, há reconversões de estruturas abandonadas ou arruinadas em novo uso residencial. Este trabalho busca evidenciar a complexidade presente nas estratégias utilizadas nas obras analisadas e os modos contemporâneos de reabilitar construções abandonadas e reconverter usos, como possíveis instrumentos promotores de longevidade e perenidade em arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura Portuguesa, Aires Mateus, casas, tempo, transtemporalidade.

Abstract

This essay speculates on the transtemporality present in three houses produced by the studio of Portuguese architects Francisco (1964) and Manuel Aires Mateus (1963). It proposes and presents the multiple relationships between the different layers of time existing in the Campo de Ourique's House (2016-19), the Barreiro's House (2012-22) and the AL House (2021-), the latter still under construction. In all three cases, there are conversions of abandoned or ruined structures into new residential use. This work seeks to highlight the complexity present in the strategies used in the analyzed works and the contemporary ways of rehabilitate abandoned buildings and reconvert uses, as possible instruments to promote longevity and perennality in architecture.

Keywords: Portuguese Architecture, Aires Mateus, houses, time, transtemporality.

Resumen

Este ensayo especula sobre la transtemporalidad presente en tres casas producidas por el estudio de los arquitectos portugueses Francisco (1964) y Manuel Aires Mateus (1963). Propone y presenta las múltiples relaciones entre las diferentes capas del tiempo existentes en la Casa em Campo de Ourique (2016-19), la Casa no Barreiro (2012-22) y la Casa AL (2021-), esta última aún en construcción. En los tres casos, hay conversiones de estructuras abandonadas o en ruinas hacia nuevos usos residenciales. Este trabajo busca resaltar la complejidad presente en las estrategias utilizadas en las obras analizadas y las formas contemporáneas de reabilitar edificios abandonados y reconvertir usos, como posibles instrumentos promotores de la longevidad y perennidad en la arquitectura.

Palabras-clave: Arquitectura Portuguesa, Aires Mateus, casas, tiempo, transtemporalidade.

O tempo é a dimensão mais misteriosa da realidade física e da consciência humana; parece evidente no contexto da vida cotidiana, porém é mais compreendido em análises científicas e filosóficas mais aprofundadas (...). O tempo é objeto de fascinação tanto para o escritor como para o cientista e, de fato, hoje em dia os sonhos do escritor de ficção e do cientista dificilmente podem ser distinguidos entre si; ambos sugerem múltiplos tipos de tempo. (Pallasmaa, 2022, p. 391-392, tradução nossa)

Introdução

Este ensaio propõe a análise de três obras projetadas pelos arquitetos Francisco (1964) e Manuel Aires Mateus (1963), realizadas em Portugal, entendidas como casos exemplares mais recentes de reconversão de uso de estruturas preexistentes abandonadas ou arruinadas para fins residenciais. Estuda suas pressupostas relações de atravessamento e superação de múltiplas camadas de tempo. Para tal, faz uso de uma revisão bibliográfica sobre o tempo e as obras selecionadas, em Portugal: Casa no Barreiro (2012-22), Casa em Campo de Ourique (2016-19), Lisboa e Casa AL (2021 -), Melides. Apoiar-se em visitas à campo e ensaio fotográfico para iluminar e demonstrar as questões pressupostas.

As três obras analisadas nesse ensaio têm em comum a articulação inovadora de diversas camadas de tempo. Ao converter estas três estruturas preexistentes para o uso residencial, entrelaçam camadas de tempo, estabelecendo um outro tempo. A transtemporalidade pressuposta nestas obras proviria deste procedimento complexo que supera e atravessa múltiplos tempos. Esta estratégia de superação e convivência forçosamente pacificada de múltiplas camadas de tempo teria sido aplicada pioneiramente pelos irmãos Aires Mateus ainda no começo dos anos 2000, nas casas em Alenquer (1999-2002) e em Azeitão (2001-03), com procedimentos pouco usuais (SARDO, 2005).

Nestas duas primeiras obras em Alenquer e Azeitão, os arquitetos transformaram pioneiramente dois armazéns abandonados em duas novas casas unifamiliares, ao inserir cirurgicamente o programa residencial dentro das estruturas pré-existentes (SEQUEIRA et al, 2019), de maneira abstrata, oposta, concorrente, mas complementar às preexistências. Houve nestas duas obras a criação pioneira de um *outro tempo*, de *harmonia dissonante*, característico do *nosso tempo*. Estas obras abririam as portas para uma abordagem *transtemporal* que marcaria uma série de obras posteriores, na carreira da dupla.

Múltiplos tempos

Como sugerem diversos autores, a ideia de *tempo* é ao mesmo tempo “cósmica e humana” (FRANK, 2011, p. 11, tradução nossa). Tem raiz científica e ao mesmo tempo cultural. Pode ter começado como uma maneira primitiva de medir a recorrência dos ciclos lunares, entre 12.000 e 20.000 antes de Cristo, segundo Adam Frank (2011), e evoluiu até uma abstração mental extremamente poderosa que deu suporte para a chegada da era industrial no final do século XIX, segundo Miguel Nicolelis (2020). O reconhecimento da repetição sistemática dos padrões da natureza foi decisivo no processo civilizatório da humanidade, segundo Norbert Elias (1994). E a partir daí, a “maioria dos seres humanos foi escravizada pela incessante e implacável marcação do tempo” (NICOLELIS, 2020, p.239-240). É interessante observar como a grande maioria das culturas sucumbiu e se deixou seduzir pelo ritmo artificial da marcação do *tempo*. Em paralelo, “pensar o mundo como um conjunto de eventos” (ROVELLI, 2018, p.80), ajudou à compreendê-lo em sua complexidade e complexidade.

Outra questão impulsionada pela divisão abstrata do fluxo contínuo da vida no planeta foi a possível organização das atividades do cotidiano. Admitir e fazer uso dos ciclos temporais inalteráveis e recorrentes ajudou no desenvolvimento da humanidade como um todo: a divisão dos instantes em horas, dias, semanas, meses proporcionaram a repetição de ritos, cerimônias e atividades coletivas (DURKHEIM, 1982). Entretanto, dentro desta aparente uniformidade, há uma constante mudança. O mundo está em constante transformação. O passado congelado das enciclopédias antigas vem sendo reescrito e o futuro já não parece mais tão aberto e favorável assim. Costumes e tradições que não se adaptam às novas práticas sociais de um mundo em constante e rápida transformação tendem a desaparecer. Com a emergência e consolidação das novas tecnologias, o encurtamento das distâncias geográficas parece ter sido transposto para o tempo, que parece estar mais escasso, fluindo num ritmo aparentemente mais acelerado.

Como revela Pallasmaa (2022, p. 391-392, tradução nossa) na epígrafe deste texto, a ideia abstrata de *tempo* é “objeto de fascinação para a humanidade”. E, portanto, já é explorada *poeticamente* na literatura, na música, na geologia, na arqueologia, na física, nas mais diversas ciências, há muito. Exemplos disto aparecem na obra do escritor britânico H. G. Wells (1866-1946), que parece misturar “As viagens de Gul-

liver" (1726) de Jonathan Swift (1667-1745) com a "Utopia" (1516) de Thomas More (1478-1535) para criar uma máquina capaz de viajar no tempo (WELLS, 2019), em "A Máquina do tempo" (1895). Considerado um clássico da ficção científica, o texto explora a viagem entre tempos distantes e suas repercussões no presente, adaptado pelos paradoxos temporais. Na música, o premiado artista e produtor britânico Steven Wilson (1967) parece promover o mesmo entrelaçamento de tempos, ao combinar "Time" (1973) do grupo psicodélico-progressivo Pink Floyd e "Time after time" (1984) da cantora pop Cindy Lauper (1953), na sua interminável e eletrizante peça de art rock "Time flies". Exemplo de pop-prog song que reproduz em seu ritmo a passagem aparentemente acelerada do tempo nos dias atuais. Beber em fontes de 'diferentes tempos' para criar um 'outro tempo' parece estar na natureza das mais diversas atividades humanas.

Entrelaçamentos contemporâneos de camadas de tempo em arquitetura

Na disciplina da arquitetura o entrelaçar de diferentes camadas de tempo com o objetivo de criar um outro tempo, flexível, neutro e genérico, também pode ser observado. Neste texto admitiremos e destacaremos três das múltiplas camadas que o tempo pode assumir no campo da arquitetura: cultural, físico e metafísico. A camada cultural do tempo em arquitetura poderia ser entendida como um conjunto de relações construídas em sociedade e reconhecíveis por ela. "A cultura define a sociedade pela capacidade que ela desenvolve de criar elementos que permitem à própria sociedade se reconhecer" (CESNIK & BELTRAME, 2005, p. 4). Mudam ao longo do tempo, acompanhando as transformações nas ciências, artes e tecnologia. É flexível, adaptável e elástica, em um ritmo, entretanto, lento e errático, muitas vezes. A camada física do tempo em arquitetura poderia ser atribuída a materialidade e morfologia das edificações, muitas vezes únicas ou, opostamente, relacionadas a tradições e tendências temporárias. A camada metafísica em arquitetura dependeria da interpretação do usuário da obra e subordinaria-se à experiência supra-sensível ligada ao seu repertório constituído ao longo da vida, incluindo aspectos conscientes e subconscientes ainda presentes na memória.

No último quarto do século XX, um conjunto de arquitetos eruditos acabaram por utilizar as camadas cultural e física do tempo em favor de uma arquitetura enciclopédica e metalinguística. Buscaram legitimidade no que Roland Barthes denominou "morte do

autor” (HEARTHEY, 2002, p. 10), ou no que Fukuyama chamaria de “Fim da história”, numa alusão a uma sensação geral momentânea de que tudo já teria sido inventado, naquela altura. Alguns arquitetos como Venturi, Rossi, Graves, Johnson, entre outros, levariam a sério essa hipótese e ao final de suas carreiras fundiriam as camadas cultural e física em arquiteturas com cariz taxionômico e alguma vezes lúdico e caricata, no que Jean-Louis Cohen (2013) denominou como “Temporada pós-moderna”. Com o passar das décadas, a manipulação do tempo veio se transformando contemporaneamente na arquitetura. Aquela imobilidade nostálgica do final do século XX, parece ter cedido espaço para uma ação transformadora. Alguns arquitetos parecem ter percebido que uma arbitragem crítica e poética entre as múltiplas camadas subjetivas do tempo, poderiam abrir espaço para obras mais longevas, perenes e duradouras. A criatividade voltaria a ter espaço, com a consciência de que o “excesso de consciência historiográfica destroi a capacidade de criar nova história” (HOBSBAWN, 1995, p.27, tradução nossa).

Em Portugal, Álvaro Siza (1933) parece ter sido um dos primeiros a perceber que o equilíbrio rigoroso na dosagem e mistura entre diferentes camadas de tempo, com apoio na observação de referências extradisciplinares, poderia estar na raiz da questão. O Museu para dois Picassos (1992) parece “ser um passo para a arquitetura sem tempo” (SIZA, 2012, p.37), introduzindo a ideia de uma obra neutra e genérica. Uma peça desvinculada de tendências momentâneas, citações históricas, despojada de tradições e convenções disciplinares. Apoiar-se num processo dialógico, tornando-se uma unidade complexa entre “lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam, complementam, mas também se opõem e combatem” (MORIN, 2017, p.208). Esta abordagem parece estar no centro destes projetos que pretendem ser *sem tempo* ou *trans-temporais*.

Estudos de Caso: três obras do Atelier Aires Mateus em Portugal

Os arquitetos Aires Mateus já flertam com essa ideia de “arquitetura sem tempo” desde a virada do milênio, como já fora mencionado anteriormente. Harmonizarão dialogicamente muitas camadas de tempo, com especial cuidado em algumas casas, assim como um escritor faz quando aproxima ideias de textos escritos por diferentes autores de diferentes *tempos*, como

escreve Gonçalo Tavares em seu belo livro "Atlas do Corpo e da Imaginação":

Este abandonar do "modelo temporal de passagem de testemunho, de sucessão linear" é fundamental. Quem está a pensar, neste preciso momento, neste ano, mês, dia, hora, faz uma ação que pode começar por qualquer começo, isto é: uma das marcas de se ser contemporâneo é a *possibilidade de definir começos* (...) a partir do momento que se pode ter no mesmo espaço físico, lado a lado, um livro do séc. X a.C. e um escrito em 2005, a partir do momento em que uma pessoa pode, no intervalo de algumas horas, ler passagens de um e de outro livro, isto é, em duas horas pode *saltar* trinta séculos (e este saltar é um *unir*), a partir do momento em que tal sucede a *cronologia dos pensamentos* torna-se secundária. (TAVARES, 2021, p.32)

Nos últimos anos, a superação e atravessamento das múltiplas camadas de tempo vem sofrendo sofisticadas adaptações a cada novo contexto. As obras se despojam de compromissos ou obrigações disciplinares e estilísticas em favor da criação de "arquitetura enquanto contendor de vida" (BYRNE apud KAMITA e NOBRE, p.55). Obras se preocupam menos com sua resolução formal e mais com a abertura de possibilidades para os usuários. Neste âmbito, o *vazio*, observado na escultura, pintura, música e dança, será protagonista e promotor desta liberdade de uso, adaptabilidade e perenidade nas obras de arquitetura (PENTEADO NETO, 2023).

A Casa em Campo de Ourique, Lisboa (2016-19)

A casa em Campo de Ourique (2016-19) fica situada em uma circunstância especial dentro da cidade de Lisboa, na mesma rua em que fica situado o acesso ao Departamento de arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa (Da/UAL), onde Francisco e Manuel lecionam. Foi projetada dentro do que teria sido um antigo armazém, com estratégia equivalente, porém inovadora em relação às obras realizadas em Alenquer e Azeitão anteriormente.

Propõe uma estrutura nova dentro das paredes pré-existentes, em diálogo com a dimensão arquetípica do armazém que existia ali. Afasta a nova intervenção na extremidade frontal e posterior, abrindo espaços para pátios que iluminam e ventilam as áreas sociais e íntimas, além de acolher e integrar a torre chaminé preexistente.

Subverte a lógica tradicional das casas unifamiliares e dispõe a área social no pavimento superior e os es-



Figuras 1, 2 e 3

Localização da Casa em Campo de Ourique (2016-19), Aires Mateus e Redesenho das Plantas do Pav. Térreo e Superior. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).



Figuras 4, 5 e 6

Casa em Campo de Ourique (2016-19), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

paços íntimos e de serviço no pavimento térreo. Manuel Aires Mateus em entrevista revela a razão deste procedimento, que estaria vinculado à recuperação de uma outra camada de *tempo*, ligada à *memória do arquétipo* do armazém que existira anteriormente ali. A criação deste *vazio arquetipal* é a grande inovação em relação às reabilitações de ruínas realizadas anteriormente em Alenquer e Azeitão.

Na Casa de Campo de Ourique, por exemplo, a história é muito simples: é alguém que quer construir, quer viver num *loft*. Na verdade, não quer viver num *loft*, quer ter uma sala que tenha o espírito de um *loft*. A Casa, no fundo, tem a ver com uma casa tradicional, mas tem um espírito, um espaço muito aberto,

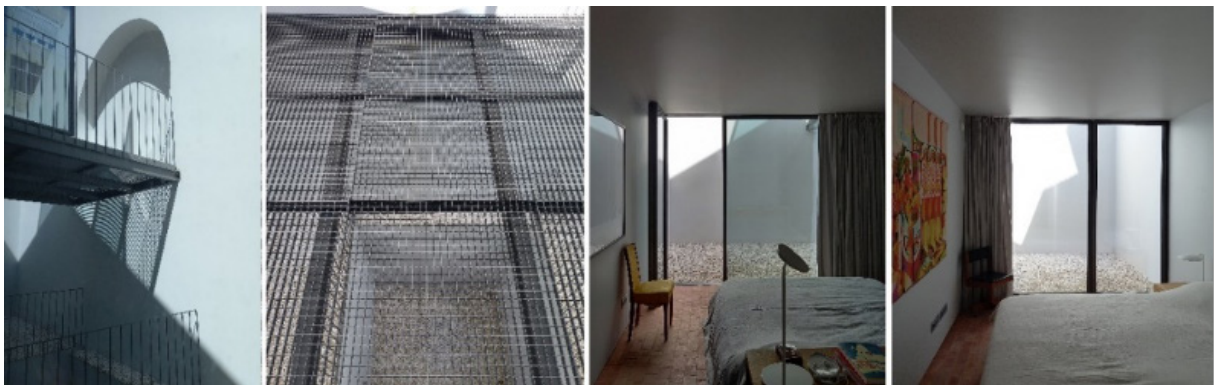
neste topo deste lugar. Então o que nós fazemos é: construímos uma casa e chegamos ao último andar e construímos esta forma de espaço arquetipal que nos liga, de alguma maneira, imediatamente àquela forma arquetípica do armazém, àquele espaço que nos liga imediatamente a uma outra relação. (MATEUS apud PENTEADO NETO, 2023, p.229)

A luz que entra pelas aberturas perimetrais da casa acentua a sensação de grande espaço aberto e livre criado pelo *vazio arquetípico* da área social. Chama atenção também o contraste entre as características das paredes externas antigas e a limpeza e minimalidade do forro e dos caixilhos das grandes portas perimetrais.



Figuras 7 e 8
Casa em Campo de Ourique (2016-19), Aires Mateus. Fonte: Penteado, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Na porção posterior, a nova intervenção evita tocar a parede preexistente do fundo, dispendo apenas uma leve esteira de ferro perfurado que não obstrui a iluminação e ventilação dos pátios do pavimento inferior.



Figuras 9, 10, 11 e 12
Casa em Campo de Ourique (2016-19), Aires Mateus. Fonte: Penteado, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

A Casa no Barreiro, Barreiro (2012-22)

Na Casa no Barreiro (2012-22), recentemente concluída, situada nas cercanias de Lisboa, os irmãos Aires Mateus convertem dois galpões arruinados em uma residência unifamiliar.



Figuras 13, 14 e 15

Localização dos Armazéns do Barreiro e Redesenho das Plantas do Pav. Térreo e Superior.

Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Neste caso, os vazios também são protagonistas na reorganização de toda a disposição dos espaços dentro das paredes preexistentes. A nova massa construída fica independente destes muros perimetrais, cuja estrutura original não se conhecia.

Serão os vazios laterais que irão promover a iluminação e ventilação dos espaços internos. Além dos vazios, as circulações verticais localizadas nos perímetros criarão uma espécie de fluxo contínuo entre pavimento térreo e cobertura.



Figuras 16, 17, 18 e 19

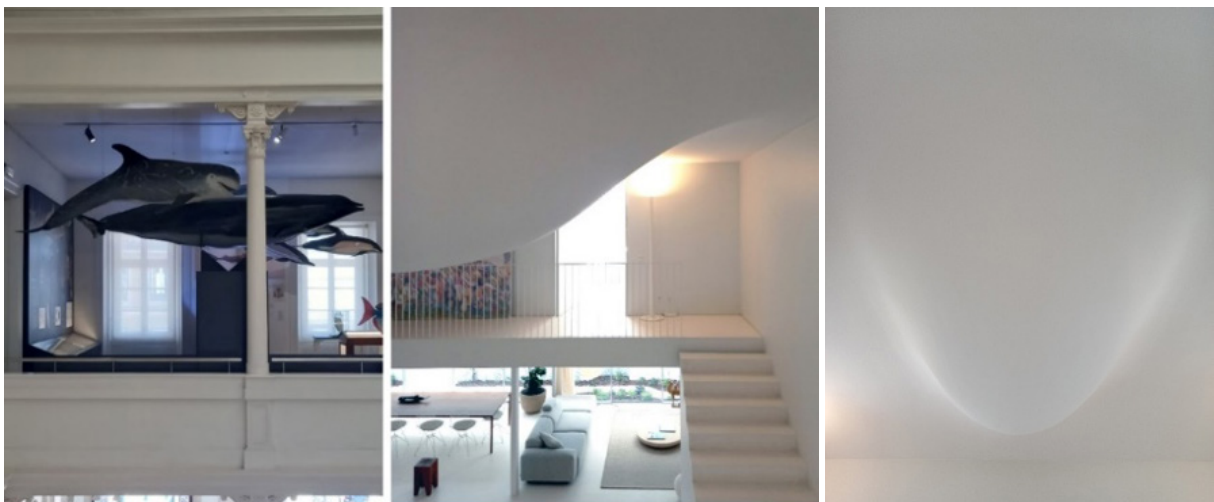
Casa no Barreiro (2012-22), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).



Figuras 20, 21, 22 e 23
Casa no Barreiro (2012-22), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Nesta obra, a cor branca é a grande integradora de todas as dimensões temporais da casa e retira a atenção e tensão dos aspectos particulares de cada construção - antiga e nova - unificando tudo *temporalmente*. Paredes perimetrais originais e a nova piscina situada na cobertura parecem coexistir desde sempre. Nesta casa ainda chama atenção um outro aspecto: uma dimensão de *tempo lúdico* ligado às memórias de infância de Manuel Aires Mateus que frequentou museus de ciência natural, com baleias penduradas em seus tetos.

Eu sempre tive um fascínio em miúdo pelos museus de história natural que têm naquele hall central uma baleia, que é uma espécie de arquétipo do museu natural que tem uma grande baleia pendurada e isso para mim, no fundo, foi o ponto de partida. E dizer que qualquer coisa que podia interferir como um po-



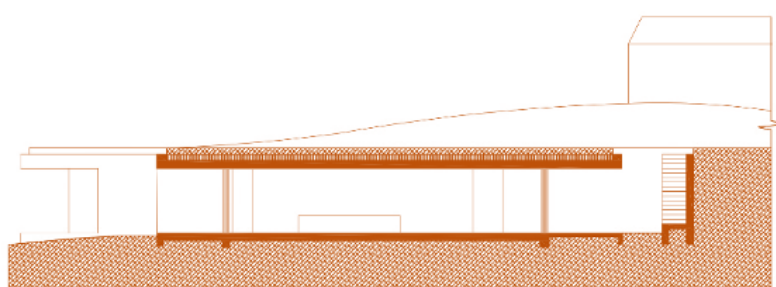
Figuras 24, 25 e 26
Museu de Ciência natural de Lisboa e Teto arredondado da Casa no Barreiro (2012-22), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

sitivo dentro da sala podia ser o negativo para fazer a área da piscina. E isso é uma coisa que também a mim sempre me fascinou: imaginar que há um plano, que se eu mexer, interfere com um lado e com o outro. Desenha a espacialidade para um lado e para o outro. (MATEUS apud PENTEADO NETO, 2023, p.228)

De modo inovador, os arquitetos situam a piscina no topo da edificação com o seu fundo arredondado aparecendo no amplo vazio central social. Com esta estratégia, conferem um caráter *lúdico e travesso* à obra. A grande superfície arredondada situada no meio do vazio da sala comprime o espaço interior e lhe confere uma sensação estranha, criando uma expectativa de colapso eminente do teto. Camadas física, cultural e metafísica entrelaçadas.

A Casa AL, Melides (2021-)

Por fim, na casa AL (2021-), em Melides, em fase final de obras, também reorganiza e propõe um novo uso para uma estrutura pré-existente abandonada. Conserva um pequeno armazém de taipa convertendo o seu uso, em complementação às novas estruturas residenciais implantadas semienterradas, em frente aos sobreiros e à bela paisagem natural da região.



Figuras 27 e 28

Estrutura preexistente da Casa AL (2021-), Aires Mateus e Redesenho do Corte do projeto. Fonte: Penteado, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Neste projeto, diferentemente do anterior, as novas estruturas de uso residencial não estão *dentro* da construção pré-existente, mas *debaixo* dela. Novamente, é o *vazio* que vai atuar como *cola* entre o antigo e o novo. Neste caso, o *vazio* em torno da preexistência arruinada se junta ao *vazio* da paisagem natural em frente às novas estruturas.

A interligação física entre a cota superior e a inferior se dá através de uma circulação vertical que comunica todas edificações. No nível inferior há quatro apartamentos autônomos de diferentes dimensões que compartilharão uma grande área comum com estar, jantar, cozinha e piscina. As novas construções foram



Figura 29
Casa AL (2021-), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

construídas em concreto aparente e utilizam pilares metálicos em cruz em pontos estratégicos, para não obstruir a vista. Grandes vãos e portas de vidro acentuam a conexão com a natureza e paisagem exterior. Múltiplas materialidades e referências se misturam neste projeto: Mendes da Rocha, Mies van der Rohe, Lucio Fontana. Há uma espécie de corte na topografia, que possibilita a implantação cirúrgica dos novos espaços semienterrados que não aparecem na paisagem e não interferem na leitura original do terreno com a ruína na cota superior original, como expõe Manuel Aires Mateus:



Figuras 30, 31, 32 e 33
Casa AL (2021-), Aires Mateus. Fonte: Penteadó, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Nesta casa (...), a ruína é o ponto de partida do projeto. Aquilo que é deixado. E nós estamos neste momento a fazer o projeto da ruína, o que é uma coisa curiosa. Vamos acabar a casa e, portanto, vamos fazer o projeto agora da ruína, para acabar a casa. Mas o que é o projeto? O projeto é, no fundo, um corte na topografia. No fundo é o que fazemos. Fazemos uma espécie de curva de nível e destacamos essa curva de nível no espaço e fazemos viver os dois quartos pequenos, dois quartos grandes e a sala. Mas é uma curva de nível que é construída e é transformada numa... é como se a curva de nível ganhasse espes-

sura para ser, para ser... (...) vivida. E a ideia é que seja só este corte. E o que nós temos depois é uma vida com uma visão sobre a paisagem. Portanto, no fundo, é um golpe na paisagem. É como se imaginássemos um Fontana, com um corte na paisagem. Vamos habitar esse corte na paisagem. (MATEUS apud PENTEADO NETO, 2023, p.230)



Figuras 34, 35 e 36

Casa AL (2021-), Aires Mateus. Fonte: Penteado, 2023 (publicação autorizada pelo autor).

Como Paul Davies especula em “Como construir uma máquina do tempo” (2001), este projeto parece criar literalmente uma espécie de “buraco de minhoca navegável” (DAVIES, 2001, p.67), uma “máquina do tempo” que, dentro da terra *transporta* do tempo presente a uma ideia de *tempo outro*, *multirreferencial*, *flexível*, *genérico* que procura harmonizar com a ruína preservada sobre a terra.

Considerações finais

A partir da breve revisão bibliográfica e da visita às três obras com o apoio de ensaio fotográfico, ficam mais evidentes as estratégias de criação de um *tempo outro*, harmonizador que entrelaça as camadas física, cultural e metafísica de cada obra. O que parece aproximar essas três casas projetadas pelos arquitetos Aires Mateus é a exploração de uma monomaterialidade na unificação das superfícies que privilegia a leitura dos espaços. A utilização dos grandes vazios como agentes intermediadores entre os diferentes tempos, parece ser outra chave para o entendimento destas obras. Por fim, o *atravessamento* de todas as camadas de tempo, reais, imaginárias, coletivas, particulares, conscientes ou subconscientes parece ser o que as torna *transtemporais*, verdadeiras *viagens no tempo*, com o emprego de estratégias renovadas e adaptadas *criticamente* em cada nova circunstância.

Referências

- CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. *Globalização da cultura*. Barueri: Manole, 2005.
- COHEN, J. L. *O Futuro da Arquitetura desde 1889: Uma História Mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DAVIES, P. *Como Construir Uma Máquina Do Tempo*. Lisboa: Gradiva, 2001.
- DURKHEIM, E. *Las Formas Elementales De La Vida Religiosa*. Madrid: Akal, 1982.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: Uma História Dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. I, 1994.
- FRANK, A. *About Time: From Sun Dials To Quantum Clocks, How The Cosmos Shapes Our Lives – And How We Shape The Cosmos*. London: One World, 2012.
- HEARTHEY, E. *Pós-modernismo / Eleanor Heartney*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- HOBBSAWM, E. J. *Historia Del Siglo XX, 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 1995.
- MORIN, E. *O Método 6: Ética / Edgar Morin*. 5 Ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- NICOLELIS, M. *O Verdadeiro Criador De Tudo: Como o Cérebro humano esculpiu o universo como nós o Conhecemos*. São Paulo: Planeta, 2020.
- NOBRE, A. L.; Kamita, J. M. (Orgs.). *Arquitetura Atlântica. Deslocamentos entre Brasil e Portugal*. São Paulo, Romano Guerra, 2020.
- PALLASMAA, J.; ZAMBDELLI, M. (Ed.). *Diseminaciones: Semillas Para El Pensamiento Arquitectónico / Juhani Pallasmaa; Matteo Zambdelli (Ed.); Traducción De Moisés Puente*. Barcelona: Gustavo Gili, 2022.
- PENTEADO NETO, Raul. *Aires Mateus: Complexidade Crítica*. Tese (Doutorado) – IAU USP. São Carlos, 2023.
- ROVELLI, C. *A Ordem Do Tempo*. Rio De Janeiro: Objetiva, 2018.
- SARDO, D. *Liminal*. In: LOPES, D. S. *Catálogo Da Exposição Aires Mateus: Arquitetura*. Lisboa: Centro Cultural De Belém. Lisboa: Almedina/Fundação Ccb, 2005.
- SIZA, A. *Imaginar A Evidência / Álvaro Siza*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- SEQUEIRA, M.; TOUSSAINT, M.; MELO, M. (Coord.). *Guia De Arquitetura: Aires Mateus - Projetos Construídos Portugal*. Lisboa: A+A Books, 2019.
- TAVARES, G. M. *Atlas do Corpo e da Imaginação: Teoria, Fragmentos e Imagens*. Porto Alegre: Dublinense, 2021.
- WELLS, H. G. *A Máquina do Tempo: Uma Invenção / H.G. Wells*. Rio De Janeiro: Zahar, 2019.

Crianças na Cidade: Uma Abordagem Freiriana para a Transformação do Espaço Urbano

Ana Luiza Aureliano Silva e Liza Maria Souza de Andrade

SILVA, Ana Luiza Aureliano; ANDRADE, Liza Maria Souza de. Crianças na Cidade: Uma Abordagem Freiriana para a Transformação do Espaço Urbano. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 532, dec. 2024

data de submissão: 17/09/2024
data de aceite: 02/12/2024

Ana Luiza Aureliano SILVA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGFAU-UnB; professora substituta do DAUAP-UFSJ; alaurilianosilva@gmail.com

Liza Maria Souza de ANDRADE é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGFAU-UnB; professora do PPGFAU-UnB; lizamsa@gmail.com

Resumo

A educação urbana, fundamentada nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire, visa transformar a relação entre os cidadãos e o espaço urbano. Este artigo explora como a pedagogia para a liberdade, aplicada à leitura do espaço urbano por crianças, promove uma transformação social ao engajar os aprendizes no planejamento das cidades. A pesquisa-ação envolveu crianças do Ensino Fundamental de uma escola pública em atividades de análise e planejamento urbano, utilizando duas metodologias principais: a "Linguagem de Padrões", de Alexander et al. (2013), e a Análise do Contexto baseada nas Dimensões da Sustentabilidade, proposta por Andrade e Lemos (2015), para a decodificação do espaço e na criação de soluções para os problemas urbanos locais. Os resultados indicam que a participação ativa das crianças nas discussões urbanas e a construção de uma pedagogia urbana crítica oferecem um caminho promissor para a construção de territórios educadores e mais inclusivos. O projeto culminou com a produção do "Jornal do Afeto", em que as crianças articularam suas observações em um formato jornalístico. A pesquisa demonstrou a eficácia da abordagem interdisciplinar ao conectar urbanismo, educação e participação infantil na transformação do espaço urbano.

Palavras-chave: Pedagogia urbana, Práticas Territoriais, Decodificação urbana, Participação Infantil

Abstract

Urban education, grounded in the principles of Paulo Freire's critical pedagogy, aims to transform the relationship between citizens and urban space. This article explores how pedagogy for freedom, applied to children's reading of urban space, promotes social transformation by engaging learners in city planning. The action research involved elementary school children from a public school in urban analysis and planning activities, using two main methodologies: the "Pattern Language" by Alexander et al (2013), and the Context Analysis based on the Dimensions of Sustainability, proposed by Andrade and Lemos (2015), for decoding the space and creating solutions to local urban problems. The results indicate that the active participation of children in urban discussions and the construction of a critical urban pedagogy offer a promising path for building more inclusive and educative territories. The project culminated in the production of the "Jornal do Afeto" (Journal of Affection), where the children articulated their observations in a journalistic format. The research demonstrated the effectiveness of the interdisciplinary approach by connecting urbanism, education, and child participation in transforming urban space.

Keywords: Urban Pedagogy, Territorial Practices, Urban Decoding, Child Participation

Resumen

La educación urbana, fundamentada en los principios de la pedagogía crítica de Paulo Freire, busca transformar la relación entre los ciudadanos y el espacio urbano. Este artículo explora cómo la pedagogía para la libertad, aplicada a la lectura del espacio urbano por los niños, promueve una transformación social al involucrar a los aprendices en la planificación de las ciudades. La investigación-acción involucró a niños de la escuela primaria de una escuela pública en actividades de análisis y planificación urbana, utilizando dos metodologías principales: la "Lenguaje de Patronas", de Alexander et al. (2013), y el Análisis del Contexto basado en las Dimensiones de la Sostenibilidad, propuesto por Andrade y Lemos (2015), para la decodificación del espacio y la creación de soluciones para los problemas urbanos locales. Los resultados indican que la participación activa de los niños en las discusiones urbanas y la construcción de una pedagogía urbana crítica ofrecen un camino prometedor para la construcción de territorios educadores y más inclusivos. El proyecto culminó con la producción del "Jornal do Afeto" (Periódico del Afecto), donde los niños articularon sus observaciones en un formato periodístico. La investigación demostró la eficacia del enfoque interdisciplinario al conectar urbanismo, educación y participación infantil en la transformación del espacio urbano.

Palabras-clave: Pedagogía urbana, Prácticas Territoriales, Decodificación urbana, Participación Infantil

Introdução

A crescente complexidade das cidades e os desafios enfrentados pelas populações urbanas conduzem à necessidade de reavaliar como o espaço urbano é vivenciado e planejado. A cidade, enquanto prática cognoscível, pode ser compreendida a partir de uma pedagogia crítica que integre educação e urbanismo. É nesse sentido, que dialogamos com a obra de Paulo Freire (1989), que propõe que, no contexto da alfabetização arraigada em uma educação libertadora, a leitura do mundo deve preceder a leitura da palavra, conceito fundamental para entender como os sujeitos interagem com seus contextos. Ao aplicar esse princípio ao espaço urbano, a cidade passa a ser vista como um território educador, no qual a leitura crítica do espaço pode transformar não apenas o aprendizado, mas a própria realidade social. Afinal, "há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço" (Freire, 1996, p. 45).

Há uma indiscutível potencialidade de aprendizado na diferença, na pedagogia dos espaços e na possibilidade de se olhar para o próprio território como elemento pedagógico. Ela enfrenta, em diferentes escalas territoriais e sociais, o desafio da linguagem. Pela diversidade dos signos e símbolos existentes, decodificar o

espaço também implica um entendimento de si e do outro. Nesse sentido, é necessário pensar o espaço com viés político e potencial educativo, para que, a partir dele, possa ser constituído, juntamente às infâncias, um novo olhar sobre o lugar, transformando-o em um território educativo. Entender e relacionar a dinâmica infância-escola-cidade é fundamental nesse processo, em combate a um padrão típico e reprodutivo de cidade baseada em um "homem tipo". O território educativo educa no e sobre o espaço, modifica a relação com a cidade, com o espaço construído e com a educação.

Paganelli (1996) acrescenta ainda a perspectiva política desse saber espacial, saber esse que é "essencial aos andantes comuns" e instrumento fundamental nas lutas urbanas, e nos lembra que a produção do espaço está além das divisões disciplinares do contexto escolar (Idem). Azevedo (2016) reconhece a escola como "artefato" ao considerar ainda a subjetividade e o valor simbólico dos territórios. Essa noção de artefato compreende que o mesmo, em uma perspectiva "sociotécnica", é o resultado da diversidade complexa das relações que realiza: "uma mediação com o mundo, com outras pessoas e objeto" (*Id.*, p. 21). Nesse sentido, "entender a escola como artefato é dar ênfase em compreender como ela realiza essa mediação com o mundo" (*Id.*, p. 22). É possível (e necessário, em termos de uma educação integral), portanto, constituir, fortalecer e/ou identificar territórios educativos a partir das escolas e com as escolas, tendo a escola como "núcleo articulador" (Faria, 2016, p. 33) das ações nos territórios.

A abordagem atualmente adotada pelas escolas brasileiras tende a restringir o aprendizado e a criatividade desde a infância. As crianças, frequentemente, se encontram em ambientes que limitam sua expressão e seu desenvolvimento criativo. Conforme argumenta Faria (2012), até mesmo o espaço físico das escolas reflete essa restrição: não favorece a autonomia ou a criatividade, nem permite a prática e o desenvolvimento de múltiplas linguagens, da curiosidade, improvisação e liberdade nos alunos (Faria, 2012). A autora acrescenta que, embora conceitos, metodologias e propostas pedagógicas tenham evoluído, os espaços escolares permanecem, em grande parte, inalterados, perpetuando os mesmos propósitos para os quais foram originalmente criados: disciplinar os corpos, moldar subjetividades, uniformizar comportamentos, fragmentar a percepção e controlar a produção de conhecimento (Faria, 2012, p. 5).

O espaço escolar, como um local que reflete a territorialidade se consiste como um microcosmo comunitário, demanda uma urgente consideração nos processos de planejamento e do pensamento urbanos. Adotar novos paradigmas educacionais, visando uma educação cidadã e transformadora, repercute diretamente nos processos políticos e coletivos de construção e transformação dos espaços urbanos. A interação entre arquitetura e educação sugere a ideia de uma educação que ultrapassa os muros da escola, aprendendo na e com a cidade, alinhando-se aos princípios de uma cidade educadora e visando uma educação integral. Uma educação que implica uma conexão profunda com o espaço, experimentando e aprendendo em múltiplas dimensões e múltiplos contextos.

A educação é um caminho potencial para o alcance da emancipação social e do direito à cidade a longo prazo. A cidade pode educar e ser simultaneamente objeto, pelos símbolos, signos e histórias que agrega, e, de fato, objeto apreendido pelos educandos. Maricato (2014) defende a ideia de uma “campanha pedagógica” destinada a todos os públicos interessados. Além disso, propõe que o conhecimento sobre a realidade das cidades e de cada lugar deveria ser incorporado à matéria escolar do ensino fundamental, inspirando-se na pedagogia de Paulo Freire (Maricato, 2014, p. 54-55).

Este artigo explora como a pedagogia freiriana, em diálogo com a metodologia de urbanismo participativo do Grupo Periférico, baseada na pesquisa de Andrade (2014), e a “Linguagem de Padrões” de Alexander et al. (2013), foi aplicada em uma escola pública de uma cidade média, como parte do desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado envolvendo crianças em atividades de decodificação do espaço urbano. A prática proposta visa a construção de uma literacia urbana a partir do contexto e do território da escola, buscando superar o “analfabetismo urbanístico” mencionado por Maricato (2002). O engajamento das crianças na compreensão crítica de seu entorno e na proposição de soluções para os problemas identificados revela novas formas de pensar o urbanismo e o planejamento participativo, considerando a perspectiva infantil.

Além disso, é importante reconhecer que o espaço urbano no contexto capitalista exacerba as contradições do capital, sendo produto dessas desigualdades, conforme apontado por David Harvey (2017). O urbanismo, implementado por um Estado associado a interesses hegemônicos, contribui para a manutenção e intensificação das desigualdades sociais no espaço,

especialmente para os grupos excluídos. Nesse sentido, a proposta de um pensar urbano participativo, inspirado pela pedagogia crítica de Freire, assume um papel fundamental na transformação do espaço urbano como um meio para a emancipação social. Este artigo apresenta a dialogicidade entre a pedagogia freiriana e a metodologia de urbanismo participativo a partir de vivências e experiências de decodificação do espaço urbano no contexto escolar. Para isso, incorpora a metodologia desenvolvida por Andrade (2014), no contexto do Grupo de Pesquisa Periférico – Trabalhos Emergentes.

Nesse sentido, a experiência aqui apresentada é parte de um processo de pesquisa que adotou a pesquisa-ação como metodologia em uma abordagem colaborativa que visa transformar a realidade através da participação ativa dos sujeitos envolvidos². Inspirada nos princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire, a metodologia coloca os participantes, no caso, as crianças, no centro do processo investigativo, promovendo uma interação constante entre teoria e prática.

Pedagogia Urbana e Urbanismo Participativo: Integrando Paulo Freire e a Linguagem de Padrões para a Transformação do Espaço Urbano

A leitura crítica do contexto, tal como Freire (1987) propõe, não se restringe à decodificação de símbolos, mas envolve a compreensão das relações sociais e das estruturas de poder que moldam a realidade urbana. A pedagogia freiriana se fundamenta na participação ativa dos educandos no processo de aprendizado, o que é essencial para que eles se tornem agentes de transformação social.

A partir desse entendimento, a “Linguagem de Padrões”, desenvolvida por Alexander et al. (2013), se revela uma ferramenta metodológica poderosa para pensar o urbanismo em diálogo com a educação. Essa abordagem propõe padrões que articulam a relação entre as necessidades humanas e o espaço construído, possibilitando uma participação ativa nos processos de projeto. No contexto deste estudo, a “Linguagem de Padrões” foi adaptada para envolver crianças na análise do espaço urbano, destacando a importância de soluções baseadas nas experiências cotidianas, com base nos estudos e aplicações desenvolvidos por Andrade (2014).

² Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos a mesma foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade De Brasília – UnB. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 55866822.0.0000.5540

Além de Freire e Alexander, autores como Lefebvre (2002) e Edgar Morin (2015) contribuíram para o entendimento da cidade como um espaço pedagógico e transformador. Lefebvre propõe o 'Direito à Cidade', que implica a apropriação do espaço urbano pelos seus habitantes, enquanto Morin destaca a importância de uma abordagem transdisciplinar e complexa para compreender os sistemas sociais e urbanos. Andrade (2014) complementa essas abordagens ao propor uma metodologia de urbanismo participativo que integra práticas territoriais, sustentabilidade e soluções baseadas na natureza. Juntos, esses teóricos fornecem uma base sólida para repensar o papel da educação e do urbanismo no desenvolvimento de territórios mais justos e equitativos.

A pedagogia freiriana, sustenta que o processo educacional deve ser dialógico e político, com o objetivo de transformar as estruturas sociais opressoras. Freire (1987) argumenta que a educação tradicional, ou "bancária", limita os estudantes ao papel de meros receptores de conhecimento. Em contraste, propõe uma educação crítica e libertadora, na qual o educando é agente de mudança, questionando as estruturas que o cercam e participando ativamente da construção de sua realidade, superando o domínio de uma "verbosidade alienada e alienante", apontada por Freire (1987, p. 33) como predominante no contexto da educação bancária e opressora.

Essa visão pode ser aplicada diretamente ao contexto urbano. A cidade, assim como o sistema educacional, exclui a participação dos menos privilegiados. Andrade (2014) avança essa ideia ao defender o conceito de urbanismo participativo, onde o espaço urbano é pensado pelos próprios cidadãos. A proposta de Andrade (2014) vai além do simples busca uma integração profunda entre o saber técnico e os saberes locais, coletivos e emergentes, abordando a questão da justiça espacial e da sustentabilidade urbana, propondo um modelo de desenvolvimento urbano que se baseia no diálogo com a comunidade e no desenho como resposta coletiva no enfrentamento dos problemas urbanos.

Pesquisa-Ação e Educação Urbana: Decodificação e Sustentabilidade na Transformação do Espaço Escolar em Lavras-MG

O campo da pesquisa foi realizado com uma turma de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental I na cidade de Lavras-MG, e envolveu a participação



direta de crianças com idade entre 8 e 9 anos, na discussão sobre o espaço urbano no contexto da cidade e do cotidiano vivenciado por elas. A experiência aqui apresentada faz parte de um percurso metodológico que envolveu um processo de aproximação e criação de vínculo com as crianças, que se deu a partir de 24 encontros realizados ao longo do período letivo de 2023. Um dos momentos desse percurso, que se deu ao longo de 10 encontros, combinou duas metodologias principais: a Decodificação do Espaço a Partir da Linguagem de Padrões e Análise do Contexto com Base nas Dimensões da Sustentabilidade, ambas adaptadas do trabalho de Andrade e colaboradores, desenvolvidas por Andrade (2014) e Andrade e Lemos (2015), e amplamente utilizadas no contexto dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Periférico.

A metodologia do Grupo foca no desenvolvimento de tecnologias sociais com uma abordagem de baixo para cima, priorizando a assessoria sociotécnica em comunidades vulneráveis. Caracteriza-se pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, envolvendo áreas como arquitetura, urbanismo, saúde e economia solidária, e valorizando o conhecimento e as práticas locais. Baseada na pesquisa de Andrade (2014), a metodologia incorpora um pensamento sistêmico transdisciplinar e atua em cinco etapas: análise do contexto físico e social, elaboração de padrões espaciais, oficinas de participação, construção de cenários e a entrega de um caderno técnico ilustrado. A flexibilidade do método permite sua adaptação a contextos específicos, garantindo soluções adaptadas ao contexto. Para Andrade (2014) a aplicação dos padrões espaciais como abordagem interdisciplinar, possibilita o estabelecimento de conexões entre campos do conhecimento a partir do desenho como ferramenta sensível ao contexto urbano, resultado heterogêneo de relações complexas que se estabelecem e ao mesmo tempo constroem o e espaço.

Com base nesse entendimento, na busca pela compreensão do contexto e da complexidade do território a partir de uma visão holística, como aponta Andrade (2014) a primeira parte da pesquisa envolveu a introdução do conceito de “Linguagem de Padrões” para as crianças. Inicialmente foram apresentados oito padrões selecionados com base na análise do livro “Uma Linguagem de Padrões”, sendo selecionados para esse momento os padrões que estavam diretamente relacionados com três áreas de estudo da pesquisa: crianças e/ou infância, educação, e o brincar. Nesse sentido, foram selecionados os seguintes padrões: (57) CRIANÇAS NA CIDADE; (18) REDES DE APREN-

DIZADO; (137) TERRITÓRIO DAS CRIANÇAS; (203) CAVERNAS PARA CRIANÇAS; (68) ESPAÇOS PARA BRINCAR CONECTADOS; (73) PARQUES INFANTIS RÚSTICOS E DINÂMICOS; (85) MINI ESCOLA e (86) LARES INFANTIS (padrões representados pela cor rosa na figura 1). Esses padrões foram apresentados e discutidos com as crianças em rodas de conversa, proporcionando a elas uma introdução ao pensamento sobre o planejamento urbano e a criação de soluções para o espaço onde vivem.

Conforme o diagrama apresentado na Figura 1, a partir desses oito padrões principais, seguindo a própria metodologia proposta por Alexander et al. (2013), foram selecionados padrões relacionados respectivamente pelos autores aos oito (padrões representados em amarelo na figura 1): (164) JANELAS PARA A RUA; (40) MESCLA DE FAIXAS ETÁRIAS; (41) CONJUNTO DE LOCAIS DE TRABALHO; (43) UNIVERSIDADE COMO FEIRA PÚBLICA; (72) ESPORTES COMUNITÁRIOS; (74) ANIMAIS; (84) GRUPO DE ADOLESCENTES; (83) MESTRES E APRENDIZES; (139) COZINHAS COMO ESPAÇO DE CONVÍVIO; (157) OFICINA EM CASA; (163) SALA DE ESTAR EXTERNA; (75) A FAMÍLIA; (224) PORTA BAIXA; (37) AGRUPAMENTO DE MORADIAS; (51) RUAS VERDES; (71) ESPELHOS D'ÁGUA PISCINAS; (161) LUGAR ENSOLARADO; (56) CICLOVIAS, CICLOFAIXAS E BICICLETÁRIOS; (173) JARDIM PROTEGIDO; (243) MURETA PARA SENTAR; (100) RUA DE PEDESTRES; (80) ESCRITÓRIOS E OFI-

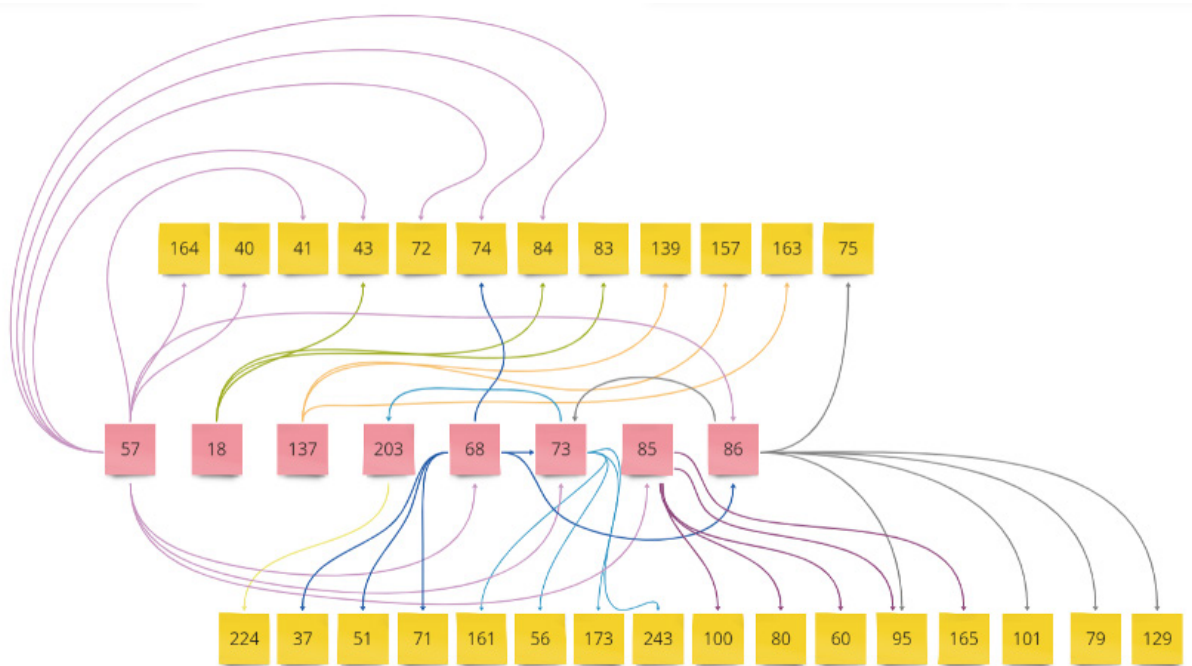


Figura 1
Padrões selecionados para a dinâmica com as crianças. Fonte: SILVA, 2024

CINAS COM AUTOADMINISTRAÇÃO; (60) PRAÇAS ACESSÍVEIS; (95) EDIFICAÇÃO COMO COMPLEXO; (165) ABERTURAS PARA A RUA; (101) RUAS INTERNAS; (79) SUA PRÓPRIA CASA e (129) ÁREAS DE USO COMUM NO CENTRO.

A roda de conversa sobre a metodologia e o uso de padrões impressos, assim como a apresentação do livro físico despertou o interesse das crianças, proporcionando concretude ao tema e estimulando o desejo de aprender, mesmo diante da complexidade do assunto. A linguagem dos padrões, ao conectar problemas e soluções baseados em relações reais, favorece a construção de novos conhecimentos. A partir de um conhecimento existente, se constrói conhecimentos que avançam à medida que se estabelece conexões. Assim como a educação libertadora de Freire (1987), a partir de metodologias como a das palavras geradoras, no entendimento do espaço a partir dos padrões espaciais, as conexões vão se estabelecendo não apenas no nível do aprendizado individual, mas também em uma lógica de articulação transdisciplinar. De acordo com Andrade (2014), a transdisciplinaridade permite que as disciplinas ultrapassem suas fronteiras tradicionais, transformando-se em um sistema fluido onde aspectos convergentes emergem para um novo nível de realidade

No contexto de uma educação que busca autonomia e transformação crítica, como propõe Freire, a integração de conhecimentos por meio de abordagens transdisciplinares cria uma base sólida para lidar com problemas complexos, como a literacia urbana. Essas reflexões desafiam o pensamento linear e reducionista, fomentando uma compreensão mais rica e integrada do mundo, explorando interconexões entre indivíduo e coletivo, local e global, e diferentes áreas do saber. O processo de decodificação, inspirado em Freire, transforma o pensamento crítico ao analisar situações concretas, empoderando os indivíduos para compreenderem e agirem sobre sua realidade de forma crítica e transformadora.

Em um segundo encontro, as crianças foram incentivadas a explorar o bairro ao redor da escola, observando como esses padrões se manifestavam ou poderiam ser aplicados ao espaço. A atividade de caminhar pelo bairro permitiu uma observação ativa do ambiente e uma conexão mais direta com o que havia sido discutido nas rodas de conversa. Durante a caminhada, as crianças identificaram elementos do bairro que consideravam importantes para o cotidiano, como

áreas de lazer, e também problemas, como acúmulo de lixo e falta de segurança.

Após a caminhada, em um terceiro encontro, as crianças participaram de um exercício de mapeamento colaborativo, identificando coletivamente, a partir do mapa impresso, os pontos positivos e negativos observados. Essa atividade foi fundamental para que as crianças pudessem relacionar o que haviam visto, aprofundando sua compreensão sobre o espaço ao redor da escola.

Em uma segunda parte do processo, no quarto e quinto encontros, foi realizada uma pesquisa baseada na metodologia proposta por Andrade e Lemos (2015), que utiliza as quatro dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica e cultural) para guiar a análise crítica do espaço urbano. Visando conectar a leitura do território e as questões relacionadas ao ambiente construído a partir de uma perspectiva estruturada de observação e tendo em vista uma perspectiva mais ampla de aprendizagem, foram apresentadas para as crianças as dimensões da sustentabilidade e os princípios propostos pelas autoras como metodologia de análise de qualidade do ambiente construído. Na figura 02, estão organizados os princípios com suas respectivas dimensões, conforme proposto por Andrade e Lemos (2015), e apresentado às crianças no formato de uma roda de conversa. Após esse mo-

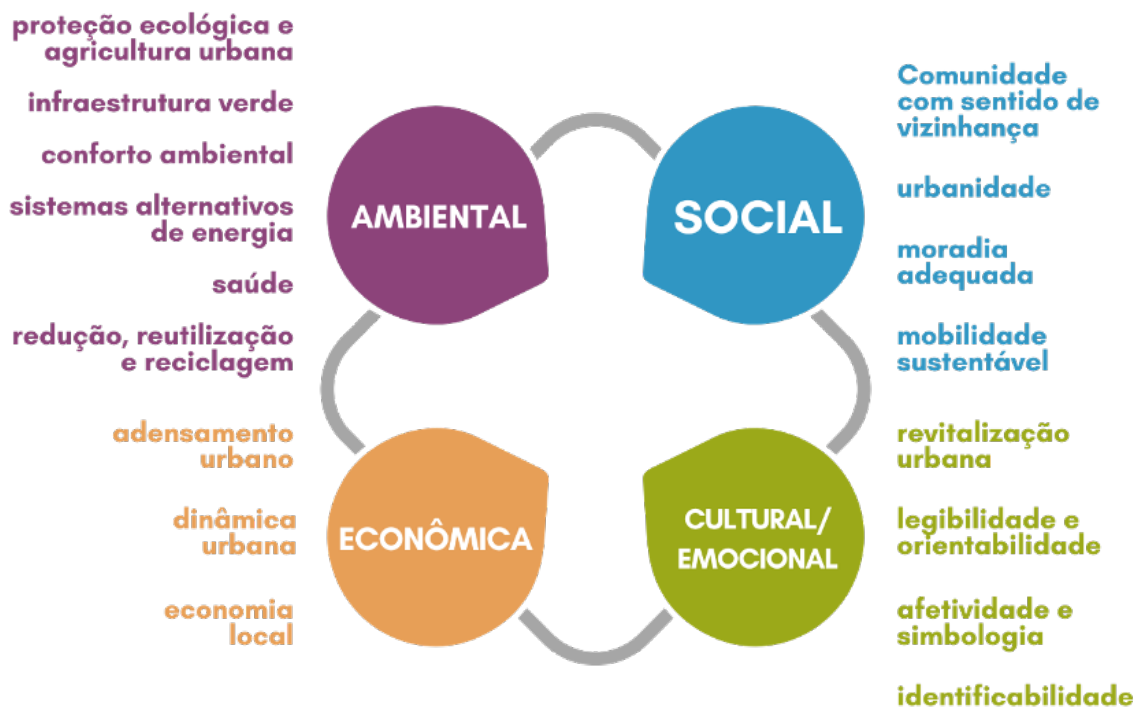


Figura 2
Dimensões e princípios da sustentabilidade, baseado em Andrade e Lemos (2015). Fonte: SILVA, 2024

mento, as crianças foram divididas em grupos, e cada grupo ficou responsável por analisar o bairro da escola, a partir de cada uma dessas dimensões, em uma proposta que buscou conectar os conceitos partilhados com a realidade do espaço vivido e percebido pelas crianças.

Durante a análise, as crianças mapearam aspectos relacionados ao meio ambiente, à convivência social, à economia local e à cultura do bairro. Elas identificaram locais de interesse, como pracinhas e creches, além de problemas como lixo acumulado, poluição e insegurança. Essa atividade foi complementada com debates em sala de aula, onde os grupos apresentaram suas percepções sobre o bairro, relacionando-as com os padrões discutidos anteriormente.

Um dos aspectos mais destacados na análise das crianças foi a importância de pequenos espaços urbanos, como escadarias e pracinhas, que desempenham um papel central em suas vidas diárias. A percepção das crianças sobre esses espaços revelou uma compreensão prática de como esses locais são usados para atividades como brincar e socializar, mostrando a relevância deles no contexto do bairro.

Além das atividades de análise e mapeamento, as crianças participaram da produção de um jornal, intitulado "Jornal do Afeto", como parte do projeto de leitura proposto pela escola, integrado ao projeto de pesquisa. Cada grupo ficou responsável por desenvolver uma matéria relacionada à sua dimensão de sustentabilidade. As crianças escolheram os temas das reportagens, que incluíram entrevistas com moradores do bairro e reflexões sobre a sustentabilidade e o impacto dos espaços públicos no bem-estar da comunidade.

Um exemplo significativo foi a entrevista com o filho de uma moradora que cuidava da pracinha local, destacando o cuidado comunitário com o espaço público. Essa atividade proporcionou às crianças a oportunidade de aplicar os conceitos discutidos ao longo da pesquisa em um formato jornalístico, conectando a análise do bairro com uma produção concreta e colaborativa, e explorando novas formas de linguagem.

A produção do jornal envolveu não apenas o desenvolvimento das reportagens, mas também a participação das crianças em todas as etapas do processo, como gravação, filmagem e entrevistas. A exibição do jornal na escola marcou a culminância do projeto, possibilitando que as crianças vissem o resultado final

de seu trabalho e refletissem sobre o processo de investigação e produção.

Esse momento da pesquisa encerrou-se com a realização de um exercício no qual as crianças, divididas em grupos, propuseram padrões de solução para os problemas que haviam identificado em seus próprios bairros, no contexto das dimensões da sustentabilidade. Os padrões apresentados incluíram tanto ideias já discutidas nas atividades anteriores quanto novas soluções criadas pelas próprias crianças. A proposta de soluções baseadas nos padrões selecionados demonstrou o nível de engajamento e compreensão que as crianças adquiriram ao longo do processo.

Ao explorar as dimensões da sustentabilidade, as crianças foram além do aprendizado convencional, aplicando um olhar crítico e consciente sobre os elementos que compõem seu entorno. A escolha de investigar a história da moradora que cuidava da pracinha e a continuidade desse cuidado pelo filho ressoam com o pensamento complexo de Morin (2013, 2015), destacando como fenômenos aparentemente simples são, na realidade, teias intrincadas de relações e histórias. Essa abordagem holística e integrada promove uma compreensão mais rica e profunda da realidade, característica fundamental da complexidade, conforme defendido por Andrade (2014), e associada à decodificação a partir dos padrões espaciais se tornam possibilidades de transformação a partir do desenho. Além disso, ao invés de permanecerem passivas, as crianças se tornaram co-criadoras do conhecimento, explorando ativamente seu mundo e construindo significado a partir de suas descobertas e interações.

Considerações Finais

A metodologia adotada, fundamentada nas teorias de Paulo demonstrou-se eficaz na promoção de uma educação crítica e transformadora. As crianças, ao serem envolvidas no processo de análise e planejamento do espaço urbano, tornaram-se agentes ativos na construção de soluções para seus problemas cotidianos, ao mesmo tempo em que desenvolveram uma consciência crítica sobre a cidade. Os Padrões, geradores não somente de soluções, mas principalmente de diálogos, permitiram um momento de aprendizagem em comunidade no qual as trocas realizadas possibilitaram constatar a relação e as subjetividades das crianças com a rua. Esse momento viabilizou o engajamento em um movimento dialético de ir e vir entre o concreto e o abstrato, de forma que, em um processo de decodificação a partir dos padrões e no âmbito de uma



Figura 3
Registros do processo. Fonte: Elaboração própria, 2024

prática libertadora de educação, as crianças partiram de conceitos abstratos para entender a realidade concreta e vice-versa. Esse processo não é linear, mas sim um movimento constante de análise e síntese, no qual o todo é compreendido pelas partes e as partes são entendidas no contexto do todo (Andrade, 2014).

Os resultados indicam que a integração entre pedagogia e urbanismo, especialmente em contextos escolares, oferece uma ferramenta poderosa para superar o analfabetismo urbanístico e promover uma cidadania ativa. A experiência com os padrões, associada a outras experiências no contexto da pesquisa, que envolveu continuamente a ação, reflexão e informação, apresenta-se como um exemplo de como a educação pode ser estruturada para cultivar não apenas o conhecimento, mas também habilidades de pensamento crítico, colaboração, comunicação, criatividade e transformação simbólica e material. Ao se engajar ativamente com desafios, explorar relações complexas e participar em discussões significativas, as crianças não apenas ampliaram seu conhecimento acadêmico, mas também desenvolveram uma compreensão mais aprofundada de si mesmas, de seus colegas e do mundo ao seu redor. A utilização da Linguagem de Padrões e da metodologia de Andrade (2014 e 2015) possibilitou que as crianças não apenas identificassem os problemas do bairro, mas também se apropriassem do processo de transformação de seu território.

O “jornal do afeto”, cumpriu concomitantemente, o papel de ferramenta de investigação e objetivo coletivo, e permitiu que as crianças abstraíssem e decodificassem as complexidades do mundo ao seu redor, valendo-se das metodologias a elas apresentadas, e engajando-se em um movimento dialético entre o abstrato e o concreto, entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido, o processo de codificação e decodificação, como descrito por Freire (1987), realizado também pela “leitura” ampliada que vai além da palavra escrita, demonstrou a profundidade dessa abordagem pedagógica que não apenas promoveu a apreensão crítica das realidades vividas, mas também destacou o papel transformador da educação como um processo contínuo e colaborativo.

Além disso, a atenção à escala local revelou como ações e cuidados pontuais, exemplificados pelo cuidado com a pracinha, têm repercussões significativas na comunidade mais ampla. Ao focar em histórias locais e específicas, as crianças puderam compreender os princípios de sustentabilidade e responsabilidade comunitária em uma escala mais ampla, sublinhando a

importância de contribuições individuais para a saúde e a vida coletiva. A pesquisa conclui que a pedagogia urbana crítica pode desempenhar um papel central na construção de cidades mais justas e inclusivas.

Referências

- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. *Uma linguagem de padrões: A pattern language*. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ANDRADE, L. M. S. *Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem*. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544 p.
- ANDRADE, L. M. S. de; LEMOS, N. S. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. *Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística*. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.
- AZEVEDO, G. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; COSTA, R. N. Educação Integral e Território Educativo: Diálogos Possíveis em um Contexto Complexo. In: AZEVEDO, G. A. N.; TÂNGARI, V. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Orgs.). *Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2016, p. 31-44.
- FARIA, A. B. G. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. *Em Aberto*, Brasília, v. 5, n. 88, p. 99-111, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i88.2588>. Acesso em: 08 set. 2024.
- FARIA, A. B. G. Quando a escola salta os muros. In: AZEVEDO, G. A. N.; TÂNGARI, V. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Orgs.). *Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade*. Rio de Janeiro: FRJ/FAU/PROARQ, 2016, p. 31- 44.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 256 p.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989, 87 p.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 144 p.
- HARVEY, D. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2017, 238 p.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, 212 p.
- MARICATO, E. Erradicar o analfabetismo urbanístico. *Revista Fase*, 2002. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_analfabetismourbano.pdf Acesso em: 12 fev. 2022.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014

MORIN, E. *Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2015, 183 p.

PAGANELLI, T. I. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. In: *Geografia, Política e Cidadania* – Terra Livre – AGB, n. 11-12, 1996, p. 225-236

SILVA, Ana Luíza Aureliano. *Por uma pedagogia da cidade: potencializando territórios educadores com as crianças, construindo metodologias participativas*. 2024. 262 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

Corpos na cidade: arte e performatividade¹

Renata Braga Neves e Julieta Leite

NEVES, Renata B.; LEITE, Julieta. Corpos na cidade: arte e performatividade. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 524, dec. 2024

data de submissão: 26/09/2024

data de aceite: 05/12/2024

Renata B. NEVES é Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE; doutoranda no PROURB-FAU-UFRJ; bn.renata@gmail.com

Julieta LEITE é Doutora em Sociologia na Université René Descartes-Paris V-Sorbonne; docente na UFPE; julieta.leite@ufpe.br

Resumo

Este ensaio põe em diálogo os campos do espaço urbano e da arte, apoiando-se nas noções de performatividade e aparecimento discutidas pela filósofa Judith Butler ligadas à ideia de corpo defendida por Christine Greiner. Busca-se compreender modos possíveis de conexão entre os diferentes corpos sociais existentes na cidade mesmo sob um contexto de precariedade. O estudo baseia-se na interpretação das obras realizadas por Jonathas de Andrade em 2012 e 2014, *O Levante* e *O que Sobrou da 1ª Corrida de Carroças no Recife*, respectivamente, diante o caráter artístico e coletivo de tais obras e seus desdobramentos reivindicatórios no cotidiano da cidade pernambucana. Para tanto, identificam-se os corpos participantes nas práticas artísticas, reconhecendo os espaços de aparecimento e os dispositivos normatizadores evidenciados pelas duas práticas.

Palavras-chave: prática artística, espaço urbano, Jonathas de Andrade, carroceiros, Recife.

Abstract

This paper puts the fields of urban space and art into dialog, supported by the notions of performativity and appearance discussed by philosopher Judith Butler, in connection with the idea of the body defended by Christine Greiner. The aim is to understand possible ways of connecting the different social bodies that exist in the city, even in a context of precariousness. The study is based on the analysis of the works made by Jonathas de Andrade, "O Levante" and "O que Sobrou da 1ª Corrida de Carroças no Recife", in view of the artistic and collective nature of these works, and their claim for the daily life of the capital city of Pernambuco. For this purpose, the bodies participating in the artistic practices are identified, acknowledging the spaces in which they appear and the normative structures revealed by the two practices.

Keywords: artistic practice, urban space, Jonathas de Andrade, cart drivers, Recife.

Resumen

Este artículo pone en diálogo los campos del espacio urbano y del arte, a partir de las nociones de performatividad y apariencia discutidas por la filósofa Judith Butler, asociadas a la idea de cuerpo defendida por Christine Greiner. El objetivo es comprender las posibles formas de conectar los diferentes cuerpos sociales que existen en la ciudad, incluso en un contexto de precariedad. El estudio se basa en la interpretación de las obras realizadas por Jonathas de Andrade, «O Levante» y «O que Sobrou da 1ª Corrida de Carroças no Recife», dado el carácter artístico y colectivo de las mismas y sus desarrollos reivindicativos en la vida cotidiana de la ciudad de Pernambuco. Para ello, se identifican los cuerpos participantes en las prácticas artísticas, reconociendo los espacios

¹ Este ensaio é resultado da pesquisa de dissertação da Renata Neves sob orientação de Julieta Leite, e na qual a argumentação em torno das categorias de análise é propriamente desenvolvida e sua base teórica, aprofundada.

en los que aparecen y los dispositivos normativos evidenciados por las dos prácticas.

Palabras-clave: *práctica artística, espacio urbano, Jonathas de Andrade, carreteros, Recife.*

Corpo artista: práticas e desdobramentos

Partimos do pressuposto de que, o artista, como quem articula o fazer poético e como um corpo sensível, abre frestas para uma nova forma de estar no mundo. Tal ideia é defendida por Christine Greiner (2005), pesquisadora em Comunicação das Artes do Corpo, que vê no artista uma capacidade de organizar acontecimentos e discursos a partir das próprias percepções. Segundo Greiner (2005, p. 123), o corpo artista é “desestabilizador de todos os outros corpos [...] (corpos e ambientes)”. A fim de adentrar nesse fazer poético, introduzimos a prática do artista Jonathas de Andrade, a partir das obras *O Levante*, de 2012 e *O que Sobrou da 1ª Corrida de Carroças no Recife*, de 2014², ocorrida no centro da cidade do Recife.

² *O Levante* é originalmente uma obra iniciada em 2012 e concluída em 2014, pois é dividida em três partes: primeira, a ação da corrida de carroças (2012); segunda, o vídeo homônimo editado com imagens filmadas da corrida e a cantoria do aboiador João Aboiador (2013); e a terceira, *O que Sobrou da Primeira Corrida de Carroças no Centro do Recife* (2014) com documentação fotográfica e textual da 1ª corrida de carroças e de fontes retiradas de jornais (ANDRADE, 2014).

³ Conversa informal, feita por áudio entre o artista e a pesquisadora Renata Neves, e cedida em 20/04/2020.

Jonathas de Andrade é brasileiro, nascido em Alagoas em 1982 e vive no Recife. O próprio artista afirma³ que utiliza com frequência registros com câmera fotográfica ou vídeo para ampliar o seu olhar sobre a sociedade na tentativa de questionar estereótipos e preconceitos, estremecendo posições de poder e reforçando a necessidade de discussões sobre democracia e inclusão.

No estudo das obras em questão, compartilhamos a visão de Greiner (2005) ao abordar a prática da arte como experiência estética capaz de desestabilizar e representar um “estado corporal sempre latente e fundamentalmente necessário para a nossa sobrevivência” (GREINER, 2005, p. 113). Suas reflexões auxiliam no entendimento do corpo artista como quem articula a criação e a comunicação de uma ação. Na análise aqui desenvolvida, Jonathas é um artista que age em aliança com outros corpos, próximos ou distantes de seu contexto, ao criar ações abertas ao inesperado e ao conceber imagens em torno de pautas sociais. Por meio de registros fotográficos e de vídeos, esse corpo artista opta por organizá-los para estremecer determinada situação padrão e “promover aparecimento de novas metáforas complexas no trânsito entre corpo e ambiente” (GREINER, 2005, n.p).

A ação artística de Jonathas de Andrade estabelece relações entre espaço urbano, território e condições

de opressão, operando com uma abordagem poética que provoca uma experiência estética, dada a sua construção política. As práticas artísticas apresentadas tornam-se dispositivos para ele se aproximar de grupos sociais de contextos diferentes ao seu, de modo a ouvi-los e a compreender como eles lidam com restrições de ordem social, econômica e urbana específicas. Nas obras aqui escolhidas, o artista tenta tornar visíveis corpos e questões invisibilizadas por ordens excludentes e normativas. Dessa forma, suas práticas nos permitem abordar uma dimensão social do espaço público, da cidadania e das possíveis condutas normatizadoras do cotidiano.

Prática artística e representação dos corpos na cidade

De acordo com Jonathas de Andrade⁴, é fascinante observar a presença dos cavalos no Recife e a relação de amizade e admiração entre os humanos e não humanos. Para o artista, ao aproximar-se dos cavaleiros e seus cavalos, fica evidente que existe uma relação afetiva entre eles e que esta é passada a cada geração como tradição de família. A percepção dessa afetividade contrapõe o olhar estigmatizado que os carroceiros sofrem diante das precariedades e invisibilidades que lhes são impostas, sobretudo quando ocupam a cidade utilizando o cavalo como meio de transporte. Na concepção da prática artística de Jonathas, é fundamental imaginar uma cidade que reconheça a força subjetiva dos cavaleiros, dos cavalos e das carroças, uma cidade que concilie os espaços urbanos e rurais. Ele considera a lei cínica, pois ela é justificada como proteção aos cavalos, mas deixa os cavaleiros sem apoio e sem direitos a uma vida digna e segura. Assim, a legislação é excludente e não reconhece os carroceiros como sujeitos de direito.

As práticas artísticas *O Levante* e *O que sobrou da 1ª Corrida de Carroças do Centro do Recife* compõem um conjunto de imagens, cujos conteúdos e formas contribuem na construção de um discurso e representação articulados em fotos, vídeos e textos que unem quem conduz a câmera e quem é registrado através dela. Segundo Andrade⁵, a corrida é uma ação inusitada e surpreendente, característica que impede o controle narrativo por parte do artista e de quem a fotografa ou filma. A união produzida inclui os corpos-espectadores que assistem à performance e aqueles que, posteriormente, contemplam a obra por fotos, vídeos e textos, diante da potencialidade da prática em expressar força e liberdade.

⁴ Conversa informal, feita por áudio entre o artista e a pesquisadora Renata Neves, e cedida em 20/04/2020.

⁵ Conversa informal, feita por áudio entre o artista e a pesquisadora Renata Neves, e cedida em 20/04/2020.

A filósofa estadunidense Judith Butler (2018) aponta para a noção de performatividade ligada à representação que, segundo ela, é parte da construção do corpo em ação. A representação significa compreender como um corpo pode ser visto e interpretado por um ou mais indivíduos diferentes dele. Para notar isso é importante considerar qual fator leva os corpos a serem representados de determinada maneira e como eles são denominados. Construções estruturais da nossa sociedade podem indicar que alguém se sente superior e livre para atribuir a um outro corpo distinto do dele o nome de algo. Por exemplo, nomear uma situação ou alguém por meio do gênero, da cor, da raça, de uma deficiência ou da classe social etc., corresponde a uma leitura social e faz parte do efeito performativo da ação em que interpretamos circunstâncias a respeito do outro (BUTLER, 2018).

Segundo Greiner (2005), a nomeação do corpo vem se reformulando, visto que atualmente não somente consideramos de modo singular a compreensão do corpo, sua subjetividade e a relação com o espaço, mas também discutimos esses aspectos interligados à dimensão de "estar no mundo", ou seja, da experiência. O efeito performativo age fora e dentro do cotidiano, como uma força sobre os corpos em ação que reivindicam os espaços da cidade e são regidos por usos ou contra-usos urbanos (LEITE, 2001)⁶. Quando afetados, devido à prática artística, os corpos dos carroceiros podem se fortalecer enquanto categoria social e serem vistos sem o olhar estigmatizado do outro.

Considerando o aparecimento do corpo social marginalizado no espaço público, sua representação pôde ser deslocada para além desse espaço, mas também com o seu aparecimento em contexto urbano nas mídias. Jonathas concretiza essa representação ao documentar com vídeo e fotografias da corrida de carroças e reordenar depoimentos e notícias retirados de jornais sobre os contextos sociais em que estão inseridos os condutores de carroças na cidade. O resultado é a divulgação das obras em seu conteúdo crítico e visual, com o corpo social dos carroceiros circulando e ocupando, centros educativos, galerias de arte e museus nacionais e internacionais.

As imagens são articuladas pelo artista (Figura 01) sob a intenção de serem vistas pelo público implicado numa relação de mais proximidade ou distanciamento com o contexto urbano apresentado. A mídia e suas

⁶ Diante da complexidade do espaço público, este artigo designa o termo "contra-usos urbanos" para se referir a ações que acontecem no espaço urbano, dando a ele significados diferentes de sua função formal em si. O sociólogo Rogério Proença Leite, autor desse conceito, nos ajuda a compreendê-lo. Sinônimo de dar significados incomuns (subjetivos) no contexto de contra-usos urbanos é dar contrasentidos a espaços da cidade, e isso só é possível devido às ações corporificadas capazes de conceber os espaços de aparecimento: "onde quer que ocorram as interações mediadas pelas relações de poder, que possibilitem a expressão da fala e do agir, existirá um espaço onde se materializaria a esfera pública" (LEITE, 2001, p. 219).



Figura 1
Fotos da corrida e notícias de jornais, *O que sobrou da 1a corrida de carroças do centro do Recife*.
Fonte:Jonathas de Andrade, 2014 (publicação autorizada pelo autor).

implicações de circulação das imagens atravessam Jonathas de Andrade como um corpo artista que não somente cria novas imagens, mas também acessa imagens já existentes em jornais, para reorganizar respostas às questões do cotidiano urbano, como é a Lei Municipal n. 17.918/2013⁷.

Corpo carroceiros: levante, espaço urbano e arte

Apropriando-nos da noção de performatividade desenvolvida pela filósofa Judith Butler (2018), identificamos nesses estudos de casos parte do que significa o corpo social e como ele é representado na ação artística em foco. Sendo fundamental a associação dessa performatividade com o espaço urbano, Judith Butler (2018) estrutura perguntas das quais tentamos responder e que são pertinentes sobre a ação: como ela se origina, quais são os suportes materiais para acontecer, quais corpos participam, como a condição de exclusão é criticada e quais são os meios de representação do corpo social evidenciado – no caso, *na ação da prática artística*.

⁷ Lei regulamentada pelo Decreto Municipal n. 32.121/2019: “Fica proibida a circulação de veículos de tração animal, a condução de animais com cargas e o trânsito montado em todo o Município do Recife. § 2º Exceção de animais, com prévia autorização do Executivo, em eventos expositivos, cívicos e outras atividades as quais não ofereçam risco de maus tratos aos animais”. (RECIFE, 2013).

O Levante propõe-se a ser uma ação contra a precariedade e invisibilidade dos condutores de carroça, que enfrentam restrições de circulação devido à Lei Municipal n. 17.918/2013 – que veta os veículos de tração animal na cidade. Para o artista executar a prática artística nas ruas foi necessário obter suporte formal da prefeitura autorizando o evento. Jonathas de Andrade apresentou um pedido de autorização à Prefeitura para realizar uma corrida de carroças na cidade, justificando que realizaria um filme. A primeira etapa foi conquistada: a autorização da ação com as carroças e seus condutores foi concedida, sendo o evento aprovado para ser realizado na avenida Guararapes, de traços modernos, localizada no centro histórico do Recife.

Definida a ação e o percurso da corrida, era necessário incentivar a presença dos carroceiros. Para isso, os participantes seriam premiados com bode, porco, ração e acessórios de montaria. A divulgação foi feita por panfletos distribuídos em lojas e feiras de trocas de cavalos e acessórios. No dia da ação, os suportes utilizados para realizar a performance na cidade eram as próprias carroças usadas como veículos. Determinadas ruas foram liberadas exclusivamente para os carroceiros e as calçadas, livres para os pedestres. A equipe de acompanhamento da ação do artista (formada por amigos e profissionais do audiovisual e urbanismo) foi posicionada em diferentes pontos do percurso, como em prédios, ruas e pontes, para registrar em vídeo e fotografia os carroceiros em movimento durante a corrida.

Com essa prática, Jonathas de Andrade buscou abrir frestas para discutir a invisibilidade social dos carroceiros, contestando a lei. A visibilização dos carroceiros, suas carroças e seus cavalos, foi fortalecida pela reunião desses corpos que, vindos de diferentes bairros da região da metrópole do Recife, tomam as ruas da cidade em gestos celebrativos. Em *O Levante*, a reunião dos carroceiros é destacada como uma categoria social que ocupa o espaço público de maneira inusitada, enfatizando sua existência e evocando o espaço de aparecimento. A rua, suporte físico essencial da ação, sustenta o movimento veloz dos carroceiros. Incluir esses sujeitos como livres para existir e percorrer a cidade significa reconhecê-los como um corpo social, autorizado a pertencer à cidade e a experienciá-la de forma singular. A ação artística possibilitou, assim, a efetivação do espaço urbano enquanto público e de aparecimento.

A performance foi a linguagem adotada para tornar possível o deslocamento dos carroceiros nos espaços

urbanos do centro da cidade. A representação do corpo central na prática artística se revela na videoinstalação e foto-documentação da corrida de carroças e das notícias de jornais reunidas na obra *O que sobrou da 1ª corrida de carroças do centro do Recife*. O corpo em questão age em reivindicação pelo direito de aparecer no espaço urbano e a corrida, planejada e coletiva, caracteriza o espaço urbano como público. Nesse contexto, somam-se protestos⁸ dos carroceiros nas ruas da cidade nos anos de 2014, 2018 e 2019, também contra a Lei Municipal n. 17.918/2013.

Vê-se, assim, que a própria presença do grupo de carroceiros, persistindo em circular com as carroças no espaço urbano é um exemplo de formas de ação reivindicatória e representação do que Butler (2018) chama de exercício performativo. Como representação de um grupo social, os carroceiros, no contexto da arte ou dos protestos, são vistos em exercícios de performatividade que remetem à ideia de cidadania, ao sujeito implicado, com direito a agir e participar dos planos públicos. Ambas as ações têm a rua como símbolo de igualdade. Ela é o suporte disponível para que os corpos, considerados desimportantes sob o viés público dominante ou normativo, possam existir de forma surpreendente e reivindicar contra a lógica normatizadora prevista pelo plano urbano. "Neste debate, a rua era geralmente vista como um espaço no qual os direitos são afirmados, deslocando a clássica concepção do pensamento social brasileiro que a via como um local típico de insegurança e do risco" (LEITE, 2001, p. 214).

A construção das leis sustentadas por lógicas de restrição anuncia qual grupo será excluído e a condição de reconhecimento sobre esse grupo de acordo com o dizer da norma. Segundo Butler (2018, p. 38), as normas são uma construção estrutural, ou seja: elas estão conosco em período integral, precedem a nossa existência, agem sobre nós e, por isso, as reproduzimos automaticamente. Mesmo assim, a norma pode falhar em determinado âmbito. A filósofa acredita que a origem da normatividade pode ser rompida e resignificada. Ela contextualiza essa afirmação baseada nas normas de gênero. Contudo, procuramos propor uma extensão de tal argumentação ao contexto dos corpos na cidade, para compreender como as normas urbanas afetam determinados grupos sociais devido à lógica classicista e racial.

A prática artística de Jonathas de Andrade, *O Levante*, rompe com uma construção normativa, já que a lei municipal tenta excluir os carroceiros do ambiente ur-

⁸ Ver: Carroceiros... (2018). Protestos de carroças (2018). Ver imagem em: <https://www.diario-depernambuco.com.br/noticia/vi-daurbana/2018/12/carroceiros-fazem-protesto-no-centro.html>

banos, usando os maus-tratos aos animais como pretexto. Essa justificativa revela um desejo por espaços homogêneos regidos pela ideia de cidade separada da cultura e da natureza, promovendo o automóvel como meio de transporte predominante, símbolo de progresso, considerando o animal um retrocesso. Ao pensar nessas características na avenida Guararapes, projetada em 1920 e inaugurada em 1950, sob a perspectiva da modernização da cidade, como espaço símbolo do progresso e dos desenvolvimentos, a presença dos carroceiros, dentro e fora da ação artística em *O Levante*, torna-se simbólica e potente na conformação do espaço de aparecimento diante da presença de seus corpos nesse trecho do percurso.

Ao criticar a Lei Municipal n. 17.918/2013, exaltando a presença dos carroceiros nas ruas, a ação artística rompe com a condição de não reconhecimento desses outros corpos urbanos e inverte a lógica de restrição ao possibilitar que o corpo social excluído pudesse aparecer de forma celebratória no espaço público. Divagando sobre modos de romper com a condição de exclusão e vulnerabilidade, Butler (2018) recomenda desconstruir a lógica de restrição e aparecer quando e onde somos apagados. A ação implicada em *O Levante* contribui para o rompimento dessas condições, uma vez que ela desconstrói a lógica de exclusão estipulada na lei e permite que o corpo dos carroceiros apareça nas ruas da cidade, reconfigurando o espaço público em espaços de aparecimento.

Carroceiros: relações com a cidade

A compreensão um pouco mais ampla a respeito da performatividade do grupo de carroceiros no seu cotidiano urbano se faz possível ao acessar registros documentais (fílmicos, fotográficos e escritos) de *O que sobrou da primeira corrida de carroças do centro do Recife* e de matérias jornalísticas sobre os carroceiros, além de depoimentos do artista Jonathas de Andrade.

Sabemos que a performatividade, exercida pelo corpo em ação artística ou cotidiana no espaço urbano, está associada a estruturas (físicas ou imateriais) que suportam o corpo social durante sua ação. Quando identificamos quais são os apoios presentes ou ausentes na ação e como eles se relacionam com o corpo, consideramos as condições que permeiam a vida cotidiana e os modos de reivindicações contra as normas de exclusão. Segundo Leão (2012)⁹, a Lei Municipal n. 17.918/2013 reflete os impactos diretos da lógica excludente da esfera pública, como analfabetismo, falta de moradia e invisibilidade social.

⁹ Carolina Leão é jornalista e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ver: Leão (2012).

O grupo de carroceiros é representado majoritariamente por homens, mas também conta com a presença feminina. Sua existência é marcada pela tradição do trabalho, lazer e fé da cultura rural. No cotidiano urbano, eles se deslocam ao centro da cidade para coletar materiais de construção e alimentos para os animais que eles criam, além dos cavalos. Muitos trabalham com carga para armazéns, coletando recicláveis e madeira, razão pela qual atravessam diversos bairros da cidade, partindo de onde vivem – como Beberibe e Água Fria – até áreas centrais de Recife, por exemplo, a Avenida Norte e a Avenida Conde da Boa Vista.

As atividades desenvolvidas pelos carroceiros para subsistência são variadas, incluindo ferradores, fabricantes de carroças, os comerciantes de ração e acessórios para os cavalos, cavaleiros e os criadores de animais. O porte dos cavalos e o tamanho das carroças variam conforme o uso e a distância percorrida por cada carroceiro. Alguns carroceiros utilizam o transporte para lazer e trabalho, enquanto outros usam somente para o lazer. Devotos de São Severino dos Ramos, eles se reúnem anualmente para a procissão com percurso de Recife a Paudalho, reforçando a importância da fé e do sentido de grupo ou da comunidade. Seus contextos sociais reforçam a necessidade de terem direito a uma vida de trabalho, moradia e lazer.

Considerações finais

Os corpos em ações artísticas nos espaços urbanos podem ser vistos como resposta às políticas públicas que restringem a visibilidade de certos indivíduos na cidade. Essas ações ganham relevância ao ampliar a compreensão do caráter político da performatividade no espaço urbano, por meio de práticas diversas, artísticas ou não.

Quando os carroceiros e artistas se lançam a novas experiências, propõem contra-usos, ou modos inusitados de usar e pensar a cidade. Essas vivências expressam liberdade e potência, desafiando usos e normas originalmente preestabelecidos e, ainda que certas estruturas de poder ocultem a invisibilidade e precariedade que afetam determinados corpos, a arte pode ser um meio possível para apontar os efeitos excludentes das normas e suspender a invisibilidade de corpos sociais, frequentemente desconsiderados do espaço urbano e direito à cidade.

Referências

- ANDRADE, J. de. O Levante, 2012-2014. *Cargo Collective*, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://cargocollective.com/jonathasdeandrade/o-levante>. Acesso em: 26 out. 2020.
- ANDRADE, J. de. O que sobrou da primeira corrida de carroças do centro do Recife, 2012-2014. *Cargo Collective*, 27 fev. 2014. Disponível em: <https://cargocollective.com/jonathasdeandrade/o-que-sobrou-da-corrída>. Acesso em: 30 out. 2020.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.
- CARROCEIROS fazem protesto no centro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/12/carroceiros-fazem-protesto-no-centro.html>. Acesso em: 3 dez. 2024.
- GREINER, C. *O corpo: pistas para estudos indisciplinados*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEÃO, C. Cidade: fronteiras urbanas. *Revista Continente*, Recife, 1 abr. 2012. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/136/cidade--fronteiras-urbanas>. Acesso em: 1 out. 2020.
- LEITE, R. P. *Espaço público e política dos lugares: usos do Patrimônio Cultural na Reinvenção Contemporânea do Recife Antigo*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- NEVES, R. B. *Corpo na prática artística: espaço urbano e aparecimento*. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.
- RECIFE (Município). Lei n. 17.918, 25 de outubro de 2013. Proíbe a circulação de veículos de tração animal, a condução de animais com cargas e o trânsito montado no município do Recife e dá outras providências. *Diário Oficial*, Recife, 25 out. 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pdrlt>. Acesso em: 30 ago. 2020.

THESIS

Arquivo

Autenticidade, uma palavra de Françoise Choay

Elaine Peixoto

Françoise Choay (1925) é filósofa de formação e historiadora das ideias. Autora de uma surpreendente lista de publicações que abrange livros, artigos e traduções é uma referência incontornável para os estudos urbanos. A tradução dos 43 verbetes de sua autoria publicados no *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement* [Dicionário de urbanismo e planejamento], obra que dirige em parceria com Pierre Merlin, publicada pela *Presses Universitaires de France* (PUF, 1988; 2005; 2015), resulta de nosso interesse pelo pensamento dessa autora, cujos títulos traduzidos para o português são frequentes nas listas de bibliografia dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A tradução foi realizada durante estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a supervisão de Margareth da Silva Pereira e como apoio do CNPq.

Para exemplificar as implicações do trabalho do tradutor, elegemos para este número da Revista *Thésis* o verbete *Authenticité*, publicado na 4ª edição do *Dictionnaire*. E creio necessário alguma ponderação sobre o esforço de traduzir. O tradutor é uma figura, em geral, invisível. Agora mais do que nunca, seu trabalho parece destinado à extinção mediante a presença das máquinas de tradução cada vez mais eficientes.

As reflexões teóricas sobre as traduções tratam, em sua grande maioria, de textos literários. Nelas, estão em pauta temas como a possibilidade/impossibilidade da tradução; a fidelidade/infidelidade ao texto original; as relações de poder entre as línguas em jogo (domínio e submissão); o etnocentrismo das traduções e o respeito à alteridade do texto traduzido; e a posição social e os preconceitos do tradutor, que encarna valores de sua própria cultura.



O enfrentamento dessas oposições binárias suscitou desafios que levaram à melhor compreensão do trabalho do tradutor como uma prática indissociável da reflexão teórica. Sobre algumas delas há consenso. Toda tradução encerra um *quantum* de criação. Quando o texto é literário, essa afirmação é mais claramente compreendida, e o par fidelidade/infidelidade ganha contornos mais fluidos. Para Benjamin (2008), toda tradução é uma forma — palavra, som e imagem tornam-se um só. Não é a comunicação e o significado que interessam ao bom tradutor, sua busca é a de encontrar, na própria língua, a forma equivalente à do original. Também para Haroldo de Campos (2019), as traduções são recriações, e por isso mesmo ele inclui a tradução na esfera da poética. Entretanto, essa recriação é de natureza particular, o que se pode entender com Berman (2002), para quem o tradutor escreve a partir de um Outro; ele é um escritor, mas não o Escritor, seu trabalho é uma obra, mas não a Obra.

Mas e quando o texto não é literário? A liberdade criativa do tradutor opera em um ângulo mais fechado, porque a forma se coloca em um plano equivalente ao da comunicação e do significado. O ritmo do texto original, sua sintaxe e as palavras que lhe oferecem o corpo são importantes, mas não mais do que aquilo que comunica. Mesmo sendo a fidelidade absoluta ao texto traduzido uma impossibilidade, o esforço do tradutor é aproximar-se do original ao máximo. O movimento de aproximação do texto traduzido requer atenção, porque sua produção se deu em circunstâncias precisas, às quais se conecta pelo viés da História em relação sincrônica (aos contemporâneos) e diacrônica (ao passado, presente e projeção para o futuro). As linhas que ancoram o texto nas suas temporalidades são referências importantes e colaboram para a formação de uma rede de referências para traduzi-lo (rede de conceitos, de termos técnicos etc.)

Há uma ética e política da tradução, não importando a natureza dos textos. O traduzir é um exercício frente à alteridade do autor do texto e de sua cultura. Berman (2002) diz que toda tradução colide com a estrutura etnocêntrica das culturas que aspiram ser narcisicamente puras. O tradutor deve estar em permanente autoavaliação. Seu ofício e sua arte colocam-no diante de ambivalências, e ele deve reconhecer os sistemas ideológicos, sua posição de classe e suas crenças, que podem inconscientemente afetar ou deformar sua visão do texto a ser traduzido.

Embora esta tradução seja a de um verbete de um dicionário, ela não está isenta das questões enunciadas.

A liberdade para traduzi-lo é, bem verdade, mais restrita, expressa-se na gama de escolhas possíveis para encontrar uma equivalência apropriada conjugando forma, comunicação e significado. A escrita de Françoise Choay tem peculiaridades que merecem destaque: os períodos são longos, e o sujeito e o predicado são intercalados por informações atinentes ao assunto desenvolvido. Essa construção textual requer do tradutor um labor extra, pois, amiúde, é necessário ler e reler o texto repetidas vezes. Além disso, o discurso de Choay assemelha-se a uma trama de múltiplos fios urdidos com as referências reunidas ao longo de sua vida, o que implica pesquisas derivadas para o objetivo de melhor aproximar-se dos temas tratados. Por isso, a familiaridade com a obra da autora e com a de seus estudiosos é relevante para a tradução. O *corpus* reunido de seus críticos ofereceu a rede de apoio necessária aos momentos de hesitação.

Isto posto, segue a pergunta: em que medida seria a máquina capaz de realizar a tarefa do tradutor?

Referências bibliográficas

Benjamin, W. *A tarefa do tradutor* de Walter Benjamin: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

Berman, A. *L'Épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin*. Paris: Gallimard, 1984.

Campos, H. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Choay, F, Merlin, P. (Org.) *Dictionnaire d'urbanisme et aménagement*. 4^a Ed. Quadrige. Paris: Puf, 2005.

Meschonic, H. *Poética do traduzir*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Ricoeur, P. *Sobre tradução*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Venuti, Lawrence. (2021). *A invisibilidade do tradutor: uma história da tradução*. São Paulo: Unes 2021.

CHOAY, F. Authenticité. In: CHOAY, F.; MERLIN, p. (org.) *Dictionnaire de l'urbanisme e de l'aménagement*. 4ª Ed. Paris Puf, 2005.

ORIGINAL FRANCÊS

TRADUÇÃO PORTUGUÊS

AUTHENTICITÉ A

AUTENTICIDADE A

L'Europe occidentale a reçu de la culture gréco-romaine la notion d'authentique pour désigner, dans le double champ du droit et de la religion, tout écrit (ou parole) émanant de qui fait autorité. Essentiellement référentielle, la notion d'authenticité concerne la lettre d'un écrit (ou les mots d'un énoncé), dont elle garantit la valeur normative. Elle ne s'applique ni à une signification, ni à un objet matériel, mais concerne une qualité intemporelle ayant pouvoir fondateur. Elle est ainsi attachée à l'institutionnalisation des sociétés humaines. Pour démasquer la falsification, dès le haut Moyen Age, des signes matériels d'authenticité ont été élaborés sous forme de signatures, sceaux et bulles apposés sur les documents concernés.

A Europa ocidental recebeu da cultura gréco-romana a noção de autêntico para designar, no duplo campo do direito e da religião, todo escrito (ou palavra) emitido por uma autoridade. Essencialmente referencial, a noção de autenticidade refere-se à caligrafia de um escrito (ou às palavras de um enunciado), à qual ela garante o valor normativo. Não se aplica nem a um significado, nem a um objeto material, mas se reporta a uma qualidade intemporal, tendo poder fundador. Ela é, assim, vinculada à institucionalização da sociedade humana. Para desmascarar a falsificação, desde a alta Idade Média, signos materiais de autenticidade foram elaborados sob a forma de assinaturas, selos e bulas postos sob os documentos.

A la Renaissance, un premier glissement de sens transfère une autorité référentielle à la raison critique. Les signes matériels convenus d'authenticité sont doublés par des critères rationnels, de nature grammaticale, syntaxique, lexicographique. Ceux-ci seront bientôt appliqués à des documents dont il s'agit seulement de certifier l'origine historique, et non plus de légitimer la valeur fondatrice par référence à une autorité transcendante. Philologie, diplomatique et historiographie annexent ainsi le concept d'authenticité qui continue de concerner la lettre d'objets textuels, mais perd son intemporalité et devient synonyme d'originel.

Na Renascença, um primeiro deslocamento de sentido transfere uma autoridade referencial para a razão crítica. Os sinais materiais de prova de autenticidade são acrescidos pelos critérios racionais, de natureza gramatical, sintática, lexicográfica. Esses serão logo aplicados a documentos, dos quais se trata somente de certificar a origem histórica, e não mais de legitimar o valor fundador por referência a uma autoridade transcendente. Filologia, diplomacia e historiografia se anexam, assim, ao conceito de autenticidade que continua a se referir à escrita dos objetos textuais, mas perde sua intemporalidade e se torna sinônimo de original.

Un deuxième glissement de sens est entraîné par l'application de la notion à des objets non textuels auxquels antiquaires, archéologues et historiens d'art confèrent le statut de documents historiques. L'autorité intangible de la lettre

Um segundo deslocamento de sentido foi provocado pela aplicação da noção a objetos não textuais aos quais antiquários, arqueólogos e historiadores da arte conferem o status de documentos históricos. A autoridade intangível da

est transférée à un artefact matériel, dont l'authentification confronte à un cercle logique : il faut avoir connu l'état originel pour le reconnaître. Le double progrès des méthodes physiques de datation et de l'analyse morphologique permet néanmoins une utilisation, essentiellement généalogique et discriminative, du concept d'authenticité dans ces disciplines.

A partir de la deuxième moitié du XIXe siècle, le concept d'authenticité a été progressivement, annexé par la pratique patrimoniale devenue discipline à part entière. Son importance a été consacrée en 1972 par la Convention du patrimoine mondial de l'Unesco, qui fait de l'authenticité des biens culturels et naturels la condition de validation des autres critères (valeurs historique, artistique, ethnographique, etc.) pour leur inscription sur la liste du patrimoine mondial.

L'authenticité ainsi entendue est devenue synonyme d'originel et de véridique. Sur cette base, l'Unesco distingue quatre modes d'authenticité concernant respectivement les matériaux, l'exécution, la conception et la situation des biens concernés. Mais ces critères ne résistent pas à l'analyse épistémologique. Ils reposent sur des postulats absurdes selon lesquels il serait possible, dans notre monde temporel, d'attribuer à des artefacts matériels une fixité de sens ou d'état physique ou encore une valeur de vérité propre aux seuls énoncés.

Ainsi, en ce qui concerne la conception d'une œuvre, les travaux de la linguistique et de l'historiographie contemporains ont assez montré qu'elle est impossible à saisir objectivement, que son sens est en permanent devenir, qu'on ne peut, contrairement à ce que pensait Vitet, « se dépouiller de toute idée actuelle et oublier le temps où l'on vit pour se faire contemporain du monument qu'on restaure ». Les trois autres critères supposent la permanence

escrita é transferida a um artefato material, cuja autenticação confronta um círculo lógico: é necessário ter conhecido o estado original para reconhecê-lo. O duplo progresso dos métodos físicos de datação e de análise morfológica permite, todavia, uma utilização essencialmente genealógica e discriminativa do conceito de autenticidade nessas disciplinas.

A partir da segunda metade do século XIX, o conceito de autenticidade foi progressivamente anexado pela prática patrimonial tornada disciplina autônoma. Sua importância foi consagrada em 1972 pela Convenção do patrimônio mundial da Unesco, que faz da autenticidade dos bens culturais e naturais a condição de validação de outros critérios (valores histórico, artístico, etnográfico, etc.) para sua inscrição na lista de patrimônio mundial.

A autenticidade, assim estendida, tornou-se sinônimo de original e de verdadeiro. Sobre esta base, a Unesco distingue quatro modos de autenticidade referentes respectivamente aos materiais, à execução, à concepção e à situação dos bens em questão. Porém, esses critérios não resistem à análise epistemológica. Eles repousam sobre postulados absurdos segundo os quais seria possível, em nosso mundo temporal, atribuir aos artefatos materiais uma fixidez de sentido ou de estado físico ou ainda um valor de verdade próprio somente aos enunciados.

Assim, no que diz respeito à concepção de uma obra, os trabalhos da linguística e da historiografia contemporâneas mostram suficientemente que ela é impossível de ser atingida objetivamente, que seu sentido é um permanente devir, que não se pode, contrariamente ao que pensava Vitet, "renunciar toda ideia atual e esquecer-se do tempo onde se vive para se tornar contemporâneo do monumento que se restaura". Os outros três critérios supõem a permanência de uma identidade material, morfológica e

d'une identité matérielle, morphologique et situationnelle. Mais comment fixer l'état d'un objet qui, à la différence du texte, et de par sa matérialité, ne cesse de changer à partir du moment où il vient d'être façonné dans le temps et devient autre dès l'instant, purement imaginaire, de son achèvement en un « état idéal » ? La difficulté (allant jusqu'à l'absurde) de l'entreprise varie selon la vulnérabilité des arts et des objets concernés. La sculpture, surtout lorsqu'elle est en pierre dure et soustraite aux intempéries, résiste mieux au temps que la peinture : le tombeau des Médicis à Florence ou les Esclaves de Michel-Ange au Louvre pourraient avoir conservé un état « originel » quasi immuable, à travers les siècles, mais les fresques du même artiste de la chapelle Sixtine ont été si maltraitées par les années et surtout par le rabetage subi lors de leur récente restauration, qu'elles ne sont sans doute plus qu'une manière de faux ou de memento.

Quant à l'architecture, destinée à l'usage, ses édifices sont voués, par essence, à l'impermanence. D'une part, leurs matériaux et leurs formes sont usés, ilésés par le temps, les intempéries, la pollution et l'usage. D'autre part, ils sont en permanence réparés, adaptés, transformés au gré des styles et des demandes. L'authenticité des matériaux ne se résume-t-elle pas alors le plus souvent dans la conformité abstraite à un genre originel ? Quant à l'authenticité des formes, sa définition a été débattue dès le XIXe siècle : consiste-t-elle dans un état originel, arbitrairement privilégié et éventuellement imaginaire, comme le soutinrent en Grande-Bretagne Gilbert Scott et en France Viollet-le-Duc, qui furent ainsi conduits à éliminer des édifices gothiques qu'ils restauraient des éléments architecturaux postérieurs et même antérieurs à leur date de référence ? Ou bien, au contraire, comme le suggérait à la fin du siècle Camillo Boito, l'authenticité d'un édifice consiste-t-elle dans la somme actuelle de toutes les transformations qu'il a subies ? Les

situacional. Mas, como fixar o estado de um objeto que, diferentemente de um texto, e a par sua materialidade, não para de se modificar no tempo a partir do momento em que foi criado e torna-se outro desde o instante, puramente imaginário de sua conclusão em um "estado ideal"? A dificuldade (atingindo as raias do absurdo) da tarefa varia segundo a vulnerabilidade das artes e dos objetos abrangidos. A escultura, sobretudo quando é em pedra dura subtraída das intempéries, resiste melhor ao tempo que a pintura: a tumba dos Médicis em Florença ou os Escravos de Michelangelo no Louvre poderiam ter conservado um estado "original" quase imutável, através dos séculos, mas os afrescos do mesmo artista da capela Sistina foram maltratados pelos anos e, sobretudo, pelo polimento sofrido quando de sua recente restauração, eles são, sem dúvida, nada mais que uma versão do falso ou de memento.

Quanto à arquitetura, destinada ao uso, seus edifícios são destinados, por essência, à impermanência. De um lado, seus materiais e suas formas são usados e lesados pelo tempo, as intempéries, a poluição e o uso. De outro lado, eles são permanentemente reparados, adaptados, transformados em função do estilo e das demandas. A autenticidade dos materiais não se resume, então, mais frequentemente na conformidade abstrata a um gênero original? Quanto à autenticidade das formas, sua definição foi debatida desde o século XIX: ela consiste em um estado original arbitrariamente privilegiado e eventualmente imaginado, como sustentaram na Grã-Bretanha Gilbert Scott e na França Viollet-le-Duc, que foram, assim, conduzidos a eliminar dos edifícios góticos por eles restaurados os elementos arquitetônicos posteriores e mesmo anteriores a suas datas de referência? Ou, ao contrário, como sugerido no final do século por Camillo Boito, a autenticidade de um edifício consiste na soma atual das transformações que

deux positions sont encore défendues aujourd'hui, malgré les avertissements de l'article 11 de la charte de Venise: on continue au nom de l'authenticité tout à la fois à réinventer édifices et tissus médiévaux et à conserver des restaurations périmées.

Les apories de l'authenticité se manifestent avec encore plus d'évidence dans des ensembles urbains qui (à l'exception des villes construites de toute pièce comme Richelieu) se constituent par stratification continue ainsi que dans le cas des jardins et des paysages dont les matériaux vivants ne cessent d'évoluer: leur authenticité ne peut être attestée que par des plans et des dessins nécessairement abstraits et localisés dans le temps.

Ces difficultés expliquent que la notion d'authenticité ne fasse l'objet d'aucun consensus scientifique et reçoive, selon les pays et les individus, une multiplicité d'acceptions floues et contradictoires, permettant toutes les manipulations et allant jusqu'à se confondre avec son contraire, l'inauthenticité, qui ne sert même plus à prévenir les faux avérés. C'est au nom de l'authenticité qu'en Italie on a blanchi les façades du Palazzo Te à Mantoue, tandis qu'à Milan une injection de produits chimiques adéquats permettait de fixer durablement la façade du Palazzo della Regione dans son état actuel de décrépitude. Le fait que l'architecte en chef de la petite ville médiévale de Provins en ait doté les remparts de mâchicoulis qu'ils ne possédèrent jamais et altéré le vénérable tympan de l'église Saint-Ayoul pour le rendre plus aimable n'a pas empêché ces ensembles d'être classés parmi le patrimoine historique français. Au Canada, la place Royale, emblème du vieux Québec, a été réalisée après la seconde guerre mondiale en détruisant tous les édifices construits depuis l'occupation anglaise et en recomposant un ensemble « à la française » qui ne se fonde sur aucun document d'époque, parcellaire ou architectural: la place

ele sofreu? As duas posições são ainda hoje defendidas, apesar das advertências do artigo 11 da Carta de Veneza: continua-se em nome da autenticidade ao mesmo tempo reinventar edifícios e tecidos medievais e a conservar restaurações perecidas.

As aporias da autenticidade manifestam-se com ainda mais evidência no caso dos conjuntos urbanos que (à exceção de cidades construídas a uma só vez como Richelieu) se constituem por estratificação contínua assim como no caso dos jardins e paisagens cujos materiais vivos não param de se alterarem: sua autenticidade só pode ser atestada por planos e desenhos necessariamente abstratos e localizados no tempo.

Essas dificuldades explicam que a noção de autenticidade não seja objeto de consenso científico e receba, segundo o país e os indivíduos, uma multiplicidade de acepções frouxas e contraditórias, permitindo todas as manipulações até se confundir com seu contrário, a inautenticidade, que não serve nem mesmo para prevenir contra as falsas verificações. Em nome da autenticidade, na Itália, clarearam-se as fachadas do Palazzo Te em Mântua, enquanto em Milão uma injeção de produtos químicos adequados permitia fixar duravelmente a fachada do Palazzo della Regione em seu estado atual de decrepitude. O fato de que o arquiteto chefe da pequena cidade medieval de Provins dotou as muralhas de balestreiro que elas não possuíam e alterou o venerável tímpano da igreja de Saint-Ayoul para torná-la mais amigável não impediu que esse conjunto fosse classificado como patrimônio histórico francês. No Canadá, a Praça Royale, emblema do antigo Québec, foi realizada depois da Segunda Guerra Mundial, destruindo todos os edifícios construídos depois da ocupação inglesa e recompondo um conjunto "à la française" que não está fundamentado em qualquer documento de época, arquitetônico ou fundiário: a praça, en-

est pourtant inscrite sur la liste du patrimoine mondial.

Il est donc souhaitable que les disciplines patrimoniales abandonnent la rhétorique de l'authenticité au profit d'un ensemble de concepts opératoires. Toutefois, maniée avec précaution, la notion d'authenticité pourrait, dans une acception proche de son sens originel, qui concerne l'institutionnalisation de la société, être appliquée aux usages des tissus et édifices patrimoniaux et permettre de dénoncer leur exploitation commerciale et médiatique.

F. C.

—> Conservation ; Monument historique ; Patrimoine ; Reconstitution ; Restauration.

tretanto, é tombada como patrimônio mundial.

É, portanto, desejável que as disciplinas patrimoniais abandonem a retórica da autenticidade a favor de um conjunto de conceitos operacionais. Todavia, manipulada com precaução, a noção de autenticidade poderia, numa acepção próxima de seu sentido original, que se relaciona à institucionalização da sociedade, ser aplicada aos usos dos tecidos e edifícios patrimoniais e permitir denunciar sua exploração comercial e midiática.

F.C

—> Conservação; Monumento histórico; Patrimônio; Reconstituição; Restauração.

THESIS

Recensão

Por um jardim revolucionário

Carolina Pescatori

Clément, Gilles. *Jardins, paisagem e gênio natural: Aulas inaugurais do Collège de France*. Trad. Ana Rosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Ana Rosa de Oliveira, 2023.

“Haverá criação mais impregnada de significações para o ser humano que o jardim?”

Hugo Segawa inicia sua canônica pesquisa sobre os jardins públicos no Brasil (1994) com essa poderosa pergunta, que se relaciona de muitas maneiras com o livro aqui apresentado. Em *Jardins, paisagem e gênio natural: Aulas inaugurais do Collège de France*, Gilles Clément apresenta uma leitura profundamente sensível da paisagem, enquanto convida-nos a jardinar o planeta como ação de resistência à destruição ambiental, à crise climática e à neurose coletiva da produtividade. A partir da ideia do jardim como “território mental de esperança” (Clément, 2023, p. 59), o autor constrói uma filosofia do jardim enquanto espaço e práxis de resistência aos descaminhos da hipermodernidade, oferecendo contribuições muito relevantes para o paisagismo, mas também para outros campos como o urbanismo, a geografia, a ecologia e a arquitetura.

O livro apresenta a transcrição da aula inaugural da cátedra de criação artística do College de France do ano letivo 2011/2012 ministrada em dezembro de 2011 por Gilles Clément. A tradução do texto é de Ana Rosa de Oliveira, professora no curso de Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística da FAU UFRJ.¹ Gilles Clément apresenta-se, antes de tudo, como jardineiro, papel que ele amplia e transborda de significados neste livro. É engenheiro agrícola (1965) e paisagista (1967), formado pelo Instituto Nacional de Horticultura e Paisagem de Angers, além de botânico e entomologista. É professor e presidente da Escola Nacional Superior de Paisagem de Versailles. Sua visão multidisciplinar e sistêmica atravessa todos os seus escritos, constituindo uma ecologia humanista, muito apropriada para nossos tempos de catástrofes climáticas e sociais.



¹ Os direitos para essa tradução foram cedidos sem exclusividade e existe outra versão publicada em 2024 pela EdUFBA, com tradução de Camila Gomes Sant’Anna, Lúcia Helena Ferreira Moura e Yara Regina Oliveira.

Esta breve interpretação em forma de resenha não pretende esgotar a riqueza das ideias e conceitos apresentados neste texto, mas sim destacar algumas questões relevantes e pertinentes. Organizei essas questões em três temas: o jardim como pedagogia; o jardim como prática e o jardim como sobrevivência. No entanto, antes de adentrar nestas questões, Clément aponta três definições fundamentais e que atravessam seu pensamento: paisagem, meio ambiente e jardim.

Primeiro, a paisagem, que designa tudo o que se vê ou se sente. Constitui a memória de cada pessoa; não tem escala - pode se relacionar a um espaço grande ou pequeno; agrega matéria inerte e seres vivos; representa todos os lugares, abertos, fechados, ilimitados ou delimitados. Este conceito abrangente de paisagem distancia-se dos conceitos mais definidos da geografia, apresentando uma perspectiva subjetiva, onde memória, experiência e cultura configuram paisagens diferentemente interpretadas.

O segundo conceito é meio ambiente (*environnement*), que é "justamente o oposto de paisagem, na medida em que busca oferecer uma leitura objetiva daquilo que nos circunda" (Clement, 2023, p. 23). A discussão desse conceito considera um contraponto entre 'environnement' e sua origem anglo-saxã em comparação com a palavra de origem latina "meio ambiente/ medio ambiente". Para Clement, 'environnement' "busca oferecer uma leitura objetiva da paisagem; uma leitura científica fornecida pelos instrumentos de análise que todos (...) podem entender e apreciar de maneira comparável" (Clement, 2023, p. 23). Essa objetividade e mensuração cientificista embutidas na palavra abrem espaço para uma apropriação capitalista da natureza, apresentando uma distância da natureza e uma possibilidade de se estar *fora* dela, desconectado dela. Em contrapartida, a ideia de meio ambiente, no espanhol e no português, pressupõe o pertencimento, a coparticipação e a integração.

O terceiro conceito é o próprio jardim, que é profundamente reinterpretado por Clément. Muito mais do que um espaço verde projetado, o jardim assume feições revolucionárias, com grande capacidade transformadora, tanto da paisagem, quanto do meio ambiente, mas também da própria experiência humana com a natureza. Destacando que o jardim significa "em todo o mundo", recinto e paraíso, o autor reconhece conexões subjetivas e históricas com a percepção de proteção e do sublime, organizando "a natureza segundo uma cenografia do apaziguamento" e sendo, simulta-

neamente, “o único território de encontro do homem com a natureza onde o sonho é autorizado” (Clément, 2023, p.26). Podemos então interpretar que o sonho, neste sentido, também perpassa o próprio projeto paisagístico, pois é por meio dele e da experiência do/ no jardim que a dimensão onírica da natureza pode se realizar.

O autor também traz uma discussão importante e paradoxal sobre o selvagem. Primeiro, argumenta que o ‘selvagem’ está fora do jardim (espaço protegido). Este selvagem abarca o desconhecido, as inquietudes, a cidade “simultaneamente opressiva e cômoda”, território do inesperado, dos deveres e obrigações, das relações triviais e do controle das práticas sociais (Clément, 2023, pp.26-27). Mais adiante, Clément argumenta que o selvagem também muda ao longo do tempo, e que pode ser, por exemplo, a erva daninha, antes apartada do jardim e que hoje está sendo incorporada a ele graças a visões mais ecossistêmicas do paisagismo. Reconhecemos aqui, ainda que de forma subliminar, uma referência aos jardins naturalistas.

O jardim como pedagogia

Clément começa a sua palestra explicando que ele não considera que o jardim e a paisagem sejam um conjunto passível de ser ensinado. Para Clément, “o jardim é o professor” (Clément, 2023, p. 19). Para ele as viagens e o trabalho de campo são fundamentais para o conhecimento sobre a jardinagem e o paisagismo e o saber é construído a partir da vivência do Jardim, observando-o e experimentando-o. Essa perspectiva pedagógica o leva a questionar o próprio ateliê como método-base da educação em projeto (e aqui acrescentamos - não apenas paisagístico, mas também na arquitetura e no urbanismo). Assim, uma aproximação entre prática e a teoria, entre experiência e projeto, é a base da sua proposta formativa. De fato, uma questão metodológica relevante e que problematiza as limitações das práticas mais arraigadas de ensino paisagístico, onde o projeto - em ateliê, orientado pelos professores - raramente se aproxima de uma experiência efetiva de jardinagem.

Essa questão ganha mais complexidade quando consideramos outro conceito apresentado por Clément: o ‘alfabeto do saber’, que, segundo Oliveira (2023, p.19) “refere-se àquele conhecimento básico que todos deveriam ter para entender o ambiente em que vivem. Todos deveriam conhecer “o nome das plantas, dos animais; soubesse identificar as melhores condições para o desenvolvimento destes seres; que, em

suma, tivesse acesso aos conhecimentos dos mecanismos básicos da vida". Esse conhecimento básico, que não é partilhado por não fazer parte dos conteúdos escolares, seria a base para a experiência do/no jardim. Clément questiona o ensino, que abandonou a relevância da botânica, da entomologia e da ornitologia, conhecimentos fundamentais para o projeto do jardim futuro, onde deve se fazer o mínimo, gastar o mínimo de energia e recursos e abrir espaço para as dinâmicas da natureza.

O jardim como prática ecológica e o papel do jardineiro

Clément constrói o conceito-metáfora do 'jardim planetário' no final dos anos 1990 e o explora em diferentes dimensões em vários textos. O 'jardim planetário' é um meio de viver em harmonia com a natureza, apreciando o ecossistema em toda a sua diversidade, atuando como jardineiro e guardião (Clément, 2021). Para Ana Rosa de Oliveira (2000), o jardim planetário implica na noção da Terra como um todo compartilhado e onde a humanidade precisa assumir seu papel de jardineiro enquanto uma prática ecológica e cidadã:

O jardim planetário de Clément não tem cercas ou limites, mas afinidades ecológicas. Ele propõe um continente único, associado à idéia de uma Terra onde as regiões não mais seriam separadas pela geografia e sim pelos biomas que se sucederiam. Os residentes deste continente único seriam cidadãos-jardineiros, agindo com as melhores intenções em relação ao planeta. O cidadão-jardineiro planetário atuaria localmente e teria consciência do planeta; pensaria globalmente. Ou seja, participaria dos paradigmas do ecologismo (Oliveira, 2000).

Efetivamente, o 'jardim planetário' é um chamado para a consciência ecológica urgente, a consciência plena da finitude ecológica da natureza. É essa consciência que move todo o pensamento do autor sobre paisagem e é da crise ambiental que partem suas críticas mais fortes ao sistema econômico vigente.

Ao mapear o cenário de desastre ambiental, Clément prossegue perguntando "O que faz o jardineiro?" - ou seja, como realizar a utopia do 'jardim planetário'? Da mesma forma que o autor reformulou a ideia de jardim, também o fez com o papel do jardineiro, que ganha contornos de grande potência transformadora da paisagem e, por fim, da própria sociedade do século XXI. Antes, o jardineiro "era o arquiteto do jardim" (Clément, 2023, p. 34). Hoje, ele "é o responsável pelo que é vivo, guardião de uma diversidade da qual a humanidade inteira depende" (p.34). Dentro desta

visão, o jardineiro é uma figura muito importante e diferenciada do paisagista. Para Clément, “o paisagista ajusta a estética mutável do jardim (ou da paisagem); o jardineiro traduz para o dia a dia as invenções da vida, ele é um mágico” (Clément, 2023, p. 21).

Apresenta-se, então, uma subversão entre jardinagem e paisagismo. Para Clément, o jardim de Clément é o todo; é uma forma equilibrada e poética de experimentar a natureza e de se relacionar com a paisagem. Toda essa importância contrasta com a visão que parte da arquitetura da paisagem brasileira tem do jardim como uma ideia ‘menor’, procurando desconectar-se dela e atrelar-se à ideia de paisagem/paisagismo como estratégia de valorização e ampliação do próprio campo. Os textos de Clément são uma oportunidade de problematizar o campo do paisagismo e nossa postura como paisagistas, inclusive em termos conceituais e teóricos, com profundas implicações na prática e no projeto.

O jardim, o projeto e o futuro

A potência do ‘jardim planetário’ transborda em várias questões relevantes sobre o projeto paisagístico. Primeiro, implica no reconhecimento e na valorização incontornável das dinâmicas naturais sempre mutáveis, onde o planeta, “entendido como jardim constituído pela soma de todos (...) os biótopos, se veja submetido a um perpétuo reajuste” (Clément, 2023, p. 40). Essa condição mutante do jardim é uma premissa de projeto paisagístico que deve transformar a sede por controle do arquiteto, que é ilusória e absurda, pois na entrega da obra, “o jardim está apenas começando” e “é uma obra que não acaba” (Clément, 2023, p. 41).

Para compreender esta dimensão de infinita transformação e incorporá-la ao paisagismo visando construir o jardim planetário, o projeto, entendido como arte e como forma, deve ser precedido em relevância pela “informação biológica”, ou seja, pelas dinâmicas ecossistêmicas. O projeto deve emergir da natureza e “renunciar à violência da formatação arquitetônica” (Clément, 2023, p. 45). O jardineiro do futuro precisa aceitar a colaboração da natureza como coautora da obra e submeter os desígnios da linguagem do projeto a ela.

O artista da paisagem bem-sucedido, capaz de manter a vida e fazê-la desenvolver-se em seu jardim, não se interpõe às trocas naturais, mas as valoriza mediante uma cenografia apropriada. Um sulco no terreno, uma demarcação, um desnível, um limite - tão espesso

quanto a borda de uma floresta - cuja forma se ajuste tanto ao sentido do projeto proposto quanto ao respeito à vida (Clément, 2023, p. 48).

Como já comentamos, essa resenha não pretende esgotar as possibilidades interpretativas do texto e dos conceitos de Clément. No entanto, ele finaliza seu livro instigando os leitores a repensar seus papéis no mundo e na sociedade capitalista. Para ele, o jardim do futuro não é um justiceiro, mas terá a responsabilidade de restabelecer as regras da equidade, dispondo das leis do gênio natural. O jardim é, ainda, uma forma de resistência a todas as violências impostas pela sociedade da alta performance, da competitividade e da desigualdade. O autor lembra que, no jardim, a pressa, a velocidade e a eficiência não têm sentido. O jardim coloca o tempo em suspensão. Nele, o passado se apaga e não há espaço para nostalgia. O jardim é um devir; é um espaço não só físico, mas também mental, de absoluta esperança. Assim, o jardim se coloca como um espaço político de resistência — uma prática que deve ser permeada por outros saberes, inclusive outros pensamentos, imaginários, criações e cosmologias. No jardim, não há urgência nem competição, mas sim criação, subversão e arte articulada com os saberes da natureza.

Aqui Clément estabelece um belíssimo e contemporâneo diálogo com as discussões sobre a sociedade produtivista e o adoecimento coletivo. Lembramos das questões sobre a *vita contemplativa* e a *inatividade* levantadas pelo filósofo Byung-Chul Han. Afinal, o chamado de Clément é também um convite à inatividade, à contemplação e à experiência profunda no jardim. Para Han, a inatividade “não é uma incapacidade, uma recusa, uma simples ausência de atividade, mas uma capacidade em seu próprio direito (Han, 2023, p.9), uma essência do humano, “uma forma reluzente de existência humana (Han, 2023, p.10).

De uma forma bastante política e poética, Clément finaliza o livro convidando todos aqueles que estão à margem da sociedade produtivista a serem lentos e inativos no jardim, porém, plenos de resistência, de sensibilidade e de uma verdadeira consciência ecológica.

Juntos podemos nos demorar diante da simplicidade de uma flor, sua vivacidade e frescor sobre a luz, esse anúncio de um fruto, uma aventura prometida, uma semente, uma invenção, forçosamente. Poderemos desenhá-la e talvez dotá-la de uma paisagem. Poderemos, inclusive, dar-lhe um nome. Então ela existirá (Clément, 2023, p.61).

Referências

Clément, Gilles. *Jardins, paisagem e gênio natural: Aulas inaugurais do Collège de France*. Trad. Ana Rosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Ana Rosa de Oliveira, 2023.

Clément, Gilles. In practice: Gilles Clément on the planetary garden. *Architectural Review*, 16 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/in-practice/in-practice-gilles-clement-on-the-planetary-garden>>. Acesso em: 05 de jul. 2025.

Han, Byung-Chul. *Vita contemplativa: ou sobre a inatividade*. São Paulo:Ed. Vozes, 2023.

Oliveira, Ana Rosa de. Gilles Clément e o jardim planetário. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 002.03, *Vitruvius*, jul. 2000 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.002/997>>.

Segawa, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. Ed. Studios Nobel: São Paulo, 1996.



THESIS

Passagens

Passages Portuguesas

Raul Penteado Neto

A compilação de fotos que integra esse ensaio nasce de uma inesperada inquietação: “quais imagens poderiam traduzir algumas das passagens pela arquitetura portuguesa, nesses últimos anos de pesquisa acadêmica?” O início do meu interesse pela produção portuguesa nasce da indicação de compra de uma monografia do arquiteto Álvaro Siza (1933), por um saudoso professor, ainda no começo do curso de arquitetura. Pode-se dizer, que, a partir deste momento, transformaria-se toda uma concepção sobre a atividade profissional do arquiteto. Com o tempo, a coleção de livros foi ampliada, expandindo-se o interesse por outros personagens que, posteriormente, alimentariam outras pesquisas.

Quando o Museu da Fundação Iberê Camargo, primeira obra construída de Siza no Brasil, abriu suas portas em Porto Alegre em 2008, a visita ao edifício, pouco após sua inauguração, foi realizada com alguma carga de ansiedade e assombro. Desde este evento, fui intuitivamente e impulsivamente compelido a estabelecer uma agenda de visitas sistemáticas às obras do arquiteto na Europa. Fazia-se necessário conhecer in situ outras peças de seu percurso para tentar perceber a razão de tamanha transformação no projeto brasileiro.

Inicialmente sem vínculo com nenhuma instituição ou programa de pós graduação, numa espécie de curso de extensão informal autoimposto, foi organizada uma série de viagens a partir de 2008 para Portugal, Espanha, França e Veneza, para visitar obras que só eram conhecidas pelos livros. Depois da formatação e consolidação de um projeto de pesquisa de mestrado, o destino reservaria a oportunidade da realização de uma residência de trabalho no atelier do arquiteto em 2016 e a pesquisa de conteúdo em seu arquivo em 2017 para a produção de um documentário sobre sua obra. As imagens selecionadas neste breve ensaio apresentam apenas algumas das muitas passagens pelas obras de Álvaro Siza.

Raul Penteado Neto é Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo; professor da FAU UNISAL; raultpenteado@gmail.com

Meu agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou e proporcionou o período coberto pelo Doutorado Sanduíche em Portugal entre março e agosto de 2023, através do Edital nº 41/2017 CAPES/PRINT, processo 8887.716706/2022-00.



Figura 1
Casa de chá da Boa Nova (1956-63), Álvaro Siza
Fonte: Foto do autor, 2015



Figuras 2 e 3
Piscina das Marés (1960-66/1993-95), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 4 e 5
Banco de Oliveira de Azeméis (1971-74), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figura 6
Casa Beires (1973-76), Álvaro Siza
Fonte: Foto do autor, 2017



Figuras 7 e 8
SAAL São Victor (1974-79), Álvaro Siza. Fonte: Fotos do autor, 2017



Figuras 9 e 10
SAAL Bouça (1975-77/1999-2006), Álvaro Siza. Fonte: Fotos do autor, 2017

Figuras 11 e 12
Quinta da Malagueira, Álvaro Siza (1977-95). Fonte: Fotos do autor, 2023



Figuras 13 e 14
Banco de Vila do Conde (1978-86), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



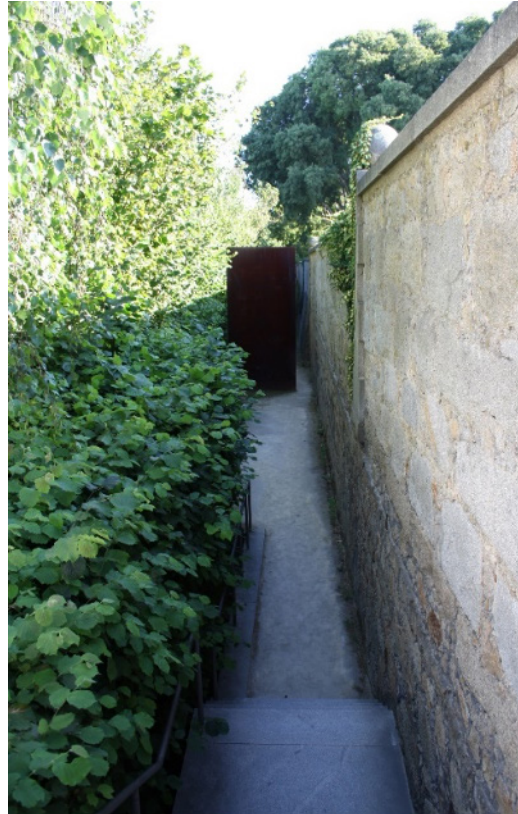
Figuras 15 e 16
Escola Superior de Educação de Setúbal (1986-1994), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2023



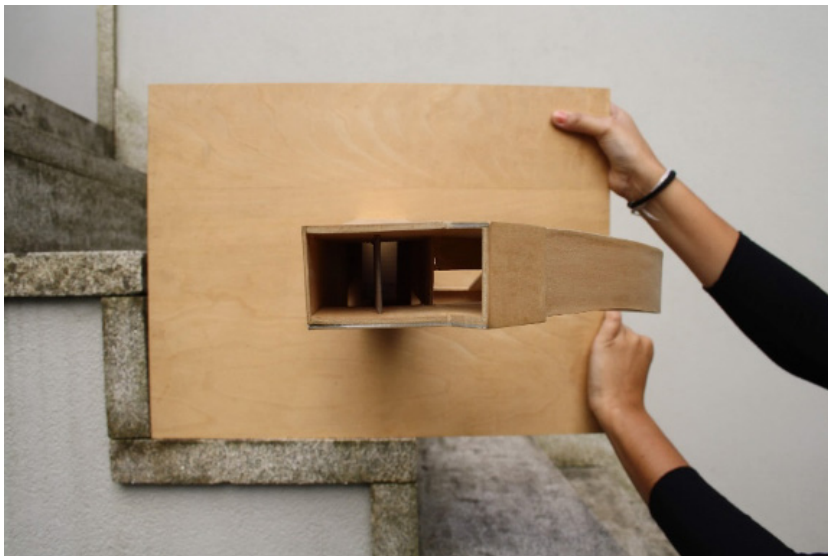
Figuras 17 e 18
FAUP (1986-93), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2017



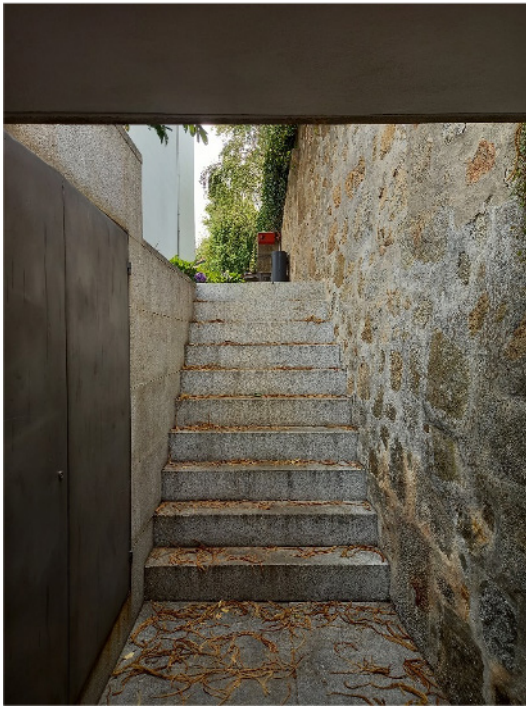
Figuras 19 e 20
Biblioteca da Universidade de Aveiro (1988-95), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 21 e 22
Museu de Arte de Serralves (1989-99), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2015



Figuras 23 e 24
Maquete do Museu para dois Picassos (1992), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 25 e 26
Atelier Álvaro Siza (1993-97), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 27 e 28
Museu da Fundação Iberê Camargo (1998-2008), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2022



Figuras 29 e 30
Biblioteca de Viana do Castelo (2000-08), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 31 e 32
Oficina de Artes Manuel Cargaleiro (2000-16), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2023



Figuras 33 e 34
Museu Nadir Afonso (2003-16), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2016



Figuras 35 e 36
Capela de Lagos (2016), Álvaro Siza
Fonte: Fotos do autor, 2023

THESIS
REVISTA DA ANPARQ

ANPARQ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO